

Anatomia do Estado Autoritário no Brasil

Carla Reis Longhi



Carla Reis Longhi

ANATOMIA DO ESTADO
AUTORITÁRIO NO BRASIL

Editora CRV
Curitiba – Brasil
2024

Copyright © da Editora CRV Ltda.

Editor-chefe: Railson Moura

Diagramação e Capa: Designers da Editora CRV

Imagem de capa: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/boletins_SNI/Boletim_06_09_1969.pdf

Revisão: O Autor

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecária responsável: Luzenira Alves dos Santos CRB9/1506

L847

Longhi, Carla Reis.

Anatomia do Estado Autoritário no Brasil / Carla Reis Longhi – Curitiba: CRV, 2024.
220 p.

Bibliografia

ISBN Digital 978-65-251-5810-5

ISBN Físico 978-65-251-5809-9

DOI 10.24824/978652515809.9

1. História do Brasil 2. Autoritarismo 3. Ditadura civil-militar 4. Violência 5. Comunicação SNI-DEOPS-SP I. Título II. Série.

CDU 9(81)

CDD 981

Índice para catálogo sistemático

1. História do Brasil – Autoritarismo - 981

2024

Foi feito o depósito legal conf. Lei nº 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela Editora CRV

Tel.: (41) 3029-6416 – E-mail: sac@editoracr.com.br

Conheça os nossos lançamentos: www.editoracr.com.br

Conselho Editorial: Comitê Científico:

Aldira Guimarães Duarte Domínguez (UNB)	Adriane Piovezan (Faculdades Integradas Espírita)
Andréia da Silva Quintanilha Sousa (UNIR/UFRN)	Alexandre Pierezan (UFMS)
Anselmo Alencar Colares (UFOPA)	Andre Eduardo Ribeiro da Silva (IFSP)
Antônio Pereira Gaio Júnior (UFRRJ)	Antonio Jose Teixeira Guerra (UFRJ)
Carlos Alberto Vilar Estêvão (UMINHO – PT)	Antonio Nivaldo Hespanhol (UNESP)
Carlos Federico Dominguez Avila (Unieuro)	Carlos de Castro Neves Neto (UNESP)
Carmen Tereza Velanga (UNIR)	Carlos Federico Dominguez Avila (UNIEURO)
Celso Conti (UFSCar)	Edilson Soares de Souza (FABAPAR)
Cesar Gerónimo Tello (Univer. Nacional Três de Febrero – Argentina)	Eduardo Pimentel Menezes (UERJ)
Eduardo Fernandes Barbosa (UFMG)	Euripedes Falcao Vieira (IHGRRGS)
Elíone Maria Nogueira Diogenes (UFAL)	Fabio Eduardo Cressoni (UNILAB)
Elizeu Clementino de Souza (UNEB)	Gilmara Yoshihara Franco (UNIR)
Élsio José Corá (UFS)	Jairo Marchesan (UNC)
Fernando Antônio Gonçalves Alcoforado (IPB)	Jussara Fraga Portugal (UNEB)
Francisco Carlos Duarte (PUC-PR)	Karla Rosário Brumes (UNICENTRO)
Gloria Fariñas León (Universidade de La Havana – Cuba)	Leandro Baller (UFGD)
Guillermo Arias Beatón (Universidade de La Havana – Cuba)	Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)
Jailson Alves dos Santos (UFRJ)	Luciana Rosar Fornazari Klanovicz (UNICENTRO)
João Adalberto Campato Junior (UNESP)	Luiz Guilherme de Oliveira (UnB)
Josania Portela (UFPI)	Marcel Mendes (Mackenzie)
Leonel Severo Rocha (UNISINOS)	Marcio Jose Ornat (UEPG)
Lídia de Oliveira Xavier (UNIEURO)	Marcio Luiz Carreiri (UENP)
Lourdes Helena da Silva (UFV)	Maurilio Rompatto (UNESPAR)
Luciano Rodrigues Costa (UFV)	Mauro Henrique de Barros Amoroso (FEBF/UERJ)
Marcelo Paixão (UFRJ e UTexas – US)	Michel Kobelinski (UNESPAR)
Maria Cristina dos Santos Bezerra (UFSCar)	Rafael Guarato dos Santos (UFG)
Maria de Lourdes Pinto de Almeida (UNOESC)	Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol (UNESP)
Maria Lília Imbiriba Sousa Colares (UFOPA)	Sergio Murilo Santos de Araújo (UFCEG)
Paulo Romualdo Hernandes (UNIFAL-MG)	Simone Rocha (UnC)
Renato Francisco dos Santos Paula (UFG)	Sylvio Fausto Gil filho (UFPR)
Sérgio Nunes de Jesus (IFRO)	Valdemir Antoneli (UNICENTRO)
Simone Rodrigues Pinto (UNB)	Venilson Luciano Benigno Fonseca (IFMG)
Solange Helena Ximenes-Rocha (UFOPA)	Vera Lúcia Caixeta (UFT)
Sydione Santos (UEPG)	
Tadeu Oliver Gonçalves (UFPA)	
Tania Suely Azevedo Brasileiro (UFOPA)	

Este livro passou por avaliação e aprovação às cegas de dois ou mais pareceristas *ad hoc*.

Para a Giulia e o Lucca.
Meus filhos, minha vida.
Para o Adami.
Meu amor, meu companheiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço o apoio do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), que viabilizou o acesso à documentação do acervo DEOPS/SP – SÉRIE DOS-SIÊS, que compõe o corpus desta pesquisa.

SUMÁRIO

O QUE É IMPRESCINDÍVEL.....	13
<i>Maria Aparecida de Aquino</i>	
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1	
O SNI VISTO POR DENTRO: sobre a gênese do ideário autoritário	29
CAPÍTULO 2	
IDIOSSINCRASIAS DE UM PROJETO EM CONSTRUÇÃO: a institucionalização como reflexo de um discurso ambíguo ou cindido.....	59
CAPÍTULO 3	
A CONSOLIDAÇÃO DA VIOLÊNCIA COMO LÓGICA SOCIAL: o aprimoramento do aparato informativo-repressivo.....	91
CAPÍTULO 4	
MERGULHANDO NO DISCURSO CATALISADOR.....	117
CAPÍTULO 5	
DISTENSÃO, TRANSIÇÃO POLÍTICA E PERMANÊNCIAS AUTORITÁRIAS	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
FONTES	191
REFERÊNCIAS.....	193
ANEXOS.....	201
ÍNDICE REMISSIVO	217

O QUE É IMPRESCINDÍVEL

Maria Aparecida de Aquino¹

O brilhante trabalho de Carla Reis Longhi, **Anatomia do Estado Autoritário no Brasil**, foi resultado de uma pesquisa de Doutorado, sob minha orientação (com muito orgulho), da autora que analisou uma extensa documentação, produzida ao longo de toda a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985).

A partir da documentação do DEOPS/SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo), Carla busca examinar a comunicação existente entre o órgão e o SNI (Serviço Nacional de Informações).

No momento da realização de seu Doutorado, essa documentação havia sido recentemente liberada para a consulta e eu realizava um trabalho de sistematização de parte do acervo – a série Dossiês – e a convidei para fazer parte da equipe de trabalho. Dessa participação nasceu sua pesquisa.

O DEOPS/SP foi criado em 1924, voltado para a vigilância e repressão dos movimentos sociais que pipocavam na cena política no momento. Oficialmente foi fechado dias antes de assumir o primeiro governador eleito diretamente após o Golpe de Estado de 1964, em março de 1983. Essa atividade de controle gerou uma imensa documentação composta, principalmente, pelos relatórios de seus agentes infiltrados, ou seja, o fruto da espionagem voltada contra todos que se acreditava serem “inimigos da ordem”, os “subversivos”.

O SNI foi criado, por inspiração do General Golbery do Couto e Silva, em junho de 1964, meses após a perpetração do Golpe. O General havia trabalhado no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que havia montado uma enorme rede de informações. Essa documentação foi transferida para o SNI, constituindo-se na sua base. Em termos de concepção, o órgão destinava-se a assessorar o presidente da República. Na realidade, tratava-se de um órgão de vigilância dos cidadãos para evitar conspirações contra o poder ilegal e ilegítimo dos golpistas de 1964.

Carla analisa a comunicação entre SNI e DEOPS/SP buscando compreender a lógica desses órgãos repressivos. Isto, entretanto, lhe fornece argumentos

1 Professora do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (DH/FFLCH/USP). Membro da Equipe Técnica Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) que elaborou a Proposta Curricular de História para o Ensino de Primeiro Grau (1985-1988). Redatora e apresentadora da Série “Anos de Chumbo”, sobre a Segunda Guerra Mundial, para a TV Cultura (1993-1995). Autora de: **Censura, Imprensa, Estado Autoritário** (1968-1978). Bauru, EDUSC, 1999, **Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro**. São Paulo, Arquivo do Estado, **Imprensa Oficial**, 2001 (coleção em 5 volumes), **Bons Tempos, Hein? São Paulo, Todas as Musas**, 2022. **60 anos esta noite** (1964-2024). São Paulo, **Todas as Musas** (no prelo).

para uma reflexão maior, sobre o Autoritarismo que permeia, incólume, a sociedade brasileira desde sempre.

O trabalho estuda diferentes tipos documentais. No caso do SNI se detém na análise do material produzido diretamente pelo órgão. Já no que se refere aos documentos gerados no e pelo DEOPS/SP, trabalha com os relatórios dos agentes infiltrados que, segundo a autora, permitem a percepção de sua visão de mundo e, através deles, o pensamento do órgão que possibilitou sua expressão. Privilegia-se o estudo dos Boletins Informativos (BIs). Em momento específico, governo Médici, estuda as Apostilas do Comunismo Internacional. O trabalho se detém em refletir sobre a terminologia utilizada na documentação, as temáticas discutidas, bem como os sentidos constituídos. Isto permite chegar ao contexto de produção da documentação atingindo seu diálogo com os interesses de seu entorno.

Trava-se uma importante discussão a respeito da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e, durante toda a Ditadura Militar (e, mesmo no período que a antecede), sobre a ideia de construção de um inimigo interno e relativamente à manifestação de um anticomunismo visceral que impregna parcelas significativas da sociedade brasileira.

Ao longo de cinco capítulos, a autora se debruça numa temporalidade que antecede a criação do próprio SNI, passando, sucessivamente, pelos governos Castelo Branco, Costa e Silva, Garrastazu Médici, Geisel e Figueiredo.

Importantíssimo destacar o que creio que seja a razão central do trabalho: a onda recente de conservadorismo (2019-2022) que assolou nosso país e levou os desavisados a tresloucadamente se posicionarem pelo desejo de “volta dos militares” e, conseqüentemente, do retorno ao Autoritarismo e suas práticas. Este trabalho é um libelo contra esse pensamento através da reflexão sobre um dos momentos mais autoritários da república brasileira: a Ditadura Militar (1964-1985).

Carla Reis Longhi reconstitui o cerne de um Estado Autoritário instaurado no Brasil baseado nos princípios militares da Ordem e Hierarquia. Postula a questão da existência, nos Estados Autoritários, da necessidade constante da manutenção da vigilância e do controle, aspectos privilegiados na análise da documentação proposta pelo trabalho. Para que essa lógica autoritária se instaure há, permanentemente, o exercício da violência que será onipresente em toda a cronologia estudada.

Para tratar da questão da violência, a autora recorre à filósofa Marilena Chauí: “[...] a violência se encontra originalmente do lado da sujeição e da dominação, da obediência e de sua interiorização e não do lado da violação dos costumes e das leis” (CHAUÍ, 1980, p. 16). Observa, na sequência, que a violência é eixo central das permanências autoritárias, portanto, em sua concepção, seria um forte elemento explicativo para a permanência do

Autoritarismo ao longo de, pelo menos, só para ficar nessa temporalidade histórica, toda a república brasileira.

Ainda se faz necessária uma reflexão proposta pelo trabalho: a questão do poder, como sugerida por Michel Foucault. Segundo a autora: “[...] *tomamos Foucault [...] para pensar sobre o poder, entendendo-o como próprio de todas as instâncias da sociedade e não apenas do âmbito das relações político-institucionais. É por esse entendimento que ampliamos a conceituação e também retomamos o próprio conceito de discurso, proposto pelo mesmo autor, que o entende como uma prática de poder, ou seja, o discurso é a própria prática, alicerçada em qualquer âmbito*” (LONGHI, 2023, p. 8).

Em nossa concepção, esse conceito alargado de poder permite a análise de toda a documentação trabalhada, na medida em que entender o discurso como uma prática de poder pode possibilitar estudar as práticas discursivas presentes nas narrativas encontradas na documentação. Desse modo, compreendemos este trabalho de Carla Reis Longhi como importante contribuição para o estudo da Ditadura Militar brasileira (1964-1985).

Como, entretanto, a própria autora, ao apresentar as razões deste livro, neste momento, situa a atual realidade vivenciada pelo Brasil e conspurcada (2016-2022) por arroubos e retornos autoritários de variadas formas, gostaríamos de postular a importância de seu trabalho.

Retomando Bertolt Brecht: “*Há homens que lutam um dia e são bons, há outros que lutam um ano e são melhores, há os que lutam muitos anos e são muito bons. Mas há os que lutam toda a vida e estes são imprescindíveis.*”

Neste sentido, o trabalho de Carla Reis Longhi, **Anatomia do Estado Autoritário no Brasil**, é absolutamente imprescindível.

INTRODUÇÃO

Este livro é resultado de minha pesquisa de doutorado que versa sobre a ditadura civil-militar. No momento em que iniciava a pesquisa, o acervo do DEOPS/SP foi disponibilizado para consulta, abrindo um extenso campo de pesquisa sobre a ditadura, fato que motivou a delimitação de meu objeto. Tratava-se de documentação inédita que muito poderia esclarecer sobre o funcionamento das lógicas autoritárias de Estado.

Isto porque o acervo do DEOPS/SP (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) foi fundado em 1924, como uma polícia política. Naqueles anos vivia-se um período de movimentos operários, muitos dos quais de orientação anarquista; movimentos tenentistas e a ação do partido comunista brasileiro, fundado em 1922, e a formação do DEOPS demonstrava o papel que este órgão cumpriria tratando-se, então, de uma polícia política. Seu fechamento ocorreu ao final do governo de José Maria Marin, delegando à agência estadual da Polícia Federal a responsabilidade pela guarda da documentação. Em 1991 a documentação passou às mãos do Arquivo Público do Estado de São Paulo, mas apenas os membros da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos tiveram acesso a seu conteúdo. Este acervo foi aberto parcialmente ao público em 1994. Colocamos parcialmente, pois, a documentação referente à chamada Ordem Social continuava em acesso restrito, em função da preparação técnica do material.

Estas questões fazem parte da vida de um historiador. Muitas vezes pretendemos pesquisar um tema mas encontramos dificuldades no acesso a fontes que viabilizem a pesquisa. Em outras situações o acesso é possibilitado e o historiador precisa lidar com as dificuldades que o grande volume de documentos e suas características trazem. Foi o meu caso; minha orientadora estava desenvolvendo o projeto “Mapeamento e Sistematização do acervo do DEOPS/SP: Série DOSSIÊS (1940-1983)” e me convidou a participar da equipe de trabalho que tinha como objetivo dissecar parte desta documentação. Ao entrar em contato com os documentos, percebi a grande riqueza ali existente e me aprofundi na pesquisa que resultou em meu doutorado “Ideias e Práticas do Aparato Repressivo: Um Olhar Sobre o Acervo do DEOPS/SP – A Produção do SNI em Comunicação com o DEOPS/SP (1964-1983)”. Para a pesquisa do doutorado, o objetivo central foi o de destrinchar o funcionamento e lógica desta documentação, buscando compreender, a partir da comunicação SNI-DEOPS, parte do funcionamento da lógica destes órgãos repressivos.

Esta pesquisa nunca foi publicada e eu segui como professora já atuante no ensino básico e depois como professora universitária. Neste percurso, sempre ministrei a disciplina de Brasil Republicano, discutindo o contexto da

ditadura e aprimorando continuamente o meu olhar sobre o período, partindo da pesquisa realizada e seguindo no acompanhamento da historiografia sobre o tema, em suas constantes atualizações. Isto porque o historiador, antes de tudo, é filho do seu tempo. Com isto quero dizer que, muitas vezes, realizamos pesquisas e reflexões marcadas por nossas próprias experiências e/ou pelo conhecimento e possibilidades que o momento em que vivemos oferece. Nestes longos anos de magistério eu já atentava para as permanências autoritárias em nossa lógica política, mas isto parecia um pouco abstrato para os alunos, afinal, vivíamos num contexto entendido como democrático e o autoritarismo parecia um tema acadêmico como muitos outros.

A experiência dos últimos anos, contudo, trouxe a história e a memória da ditadura e suas lógicas de funcionamento à tona, numa situação inusitada e inesperada, em que muitos sujeitos se sentiram e se sentem autorizados para a defesa da ditadura e de seus princípios. Nestes tempos turbulentos, os discursos de ódio, com práticas violentas e o enaltecimento de torturadores afloraram, desaguando numa tentativa de novo golpe, em 8 de janeiro de 2023. Isto me fez retomar o interesse em publicar minha tese, reformulada e atualizada, buscando refletir com os leitores sobre o autoritarismo, suas lógicas e permanências. A sociedade brasileira precisa compreender e discutir com mais propriedade a que nos referimos quando defendemos a ditadura e toda sua organização; quais são seus desdobramentos e consequências e quais são os valores e práticas que colocam em risco.

Assim, este livro parte da ditadura civil-militar brasileira e tem como interesse refletir sobre o autoritarismo. O objeto “autoritarismo” não é um tema fácil e não apresenta um único significado. Se utilizado exclusivamente como referência aos sistemas políticos modernos (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1999) tende a ser mais restrito que os termos ditadura e totalitarismo. E por que, ainda assim, optamos por este conceito para nortear a reflexão deste livro?

Podemos indicar dois motivos. O primeiro, pautado pela discussão proposta por Koselleck (2006), entendemos que todo conceito tem sua história e historicidade e a escolha dos termos deve estar relacionada à sua circulação e sentidos constituídos no próprio processo histórico. E, quando retomamos o percurso das ideias políticas no Brasil, vemos com muita força a presença do tema do autoritarismo e não do totalitarismo em nossa intelectualidade, ao longo das décadas. Certamente a escolha de determinados termos expressa características do sistema político, bem como interesses, preocupações e dinâmicas postas e, como já discutido por Boris Fausto (2001), nossa intelectualidade teve a preocupação em formular conceitualmente a distinção entre os dois termos, buscando sempre se distanciar de referências ao totalitarismo aspecto

este que, se aprofundado, muito explicitará sobre os nossos ideários políticos. Assim, a defesa de um autoritarismo instrumental por parte de importantes estratos da intelectualidade contribuía para a construção de um modelo de Estado autoritário que não estivesse pautado pela ideia de um partido único e que, paralelamente, mantivesse certa autonomia da sociedade e logo, da própria intelectualidade.

O segundo motivo nos leva à reflexão sobre o próprio conceito do autoritarismo. Buscamos abordá-lo numa acepção mais ampla, na qual o sistema político é um de seus componentes. Neste entendimento, abaixo melhor destrinchado, o autoritarismo pode aparecer na caracterização de pessoas e grupos, expresso em práticas e costumes; na identificação de ideias e ideologias que permeiam tanto a prática política quanto as relações cotidianas, além da caracterização propriamente dos sistemas políticos. Esta abordagem nos permite vislumbrar práticas e ideários autoritários em sistemas políticos nomeados como democráticos aspecto que, a nosso ver, problematiza a questão e possibilita a reflexão sobre o contexto contemporâneo, democrático em seu sistema e autoritário em diferentes âmbitos e expressões.

Para refletirmos sobre o conceito recorreremos, inicialmente, ao próprio significado do termo. Segundo o Dicionário de Política (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1999), o conceito de autoritarismo é composto por três eixos analíticos que podem aparecer em conjunto ou em partes, obrigando-nos a analisar os contextos históricos específicos. São eles: os sistemas políticos; a personalidade ou cultura autoritária e as ideologias autoritárias.

Os sistemas políticos autoritários são aqueles em que a própria organização do Estado e de seus poderes inviabiliza a participação de seus cidadãos, havendo concentração de decisões em um dos poderes. Segundo o Dicionário de Ciência Política, equivale a regimes com pouca participação popular, ausência de parlamento ou mero papel cerimonial caracterizando-se, também, pelo predomínio do poder executivo. Num segundo perfil, indica a ausência de subsistemas livres, não viabilizando a oposição e o pluripartidarismo. Esta é a forma mais óbvia de autoritarismo pois está inscrita em suas instituições e seus funcionamentos; ela se expressa por leis, pelo fechamento de instituições e pela cassação de políticos e demissão de funcionários, entre outras formas. Ao discutirmos, ao longo do livro, sobre a ditadura civil-militar brasileira, destrincharemos esta dinâmica de funcionamento.

A personalidade ou comportamento autoritário é o item que apresenta maiores dificuldades; como indicado no dicionário, sua primeira formulação está contida na obra de Adorno, que visava entender o indivíduo fascista, seus comportamentos e atitudes. Tratou-se de análise de cunho psicanalítico, apresentando dificuldades de absorção em diferentes áreas. Em função disto,

novas formulações caminharam no sentido de constituir o conceito de “autoritarismo cognitivo” entendendo que “[...] os traços da personalidade autoritária baseiam-se simplesmente em certas concepções da realidade existente numa determinada cultura ou subcultura” (BOBBIO *et al.*, 1999, p. 99), formulando uma reflexão associada às questões socioculturais. Nesta linha de pensamento há o entendimento de que uma “personalidade autoritária” foi forjada num contexto sociocultural que, de alguma forma, contribuiu para a formação de valores e visões de mundo que não tem como norte a aceitação das diferenças e da multiplicidade.

No intuito de fugir do âmbito psicanalítico e de um culturalismo engessado, vislumbramos caminhos que podem possibilitar a reflexão sobre as culturas autoritárias, articulada a outras chaves analíticas. Pode-se optar pela história biográfica ou intelectual; pela análise dos discursos; pela análise dos produtos culturais, entre outros caminhos. E, podemos observar que estes acabam resvalando tanto na reflexão dos ideários políticos quanto nas representações e imaginários, eixos estes próprios do campo da história. Assim, entendemos que a utilização de outras chaves analíticas pode ser mais promissora na identificação das culturas autoritárias.

Por fim, os autores refletem sobre as ideologias autoritárias, entendidas aqui como um conjunto de ideias que dá corpo aos projetos político-sociais. Como discutido por Bobbio, cada eixo analítico tem, também, seu próprio percurso histórico, apresentando especificidades conforme o cenário analisado. Ainda assim, em linhas gerais, as ideologias autoritárias têm como cerne a defesa da Ordem: “O pensamento autoritário não se limita a defender uma organização hierárquica da sociedade política, mas faz desta organização o princípio político exclusivo para alcançar a ordem, que considera como bem supremo” (BOBBIO, 1999, p. 95). Os autores entendem que o princípio da autoridade faz parte de qualquer sistema político, contudo, no ideário autoritário “[...] além da visão da desigualdade entre os homens, é que a ordem ocupa todo o espectro dos valores políticos” (BOBBIO, 1999, p. 96).

Se pensarmos, o princípio da ordem está colocado em algumas ideologias bastante presentes na sociedade brasileira. A primeira é a ideologia militar, ordenadora da instituição militar que continuamente reafirma o fato de que são pautados pelo respeito incondicional à ordem e à hierarquia. Ou seja, há um corpo de ideias que orienta o funcionamento da instituição e este corpo de ideias tem como fundamento o respeito incontestável à ordem estabelecida. Outra vertente ideológica autoritária muito presente em nossa sociedade é a do princípio da família, como ordenadora social, no entendimento proposto por setores conservadores. Nesta vertente, o núcleo familiar é naturalmente desigual e hierárquico. E, como eixo nuclear inicial do ordenamento social,

deve espelhar-se na organização da sociedade, reproduzindo no corpo social a estrutura natural, desigual e hierárquica. Veremos, ainda, ao longo do livro, a disseminação da Doutrina de Segurança Nacional, ideologia da ordem, organizadora do projeto político militar.

Devemos lembrar, ainda, a difusão dos diversos nacionalismos ao longo dos anos de 1920, apontando para um caráter conservador e autoritário do nacionalismo predominante no Brasil, pautado pela hierarquia, organicidade social e elitismo intelectual. Esta associação nos remete a outra chave analítica, a cultura política, que pode contribuir com nossas reflexões. Segundo Rodrigo Motta, apesar do conceito ser bastante controverso na historiografia brasileira, pode ser muito elucidativo. Em linhas gerais, significa:

Nessa perspectiva, pode ser adotada a seguinte definição para cultura política, sem a pretensão de excluir outras acepções possíveis para um conceito que é, evidentemente, polissêmico: conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, expressando identidade coletiva e fornecendo leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2013, p. 12).

Quando Motta (2009) e outros autores recuperam o conceito proposto indicam a necessidade de não se tratar dos aspectos culturais como determinantes e/ou evolutivos, numa abordagem hierarquizada das diferentes culturas entendendo, também, que o conceito de cultura política aparece em sentido plural, podendo se referir às culturas políticas de grupos e/ou nacionais, considerando sempre que este conceito “[...] só pode existir na duração, como fenômeno estruturado e reproduzido ao longo do tempo” (MOTTA, 2009, p. 22). Ao considerarmos que grupos, em diferentes tamanhos, compõem-se como comunidades políticas, afirmamos que estão vinculados por tradições, práticas, representações e imaginários que os alicerçam e que são disseminados pelo que o autor denomina de vetores sociais. Postos estes indicativos, entendemos, tal qual o autor, a relevância de considerarmos as características da cultura política em nossa análise, pois esta possibilita a identificação de permanências no campo da ação política necessárias à compreensão de nossa prática política.

E, retomando a discussão iniciada, a nosso ver, o nacionalismo conservador disseminado ao longo dos anos de 1920-1940, com desdobramentos longevos que discutiremos ao longo dos capítulos, delimitam uma cultura política, pautada pelo imaginário nacional, de perfil autoritário; disseminada por distintos vetores sociais como a corporação militar, setores católicos, intelectuais nacionalistas etc., que encontrarão no nacionalismo um eixo comum,

apesar das múltiplas diferenças, contribuindo com as permanências autoritárias, mesmo sem apoiarem, necessariamente, um sistema político autoritário. Por fim, as culturas políticas se fazem pela circulação de comportamentos e valores políticos que as sedimentam. O princípio da Ordem, por ser hierárquico, corrobora ou se afina bem com alguns dos comportamentos típicos de nossa cultura política, enumerados por Motta, como o elitismo, o personalismo e o próprio clientelismo. Cabe destacar que são comportamentos distintos, com diferentes raízes explicativas aqui não discutidas e que, mesmo em relação à noção de hierarquia e de ordem, se associam de modos variáveis, mas não contraditórios e podem se autoalimentar. Destacamos, ainda, que cada um destes aspectos carrega longa tradição em nossa história e se enraíza em diferentes campos da sociabilidade.

O princípio da ordem e da hierarquia, próprios de ideologias autoritárias; culturas autoritárias, bem como sistemas políticos autoritários necessitam, todos, de vigilância e controle para se efetivarem e manterem o que, por si só, apresenta uma forte carga de violência. Discutimos isto pois, em nosso entender, não existe lógica autoritária sem violência, tratando-se assim de tema conexo, como o outro lado da moeda. Por sinal, o tema da violência acompanhará nossos capítulos, como um fio condutor; e, por isto, entendemos que também merece uma conceituação.

O conceito de violência (MARTÍN-BARÓ, 1988; PAOLI, 1982; ADORNO, 2002; IANNI, 2019; ZALUAR, 1999) como qualquer conceito, é amplo, congregando distintos entendimentos conforme a área de conhecimento em que o debate está inscrito e/ou a base teórica em que se constitui, definindo a partir destas, diferentes âmbitos de abordagem. Se partirmos, por exemplo, de uma definição que reflete sobre a violência a partir de seu lugar de produção, poderíamos discutir sobre a mesma considerando, grosso modo, três grandes dimensões: estrutural, institucional e pessoal. A dimensão estrutural considera a produção e características da violência relacionadas ao próprio sistema, no nosso caso, sistema capitalista (IANNI *et al.*, 2019); a dimensão institucional distinta, contudo relacionada à anterior, aborda a violência produzida e coordenada pelo Estado e muitas vezes discutida como resposta aos atos de violação social. Já a violência pessoal busca qualificar os atos violentos disseminados na sociedade, abordando diferentes aspectos, em suas expressões coletivas e/ou individuais. O lugar de produção da violência precisa e está relacionado, também, à tipologia da violência praticada, o que levaria à discussão sobre os seus tipos, considerando a violência física, psicológica, simbólica, aspectos que confirmam a complexidade do tema. Poderíamos, ainda, partir da própria etimologia da palavra, relacionada à violação, o que nos levaria à reflexão sobre os sentidos da violação. A meu ver, de certo modo,

esta é a abordagem que Marilena Chauí (CHAUÍ, 1980) fez, ao trabalhar com a reflexão sobre a violência considerando o binômio violação-sujeição.

A autora parte da conceituação de violência entendida como toda e qualquer forma de sujeição; isto porque, a sujeição é um modo de coisificação e toda reificação de um indivíduo reduz sua condição humana. Assim, critica a proposição de violência centrada na noção de violação, pois esta se ampara no corpo da lei, ausentando o Estado e a própria sociedade da crítica à prática da violência; isto porque esta proposição pressupõe que existe um ordenamento legal/formal e moral amparado no corpo da lei e das regras sociais e aquele que viola este sistema corrompeu o mesmo e precisa ser submetido. Aqui a violência aparece, tanto no ato da violação, quanto no ato da repressão, com o pressuposto de que neste caso o Estado está amparado no uso da violência legal para a restauração da ordem (princípio inicial) que foi violada.

Este encaminhamento da reflexão inviabiliza a discussão sobre importantes aspectos de nossa organização social e do Estado, extremamente violentos, mas nem sempre diagnosticados como tal. Na proposição do conceito de violência pensado como sujeição, identificamos a ampliação do campo de análise onde aspectos simbólicos e pouco visíveis passam a ser nomeados como violentos; neste sentido, como já apontado por Chauí, podemos identificar o machismo, o racismo, as fobias sociais como diferentes formas de violência. Podemos, também, percorrer outros âmbitos e identificar, na estruturação do próprio conhecimento, a existência de diferentes lógicas violentas como, por exemplo, nos silenciamentos de sujeitos participantes de distintos processos sociais e desconsiderados na formalização final dos conteúdos; na escolha de linguagens e rituais próprios de áreas do conhecimento que, intencionalmente, sujeitam os indivíduos, alienando-os da possibilidade de compreensão e de participação nos processos, entre muitos outros exemplos. Assim, partindo do entendimento proposto por Chauí “a violência se encontra originalmente do lado da sujeição e da dominação, da obediência e de sua interiorização, e não do lado da violação dos costumes e das leis” (CHAUÍ, 1980, p. 16), podemos retomar um debate amplificado sobre o autoritarismo no Brasil, assumindo tanto o âmbito político quanto os âmbitos econômico e sociocultural como lugares de intensas práticas autoritárias, pois violentas.

Neste sentido, a violência é eixo central das permanências autoritárias, em seus vários formatos e gradações e, estes dois conceitos fundamentam e acompanham nosso livro. Neste aspecto, um esclarecimento é fundamental. Como discutido, são conceitos que perpassam todo o tecido social, mas este livro não tem fôlego para discutir todos os seus aspectos. Em função disto, priorizaremos a reflexão sobre os sistemas políticos associados às ideologias autoritárias.

Assim, a Anatomia do Estado Autoritário no Brasil propõe a reflexão sobre as formas e estruturas do autoritarismo do sistema político brasileiro, visando dissecar as vertentes de pensamento que lhe compõem, acompanhando os grupos sociais e político-partidários que lhe deram guarida; as estruturas do Estado que lhe viabilizaram, considerando seus órgãos e o aparato jurídico-legal, bem como as práticas políticas e discursivas que lhe deram vazão e força. Finalizaremos o livro apontando para as lógicas autoritárias que permaneceram mesmo com o fim da ditadura.

O Brasil teve dois momentos de sistemas políticos autoritários ao longo de seu período republicano: o Estado Novo (1937-1945) e a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e, apesar das semelhanças na estrutura do Estado propomos, para este livro, a discussão sobre a ditadura civil-militar brasileira². Isto porque, em nosso entender, como período mais recente, é o que garante as permanências autoritárias no contexto contemporâneo e é o período celebrado pela nova extrema-direita brasileira.

De nossa tese de doutorado trataremos a fonte documental prioritária, ou seja, a série Dossiês do acervo do DEOPS/SP, constante do Arquivo Público do Estado de S. Paulo (APESP), no recorte das pastas que apresentam a comunicação entre os dois principais órgãos do aparato repressivo-informativo, a comunicação SNI-DEOPS-SP³ (1964-1983), associada aos dossiês compostos

2 O debate conceitual sobre a tipologia da ditadura está consolidado na historiografia brasileira e os leitores encontrarão, nos diferentes autores, distintas nomeações. Este livro entende que tanto o golpe quanto a ditadura tiveram a presença e participação de diferentes setores sociais, o que nos leva a nomeação de ditadura civil-militar. Em artigo já publicado “Neoliberalismo e violência produtiva – uma gramática em construção durante a ditadura civil-militar”, fizemos a defesa desta escolha, aqui reproduzida “Trata-se de conceito controverso no debate historiográfico. Concordamos com a visão de que o golpe foi civil-militar e, apesar de não trabalharmos com o entendimento proposto por René Armand Dreifuss (DREIFUSS, 2006) de que foi um golpe de classe, acatamos sua análise quanto à participação civil na estruturação do golpe. Não o assumimos como golpe de classe pois entendemos, como outros autores, que os interesses militares têm especificidades corporativas que extravasam uma associação de classe pura e direta com os setores burgueses, o que não anula a concordância quanto ao projeto construído a partir desta elite orgânica. Ao ponderarmos sobre a ditadura, vislumbramos um percurso de concentração dos poderes nas mãos da Corporação Militar, num processo paralelo de militarização do Estado, como discutido por João Roberto Martins Filho (1996) e Carlos Fico (2017), entre outros. Neste sentido, apesar de o usarmos, consideramos o termo ‘ditadura civil-militar’ incompleto para traduzir as práticas políticas efetivadas que constituíram um Estado militarizado, com participação civil. Isto não anula o entendimento de que as parcelas civis que participaram do golpe continuaram apoiando e atuando nos governos militares, até o limite em que entenderam que seus interesses não estavam mais sendo contemplados. Estudos recentes têm focado neste aspecto. Após a conclusão da CNV (Relatório da Comissão Nacional da Verdade, 2014) e a constatação de conexões empresariado-Estado na prática de ações repressivas, houve tanto a representação junto ao Ministério Público solicitada por centrais sindicais e ONGs para a averiguação dos fatos quanto o desenvolvimento de novas pesquisas em andamento sobre o tema, no intuito de destrinchar as práticas coercitivas e autoritárias de empresas e empresários ao longo da ditadura, num apoio atuante.” Além disto, o termo civil-militar se compõe melhor com o entendimento sobre o autoritarismo proposto neste livro.

3 Partimos do projeto “Mapeamento e Sistematização do acervo do DEOPS/SP: Série DOSSIÊS (1940-1983)”, coordenado pela Prof.^a Dra Maria Aparecida de Aquino que possibilitou o entendimento da lógica de arquivamento e conteúdo desta Série, tendo como resultados a organização de um banco de dados

por relatórios de agentes infiltrados do DEOPS/SP, produzidos entre os anos de 1975-1983. Dialogaremos, também, tanto com a grande imprensa quanto com a legislação produzida, associada a outros documentos institucionais.

O enfoque a ser dado a estes eixos documentais será diferente, em função dos objetivos pretendidos com cada um deles. A documentação produzida pelo SNI possui, a nosso ver, a enorme riqueza de retratar, especificamente, os interesses e conflitos constituídos a partir do golpe de 1964, já que se refere a um órgão criado pelo regime, com o perfil, prática e interesses específicos deste. Assim, pretendemos analisá-la resgatando o conteúdo presente nesta documentação, como também, recuperar sua lógica e procedimentos de arquivamento, para lermos através deste processo, o pensamento, as intenções e práticas do regime. Para atingir estes objetivos precisamos analisá-la em sua totalidade, para garantir o entendimento de seu percurso, a percepção de suas rupturas e o registro de suas manutenções e aperfeiçoamentos. Já a documentação produzida pelos agentes infiltrados do DEOPS/SP contém, como maior riqueza para o objetivo de nossa pesquisa, o fato de apresentar com mais transparência o pensamento dos agentes dos órgãos repressivos; isto porque se trata, em bom número, de relatórios de agentes infiltrados, expressando pontos de vista e visões de mundo. Este segundo eixo temático será abordado, então, a partir de documentos específicos, parte dos relatórios dos agentes infiltrados, com o intuito de reconstituir a prática, mas fundamentalmente, o pensamento do órgão institucional expresso nestes relatórios.

Como metodologia de trabalho, devido a quantidade deste material optamos, no primeiro momento, por uma análise por amostragem. Esta análise mostrou-se necessária para nos facilitar o reconhecimento da documentação, verificando a existência ou não de tipos documentais predominantes e sua condução preliminar; a existência de temáticas recorrentes; sua localização temporal, verificando se estavam concentradas em momentos específicos ou se estavam distribuídas ao longo do tempo. Esta análise por amostragem resultou numa tabela contendo os anos de produção, a quantidade de pastas arquivadas por ano de regime e a sua localização⁴. A análise por amostragem mostrou-se necessária para nos facilitar o reconhecimento da documentação, verificando o período de maior produção e os tipos predominantes, com sua condução preliminar. Feito isto, partimos, então, para a análise qualitativa, retomando toda a documentação e realizando uma análise cronológica e pontual.

Nesta etapa, efetivamos a leitura de todas as pastas, observando documento a documento, numa ordenação cronológica. Como método para esta

sobre a Série DOSSIÊS e uma coletânea de 5 volumes da coleção – Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro.

4 As tabelas e outros documentos estão disponibilizados no anexo e serão referenciados ao longo dos capítulos do livro.

etapa de trabalho, selecionamos alguns aspectos que seriam cuidados no trato às pastas observadas. Assim, em primeiro lugar, procuramos quantificar os tipos documentais prioritários presentes em cada uma para, por um lado, verificar a tipologia prevalecente, confirmando ou contestando os indicativos da análise quantitativa. Por outro lado, para estabelecer uma seleção dos documentos que seriam lidos cuidadosamente. Para esta seleção, tomamos como critérios de escolha a análise de documentos que tivessem grande incidência e de documentos que apresentassem um posicionamento dos representantes do regime, como por exemplo os relatórios, que sempre trazem um indicativo do pensamento dos órgãos produtores.

Esta nova fase de observação privilegiou o refinamento do registro em relação aos tipos de documentos existentes e suas temáticas prevalecentes. Utilizamos a organização cronológica e indicamos ano a ano, o montante de pastas existentes privilegiando, agora, a tipologia documental e a temática predominante na elaboração de uma nova tabela. Nossa intenção foi a de facilitar a visualização das temáticas e tipologias documentais principais, demonstrando os momentos de mudanças de tipos de documentos e a permanência de alguns por períodos determinados.

O resultado do cruzamento das duas tabelas nos propiciou atentar para os documentos que precisariam ser analisados; assim, feita a seleção documental, atentamos para dois aspectos distintos. O primeiro refere-se à organização visual do documento e o segundo ao seu conteúdo. No que chamamos de observação visual, procuramos verificar os aspectos que compõem a forma do documento, analisando: presença de timbre, cabeçalho, órgão de origem e difusão, estrutura do documento, assinatura, carimbos e anotações posteriores.

Esta observação tem como intuito verificar as mudanças e permanências efetivadas na apresentação dos documentos, analisando o sentido destas, na estruturação do regime e ao mesmo tempo, analisando a própria organização do aparato informativo, pois estes dados da documentação nos remetem aos órgãos existentes e seus padrões de comunicação. Assim, este aspecto da análise cumpre dois objetivos: o primeiro é o de conhecer mais profundamente a organização do aparato informativo-repressivo e o segundo é o de analisar seu percurso de estruturação. Estas pastas contêm documentação anterior ao regime e documentação que cobre todo o período; isto se mostra muito interessante, pois possibilita uma análise comparativa da estrutura dos documentos circulantes a partir do golpe de 1964 e mais precisamente a partir da organização do SNI. Nossa hipótese é a de que, com a estruturação do SNI, a documentação tornou-se mais variada, por circular entre vários novos órgãos expedidores e de difusão e mais complexa em sua apresentação, dada a intensificação do controle social e da própria circulação interna. Em função disto, consideramos necessária a observação de sua forma de apresentação.

Em relação ao conteúdo, utilizando a análise de conteúdo associada à análise de discurso, atentamos para três aspectos. Primeiro, a terminologia utilizada. Procuramos verificar o sentido assumido pelos termos utilizados, analisando as mudanças/permanências de sentido ocorridas ao longo do arquivamento. Segundo, as temáticas discutidas. A observação preliminar nos mostrou que algumas temáticas se concentram em anos específicos, possibilitando uma reconstrução das preocupações do regime. Terceiro, a própria enunciação observando, através do discurso, os sentidos constituídos.

Toda enunciação considera o contexto de pronunciamento do discurso, o que nos leva, sempre, à preocupação em historicizar cada documento. Assim, ao considerarmos sua produção, observamos o momento em que foi produzido, seu diálogo com o cenário geopolítico e com as demandas internas, observando os interesses e conflitos colocados em seu entorno. Neste momento, cruzamos as informações dos documentos institucionais com outros documentos e com as informações da imprensa, observando as formas de reverberação dos temas políticos.

O resultado desta pesquisa está organizado em cinco capítulos, agora comentados. O capítulo 1 “O SNI VISTO POR DENTRO: SOBRE A GÊNESE DO IDEÁRIO AUTORITÁRIO” parte dos primeiros documentos constantes da documentação de comunicação SNI-DEOPS que retoma o período de 1943-1960. Propomos discutir tanto as causas do interesse do SNI por documentação tão anterior, como, também, o quanto este interesse aponta para as linhagens de pensamentos já presentes no ante golpe. Ao mesmo tempo, a partir destes documentos, apresentamos o cenário do pré-guerra, com o reordenamento geopolítico e o americanismo em movimento. Abordamos as dinâmicas internas à Corporação Militar, discutindo tanto o Clube Militar quanto a ESG (Escola Superior de Guerra), apontando as vertentes de pensamentos em conflito no contexto do pré-golpe. Discutimos, também, a participação mais assertiva dos militares na proposição de um golpe e suas conexões com o americanismo e com as ideias liberais, bem como a constituição dos institutos de pesquisas para a formulação de projetos de nação. Neste sentido, discutimos o contexto que antecede o golpe, apresentando aspectos que o explicam.

O capítulo 2, “IDIOSSINCRASIAS DE UM PROJETO EM CONSTRUÇÃO: A INSTITUCIONALIZAÇÃO COMO REFLEXO DE UM DISCURSO AMBÍGUO OU CINDIDO”, apresenta o Aparato Repressivo-Informativo nascido com a formação do SNI, tendo como característica principal a manutenção da estrutura informativa-repressiva já existente antes do golpe; ao mesmo tempo, analisamos os governos de Castelo Branco e Costa e Silva na estruturação do sistema político autoritário, observando as tipologias de violência praticadas neste momento, considerando o corpo de leis, órgãos e a circulação da comunicação interna. Observamos que, diferentemente da

ideia de senso comum, foi durante o governo de Castelo Branco que toda a estrutura de um Estado autoritário foi conformada, com a manutenção de um discurso nacionalista-legalista tendo, no governo de Costa e Silva tanto o aprofundamento da militarização do Estado, quanto o tensionamento das relações internas à Corporação Militar.

O capítulo 3, “A CONSOLIDAÇÃO DA VIOLÊNCIA COMO LÓGICA SOCIAL: O APRIMORAMENTO DO APARATO INFORMATIVO-REPRESSIVO”, discute a sedimentação do autoritarismo, observando a estruturação da lógica repressiva nos órgãos propriamente de repressão, os DOI-CODIs e a reestruturação das polícias militares nos estados tendo a violência como norteador institucional. Neste momento, numa perspectiva genealógica, buscamos reconstituir a história do policiamento relacionado à segurança pública no intuito de compreender a estruturação da polícia militar nesta função. Este capítulo prioriza a passagem do governo Costa e Silva para o de Garrastazu Médici e analisa as alterações ocorridas na produção da informação. A documentação muda e sua nova tipologia nos ajuda a entender os movimentos do processo político.

O capítulo 4, “MERGULHANDO NO DISCURSO CATALISADOR”, como o próprio título indica, é um mergulho na produção documental. Analisamos especificamente a documentação prioritária do governo Médici, centrada nas apostilas do Comunismo Internacional, refletindo sobre os motivos que levaram este governo a voltar a priorizar o discurso anticomunista e analisando suas estratégias discursivas, atentando para a forte incidência da desinformação e da dinâmica de guerra como lógica discursiva. Vemos que este capítulo busca destrinchar os discursos e seus sentidos.

O capítulo 5, “DISTENSÃO, TRANSIÇÃO POLÍTICA E PERMANÊNCIAS AUTORITÁRIAS”, discute o período dos governos de Geisel e Figueredo, priorizando o debate sobre a Distensão e seus significados para a transição política. Analisamos os discursos e as práticas em relação ao processo de abertura, catalisados pelo debate sobre os direitos humanos e, na sequência, sobre a anistia refletindo, por um lado, sobre os seus sentidos e limites e, por outro lado, sobre as diferentes formas de permanências autoritárias.

CAPÍTULO 1

O SNI VISTO POR DENTRO: sobre a gênese do ideário autoritário

No dia 1.º de abril de 1964, Cony saiu às ruas e não acreditou no que viu. Havia no ar uma mistura de euforia, covardia e medo. Pessoas corriam assustadas, outras cantavam o Hino Nacional. E havia armas, muitas armas. O pesadelo estava começando. Cony percebeu que era hora de falar. Era urgente dizer o óbvio- que o cidadão estava com medo e envergonhado (CONY, 2004, orelha).

Carlos Heitor Cony, jornalista, escrevia no jornal Correio da Manhã e, atônito com o que via, canalizou sua surpresa em suas crônicas, depois organizadas em livro⁵. Através destas crônicas identificamos pessoas e grupos que se opuseram ao golpe; sentimentos e ideários conflituosos, contrastantes e opostos; expressões do cotidiano não perceptíveis na visão dos organizadores do golpe, numa leitura diversa daquela que encontraremos no discurso oficial. Situação parecida veríamos se acompanhássemos aqui a diversificada produção intelectual e/ou artística do período. E, apesar da extrema riqueza desta abordagem que nos permitiria desnudar as perspectivas, características, tensões e limites de diferentes estratos sociais, trazemos aqui a perspectiva institucional, através das fontes produzidas pelo próprio governo. Isto se justifica, como discutido em nossa Introdução, pela problemática proposta; visamos analisar a estruturação de um Estado autoritário e as fontes institucionais podem nos mostrar isto, conjuntamente com a explicitação dos interesses e perspectivas dos detentores do poder. Assim, saiba o leitor que, ao abordarmos o tema a partir da documentação institucional, do que nos diz os documentos, encontraremos uma narrativa que muitas vezes nos informa pelo não dito, no questionamento da própria fonte. Assim, oito dias após o golpe de 1964, antes mesmo da eleição do presidente Castelo Branco, através dos Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, institui-se o primeiro ato legal – o Ato Institucional nº 1:

À NAÇÃO

[...] O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da revolução que se

5 O livro *O Ato e o Fato – o som e a fúria das crônicas contra o golpe de 1964* foi publicado pela primeira vez pela editora Civilização Brasileira em 1964, sendo republicado pela editora Objetiva em 2004.

tornou vitoriosa com o apoio da Nação em sua quase totalidade, se destina a assegurar, ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil [...]. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar. [...]

Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País⁶ (ALVES, 2005, p. 53).

O Ato Institucional nº 1, como primeiro procedimento de institucionalização do regime, corporificou o perfil destes governos expondo, ao mesmo tempo, alguns conflitos que circundavam o próprio golpe. Ele estipulou, com uma “faceta democrática”, a manutenção dos três poderes existentes. Contudo, garantiu a centralização do poder através da limitação drástica dos poderes do Congresso; do estabelecimento de eleições indiretas, via Colégio Eleitoral e pelo cerceamento do Judiciário, neste momento, através do expurgo de 49 juízes. O Executivo passou a exercer o controle e suspensão dos direitos individuais, cancelando a vitaliciedade e estabilidade por seis meses de todo o funcionalismo público do Estado.

Este último aspecto possibilitou, dentro do prazo estipulado pelo Ato Institucional, os expurgos a toda a burocracia, abrindo caminho para a chamada Operação Limpeza, procedimento que visava destituir de poderes e/ou direitos políticos todos os políticos e funcionários públicos considerados indesejados, seja através da suspensão temporária de direitos constitucionais, seja pela instauração dos IPMs (Inquéritos Policiais Militares) que podiam atingir todos os funcionários públicos civis e militares. A Operação Limpeza norteava-se pelos princípios do manual básico da ESG (Escola Superior de Guerra) que criou estratégias específicas para cada área de atuação, “definidas pelo Manual Básico como estratégias política, econômica, psicossocial e militar” (ALVES, 2005, p. 44). O AI-1 estabeleceu a data limite de 15/06/64 para a efetivação dos expurgos, tornando-os até este momento, legais. Este ato nos possibilita algumas reflexões.

Ao mesmo tempo em que a publicação deste Ato Institucional garantiu a repressão ilimitada e o expurgo dos políticos e funcionários públicos indesejados; a fragilidade dos outros poderes institucionais e a centralização do poder no executivo, foi estabelecido como procedimento legal. A publicação

6 Aqui está reproduzido um trecho de publicação do Diário Oficial da União de 9 e 11 de Abril de 1964. Este Ato foi assinado pelo tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Mello, pelo vice-almirante Augusto Hamann R. Grunewald e pelo general Arthur da Costa e Silva, este último autointitulado Comandante-em-chefe do Exército. Foi ele quem criou e presidiu o “Comando Supremo da Revolução” detendo, então, o poder ‘de fato’ até a posse definitiva de Castelo Branco em 15/04/64.

de atos institucionais, apesar de referências anteriores, foi utilizada como organizador do Estado apenas pela ditadura civil-militar, criando um procedimento de normatização que, como colocado por Heloisa Câmara, garantia “[...] a desnecessidade de aprovação legislativa, alinhada à construção de que os atos estavam acima da constituição e a cláusula de exclusão de apreciação judicial tornaram-no a estratégia jurídica central dos juristas do regime” (CÂMARA, 2021, p. 274). Neste sentido, o Ato criava uma situação jurídica de normalidade, com a manutenção da Constituição de 1946 e de exceção na normalidade já que, apesar da existência da Constituição, o Ato se sobrepunha a ela e, como dito, não dependia da aprovação do poder legislativo, inviabilizando um questionamento do judiciário.

Este ato explicitou a preocupação quanto a manutenção de um Estado legalmente instituído, mas apresentou indícios que apontam para os conflitos internos à própria instituição militar. Isto porque, imediatamente após o golpe já havia uma profunda tensão entre os vários setores da instituição militar, explicitada genericamente em duas grandes tendências: os “castelistas” e os “membros da linha dura”⁷, anunciando um comando “bipartite”. Assim, de um lado o grupo castelista controlava o executivo e toda a legislação imposta a partir de sua posse em 15/04/64 e procurava criar um governo respaldado pela legislação, só se movimentando dentro do aparato legal constituído pelo próprio governo. Por outro lado, o grupo ‘linha dura’, através do Ato do Comando Supremo da Revolução nº 9 e Portaria nº 1⁸, sob o Comando de Costa e Silva, garantiu o domínio de parte do aparato repressivo, através do controle dos IPM(s). Segundo este ato e portaria “[...] os encarregados de inquéritos e processos (visando às suspensões de direitos políticos, às cassações de mandato, etc.) poderiam delegar atribuições referentes a diligências ou a investigações [...]” (FICO, 2001, p. 36). Aos poucos, os Inquéritos Policial-Militares passaram a agir sobre qualquer pessoa considerada suspeita, estendendo os expurgos a toda a sociedade. Além da ampliação dos possíveis atingidos, a definição de provas era muito subjetiva, dependendo da decisão do coordenador da investigação, nas mãos de coronéis vinculados à linha-dura. Esta multiplicidade de comando permanecerá durante todo o regime, criando perfis específicos de conduta em cada governo.

7 Há vasta bibliografia demonstrando a falta de homogeneidade interna às Forças Armadas (MARTINS FILHO, 1996; CHIRIO *et al.*, 2012). Podemos apontar uma diversidade maior que os dois grupos informados pois, além destes, havia um grupo de militares mais à esquerda, alguns membros do PCB e um grupo denominado de legalistas, do qual o Marechal Teixeira Lott era parte e foi figura central no impedimento dos golpes de 1955 e 1961. O tema dos conflitos internos à Corporação Militar será abordado ao longo do livro.

8 Esta Portaria e Ato nº 1 publicados, ainda durante a vigência do Comando da Revolução, que tinha à frente Costa e Silva, como Comandante-em-Chefe do Exército, possibilitava a autonomia daqueles escolhidos para a chefia ou coordenação das investigações.

Apesar da polaridade aqui indicada, devemos lembrar que, formalmente, a Instituição Militar e então a ditadura civil-militar pautavam-se pelos mesmos referenciais teóricos organizados na chamada Doutrina de Segurança Nacional alinhavando assim, um entendimento sobre o modelo de Estado em construção. Esta doutrina foi formalizada pela ESG (Escola Superior de Guerra), fundada em 1949, no contexto de Guerra Fria, aspectos estes discutidos ao longo do texto. Por ora, é suficiente dizer que a Doutrina de Segurança Nacional formulava um corpo de pensamento que visava responder às questões colocadas pelo contexto:

Em sua variante teórica brasileira, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna, uma teoria do papel do Brasil na política mundial e de seu potencial geopolítico como potência mundial, e um modelo específico de desenvolvimento econômico associado-dependente que combina elementos da economia keynesiana ao capitalismo de Estado⁹ (ALVES, 2005, p. 26).

Queremos indicar que a ditadura civil- militar brasileira se estruturou a partir desta doutrina para propor uma concepção de Estado autoritário. Em seus aspectos gerais, previa um rígido controle social calcado na ideia da existência da subversão interna e, conseqüentemente, na necessidade de extingui-la. Baseados na concepção da guerra não declarada e assumindo a existência do ato subversivo e insurrecional no interior do país, esta doutrina passava a autorizar a perseguição do inimigo interno, como composição das ideias de guerra revolucionária e insurrecional, procedimento este iniciado com os expurgos autorizados pelo AII. Como último aspecto, devemos salientar que se trata de uma proposição teórica que precisará estabelecer procedimentos práticos para sua própria efetivação e são estes, no choque com interesses diversos, que definem os limites da própria ação.

Como já desenvolvido por Maria Helena Moreira Alves, o golpe civil-militar previa a institucionalização do Estado repressivo, mas sua materialização efetiva se deu numa relação dialética com a sociedade, ganhando uma configuração nascida do resultado desta mesma relação. Acreditamos que um outro aspecto deve ser acrescentado a esta dinâmica: a existência de uma relação conflituosa dentro da própria instituição militar, para a efetivação da

9 Considerando o artigo produzido por mim indicado na citação nº 1, apresento uma pequena distância da proposição de Alves no que diz respeito à caracterização da economia. A autora aponta traços de um capitalismo de Estado associado a uma política Keynesiana; a nosso ver, durante a ditadura já se estruturava numa política neoliberal e não keynesiana, que associa centralização do poder, violência do Estado e cerceamento às demandas sociais no fomento ao capitalismo vigente. E, neste sentido, a DSN se apresenta como o braço repressivo e doutrinador para este projeto.

concepção de Estado previamente proposta pela Doutrina em questão. Neste sentido, teríamos duas dinâmicas, com perfis distintos, a serem pensadas na análise do processo de constituição do Estado proposto. Assim, o regime passou por um contínuo processo de constituição composto, por um lado, pelos embates internos à própria instituição, e por outro lado, pela dinâmica imposta por sua relação dialética com a sociedade civil, mas sempre norteado pela Doutrina de Segurança Nacional, no intuito de sua efetivação; com isto, estamos afirmando que o golpe de 1964 carregava um projeto de Estado, embasado nesta doutrina autoritária.

É neste contexto de necessidade de apropriação de informações sobre o inimigo interno, calcado num ideário previamente formulado mas, ao mesmo tempo, de contínuos conflitos de interesses dentro da instituição militar, de manobras e debates sobre legalidade, que é criado o SNI. Chamado de Serviço Nacional de Informações, foi instituído em 13/06/64. Sua criação demarca claramente os interesses em cena. Por um lado, o grupo chamado “linha dura” esperava a constituição de um órgão com poderes de informação e repressão, que viabilizasse a continuidade e radicalização dos expurgos iniciados com o AI-1. Por outro lado, os representantes do então Presidente Castelo Branco o caracterizavam como um órgão de Informações, capaz de nutrir o poder Executivo de informações relevantes para sua própria atuação. Este embate gerará uma ambiguidade que permeará toda a existência deste órgão, acompanhando o longo processo de constituição de todo o Aparato Repressivo.

Formalmente, o SNI constituiu-se como órgão de Informações, respondendo aos interesses da Presidência da República. Desde o momento de sua criação, ganhou status de Ministério, apesar de não o ser, estruturando vasta ramificação de órgãos de informação, tanto em nível federal, quanto estadual e municipal. Assim, houve o estabelecimento de DSIs (Divisão de Segurança e Informações) em cada ministério civil e militar, diretamente subordinado ao SNI. Estas DSIs eram coordenadas por diretores escolhidos pelo presidente da república e tinham que ter formação na ESG; se fossem civis, deveriam apresentar certificado de participação em seus cursos e se fosse militar, ter diploma da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. As DSIs eram alimentadas pelas informações produzidas nas ASIs (Assessoria de Segurança e Informações) presentes nos diferentes setores da administração pública vinculados aos ministérios existentes. Vemos a materialização do poder e extensão do SNI na contínua expansão física de suas salas e na verificação do montante da verba destinada a este órgão, incluindo em seu valor uma verba oficial e uma verba secreta, ambas destinadas ao seu funcionamento. Informalmente, representou o início da constituição de um extenso Aparato Repressivo, que gradativamente se constituiu de órgãos de informação e repressão.

1.1 A comunicação do SNI-DEOPS/SP: interesses e construção de sentidos

O DOPS-SP¹⁰ foi criado em 1924, com a função de polícia política e manteve-se em funcionamento até 1983. Ao classificarmos suas funções no escopo do crime político, estamos dizendo que são crimes contra o Estado estabelecendo, como função primeira e essencial, a vigilância social. Ao longo deste tempo, o órgão observou os movimentos da sociedade, através do acompanhamento da imprensa; da ação dos agentes infiltrados e da circulação de informações e documentos entre as delegacias.

Com a criação do SNI, em 13/06/1964, poderíamos supor uma alteração nos papéis e funções destes diferentes órgãos, mas os documentos nos mostram que, em sua fase inicial, o SNI procurou constituir seu acervo através das informações produzidas tanto por suas Divisões de Segurança e Informações (DSIs) quanto pelos DEOPS dos estados, estabelecendo uma comunicação contínua entre os órgãos. A documentação concernente à comunicação SNI-DEOPS/SP encontra-se, hoje, arquivada no Arquivo Público do Estado de São Paulo e está organizada em dois dossiês, pertencentes à Série Dossiês¹¹. Esta série percorreu praticamente todo o período do regime, finalizando em 1983, ano do fechamento do DEOPS/SP, pelo então governador José Maria Marin.

Para o objetivo deste capítulo analisaremos os documentos da comunicação SNI-DEOPS/SP relacionados ao momento do golpe e seus primeiros anos. Queremos constatar as preocupações e questões que permearam sua origem, estabelecendo um diálogo entre a documentação e os embates legais e conflitos de interesses que circundaram a criação do SNI. Estas pastas nos reservam bons questionamentos.

O primeiro se refere ao tipo de documentação arquivada nas três primeiras pastas¹². Ao iniciarmos a observação da primeira pasta, 20.C.02-001,

10 A nomenclatura do DEOPS variou ao longo de sua existência. Nasceu como DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), em 1924, e morreu como DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), em 1983.

11 O Acervo do DEOPS/SP contém um conjunto de livros de inquéritos policiais, além de quatro séries documentais vinculadas a setores distintos dentro do DEOPS/SP. São elas: a série Prontuários, a série Ordem Política, a série Ordem Social e a série Dossiês. Esta última, objeto de nossa pesquisa, é composta por um conjunto de documentos com características distintas, compiladas para finalidade específica. Trata-se da reunião de documentos de ordens diversas num montante de 9.626 pastas e cerca de 1.100.000 fichas. Estas pastas estão organizadas em dossiês demarcados por um código alfanumérico, composto de um número, uma letra e outro número. O primeiro número, uma dezena, representa um tema amplo; a letra representa um ambiente social e a última dezena geralmente tem um sentido cronológico. Para entender melhor a organização da série Dossiês, ler: AQUINO, Maria Aparecida de. *et al.* (org.). **No Coração das Trevas**: o DEOPS/SP visto por dentro. SP: Imprensa Oficial do Estado, 2001. p. 29-30. (Coleção: Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro).

12 Estes documentos não possuem um padrão; foram produzidos por diferentes setores do próprio DEOPS/SP, cada qual possuindo uma condução distinta de organização documental. Assim, alguns contêm informações

encontramos documentos datados de 1943 a 1950; a segunda pasta (20.C.02-002) abrange o período de 1950 a 1958 e a terceira pasta (20.C.02-003) o período de 1958 a 1964. Assim, nossa primeira ponderação diz respeito ao sentido de arquivamento de documentação anterior ao momento de criação do SNI. Foram produzidas pelo DEOPS/SP e solicitadas para arquivamento na documentação de controle do SNI. Acreditamos que este procedimento pode auxiliar a esclarecer as preocupações e interesses do SNI e, então, de amplos setores da ditadura.

Procederemos, então, a uma pequena descrição de parte da documentação, com o intuito de partilhar com o leitor, o conteúdo e ponderações sobre os documentos de interesse do SNI no período anterior à sua constituição. A documentação desta primeira pasta é, então, uma viagem no tempo. Ao aportarmos em seus textos, observando-os cronologicamente, deparamo-nos com o governo de Getúlio Vargas. Dentre os 90 documentos presentes nesta pasta, 58, ou seja, quase 2/3 de toda documentação, se refere ao período de governo de Getúlio Vargas, entre os anos de 1943-1945.

Esta observação traz à lembrança uma citação de Elio Gaspari referindo-se ao Presidente Ernesto Geisel, no episódio da demissão do Ministro do Exército, Sílvio Frota:

Geisel, que fizera o primeiro lance, jogava com as brancas depois de ter participado de quatro golpes vitoriosos, em 1930, 37, 45 e 64. Sabia como se ganha. Por ter perdido em outras três ocasiões (1955, 61 e 65), sabia onde e como se fracassa. Dizia com freqüência: ‘Esse negócio de golpe é muito difícil. Vi sete, posso falar (GASPARI, 2002, p. 25).

Acreditamos que esta citação nos ajuda a situar as explicações referentes à presença de documentação tão anterior nas pastas que concentram os documentos de comunicação do SNI-DEOPS/SP. A série Dossiês, caracterizada pela composição de documentos diversos, se originou e teve como eixo central os relatórios dos agentes infiltrados do DEOPS, que só começaram a ser produzidos nos anos 1940. Geisel citou quatro golpes vitoriosos, sendo que o primeiro situado nos anos 1940 foi o que tirou Getúlio Vargas do poder em 1945, período abordado por parte da documentação inicial desta pasta. A citação de Geisel indica que a atitude golpista necessita de um aprendizado, que foi construído através da experiência prática e do acúmulo de informações sobre todos os momentos eleitorais e/ou politicamente instáveis. A

sobre seus órgãos de Origem (setor que produziu) e Difusão (a que setores ou órgãos se destina), bem como formatação definida e numeração de produção. Outros contêm apenas o próprio conteúdo documental e dados de arquivamento. Estes são limites com os quais o pesquisador que trabalha com essas fontes documentais precisa lidar.

documentação das duas primeiras pastas confirma esta afirmação. A pasta 001 contém documentação de dois importantes e sequenciais momentos eleitorais: 1945 e 1950 tendo, como já dito, a maior incidência de documentos concentrados entre 1943-45. Ponderemos sobre este recorte, considerando os aspectos geopolíticos e o cenário nacional.

Tudo começa a se alterar a partir de 1941, com as primeiras negociações entre Brasil e EUA para a obtenção de empréstimos para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional e a modernização das Forças Armadas, trazendo como contrapartida a permissão de bases estadunidenses no nordeste. Trata-se, neste caso, de alteração dos parceiros e diálogos internacionais, em contexto de guerra. No ano de 1942 os acordos são fechados, levando o Brasil ao alinhamento com o EUA na guerra e sedimentando os primeiros passos do que Tota (2000) denominou como a americanização do Brasil. O autor demonstrou que a partir deste ano houve um contínuo investimento por parte dos EUA na aproximação dos dois países, aproximação esta definida e planejada pelo *Office of The Coordinator of Inter-American Affairs*, órgão criado em 1940 e que tinha Nelson Rockefeller como coordenador. O órgão propôs uma intensa política de aproximação entre os dois países, com uma agressiva política de comunicação, investindo fortemente na publicidade de produtos americanos, viabilizando a entrada da Coca-Cola e da Kibon no ano de 1942, entre outros produtos, além da publicação de revistas¹³, panfletos e investimentos em rádios. O intuito era vender, fossem produtos ou, como colocado pelo autor, o próprio sistema. Para tanto, outra estratégia utilizada foi a interlocução com o Instituto Gallup para a pesquisa de costumes e gostos latino-americanos, bem como acordos com o FMI para acompanhar aproximações com o eixo (TOTA, 2000).

Paralelamente, foi formada a *Brazilian-American Joint Group*, os *Staff Officers* (1941), voltada para as aproximações e acordos econômico-militares, com o discurso do esforço de guerra, visando o aparelhamento do Brasil para suas funções de defesa (RIBEIRO, 2012). Este órgão foi o responsável pela organização da primeira missão de trabalho de cooperação econômica, a Missão Taub, com o envio de 10 engenheiros para o estudo das condições de infraestrutura. Como o relatório produzido pela comissão não foi publicado, não podemos ter a dimensão de sua extensão. Outras comissões foram formadas ao longo dos anos, a Missão Cook em 1942, a Missão Abbink em 1947, sendo que a que gerou maiores frutos foi a Comissão Mista Brasil-EUA, ocorrida em 1951/52, que visava, como consta em seu relatório, “[...] criar um instrumento de trabalho capaz de alcançar resultados práticos no campo da

13 O Office foi responsável pela publicação da revista *Em Guarda* e, apesar da revista *Seleções do Reader's Digest* não ter sido controlada por eles, entrou no Brasil em 1942, cumprindo o mesmo papel.

cooperação econômica entre os dois países” (CENTRO CELSO FURTADO, s/d, p. 281), atentando para as condições da produção agrícola; da produção industrial; dos recursos minerais; da capacidade energética e dos transportes; da capacidade do mercado interno; das disparidades regionais; tendo “...como objetivo final da Comissão Mista, a criação de condições para incremento do fluxo de investimentos públicos e privados, nacionais e estrangeiros, requeridos para acelerar o desenvolvimento econômico [...]” (idem, p. 282).

Vemos que a americanização foi planejada visando contemplar todo o tecido socioeconômico, num projeto que previa diferentes ações, negociações e campos de investimentos pensados no médio e longo prazo, o que nos fará voltar a este tema posteriormente.

No cenário interno, o ano de 1943 foi um divisor de águas para o longo governo de Getúlio Vargas. O presidente já sabia que não poderia sustentar seu governo, no modo como estava constituído, a partir do final da guerra e assim, começou a preparar algumas reformulações estratégicas em sua base política, que são iniciadas em 1943. Propõe uma legislação referente à previdência social, uma nova estrutura sindical e passa a considerar a criação de um partido trabalhista. Em novembro deste ano deveria ocorrer o plebiscito previsto na Constituição de 1937 e era o mês de aniversário do golpe. O clima era tenso e as lideranças políticas acompanhavam a perspectiva de novas articulações por parte de Getúlio Vargas.

Ele já havia garantido articulações para sua continuidade em 1937. Naquele contexto, deveria deixar o poder em janeiro de 1938, pois a Constituição de 1934 não previa a possibilidade de reeleição. Apesar de tentar pressionar o Congresso para a reformulação desta lei, não foi feliz, passando a articular um golpe de Estado. Este ocorreu em novembro de 1937, acompanhado de uma nova Constituição, que previa um plebiscito para a escolha de um novo presidente dali a seis anos. Assim, o ano de 1943 era um ano de muitas apreensões, pois estava em jogo a confirmação da realização deste plebiscito, bem como o próprio prestígio de Getúlio Vargas e a continuidade de sua vida pública. Nosso primeiro documento é datado de 27/11/43, “Comunicado: Manifestações hostis contra o Presidente da República por estudantes, em cinema. Do Assistente ao Dr. Delegado Chefe do ‘SS’” (Pasta 20.C.02-001, documento 01, 27/11/43)¹⁴.

Este documento apresenta a reação de estudantes paulistas a uma propaganda governamental, vaiando o presidente ao assistir à exibição de trecho de sua viagem ao Rio Grande do Sul, exibida no cine Ritz, sito à Av. São João. O

14 Pasta 20.C.02-001, documento 01, 27/11/43. ‘SS’ é a sigla que designa o setor – Serviço Secreto do DEOPS/SP. Foi criado em 1940 e esteve subordinado diretamente ao chefe do DEOPS/SP a maior parte de sua existência.

agente que redigiu este relatório define sua própria posição frente aos acontecimentos narrados, na escolha das palavras utilizadas, relacionadas aos fatos que são destacados. Na conjugação destes cruzamentos, podemos perceber valores e posicionamentos. Assim, o próprio título indica grave atuação destes estudantes, ao se registrar o termo “hostis” para o ato de vaiar o presidente, dentro de um cinema. O desfecho dos fatos descritos, confirma esta visão, pois cinco estudantes foram presos para averiguações.

Os primeiros 3 documentos apresentam oposições, com o perfil acima, ao presidente e os 15 documentos subsequentes discutem aspectos de uma visita de Getúlio Vargas a São Paulo, em dezembro deste mesmo ano. Os números nos servem para atentarmos para os momentos e questões que demandaram interesse por parte dos militares, que requereram estes documentos para o arquivamento nas pastas de comunicação com o SNI. Estes documentos apresentam a imagem de Getúlio Vargas a partir da cidade de São Paulo. Em dezembro esteve na cidade, para garantir seu fortalecimento político através da tentativa de melhorar a imagem do interventor paulista Fernando Costa parte, como visto, de uma estratégia geral de reformulação de sua base e estratégias políticas.

Estes primeiros 58 documentos apresentam dois perfis: um grupo traz dados sobre a disposição de estudantes, trabalhadores/sindicatos e funcionários públicos em relação à figura do presidente. Para os agentes do DEOPS/SP o balanço geral dos apoios e oposições a Getúlio, em São Paulo, em relação aos estratos discriminados acima indicava: a oposição dos estudantes; a oposição das entidades sindicais, apesar do apoio dos trabalhadores e, por fim, o apoio do funcionalismo público¹⁵. Este apoio decresce no ano seguinte, em função da situação econômica, como indicado no documento abaixo “De ‘S.2’ ao chefe do SS – Assunto: Prestígio do Presidente Vargas – Resumo: O prestígio do Presidente Vargas decresce sensivelmente. O descontentamento é geral, acrescido pela desvalorização de nossa moeda” (Pasta 20.C.02-001, doc. 20, de 07/02/44).

O segundo grupo apresenta contatos estabelecidos por Getúlio Vargas no último ano de governo, mostrando reuniões com diplomatas de outros países, membros da imprensa nacional e internacional e a assinatura de alguns Decretos-Lei. Getúlio Vargas é deposto por um golpe militar em 29/10/45 representando, pela fala de Geisel, um golpe vitorioso.

A escolha dos documentos arquivados na comunicação SNI-DEOPS/SP traz uma radiografia social destes anos de turbulências, mapeando os grupos de apoio e oposição a Vargas. Os documentos acabam por estabelecer forte conexão com o acirramento dos conflitos ocorridos no ano de 1945. Devemos

15 Este balanço está descrito em documento da pasta 20.C.02-001, documento 13, de 23/12/43.

lembrar que, em função deste reordenamento geopolítico, abriu-se espaço para o questionamento da ditadura Vargas e a chave discursiva mobilizadora do processo foi a defesa da democracia. Diferentes setores sociais organizaram manifestações de repúdio ao autoritarismo, entre eles a OAB; a ABI; os estudantes, como presente na documentação, e vastos setores da intelectualidade.

Exatamente em 1945 foi organizado pela ABDE (Associação Brasileira de Escritores) o 1º Congresso Brasileiro de Escritores, que trazia como pano de fundo a defesa da democracia e a profunda crítica e oposição ao Estado autoritário. Trata-se de evento interessante pois, além de expressar a posição de grande parte da intelectualidade, já que tinha representantes de todo o país, com nomes respeitados no âmbito intelectual, desnudava as tensões entre os diferentes ideários circulantes, pondo em oposição óbvia liberais e getulistas, mas também, indicando conflitos latentes entre liberais e diferentes gradações de grupos de esquerda, divergências estas que se intensificarão nos próximos anos, explicitadas no contexto de organização das próximas edições do Congresso, ocorridas em 1947 e 1950¹⁶. Além disto, explicita a forte presença do ideário liberal, aparentemente vencido pelo nacionalismo nascente em 1930, agora novamente fortalecido, justamente em contexto geopolítico de aproximação do Brasil ao liberalismo estadunidense, com a política agressiva iniciada por estes, acima apresentada.

A nosso ver, assim, a opção do SNI pelo arquivamento destes documentos, aponta para o tipo de informação privilegiada, demonstrando a preocupação em identificar os grupos de apoio e oposição, os conchavos políticos, os ideários circulantes e as estratégias utilizadas. Ao mesmo tempo, a observação da documentação escolhida para compor a comunicação do SNI-DEOPS/SP nos possibilita imediatamente perceber ideários em circulação e construção e a forte penetração *soft* efetivada pelos EUA, “[...] um programa de ‘conquista de corações e mentes’ dos brasileiros, em vez de submissão militar” (TOTA, 2000, p. 180) e, caro leitor, atente para estes dois aspectos ao longo do texto.

Excetuando-se o documento 59 que remete ao ano de 1946 já estamos, com os últimos 30 documentos desta pasta, no ano de 1949, em novo momento pré-eleitoral, extremamente complexo por alinhar, mais uma vez, a possibilidade de retorno de Vargas ao poder. O documento 65 (Dossiê 20.C.02, pasta 001, doc. 65, 1949)¹⁷ é bastante sintomático:

16 O aprofundamento deste evento, em suas diferentes edições, foi discutido por esta autora, em coautoria com Fernando Forattini, em artigo publicado na Revista Projeto História – Dossiê nº 78, 2023.

17 Dossiê 20.C.02, pasta 001, doc. 65, 1949. Os documentos destas primeiras pastas não seguem uma padronização. Alguns contêm cabeçalho, especificando órgãos de Origem (que produzem o documento) e órgãos de Difusão (a quem se dirige o mesmo); outros, como é o caso deste citado, não contém nenhuma especificação, além dos dados de arquivamento. O conteúdo do mesmo e a assinatura indicam que se trata de um relatório de um agente do DEOPS/SP de codinome Priá. Boa parte dos documentos da série Dossiês são constituídos de relatórios de agentes infiltrados deste departamento.

Movimento Político Nacional

Conclusão em virtude de investigações reservadas procedidas nos meios políticos desta Capital.

Já se conspira em São Paulo

Basta atentar-se devidamente para as reuniões que se realizam diariamente no “Hotel Excelsior”, no apartamento do deputado Waldy Rodrigues, do Partido Trabalhista, verificando-se as origens políticas dos componentes dessas reuniões, para que se chegue à conclusão lógica de que algo de anormal já se esboça no cenário político nacional. É tanto assim é que elementos de projeção da União Democrática Nacional¹⁸, tais como sejam: Julio de Mesquita Filho, Nicolau Tuma, Aureliano Leite, Capitão Porfirio Paz, Major Newton Santos, Morais de Andrade, tudo em franca camaradagem, esquecendo-se dos velhos ressentimentos. Já não nos traz duvidas alguma que se prepara uma ‘reunião’ Getúlio – UDN e Partido Comunista, este muito bem representado pelo seu ‘velho namorado’, o atual major Porfirio da Paz. [...]

Enquanto isso, o jogo prosseguirá, considerando-se desde já a luta eleitoral São Paulo, 28-01-1949

Priá.

Lembremos que o documento foi produzido pelo DEOPS/SP, em 1949; período governado por Ademar de Barros, governador que teve momentos de aproximação com Vargas e que se opunha à UDN. Este documento nos oferece uma visão interessante sobre a leitura do ato político; este agente afirma, logo no início do relatório, a iminência de uma conspiração. O fato de ocorrerem possíveis alianças políticas de ícones de vertentes distintas é lido como uma anormalidade, uma intenção de conspiração. Podemos entender tal leitura, pois os anos de governo Dutra demonstraram o contínuo fortalecimento do PCB, entre os anos de 1945 e 1947, chegando ao ápice da necessidade de Dutra de se valer de um dispositivo legal da Constituição de 1946 para tornar o PCB ilegal. A UDN, por sua vez, representava interesses liberais divergentes, tanto das propostas do PCB, quanto do próprio “getulismo”. Justamente estas forças opositoras são apresentadas, pelo agente responsável pelo relatório, em possíveis negociações, congregadas pela figura de Getúlio Vargas. Se retomássemos o Congresso dos Escritores Brasileiros, em sua edição de 1947, veríamos o início das tensões entre liberais e comunistas e sua forte propagação nos veículos de imprensa. Estes exemplos apontam para o acirramento do ideário político, explicitando ideários em ascensão, no caso liberais *versus* comunistas.

18 A UDN (União Democrática Nacional) foi fundada em 1944 e reunia políticos antigetulistas de tendência liberal. Seus membros estavam ligados a atividades distintas: havia intelectuais e profissionais liberais; grupos vinculados a atividades de exportação e importação, além do apoio de setores das classes médias urbanas.

Vargas procurou, de fato, estabelecer uma nova noção de alianças políticas, alianças estas calcadas em diferentes vertentes político-partidárias e o apoio de Adhemar de Barros à sua candidatura foi fundamental e explicitou a teia de apoios regionais e municipais que Getúlio articulou para a sua candidatura.

O relatório descreveu os encontros que teriam sido observados, apesar de incoerentes, na visão do agente. Uma grande sequência documental, que perpassa todo o ano de 1949, acompanha as reuniões ocorridas na sede da UDN, mas nenhum outro documento anuncia as possibilidades de acordos acima destacadas, confirmando sua inviabilidade. São apresentados, também, documentos que descrevem alguns passos do então Presidente, como uma viagem a Santos e uma viagem aos EUA, além das possibilidades eleitorais do possível candidato Adhemar de Barros¹⁹, sendo a questão sucessória a maior preocupação. Os documentos indicam grande efervescência política e, como visto, procuram acompanhar os passos das principais vertentes político-partidárias.

O documento abaixo discute a política nacional. O teor de seu texto indica a possibilidade de intervenção das Forças Armadas²⁰:

A situação política nacional, que vem atravessando uma fase de absoluta confusão, dando margem a sérias apreensões, pode ser encarada do seguinte modo: apesar de tudo quanto a imprensa vem veiculando sobre fórmula mineira, acordo inter-partidário, etc, não passa de mero palpíte, de simples boato.

O que há na realidade, é um desejo amadurecido do sr. General Dutra de passar o governo da república a um candidato de sua absoluta preferência, que é o General Canrobert Pereira da Costa.

Segundo informações de pessoas categorizadas, quando da sua estadia no Palácio do Rio Negro, ele procurou ouvir a opinião de todos os Generais que se achavam no Rio, sobre uma possível intervenção das Forças Armadas, no sentido de normalizar a situação do País. Consta que a maioria dos Generais divergira de tal propósito. Entretanto, ficou assentado que o General Cordeiro de Faria, que então não fazia parte do quadro social do Clube Militar, fizesse a sua inscrição como sócio e, em segundo, pleiteasse a sua eleição para Presidente da mesma entidade.

Isto, com o objetivo de uma vez conseguido a sua eleição, ele procurasse fazer um esforço coordenador das classes armadas para dar lugar

19 Adhemar de Barros começou sua carreira política no PRP (Partido Republicano Paulista) elegendo-se como deputado estadual em 1934. Foi interventor do Estado de São Paulo entre os anos de 1938 a 1941. Em 1946 criou o PSP (Partido Social Progressista) elegendo-se como governador em 1947. A partir deste momento, construiu uma carreira ascendente no Estado de São Paulo, com forte apoio popular.

20 Pasta 20.C.02-001, doc 80, de 04/03/50. Este documento foi produzido pelo setor S-O G dirigido à chefia do SS ; configura-se como um relatório, cujo título é *Política Nacional*.

à concretização d'aquele objetivo, isto é, preparando o terreno para a intervenção no caso sucessório.

Existem contudo, dois grupos militares em choque, um chefiado pelo General Newton Estilac Leal, que é absolutamente contra qualquer interferência das Forças Armadas no caso Sucessão, e o outro chefiado pelo General Cordeiro de Farias, que segundo dizem, anuiu ao desejo do General Dutra, de intervir como medida de salvação nacional (Pasta 20.C.02-001, doc 80, de 04/03/50).

O texto já se inicia indicando a existência de um ambiente conturbado, que causa apreensão. Apreensão e conturbação representam a leitura feita por estes agentes em relação a um momento sucessório, em si indefinido, com as características acima mencionadas. Poderemos notar, a partir deste documento, uma formulação discursiva que se repetirá com boa constância e que será apresentada, também, como discurso das próprias Forças Armadas: a ideia de conturbação e bagunça, criando a necessidade de intervenção militar como procedimento de organização do caos.

Destacamos, ainda, o fato de encontrarmos documentos discutindo o papel, anseios e posicionamentos de membros da própria instituição militar, fato este que se tornará constante e cada vez mais complexo. Neste caso notamos, por um lado, uma grande instabilidade em relação à sucessão incluindo, inclusive, uma possibilidade de intervenção e, por outro, a existência de grupos divergentes no seio das Forças Armadas, denotando também, um constante jogo de forças. Este documento nos reporta ao ano de 1950, demonstrando que as insatisfações políticas, no seio da instituição militar, eram muito anteriores ao ano de 1964, que estavam discursivamente construídas em oposição à ideia de caos e que caberia aos militares um papel importante na resolução deste cenário.

O documento é explícito em demarcar o papel do *Clube Militar*, como centro de discussão política e como o lugar que apresenta a materialização dos conflitos de interesses dentro das Instituições Militares. Assim, indica a necessidade do General Cordeiro de Farias em se associar ao Clube e pleitear a sua Presidência, para então partir para as negociações políticas, negociações estas necessárias em função da constatada existência de grupos divergentes compondo o quadro social deste clube.

O Clube Militar²¹ já vinha politizando suas discussões desde a queda de Getúlio Vargas em 1945. Naquele momento a polarização se dava em torno da questão do petróleo dividida entre o grupo nacionalista e o grupo que

21 Neste momento, pautamos a discussão referente ao Clube Militar na leitura do Dicionário Histórico-biográfico, texto referente ao Presidente Castelo Branco. Para isso, ver: ABREU, Alzira Alves *et al.* **Dicionário Histórico-biográfico brasileiro**. RJ: Editora FGV, 2001.

propunha a abertura para os investimentos externos, situação que explicita a participação dos militares na discussão política e nos projetos econômicos. Neste ano de 1950 houve a incorporação da discussão, e consequentes posicionamentos, em torno da sucessão presidencial do país e a possibilidade do retorno de Getúlio Vargas ao poder. Haveria eleições para a presidência da entidade e como visto pelo documento, o general Cordeiro de Farias se candidatou pelo grupo apoiado pelo Presidente Dutra e por Castelo Branco (não citado) em prol da intervenção militar no processo sucessório, em oposição ao grupo que investia na candidatura do general Newton Estillac Leal, que defendia a manutenção da legalidade nesta sucessão presidencial, bem como era favorável à manutenção do monopólio estatal do petróleo, enquanto a oposição defendia a participação do capital privado, na continuidade de um debate iniciado anos antes. Vemos, claramente, como todo o debate girava em torno de um projeto de Nação, considerando a perspectiva de entendimento sobre os modelos de desenvolvimento; perfil político do governante e, inevitavelmente, a concepção de Estado.

Este contexto sucessório provocou o arquivamento de muitos artigos de jornais, discutindo o processo sucessório, e muitos documentos de produção interna avaliando o mesmo. O documento 83 afirma a futura realização de um golpe por parte do governo:

O mesmo reservado informa ainda que, apesar das demarches políticas em torno da próxima sucessão presidencial, não haverá eleições pois já estaria preparado um golpe político, prorrogando o mandato do sr, Presidente da República.

O chefe da Nação a princípio, era contrário a esse golpe, mas coagido pelos partidos conservadores (PSP e UDN), que temem a força dos populistas, senhores Adhemar de Barros e Getúlio Vargas, teria concordado com essa medida anti-democrática²² (Pasta 20.C.02-001, doc 83, 8/03/50).

Este documento, em consonância com a discussão estabelecida até aqui, nos indica um traço presente na prática política nacional: apesar de afirmar que o ato golpista denota uma ação antidemocrática, é assumido como discurso possível, se aliado à necessidade de salvação nacional. Contudo, devemos destacar que este golpe não se efetivou e as eleições presidenciais ocorreram em 03/10/50, com a vitória de Vargas. Acreditamos que isto não foi por acaso pois, nas eleições à presidência do Clube Militar, houve a vitória do grupo do General Estillac Leal, contrário ao ato golpista. Este grupo tornou-se vitorioso e este general foi nomeado Ministro da Guerra no governo de Getúlio Vargas.

22 Pasta 20.C.02-001, doc 83, 8/03/50. Este documento é produzido pelo setor SS sob título de Informações Reservadas.

Este paralelo, a nosso ver, reforça o papel desta entidade; da heterogeneidade de sua composição e nos obriga a um acompanhamento concomitante dos passos e questões aí suscitadas, dada a variação da composição de forças. E todo este processo reforça o caráter extremamente politizado das Forças Armadas e sua presença contínua no cenário político. Já o arquivamento desta documentação reforça, por sua vez, o perfil de polícia política que caracteriza este setor e, como se trata do dossiê 20-C era esperado o acompanhamento dos setores políticos, próprio deste recorte documental. O interessante é a constatação de que um bom número de documentos se refere à movimentação da Corporação Militar, apontando para o fato de que este era um setor instável, presente nos momentos de embates políticos e, então, necessariamente acompanhado em seus movimentos, pela polícia política, que devemos lembrar, era civil, do estado de São Paulo. Vejamos novos desdobramentos

A vitória da chapa Estillac Leal- Horta Barbosa em 17 de Maio de 1950 acirrou a disputa entre os dois grupos, sobretudo em torno de artigos publicados na Revista do Clube Militar. Um deles, constante do número 107 da revista denominado 'Considerações sobre a Guerra da Coréia', contrário à intervenção norte- americana naquele país, causou vários protestos por parte da grande imprensa e da ala das forças armadas favorável a uma maior cooperação com os Estados Unidos. O grupo nacionalista foi acusado de simpatias para com o regime comunista da Coréia do Norte, tendo sido desencadeada contra ele uma ofensiva através de inúmeros telegramas e cartas, inclusive uma de Castelo Branco (ABREU, 2001, v. 1, p. 1212).

Vemos neste trecho um panorama de algumas questões que vinham se tornando bastante polêmicas e causando uma contínua ampliação das fissuras existentes entre grupos da Instituição Militar. Aqui estão colocados aspectos referentes à política internacional, aos interesses econômicos dos vários setores nacionais e estrangeiros, conseqüentemente à relação capital/trabalho, todos permeados pelos interesses em torno do controle do poder político e do papel das Forças Armadas. O documento destaca a divergência colocada entre as duas grandes alas do Clube Militar em torno da política externa e inserção geopolítica do Brasil. Vemos que o grupo composto por Cordeiro de Faria assumia o claro alinhamento aos EUA, tornando-se este um ponto de contínua tensão. Assim, não são questões pontuais, tampouco setoriais e demonstram que a ingerência dos setores militares na esfera política só tendia ao aprofundamento e, assim, ao aumento da crise interna no seio da Instituição Militar, por vincular-se à defesa de interesses desta ordem.

O documento aponta para uma questão que se tornará recorrente, ou seja, o ordenamento geopolítico da Guerra Fria e a necessidade de alinhamento num cenário polarizado. Destacamos dois aspectos cruciais: a aproximação de

setores das Forças Armadas aos EUA e a construção discursiva que alinhava um pensamento nacionalista ao apoio comunista. Para tanto, lembramos ao leitor que as Forças Armadas haviam fundado a Escola Superior de Guerra, no ano anterior (1949), projeto este contudo, alinhavado desde 1942. Este órgão tinha como preocupação central a segurança nacional e com a sua criação, preocupou-se em estruturar tanto um corpo teórico, quanto um corpo de técnicas e práticas de guerra.

Este momento histórico se caracteriza pela definição de novas ideias de guerra, no intuito de um embasamento teórico-conceitual que garantisse condições para o enfrentamento do cenário polarizado de guerra, pautado pelo comunismo/anticomunismo. Extrapolando a concepção tradicional de guerra externa, que mobiliza a população em prol de um inimigo comum externo, o contexto da Guerra Fria origina duas outras importantes concepções correlacionadas: a ideia de *guerra total*²³ e, dentro desta, a possibilidade de *guerra não declarada*. A primeira reformula os conceitos existentes até então, passando a incorporar todos os esforços possíveis, tanto de pessoal, aglutinando todos os estratos sociais, quanto de composição de recursos, utilizando os recursos econômicos, políticos, culturais, psicológicos, além dos estritamente militares; é a perspectiva da guerra nuclear que direciona as grandes potências para o entendimento de uma guerra permanente. Seu desdobramento gera a ideia da *guerra não declarada*. Esta se desdobra em duas possibilidades: a guerra insurrecional, caracterizada como uma guerra interna, organizada por setores armados, com o objetivo de tomada de poder e, a guerra revolucionária, caracterizada como uma guerra interna que pode ter ajuda externa, baseada em estratégias variadas, entre elas, as psicossociais de difícil identificação, tornando a determinação do suspeito mais difícil, modelo escolhido no Brasil. Estes novos conceitos de guerra autorizam a conformação de um pensamento polarizador, centralizador e autoritário. Estas reflexões e conformação de um escopo teórico foram constituídas através dos cursos oferecidos pela escola, direcionados aos militares e, muitas vezes, aos setores civis e eram amparados pelo intercâmbio estabelecido com os EUA que recebiam militares para treinamento e enviavam militares para cursos e treinamentos militares.

As atividades da ESG não se misturavam com o cotidiano do Clube Militar pois, enquanto este se apresentava como uma instituição vertical, aberta à participação de todos os estratos hierárquicos da corporação, a ESG tinha uma estrutura horizontal, composta pelo alto oficialato das Forças Armadas; não impedia, contudo, a circulação dos ideários e as articulações políticas e a

23 Discussão baseada na exposição proposta por Maria Helena Moreira Alves, obra cit.

candidatura de Cordeiro de Farias confirma estas correlações, já que se tratava de militar já vinculado à ESG.

Os documentos posteriores não voltam a fazer referência direta à tentativa golpista contra a candidatura de Vargas, mas confirmam a complexidade do momento. O documento n. 90 é um forte apontamento: é o último documento desta pasta, e ele traz o arquivamento, pela Secretaria de Segurança Pública do DEOPS/SP, de um artigo do jornal OESP (O Estado de São Paulo) com o título: *Promulgada a lei de Impeachment*. Nesta matéria há o destaque do art. 80 desta lei “[...] Nos crimes de responsabilidade do Presidente da República e dos ministros de Estado, a Câmara dos Deputados é tribunal de pronúncia e o Senado Federal de julgamento [...]” (Pasta 20.C.02-001, doc. nº 90, de 12/04/50).

Dois dias depois, o OESP publica sequência do artigo acima, também arquivado nesta pasta, mas sem numeração. Aqui há o aprofundamento da discussão sobre a Lei nº 1.079, definindo seus vários artigos das duas primeiras partes da lei. Em sua primeira parte, o artigo destaca:

- Do Presidente e dos Ministros de Estado” como crimes de responsabilidade: “art. 40 “São crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal, e, especialmente, contra:
- I. A existência da União;
 - II. O livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados;
 - III. O exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
 - IV. A segurança interna do país;
 - V. A probidade na administração” (Idem, doc. s/n., de 14/04/50).

Podemos notar que os artigos arquivados destacam os crimes de responsabilidade do poder executivo que viabilizariam, por um procedimento legal, a perda do mandato do Presidente da República. Podemos estabelecer uma relação entre estas publicações e arquivamentos e o cenário sucessório. Getúlio Vargas oficializa sua candidatura, e o documento 88 confirma seu respaldo popular em comício realizado em 19/04/50. A publicação e arquivamento da *Lei de Impeachment* paira como um aviso. Assim, não se configurou uma tentativa de golpe, não havendo vitoriosos ou perdedores anunciados, apenas a percepção de uma grande tensão envolta no ar.

A segunda pasta analisada percorre o período de 1950-58. Possui um total de 280 documentos que perpassam todos os anos citados. Assim, diferentemente da pasta anterior, não se concentra em um único momento, mas isto não contradiz a proposição de que se trata de documentos analíticos de contextos sucessórios. Isto porque estes anos tiveram muitos sobressaltos: a

pasta começa em ano eleitoral concorridíssimo, passa pelo governo de Getúlio, governo que demandou grande atenção, em função de seus antecedentes, de seus inimigos políticos e de um novo contexto socioeconômico. Em 1954 houve o seu suicídio, o que demarcou uma longa crise anterior e posterior, para a escolha de um novo sucessor. O ano de 1955 apresentou intenso conflito sucessório e o ano de 1958 também, pois ocorreram eleições estaduais, sendo que os documentos apontam seus holofotes para o cenário paulista.

Esta tensão estende-se também às relações internas às Forças Armadas. Em 1952, em nova eleição para a Presidência do Clube Militar, o grupo representado, em 1950, por Cordeiro de Farias e, agora encabeçado por Alcides Etchegoyen foi vitorioso, ocorrendo uma reviravolta à direita no controle dos interesses em jogo. Começa uma forte articulação de crítica ao governo Vargas, gerando a organização do documento intitulado *Manifesto dos Coronéis* redigido, entre outras pessoas, por Golbery do Couto e Silva, em fevereiro de 1954:

[...] o documento reivindicava o ‘saneamento no seio das forças armadas’ e o respeito à hierarquia e à disciplina, além de denunciar o perigo da infiltração comunista nas instituições militares. Queixava-se ainda da agitação no meio operário e da corrupção da vida política do país. O episódio demonstrou o quanto as idéias da Cruzada Democrática floresciam na ESG [...] (ABREU, 2001, p. 1212).

O trecho faz referência à Cruzada Democrática, movimento este organizado em 1952 para concorrer às eleições do Clube Militar, vitorioso neste ano, como indicado acima. A Cruzada Democrática confirmou as tendências já discutidas desde as eleições do Clube Militar de 1950, ou seja, a existência de dois grupos com perspectivas distintas quanto ao entendimento sobre o desenvolvimento nacional, pautado pela questão do petróleo, que trazia como pano de fundo a possibilidade ou não de participação do capital privado na produção nacional. Paralelamente havia o ordenamento geopolítico, acirrado com a questão da Coreia, e que apontava para o debate sobre o alinhamento irrestrito ou uma política com viés independente. Estes aspectos norteavam o perfil de político considerado adequado, levando à oposição por parte desta chapa, de políticos que apresentassem políticas sociais consideradas, sempre, como questões de conturbação social. Todos estes elementos, juntos, garantiam a forte oposição deste grupo ao governo e figura de Getúlio Vargas.

Podemos notar que há uma continuidade discursiva nos documentos de origem militar. Tal qual os anteriores, este aborda o problema do caos, agora através da ideia de crise interna às Forças Armadas, com risco de quebra de Hierarquia e da Ordem necessária a estas instituições. Junto com esta ideia,

é colocado o problema da infiltração comunista, elemento este que será cada vez mais abordado. A tendência de oposição ao governo de Getúlio Vargas mantém-se no biênio eleito em 1954 no Clube Militar, culminando com a redação do documento em favor da renúncia de Vargas assinado, inclusive, por Castelo Branco em 23 de agosto de 1954.

Assim, notamos uma perceptível continuidade em relação aos interesses impressos na organização destas primeiras pastas: elas apresentam uma clara, objetiva e complexa cronologia de nossos embates sucessórios, norteados por projetos político-econômicos distintos. Estes estão sempre relacionados a personagens políticos de grande penetração popular. No caso da primeira pasta, centralizou-se em Getúlio Vargas em dois momentos distintos (1943/45 e 1949/50). Nas duas pastas seguintes veremos, como traço comum a todo o período, a preocupação em relação a políticos que, apesar de terem características bastante distintas entre si, apresentam como traço comum, um grande carisma popular. As constantes referências destacam Juscelino Kubitschek, Adhemar de Barros e João Goulart.

Até este momento, a intervenção militar de caráter golpista era proposta como solução a vitórias eleitorais dos políticos citados. Sua presença torna-se cada vez mais rotineira, oferecendo-nos uma contínua e gradativa construção de um discurso político e de uma visão de mundo. Notamos também que estas articulações tinham como importante polo gerador, as discussões propostas e encaminhadas pelo Clube Militar e certamente pela ESG (Escola Superior de Guerra).

Atentemos para a continuidade documental, que passa a apresentar com grande constância estas ideias. O primeiro documento que destacaremos refere-se ao início do ano de 1956. Devemos lembrar a recente vitória de Juscelino Kubitschek, em oposição aos interesses de grande parte dos militares. Trata-se de um documento de 6 páginas, datilografado, intitulado “Frente Militar Revolucionária” e dirige-se ao “Povo brasileiro” explicitando, sem parcimônia, sua insatisfação (grifos nossos):

1. A Frente Militar Revolucionária obedece a princípios definidos e visa finalidades pré-determinadas, incidindo e se desenvolvendo num plano mais vasto, capaz de firmar a mística em torno da qual se conjuguem todos os esforços. Esta mística é **a da formação de um Brasil grande, próspero e feliz**, para o que devemos objetivar a **elevação do nível moral e político da nossa gente**, o aperfeiçoamento das nossas condições sociais e econômicas e o **enobrecimento de nosso civismo**. Para alcançar esses fins, devemos conjugar os nossos esforços e termos a convicção de que o nosso futuro está na dependência de nossa vontade. É preciso ter consciência de que o caminho é longo e árduo e de que são enormes os obstáculos

a superar, visando tais finalidades. Mas temos fé em que os brasileiros saberão descobrir, em seu íntimo, as energias necessárias a vencer todos os óbices.

2.O nosso movimento não é um partido político; não representa uma agremiação política. **É um movimento de reconquista da autoridade nacional e da harmonia das classes divididas** (Pasta 20.C.02-002, doc. 196, 1956)²⁴.

Este documento, cuja autoria é definida como *Frente Militar Revolucionária*, alude ao papel das Forças Armadas como o de responsável pela salvação nacional. O princípio que norteia toda possível ação é o de se alcançar um país grande, próspero e feliz. O percurso é o de garantir o enobrecimento moral da população e a melhora da condição econômica.

Todos os elementos deste discurso nos remetem à ideia do mito fundador, ou seja, o momento de Proclamação da República e a de construção das versões que constituem este processo. O discurso apresentado pela “Frente Militar” retoma ideias apregoadas por vasto grupo social, que tinha na figura de Benjamin Constant, um congregador. Assim, a “Frente Militar Revolucionária” mantém os referenciais de evolução social, num entendimento de que a maioria populacional é despreparada e precisa ser controlada e ensinada, num devir grandioso conquistado através de grande esforço coletivo e orientado por um grupo diferenciado e capaz. Aqui reforçam-se ideias autoritárias e elitistas, diferenciando a elite da massa populacional; ao mesmo tempo, retoma o princípio nacionalista organicista, propondo uma unidade em prol da Nação. Apregoa, ainda, a ideia de uma ditadura republicana, num autoritarismo instrumental, que poderia ser alcançada de formas distintas à clássica disputa política, o que acabava por autorizar as conspirações ou revoltas. Este elemento também está presente neste documento, em trecho à frente destacado. Aqui há uma forte oposição ao governo Kubitschek, considerado por este setor, um governo traidor:

[...] dos aventureiros que se intitulam dirigentes da Nação, bando de gangsters que não são simples adversários políticos de nossa causa. São inimigos

24 Pasta 20.C.02-002, doc. 196, 1956. Este documento não contém timbre ou cabeçalho, não estando definidos claramente seus órgãos de Origem e Difusão. Trata-se de documento bastante agressivo, impositivo e longo. Os únicos dados que possibilitam alguma identificação encontram-se no corpo do texto, quando coloca “3. A Frente Militar Revolucionária tem em sua direção oficiais jovens das Forças Armadas a tudo dispostos pela restauração da Pátria...” e a assinatura final “Rio de Janeiro, D. F., abril de 1956 – Estado Maior da Frente Militar Revolucionária (‘SS’. 16-5-1956)”. Esta data difere da data anterior indicando, então, ser a data do registro da “SS”, setor do DEOPS/SP, diferentemente da data de abril, data de assinatura do manifesto. Contudo, devemos salientar que não é padrão do DEOPS/SP este tipo de registro do órgão de Origem, ao final do documento, entre parênteses, indicando seu setor, além de apresentar o arquivamento de um documento originário do Rio de Janeiro. De toda forma, ele se encontra arquivado, com o teor apresentado.

da Pátria. Inimigos que não trepidaram em lançar as armas do Exército contra as da Marinha e da Aeronáutica e que, portanto, se equipararam ao próprio inimigo externo do Brasil, com o qual se juntaram nas eleições e no golpe militar, conspirando com a quinta coluna comunista para desarmar e trair seus camaradas²⁵ (Pasta 20.C.02, doc. 196, 1956).

A ideia de traição presente no documento está associada a fragilização das Instituições Armadas. O documento é claro em apontar sua indignação em relação ao fato de Juscelino ter criado uma indisposição interna entre as três forças, associando esta atitude a uma oposição à própria Pátria, o que os classificaria como verdadeiros “gangsters”; apesar de não aparecer explicitamente, uma importante questão de fundo é a manutenção da unidade interna das Forças Armadas, aspecto este caro à Instituição Militar. Na proposição de seus objetivos, destacam-se mais algumas críticas:

Para atingirmos o nosso ideal de redenção da Pátria, PRECISAMOS:

- a) Conquistar o poder, ou pelos meios legais ou pela violência;
- b) Promover a consolidação de nosso regime, de modo a fazer valer a democracia não só no plano político, como também, nos planos econômico e social, tendo sempre em consideração as solicitações próprias do nosso povo e do nosso meio.
- c) Dar combate sistemático ao comunismo, não permitindo que adeptos do credo vermelho façam parte de qualquer órgão governamental.
- d) Lutar sem trégua contra a corrupção e pelo confisco das fortunas ganhas ilicitamente. A ação moralizadora deverá ser a mais drástica possível. [...] (Pasta 20.C.02- 002, doc. 196, 16/05/56).

Confirma a insatisfação com o contexto existente e indica o papel messiânico dos militares na busca pela salvação da pátria, numa recorrência do uso da defesa da nação como justificativa de golpe. Entre os objetivos propostos há o destaque ao combate ao comunismo e uma ação moralizante, relacionada ao controle da corrupção. Estes dois últimos aspectos já estavam presentes no *Manifesto dos Coronéis*. Esta unidade temática facilita a identificação dos autores do texto, já que não contém assinaturas individuais, levando-nos novamente aos setores mais radicais que compunham o *Clube Militar* e a chamada *Cruzada Democrática* e que já vinham se articulando e materializando seus pontos de vista em documentos apresentados nesta pesquisa.

A continuidade da documentação confirma a permanência da insatisfação militar e a constante preocupação dos agentes em relação às crises sucessórias.

25 Pasta 20.C.02, doc. 196, 1956. Trata-se de trecho do mesmo documento já apresentado e esmiuçado na nota anterior.

O documento abaixo, de 1958, mantém a temática em foco, demonstrando as teias de interesses e compromissos existentes entre os poderes estaduais, municipais e federal:

Agitação militar em certo setor:

Conforme informações confidenciais obtidas de funcionário bem colocado na alta administração do país, existe uma certa agitação em ‘certo setor’ das forças Armadas. Não identificou o ‘setor’ mas acrescentou: ‘Não haverá nada antes das eleições, mas depois, conforme os resultados do pleito e a eventual vitória de certos candidatos, poderá haver alguma coisa! Poderemos obter informações mais detalhadas durante a próxima semana (Pasta 20.C.02-002, doc. nº 355)²⁶.

Este documento caracteriza-se como um relatório de agente infiltrado, baseado em informações fornecidas por informante. O DEOPS/SP possuía uma classificação em relação à suas fontes, que variavam conforme os dados existentes sobre o mesmo e a tentativa de se averiguar/confirmar a informação recebida. Esta classificação foi sendo aprimorada ao longo do regime, a ponto de constituir uma tabela de classificação dos Informes, constituída de uma gradação quanto à confiabilidade da fonte e da veracidade da informação. Outro dispositivo utilizado era a presença *in loco* do próprio agente, infiltrando-se em palestras, reuniões, a fim de coletar as informações necessárias para a confecção de seus relatórios.

Neste documento, o processo eleitoral em questão é o das eleições estaduais. Em São Paulo havia duas fortes e distintas tendências. De um lado, apoiado por Jânio Quadros e com respaldo militar estava o candidato Carvalho Pinto e do outro, apoiado por Jango e Ivete Vargas estava Adhemar de Barros, então prefeito de São Paulo. Este já havia se aliado a Vargas nas eleições de 1950, assumindo o compromisso de apoiá-lo com a inversão do apoio nas eleições presidenciais de 1955, que não ocorreram no contexto esperado. O documento deixa explícita a apreensão dos meios militares em relação a este pleito, temendo-se uma vitória de Adhemar de Barros. Assim, como indica o documento, os militares estavam em “compasso de espera”. Esta situação já vinha sendo anunciada em documentos anteriores desta mesma pasta. O documento seguinte não só discute a conjuntura do país, como também apresenta claramente a figura do informante, novidade em relação à pasta anterior e às pastas posteriores.

26 Pasta 20.C.02-002, doc. nº 355. Este documento aparece com a definição de Complementar 36/12, de 1958; os documentos com esta titulação apresentam apenas este título e uma numeração com quatro dígitos separados por uma barra, como a apresentada. Situação similar ocorre com os documentos que apresentam o título Comunicação.

33/10 – Comunicação de 14/08/58

Crítica a situação no Brasil – Fim da Democracia? – A respeito da personalidade de “Copacabana” convém notar o seguinte: o informante (inconsciente) não representa grupo algum. Mas devido às suas inúmeras ligações com altas patentes do Exército e altos funcionários, podemos considerá-lo como ‘centralizador’ dos pensamentos íntimos de grande número de responsáveis dos destinos do país – Analisando detalhadamente os pormenores da conversa, chegamos à conclusão seguinte:

- a) “Copacabana” sabe provavelmente mais e não quer fornecer detalhes.
- b) “Copacabana” parece indicar que o “médico” que tentará salvar o doente não pertence ao grupo de Jango, Ivete, Luthero, Adhemar e Cia.
- c) “Copacabana” não espera do General Lott qualquer medida no sentido “salvador” (Pasta 20.C.02- 002, doc. 351, Comunicação 33/10 de 14/08/58).

A utilização de informantes para a constituição dos relatórios dos agentes do DEOPS/SP era uma prática cotidiana; para preservar a identidade de suas fontes, utilizava-se do subterfúgio de se definir codinomes ou siglas tanto para os informantes, quanto para os agentes infiltrados. Além disso, como indicado anteriormente, todo informe recebido passava por uma clivagem, na busca de se garantir a veracidade do mesmo. Neste documento temos, ao mesmo tempo, a apresentação do Informe recebido e uma avaliação da fonte, em relação a sua idoneidade e seu posicionamento em relação aos fatos narrados.

A tendência anunciada neste documento prevalece e a oposição representada por Adhemar não vence o pleito estadual, e, para os grupos insatisfeitos, deixa de haver a necessidade de mobilização. Esta passagem demonstra a constante insatisfação militar com os representantes das diferentes tendências que buscam seu fortalecimento político no respaldo popular. Assim, observamos uma forte e constante oposição à figura de Getúlio Vargas, seja em 1945, seja em seu último mandato, bem como, com relação a Juscelino Kubitschek e Adhemar de Barros, diferentes em suas práticas e conduções políticas, mas com forte apoio popular. No bojo desta oposição está a relação estabelecida com a sociedade civil e, em particular, com os políticos civis.

A última pasta aqui analisada percorre os anos de 1958-64, contendo 237 documentos. Como a segunda pasta, esta contém documentação referente a todos os anos que antecedem ao golpe. Contudo, duas mudanças são bastante perceptíveis: a primeira diz respeito à intensa preocupação e referência ao comunismo, acompanhando os passos do PCB e do PC do B, bem como de seus principais líderes, havendo a presença constante do arquivamento de discursos proferidos por Luís Carlos Prestes nas mais variadas entidades. A segunda refere-se a uma mudança em relação às preocupações que aparecem

em documentos que apontam para a ação ou posição de setores militares. Acompanhem alguns passos. O documento abaixo é um relatório sobre uma palestra proferida por militares, em presença de militares:

O major Paulo disse textualmente que a vitória de Jânio Quadros está praticamente garantida e que o marechal Lott está com a sua candidatura aniquilada, sendo este o momento oportuno para que se tente, com bastante probabilidade de êxito, uma Ditadura Socialista no Brasil, que será o início da vitória do Partido Comunista do Brasil. Reafirmou ser este o momento oportuno para libertarmos o Brasil do imperialismo norte-americano, e implantar o Regime Socialista, pelo menos numa região do país, para mais tarde dominar toda a situação.

Finalizando disse que os camaradas devem estar alertas para qualquer condição que se apresentar e lutar de armas nas mãos, para garantir a vitória da implantação do regime socialista no Brasil, ao lado da massa proletária, que também já está organizada para colaborar no Movimento (Pasta 20.C.02-003, doc. 440, 11/10/60)²⁷.

Notemos que o trecho em destaque é claro em afirmar o posicionamento deste grupo de militares em favor do comunismo. Documentos com este perfil são raros, mas seu arquivamento indica, por um lado, a preocupação de setores militares com este tipo de conduta que orienta, inclusive, para o preparo militar e alerta para a luta armada e, por outro lado, a existência de grupos vinculados ao pensamento comunista no seio da Instituição Militar, comprovando e intensificando a constatação da falta de homogeneidade interna desta instituição. Esta crise de unidade interna já havia sido anunciada em relação a posicionamentos políticos, seja na escolha de suas lideranças, seja na definição de critérios de atuação. Agora se consolida, tendo como eixo central o apoio ou oposição às ideias comunistas. Assim, o que é novo é a presença de documentos anunciando o comunismo como elemento fortemente desagregador.

O anticomunismo e falta de unidade interna militar tornam-se duas faces da mesma moeda, nesta última pasta analisada. Esta percepção nos ajuda a entender o papel polarizador assumido pelo discurso anticomunista nos anos sessenta e setenta, para além de seus desdobramentos no cenário internacional, tornando-se uma importante chave discursiva, continuamente presente no último bloco documental.

Além da constatação do que a documentação efetivamente explicita e não é pouca coisa, a análise de documentação institucional requer que leiamos,

27 Esta palestra foi proferida na sede do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e Economia Nacional, com a presença de militares, entre eles: o cel Felicíssimo Cardoso, cel Jocelim Brasil (um dos palestrantes), o major Paulo (da Aeronáutica, citado neste trecho), vários sargentos e outros militares não identificados (Pasta 20.C.02-003, doc. 440, 11/10/60).

também, o que os silêncios nos informam. Devemos lembrar que, neste cenário, entre os anos de 1949-1961, houve a intensificação da pressão dos EUA pelo alinhamento da América Latina. Esta pressão se deu pela potencialização do discurso da modernização com democracia, opção em oposição ao discurso comunista. Neste sentido, quanto mais o anticomunismo vicejava, mais se intensificava a discussão pela modernização e democracia, ou seja, quanto mais o discurso anticomunista prosperava, mais o projeto modernizador estadunidense proliferava.

No discurso de Truman, em 1949, inaugurando esta proposição, sedimentou-se o conceito de subdesenvolvimento e a proposta da modernização como remédio para isto. Neste sentido, *pari passu* à circulação do temor do comunismo, houve o alastramento do debate sobre subdesenvolvimento e modernização. Em 1961, Kennedy reforçou esta ideia com a proposta da Aliança para o Progresso, novamente investindo discursivamente na “amizade dos países da América”, a necessidade de apoio comum e a proposta de auxílio para a modernização.

No Brasil, este debate, demarcado pela discussão sobre o desenvolvimentismo, aqueceu os debates entre grupos de intelectuais e políticos, ensejando a criação de institutos voltados aos estudos e propostas desenvolvimentistas, como o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), formado em 1955 e, mais tarde, o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), 1959 e o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), 1961.

O ISEB, composto por intelectuais de diferentes linhagens ideológicas, teve o predomínio de uma visão nacionalista desenvolvimentista, entendendo o nacionalismo como a defesa do capital nacional e autonomia produtiva; por se tratar de grupo heterogêneo, havia distinções quanto à participação do Estado na indústria nacional e quanto à possibilidade de entrada de capital multinacional. Mas independentemente da perspectiva, a defesa da predominância do capital nacional os unia. Distintamente, os outros dois institutos que, apesar de se nomearem nacionalistas, conceituaram este muito difuso, contemplando diferentes entendimentos sobre a defesa da Nação, entendiam que o desenvolvimentismo só seria possível com a abertura do mercado nacional ao capital multinacional e associado. Se observarmos, este ideário se coadunava com a perspectiva estadunidense, propondo um modelo de desenvolvimento alinhado com o projeto de modernização oferecido pelos EUA. Os isebianos, em geral, preocupavam-se com os simulacros presentes no discurso modernizador, questionando-se quanto à efetividade de uma futura produção nacional autônoma neste modelo. Foram anos de modulação de diferentes projetos de nação, intensos debates no campo intelectual e político e muitas negociações em torno de acordos econômicos e políticas internacionais; não devemos

esquecer que foi neste contexto que Jânio Quadros ensaiou uma Política Externa Independente (PEI).

Ao mesmo tempo, devemos lembrar que os militares absorveram o discurso anticomunista e intensificaram a aproximação teórico-técnica com os EUA, principalmente através da ESG; lembremos, ainda, que o temor ao comunismo viabilizava um discurso de guerra, centralizador e autoritário, tão caro à Corporação Militar, instituição pautada pela hierarquia e pelo pensamento e prática autoritária; vemos que o anticomunismo justificava e fortalecia a própria instituição. Neste sentido, apesar da falta de homogeneidade interna das Forças Armadas, ponto este de contínua preocupação, a maior parte da alta oficialidade comungava com o projeto estadunidense, pelos diferentes motivos acima apresentados. Neste cenário, a potencialização do anticomunismo era bem-vinda.

Por fim, esta aproximação angariou grande apoio ao projeto econômico advindo com a proposta de modernização, viabilizando a aproximação de setores das Forças Armadas à elite econômica liberal²⁸. Este tema foi bastante discutido por René A. Dreifuss, em sua obra seminal, ao identificar a formação de uma elite orgânica, composta por civis e militares, e responsáveis pela articulação do golpe. O autor destrincha tanto as diferentes formas de alianças entre militares e a elite empresarial quanto o percurso de enraizamento da intelectualidade orgânica, setores estes que comungavam uma mesma visão de mundo e visavam disseminar estes ideais numa perspectiva hegemônica. Sua organização e disseminação se dava através dos cursos oferecidos pela ESG, com a participação de civis; através da presença de militares em funções administrativas em empresas públicas, mistas e privadas e a organização de eventos, cursos e palestras propostos pelo IBAD e, por fim, através da atuação do IPES, instituição responsável pela disseminação desta visão de mundo à sociedade civil, através de ampla publicidade.

Outro aspecto que precisa ser destacado, ao considerarmos os silenciamentos identificados, refere-se às causas que explicam a contínua preocupação com políticos com aproximação com as massas. Não iremos discorrer nestas linhas, sobre as conceituações inerentes ao termo populismo e tampouco discutir os perfis denominados como populistas e muitas vezes tão distintos entre si; neste momento destacaremos, apenas, o fato de que Getúlio Vargas e João Goulart garantiram um diálogo com os trabalhadores, principalmente urbanos, possibilitando o fortalecimento destes setores, através de seus sindicatos e da

28 O autor trabalha com a tese do golpe de classe, entendendo que militares e elite econômica constituíam uma mesma classe. Não pactuamos com esta tese, por entendermos que os militares têm especificidades de grupo que os distanciam de qualquer condição de classe, apesar de concordarmos com a forte associação de ideias destes grupos e destacarmos a extensa pesquisa efetivada pelo autor para a comprovação das ações conjuntas.

organização de greves, tão contínuas nestas décadas. Esta perspectiva caminhava em oposição ao pensamento da Corporação Militar que, como já dito, estava pautada pela doutrina da Ordem, pensamento este hierárquico, elitista e autoritário; neste sentido, qualquer proposição política que desse voz ou espaço aos trabalhadores urbanos seria mal-vista. O mesmo podemos dizer sobre a elite econômica que, na defesa de seus interesses econômicos e na manutenção de uma lógica elitista, também se oporia a práticas políticas que possibilitassem reordenamentos sociais.

O próximo documento, datado de 30/08/61, caracteriza um outro grupo de interesses nas Forças Armadas, não comunistas, mas também avesso às práticas golpistas apresentadas em nosso texto:

Lott lança proclamação ao povo e aos camaradas das três armas [...] Embora afastado das atividades militares, mantenho um compromisso de honra com a minha classe, com a minha pátria e às suas instituições democráticas e constitucionais. E por isso, sinto-me no indeclinável dever de manifestar o meu repúdio à solução anormal e arbitrária que se pretende impor à Nação.

Dentro dessa orientação, conclamo todas as forças vivas do país, as forças da produção e do pensamento, dos estudantes e intelectuais, dos operários e o povo em geral, para tomar posição decisiva e energética no respeito à Constituição e preservação integral do regime democrático brasileiro, certo ainda, de que os meus camaradas das F. A. saberão portar-se à altura das tradições legalistas que marcam a sua história no destino da Pátria (Pasta 20.C.02-003, doc. 481, 30/08/61).

Assim, uma importante questão salta aos olhos: a falta de unidade interna dentro das Forças Armadas, indicando a presença de grupos com posições bastante divergentes e até opositoras. No caso do documento acima notamos a forte discussão sobre o papel legalista das Forças Armadas. A utilização desta nomenclatura é nova, pois os documentos apresentados anteriormente não traziam a preocupação em discutir/posicionar-se em relação à legalidade, em suas referências a alianças, golpes e contra-golpes, apesar de fazerem referências a atitudes democráticas ou antidemocráticas. Até então, estas questões eram superadas, no discurso, pela necessidade de proteção da Nação. Isto contudo não inviabiliza a existência de membros da instituição militar que procuravam garantir a legalidade da mesma.

É o caso do General Lott, que já havia cumprido um importantíssimo papel em 1955, sendo um dos responsáveis pela posse de Juscelino Kubitschek, posse esta muito contestada em documentos aqui analisados caracterizando, pela fala citada de Ernesto Geisel, uma situação de fracasso da tentativa de golpe militar. Mais uma vez, o General Lott exerce um importante papel

na busca da legalidade na política pois, como apresentado no documento acima, mesmo estando afastado das atividades militares, posicionou-se frente à tentativa de novo golpe. O documento é datado de 30/08/61, cinco dias após a renúncia de Jânio Quadros e no auge da tentativa de se evitar a posse de seu vice, João Goulart. Como visto, este documento indica o posicionamento de um grupo de militares, aqui representado pelo General Lott, em situação limite. O ano de 1961 representa mais um momento de golpe frustrado.

A citação de Elio Gaspari, anteriormente referida, nos lembra que o General e futuro presidente da República, Ernesto Geisel, participou em 1964 de um golpe vitorioso. Apesar dessas pastas não tratarem de documentos específicos sobre o golpe de 1964, procuramos disponibilizar a documentação de modo que ela própria nos oferecesse pistas para o entendimento do pensamento ou ideários circulantes que fomentaram a ação e o discurso militar, bem como dos interesses e preocupações que motivaram e permearam a constituição do órgão responsável pela circulação desta documentação.

Os documentos foram claros em apresentar o conteúdo dos conflitos internos à Instituição Militar e a animosidade destes em relação à sociedade civil. No primeiro caso, é sintomático o fato das três primeiras pastas contarem, essencialmente, documentos referentes à crise sucessória. Notamos que havia uma forte preocupação quanto aos grupos que assumiriam o poder após cada processo eleitoral. Outro aspecto que chama a atenção é o da falta de homogeneidade interna e aqui, não estão caracterizados numa visão puramente dicotômica *grupo da Sorbonne* versus *linha-dura*. Vemos que as facções contêm vários elementos que as caracterizam, como perspectivas de política externa, concepção de legalidade e, um elemento visível subliminarmente: as alianças e fidelidades de caráter pessoal. Em função destes elementos, a importância de quem assumiria o poder tornava-se mais forte. Em contraponto, todos estavam imbuídos dos referências de defesa da Nação, então Ordem em oposição ao Caos.

A documentação explícita claramente este embate, pois demonstra a presença de grupos divergentes no seio das Forças Armadas desde os anos quarenta. Demonstra ainda, que estas divergências tenderam a multiplicar os grupos opositores e a intensificar os pontos de vista e os debates políticos. Inicialmente se referiam a uma constante preocupação em relação à unidade interna da Instituição Militar, tendo como contraponto a discussão quanto ao risco de quebra de Hierarquia e Ordem. Estes fatores foram intensificados com a inserção do comunismo como ideário circulante no interior das Forças Armadas. Estas foram questões internas à própria instituição.

Uma outra esfera de questões demonstrou uma contínua e progressiva intenção em militarizar a política e politizar a Instituição Militar, ao

percebermos os discursos relativos ao papel das Forças Armadas na resolução dos problemas internos, construídos a partir do ideário de necessidade de salvação nacional. Este aspecto, presente na documentação desde os anos 1940, redimensiona o próprio golpe de 1964, passando este último a representar o deságue de questões a muito colocadas, claramente presentes nas discussões propostas dentro do Clube Militar, na organização da chamada Cruzada Democrática e na explicitação de Manifestos dirigidos ao governo e à sociedade civil.

É interessante notarmos que o discurso proposto de defesa da Ordem contra o Caos é incondizente, quando constatamos que justamente o perfil golpista das Forças Armadas viabilizou e potencializou continuamente o caos político, na fabricação de instabilidade contínua, mesmo durante a vigência de governos eleitos, como no caso do Manifesto dos Coronéis, durante o governo de Getúlio Vargas. Isto mais uma vez nos confirma a condição de ator político das Forças Armadas, numa proposição de prática política autoritária.

A nosso ver, a solicitação ao DEOPS/SP da documentação com o conteúdo apresentado se justifica por questões distintas. Primeiro, ela apresenta uma leitura do pensamento e percurso das Forças Armadas, instituições estas conflituosas e muitas vezes opositoras entre si, demarcando a necessidade do SNI, como órgão que atendia ao poder Executivo, de reconhecer e demarcar as características e condições de seus interlocutores. Segundo, seguindo o pensamento acima, estes documentos apresentam, também, uma radiografia minuciosa dos inimigos do próprio regime, não só detectando-os, como registrando suas formas de atuação e produzindo provas. Por fim, garante um registro e possível disseminação da construção discursiva que se pretende legitimar e retroalimentar, calcada continuamente no risco da Nação, seja pela presença do caos político e econômico, seja pela disseminação do comunismo.

Apesar de toda ambiguidade apresentada, o SNI se caracteriza, em primeira instância, como um órgão de Informação, com o objetivo primeiro de informar a Presidência da República, com o intuito de equipar o executivo de todo e qualquer informe necessário para melhor orientar sua atuação. Contudo, como já explicitado, ele é um órgão subordinado ao poder executivo, que durante a ditadura foi ocupado por personagens militares e, é composto também por chefes com patente militar. Isto compõe um campo indefinido para o próprio SNI pois, por um lado, ele responde ao poder executivo, independente dos interesses das Forças Armadas, mas por outro lado, o executivo é representado por esta, tal qual o próprio SNI. Se isto não bastasse, vimos que a Instituição Militar não é homogênea, tendo conflitos internos e na sua relação com o poder executivo. Assim, a ambiguidade é inerente a este órgão e sua leitura acaba por nos apresentar o percurso do próprio regime e este será o objeto de nossa discussão nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO 2

IDIOSSINCRASIAS DE UM PROJETO EM CONSTRUÇÃO: a institucionalização como reflexo de um discurso ambíguo ou cindido

Lembramos ao leitor que este livro não se propõe a discutir a conjuntura do golpe, já que nosso objetivo primeiro é o de dissecar a estrutura do Estado autoritário, percorrendo seu processo de institucionalização. Além disto, nossa documentação prioritária não apresenta em seus documentos nenhuma informação ou discussão sobre esta conjuntura, fato este que não seria suficiente para a afirmação que acabamos de fazer, já que, como indicado anteriormente, a observação de documentação institucional requer a análise de sua enunciação, ou seja, seu contexto de produção; os sujeitos produtores e os setores envolvidos, bem como os silêncios intencionais, cruzados com documentação complementar. Neste sentido, em relação ao golpe de 1964, a documentação discutida no capítulo anterior é suficiente para nos apontar importantes fatores do golpe.

Vimos ali a intenção golpista da Corporação Militar presente ao longo de todas as décadas observadas. O golpismo era possível, como lógica de funcionamento da própria Corporação, por estar sustentado em três perspectivas: na longa construção de uma ideia de superioridade, por formação ilibada e moral incontestável, identificada no senso comum como o poder moderador; pela tradição de participação política, com os recorrentes embates nas instituições militares, principalmente no Clube Militar e, pela própria ação de grupos da sociedade civil e partidos, que buscavam o aval e/ou a ajuda dos militares para o reordenamento do tabuleiro político, avalizando a politização da instituição. Neste sentido, queremos frisar que tanto militares quanto setores da elite político-econômica traziam a tradição do golpe, o que nos faz ponderar sobre as condições e características de nossa tradição/condição democrática.

Ao considerarmos, agora, as temáticas que norteavam estas ações a partir de 1930²⁹, destacamos as seguintes questões: como lidar com demandas sociais, potencializadas a partir deste momento, em função do trabalhismo, ou seja, da inserção do trabalhador urbano como interlocutor político; como atuar no tabuleiro geopolítico iniciado com a Segunda Grande Guerra e continuado com a Guerra Fria e, associado a este fator, como pensar o desenvolvimento

29 Diferentes pesquisas já apontaram para a presença dos militares na política, condição nomeada como 'militarismo' (OLIVEIRA, 1976) e muito utilizada por brasilianistas como Skidmore (1982) entre outros.

nacional, aspecto que definiria a força ou fragilidade do país frente às outras potências, bem como as escolhas e condições de alinhamento geopolítico.

Esta lógica orientou as jogadas internas, definidas pelas condições conjunturais e pelo processo de escolhas referentes ao projeto de Nação. Pensemos sobre cada ponto. Considerando o trato da classe trabalhadora, podemos dizer que houve um consenso, entre os setores golpistas, quanto à necessidade de submetê-la e, parece-nos que esta seria a postura esperada, por se tratar de instituição hierarquizada, pautada pela ideia de Ordem. Neste sentido, em nosso entender, por princípio, as Forças Armadas são autoritárias e ordenadoras.

Neste item, havia confluência de interesses com parte da elite econômica, que também buscava o enquadramento destes setores, por motivos diferentes. Bem nos mostrou Maria Helena Moreira Alves (ALVES, 2005), entre outros, que o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro era excludente pois, na lógica do desenvolvimento dependente, nossa industrialização priorizou uma produção segmentada, baseada num núcleo mínimo de mão de obra especializada versus uma extensa mão de obra desqualificada, com baixos salários; esta lógica inviabilizou a extensão do consumo e potencializou a segregação social. Neste sentido, aos olhos destes setores, seriam necessários instrumentos políticos de contenção destas classes, explicitando o caráter elitista e hierárquico desta elite econômica. Vemos que a elite econômica e setores das Forças Armadas se aproximavam quanto à insatisfação com os grupos políticos com perfil social, que venciam os processos eleitorais, abrindo espaço para as demandas das classes populares.

Em linhas gerais, sempre consideradas as diferenças internas dentro da Corporação, discutidas no capítulo anterior, a constituição de um projeto de Nação pressupunha o alinhamento de um projeto econômico de desenvolvimento com uma política de contenção das classes populares. E, a nosso ver, esta composição foi formalizada na proposição da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento Econômico, que articulava uma proposta autoritária de controle social com perspectivas de desenvolvimento econômico. O intuito conjuntural da elaboração da doutrina que formaliza o conceito de segurança busca atender, também, aos problemas advindos com a guerra fria, elaborando um conceito de guerra, a Guerra Revolucionária, que trazia para o interior do território nacional o risco da presença do inimigo, viabilizando estratégias de guerra no controle social. Assim, o debate sobre guerra e segurança, potencializado em resposta ao contexto geopolítico da Guerra Fria, viabilizava a construção de um corpo teórico que também atendia às questões internas de controle social espelhando, concomitantemente, os princípios de Ordem e hierarquia das Forças Armadas.

Ao mesmo tempo, na proposição teórica da doutrina, a segurança nacional seria o pressuposto necessário para o desenvolvimento econômico, sendo

este, a contrapartida para a garantia da segurança interna. Vemos que, mais uma vez, os interesses das Forças Armadas e da elite econômica encontravam nódulos comuns. Por fim, ao assumir a Doutrina de Segurança Nacional como cerne do modelo de Estado em construção, as Forças Armadas explicitam seu alinhamento geopolítico aos EUA, incorporando o anticomunismo como eixo justificador/articulador deste projeto e afirmam as articulações/negociações econômicas já presentes nas missões de trabalho iniciadas nos anos de 1940.

Vimos que algumas tentativas de golpe foram frustradas, o que nos mostra que uma conjuntura favorável ao golpe necessitava de uma composição de fatores que lhe desse sustentação. Neste sentido, vale frisar o papel cumprido pelo discurso anticomunista. Pudemos observar, ao longo do primeiro capítulo, um percurso de fortalecimento do anticomunismo como conceito norteador das ações golpistas. Neste percurso, vimos a potencialização do tema cumprindo diferentes funções. Inegavelmente o anticomunismo orientava a geopolítica instalada com a Guerra Fria e os EUA insistiram recorrentemente no combate ao comunismo nas bases aliadas para a realização da liberdade e da democracia. Internamente pudemos notar um percurso de construção, contínuo e consistente, de associação do comunismo com traição, desonestidade e crise, além da associação constante entre a configuração de qualquer tipo de reivindicação/enfrentamento com o comunismo³⁰; nesta perspectiva, as greves operárias denotavam a ideologia comunista; os nacionalistas eram taxados de comunistas, por estarem influenciados pelo marxismo-leninismo e, se acompanhássemos os jornais da grande imprensa no momento do golpe, veríamos que uma das justificativas da tomada de poder foi a necessária limpeza do Estado ocupado por comunistas, desvirtuando as instituições.

Bem indicou Rodrigo Motta (MOTTA, 2000) que o anticomunismo no Brasil é composto por matrizes ideológicas diversas que, entrelaçadas ou em diálogo, fortalecem o ideário. O autor demonstrou que tanto o cristianismo-catolicismo, o nacionalismo conservador quanto o liberalismo tinham em suas bases o pensamento anticomunista. Neste sentido, para além do militarismo, em seu eixo hierárquico e ordenador, composto por forte pensamento nacionalista conservador, junto com o pensamento elitista –hierárquico da elite econômica, pautado pelo liberalismo econômico e/ou liberalismo político, agregava-se ainda, o pensamento católico, ampliando os estratos sociais que assumiam o discurso anticomunista.

Como dito, ao acompanharmos a grande imprensa no contexto do pré-golpe, encontramos uma infinidade de matérias apontando para os riscos do comunismo; o mesmo acontecia com as publicações do IPES, na forma de livros, panfletos e documentários. Nestes é possível identificar a construção

30 Para o tema do comunismo, ler os artigos e livros de Rodrigo Patto Sá Motta.

do temor ao comunismo, apontando para o risco do empobrecimento; da falta de comida e condições básicas; falta de emprego e disseminação do caos, caso o comunismo fosse vitorioso. Entendemos que o anticomunismo foi, assim, um importante elo, seja de interesses, seja de crenças genuínas ou temores exacerbados, para a efetividade do golpe.

Os documentários do IPES, produzidos pela elite orgânica, composta por empresários e militares, nos possibilitam algumas confirmações. Ali encontramos a afirmação de que cabe à elite econômica de um país, utilizando qualquer meio possível, evitar a proliferação tanto do nazismo e seus horrores, quanto do comunismo³¹; aqui está claramente a defesa do golpe. Ao mesmo tempo, nestes mesmos documentários e na afirmação do papel do empresariado para o projeto de Nação, vemos a presença da perspectiva elitista e autoritária na voz desta elite, quando entende que “ Nós, os intelectuais; nós, os dirigentes de empresas; nós, os homens com responsabilidade de comando; nós, que acreditamos na democracia e no regime da livre iniciativa; não podemos ficar omissos quando a situação se agrava dia a dia. A omissão é um crime” (IPES: Omissão é crime). Havia, neste sentido, uma simbiose de interesses, visões de mundo e perspectivas políticas que tornava fluida a especificidade de cada um, criando um consenso composto de diferentes interesses.

Voltando aos militares, estes aspectos, aliados ao perfil golpista, reafirmam a clara politização da instituição militar e seu intuito de participar diretamente das esferas do poder. Neste sentido, o golpe era uma questão de tempo ou de contínua tentativa e erro, já que este projeto não vinha conseguindo se firmar eleitoralmente e houve situações de golpes frustrados. A conjuntura de 1964 aliou a presença de um político com o perfil indesejado para estes estratos, associado a um projeto de governo nacionalista e com forte apoio popular, como constatado pelos resultados das pesquisas do IBOPE (DIAS, 2021)³². Somado a estes fatores, atingiu a Corporação Militar através dos movimentos de sargentos e marinheiros, possibilitando a força de um discurso justificador do golpe, calcado na ideia de caos; quebra de hierarquias e expansão do comunismo, garantindo a efetivação de um golpe vitorioso³³. Aportamos assim, nos documentos referentes ao primeiro governo militar, o governo de Castelo Branco.

31 Alguns documentários trazem esta perspectiva. Entre eles “IPES: Omissão é crime”

32 A pesquisa de Dias aponta para o apoio popular ao governo de João Goulart e Motta (2014) demonstra que as mesmas pesquisas apontavam para este mesmo apoio popular ao governo Jango e suas reformas de base, mas também indicavam intensa oposição ao comunismo. Neste sentido, a contínua associação do governo Jango ao comunismo, disseminada pela grande imprensa, cumpria o importante papel de enfraquecimento deste mesmo apoio.

33 O leitor pode perceber que não trazemos, neste texto, a perspectiva das esquerdas no contexto do golpe e assim o fazemos, não por desconsiderar seu papel, articulação e forte tradição de mobilização, mas pela necessidade de recortes no escopo da análise, que vem priorizando o percurso dos setores proponentes de um projeto autoritário de sociedade.

Castelo Branco e a construção de um discurso ambíguo

O papel da informação e do aparato legal no processo de institucionalização

No início do capítulo anterior, apresentamos os primeiros passos da institucionalização, com a publicação do AII, efetuada pelo Alto Comando da Revolução, em 09/04/1964, antes da posse do primeiro presidente, o General Castelo Branco, e discutimos os significados e desdobramentos desta opção legal. Ao acompanharmos a documentação da comunicação entre o SNI-DEOPS/SP, bem como os procedimentos legais e práticos deste primeiro governo vemos, como opção de percurso de institucionalização, duas grandes linhas de atuação: o investimento na informação com o aprimoramento da vigilância social e a construção de um embasamento legal, consistente e duradouro, para alicerçar o Estado em construção.

No prólogo do documento produzido pelo Gabinete do Ministério da Aeronáutica, intitulado “Atos da Revolução de 1964 – Volume I – De 9 de abril de 1964 à 15 de março de 1967” (GABINETE DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA, s/d), exatamente o período de governo de Castelo Branco, vemos a importância da qualidade da informação para a garantia do êxito e o perfil deste primeiro governo, centrado na preocupação de criação de um arcabouço legal consistente para a institucionalização deste projeto de nação.

Após a Revolução Democrática de 31 de março de 1964, as Forças Armadas depararam-se com outra luta quicá maior – o aproveitamento do êxito. O campo de ação era árduo e apresentava, sob todos os aspectos, problemas para aqueles que de corpo e alma se dedicaram a recuperação da Pátria, combatida por crises sucessivas ensejadas pelo clima de subversão e de corrupção, malévola e intencionalmente criado pelos que se interessavam em solapar os alicerces das nossas instituições democráticas. A fim de possibilitar o andamento dos trabalhos relacionados com os Atos Institucionais, foram criadas Comissões de Investigação e foram instaurados IPM em todos os Estados; e tornou-se mister a coordenação entre os Ministérios Cíveis e Militares, para o conhecimento dos elementos punidos e afastados de funções nos vários setores da Administração Pública. Visando a facilidade do trabalho e a própria Segurança Interna, o Ministério da Aeronáutica achou por bem editar o presente “dossier” que – levando em conta as publicações do Diário Oficial da União – consolida as normas jurídicas revolucionárias promulgadas e os atos punitivos aplicados em decorrência das mesmas e contém os nomes dos implicados e sua vinculação com os setores administrativos a que pertenciam. Relacionado com o presente trabalho, foi confeccionado, também, um álbum contendo as fotografias de

todos os elementos pertencentes ao Ministério da Aeronáutica, que foram atingidos pelos Atos Revolucionários (GABINETE DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA, s/d, p. 3).

Assim, considerando o papel da informação, vemos que o SNI terá como foco central, o aprimoramento da informação, seja pela extensão do escopo vigiado, seja pela estruturação de vasta rede institucional de comunicação, produção e difusão da informação. Com a criação do SNI, vimos a estruturação das DSIs e ASIs, além do diálogo contínuo com os DEOPS de cada estado. No nosso caso, interessa-nos especialmente a comunicação estabelecida com o DEOPS de São Paulo e pudemos notar a manutenção deste como órgão produtor da informação, mantendo as mesmas funções estabelecidas desde sua criação, em 1924; a diferença está no volume documental solicitado pelo SNI para a produção da informação federal, ou seja, de controle do poder executivo. Ao longo destes anos de governo, o SNI solicitou essencialmente documentos de averiguação de pessoas e grupos, com claro padrão tipológico³⁴, baseado na coleta de informação e composição de dossiês sobre pessoas, grupos e instituições.

Ao observarmos o conteúdo destes documentos vemos a manutenção da preocupação com grupos que poderiam oferecer potencial risco; assim, muitas foram as solicitações de Atestados de Antecedentes e Pedidos de Busca de políticos de esquerda, principalmente membros do PCB “Verificar a veracidade do fato: Elson Costa como membro da Comissão Nacional do PCB [...]” (20.C.02, doc. 2, 1964) e de políticos diretamente vinculados ao João Goulart, como o caso de Brizola; de operários e membros de sindicatos “Solicitação de ficha do senhor Antonio Cabeça Filho, presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Carlos” (20.C.02, doc. 13, 1964); de intelectuais e professores considerados de esquerda e, fundamentalmente, de estudantes universitários.

As respostas a estas solicitações incluíam, muitas vezes relatórios informativos; no caso do documento 656 (20.C.02) cujo timbre traz “Movimento Sindical e Esquerdista” o agente descreve um comício organizado com a

34 São 12 pastas (numeração 001-012) produzidas neste período, com 3 tipos documentais prioritários: as solicitações de Atestados de Antecedentes; os Pedidos de Busca e os arquivamentos de artigos de jornais (**ANEXO 1**). Os Atestados de Antecedentes (**ANEXO 2**) são documentos que se caracterizam por serem muito curtos; sua função é a de estabelecer o primeiro contato com a pessoa solicitada, não havendo ainda, nenhuma espécie de provas contra ela. Assim, são poucos os aspectos a serem observados, pois contém pequeno texto. O documento intitulado PEDIDO DE BUSCA (**ANEXO 3**) contém mais informações que as Solicitações de Atestados de Antecedentes. Isto ocorre porque este documento é utilizado quando já há pistas sobre a ação de determinadas pessoas ou instituições, podendo constar alguma informação sobre o nome completo, filiação, endereço residencial ou local do trabalho. Notamos uma inversão progressiva no volume destes dois tipos documentais: a primeira pasta (004) tem 80% de PB (s) e AA (s), sem pontuar porcentagem de jornais; a segunda (005) tem 70% ; a terceira (006) tem 40%, já contabilizando 25% de artigos de jornal e a última (007) apresenta 33% de PB (s) e AA (s) e 63% de artigos de jornais.

presença de notórios comunistas, que anunciavam forte oposição a Carlos Lacerda e Adhemar de Barros. No doc. 606, o agente informa a identificação de uma Frente Revolucionária no Rio Grande do Sul, sob inspiração de Brizola, com o objetivo de aglutinar forças de esquerda e políticos prejudicados pela ‘Revolução’ de 31 de março, com a possibilidade de uma ação antirrevolucionária (20.C.02, doc. 606, 26/11/1964). No doc. 796 (20.C.02, 796,08/65) o agente indica, com o título ‘Aeroporto de Congonhas’ que os deputados que estiveram em trânsito no aeroporto de S.P. criticam a mudança de lei que prevê eleição indireta para presidente.

Em todas as respostas de AA (Atestados de Antecedentes) e PB (Pedido de Busca) há o registro dos fatos nos prontuários individuais (ANEXO 4), criando extensos dossiês sobre políticos, sindicalistas, operários, estudantes e outros, como também, o acréscimo de novos nomes apontados em situações como no caso do aeroporto, possibilitando a implantação de novos IPM (Inquérito Policial Militar) com desdobramento de cassações, demissões ou perda de direitos políticos. Este tipo documental presente a partir do golpe militar já era utilizado pelo DEOPS/SP pois, durante todo o regime, quando houve a solicitação de informações sobre alguém, como resposta, havia registros de período muito anterior, descrevendo os passos da mesma, caso esta pessoa já tivesse sido fichada, ampliando sua ficha.

Há, também, a retomada do arquivamento de artigos de jornais interrompidos no ano de 1964; eles serão arquivados com constância até o ano de 1969 e terão o mesmo perfil de arquivamento: não há comentários ou análise, apenas o nome do jornal e o recorte do artigo, com a indicação da data de publicação. A priori, os jornais cumprem dois importantes papéis; O primeiro refere-se à radiografia da sociedade, como nos exemplos sobre o movimento estudantil, no caso do arquivamento do jornal Diário de S. Paulo, cujo título aponta para as universidades e as questões culturais “Universidade: Castelo denuncia o terror cultural do regime passado” (20.C.02, doc. 933, 10/03/65) ou o arquivamento de matéria do jornal Diário da Noite, com o título “Expulsos os estudantes que vaiaram Castelo Branco” (20.C.02, doc. 935, 12/03/65). Em ambos os casos, busca-se identificar os indivíduos, efetuar o registro em seus prontuários alimentando, então, os documentos solicitados, como os Pedidos de Busca, como na transcrição abaixo colocada:

Serviço Secreto

Mário Batista Ferreira

O jornal ‘Notícias de Hoje’ de 10/01/1957, referindo-se à posse da nova diretoria do sindicato dos Carris Urbanos, cita o epígrafado como um dos suplentes da diretoria. Em 1948, membro do conselho deliberativo da ‘União Cultural 15 de Março’.

Relatório de 30/06/1961, entre outras coisas, cita o epígráfico como eleito suplente da diretoria do sindicato do Carris Urbanos de São Paulo, tendo figurado na chapa encabeçada por Thimóteo Spinola (comunista) (Pasta 20.C.02-004, doc. 744).

Foi muito recorrente a presença de respostas aos Pedidos de Busca, com dados do prontuário do indivíduo solicitado composto, como no exemplo, por informações vindas da observação rotineira e contínua dos jornais circulantes e de relatórios elaborados por agentes infiltrados. Foi recorrente, também, o arquivamento de informações gerais, inclusive sobre e para o próprio governo. Com os exemplos utilizados ao longo dos capítulos, poderemos perceber as conexões com o contexto em questão.

Ao detectarmos os grupos priorizados no processo de vigilância controlado pelo SNI, percebemos os claros silenciamentos presentes na documentação institucional. Assim, vimos que o acompanhamento de trabalhadores urbanos, sindicatos e políticos vinculados ao PTB e ao PCB foram constantes; contudo, nada apareceu sobre as ações do governo em relação a estes mesmos setores. Se acompanhamos a legislação produzida no período, podemos constatar um claro movimento deste governo na pauperização das condições do trabalho, através de algumas estratégias. A primeira foi a publicação da Lei de Greve, Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964 (BRASIL, 1964), que criava diferentes impedimentos para o direito de greve, praticamente inviabilizando-o, junto com uma política de controle salarial ao setor público. No ano seguinte é publicada a Lei nº 4.725 de 07/65 (BRASIL, 1965), garantindo a extensão da compressão salarial ao setor privado; assim, no lugar das negociações coletivas foi estabelecido pelo governo, um índice máximo de reajuste salarial, que não repunha as perdas salariais, muito menos ganhos reais e impedia as negociações setorializadas. Começa, neste momento, o contínuo achatamento salarial, garantindo maior lucro às empresas e explicitando a política econômica que norteará os governos militares. Em 9 de setembro de 1966 foi criado o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço); no primeiro olhar podemos considerar uma lei favorável ao trabalhador, mas, devemos lembrar que ela foi criada em substituição à estabilidade de emprego existente até então e respondeu a uma demanda das empresas que queriam poder demitir funcionários, com contratações com salários inferiores. Ao acompanharmos os jornais da grande imprensa, no caso especificamente o jornal Estado de S. Paulo, vemos o elogio à política econômica de Castelo Branco (OESP, 28/10/1965) reafirmando os pontos de conexão entre os diferentes setores.

A nosso ver, nos dois casos há a configuração de modalidades de violência. Se retomássemos a discussão proposta na Introdução, refletindo sobre a violência a partir das discussões de Martín-Baró e Marilena Chauí, entre outros, veríamos aqui a conexão entre formas de violência estrutural,

garantindo o acúmulo do capital, no claro interesse dos setores econômicos, e de violência institucional através da sujeição do trabalhador pela imposição de leis e políticas salariais interessantes ao grande capital. Não se trata, nestes casos, de violência física, própria do aparato repressivo, e por isto utilizamos o conceito de violência associada às diferentes formas de sujeição, proposto por Chauí, para a ampliação da reflexão.

Esta discussão está associada, também, ao modelo de desenvolvimento assumido pela ditadura. Tanto Ianni (IANNI, 2019) quanto Álvaro Vieira Pinto (PINTO, 2005) logo demonstraram que os governos militares e, então, também o governo de Castelo Branco incorporou o discurso da racionalidade técnica como instrumento de desenvolvimento econômico. O interessante é a conexão, demonstrada pelos autores, entre racionalidade técnica e neutralidade política, como se a proposição do planejamento técnico não viabilizasse os interesses dos setores econômicos da burguesia industrial e do capital multinacional, ou seja, não contivesse um âmbito ideológico-político. Neste sentido, a racionalidade técnica é arma política de controle social, via achatamento salarial, impossibilidade de greves, entre outros aspectos, acompanhada da vigilância e controle, nos casos em que o discurso da neutralidade com desenvolvimento não é suficiente.

Vemos que os mesmos setores que sofrem a pauperização social são os setores vigiados pela extensa rede de informações construídas a partir da criação do SNI, e seus tentáculos, como as Divisões de Segurança e Informações (DSI) e as Assessorias Especiais de Segurança e Informação, presentes em órgãos submetidos aos Ministérios, além da comunicação estabelecida com os DEOPS dos estados, como indicado anteriormente. E, da vigilância caminhava-se para a Operação Limpeza, conforme a apuração. Assim, os documentos não expõem estas ações do governo, mas demonstram a face repressiva de suas ações, aprimorando a vigilância social e continuando a Operação Limpeza, para os setores ou indivíduos que representassem risco. Neste sentido, há uma clara política repressiva, pautada pela vigilância e seus expurgos, através das demissões e cassações continuadas³⁵. Não há uma política de uso da tortura, como método prioritário, como ocorrerá no governo de Garrastazu Médici, mas isto não significa que não houve violência para a garantia da submissão e do controle.

Violência e legalidade como facetas da institucionalização

A violência, então, como processo e dinâmica social, é traço da ditadura, presente com diferentes facetas. Como bem pontuou Martín-Baró, em texto de

35 Devemos lembrar que o artigo 7º continua em vigor, possibilitando o afastamento de funcionários públicos e políticos de suas funções.

Martins e Lacerda Junior sistematizando suas ideias, a violência se apresenta em diferentes formas de manifestação. A primeira forma, como apontado acima, na modalidade da violência estrutural, expressa tanto a radiografia do golpe quanto a estruturação da doutrina de segurança nacional:

A violência estrutural não se reduz à distribuição inadequada dos recursos disponíveis que impede a satisfação das necessidades básicas da maioria; além disso, a violência estrutural exige o ordenamento da desigualdade opressiva por meio de uma legislação que ampara os mecanismos de distribuição social da riqueza e que produz uma força coercitiva que obriga a maioria respeitar tais mecanismos. [...] (MARTÍN-BARÓ *apud* MARTINS; LACERDA, 2014, p. 577).

Segundo os autores, a violência estrutural está alicerçada pela violência institucional, que efetiva e garante a distribuição desigual dos recursos e a manutenção do ordenamento social opressivo. Assim, está presente nas instituições, tanto instituições criadas para o controle social, como todo o aparato informativo-repressivo forjado com o golpe, como nas instituições que propiciam esta manutenção, como no sistema judiciário, suas instituições e o corpo legal que a sustenta; no sistema de ensino e sua desigualdade evidente, entre tantas outras. Além disto, a violência institucional tem, em algumas de suas instituições, o pressuposto da violência como prática administrativa “pode-se, tal como procedem as instituições militares, criar redes hierárquicas que convertem a violência em uma questão mais administrativa do que individual, facilitando atos profundamente destrutivos, como a tortura” (*idem, ibidem*, p. 578). O problema se potencializa quando o Estado é ocupado por esta lógica institucional, como vemos e veremos na ditadura civil-militar brasileira, em seu processo de militarização do Estado.

Destacamos, ainda, a dimensão ideológica da violência, onde um corpo de ideias e valores legitimam o ato violento. No contexto analisado, temos a ideologia militar, calcada na ordem e hierarquia, com a prática da violência inerente à sua própria instituição, ganhando dimensões de Estado através da Doutrina de Segurança Nacional. Esta possibilita a normalização da ideia de inimigo interno, viabilizando a violência de Estado como prática social. Mas temos também, a ideologia da elite econômica que, como já discutido longamente, carrega um ideário elitista e segregador em sua base, fruto de seus interesses na manutenção da violência estrutural.

Podemos cruzar as conceituações de Martín-Baró com a perspectiva de Chauí, que parte do entendimento de que “a violência se encontra originalmente do lado da sujeição e da dominação, da obediência e de sua interiorização, e não do lado da violação dos costumes e das leis” (CHAUI, 1980, p. 16). A

condição de sujeição está presente nas diferentes dimensões propostos por Martín-Baró, explicando ainda, com maior nitidez, as facetas da violência cotidiana, expostas nas segregações de gênero, raça e condição social³⁶.

Neste sentido, qualquer situação de sujeição caracteriza um ato de violência e, logo, de autoritarismo. Nestes primeiros anos de governos militares houve a contínua prática da sujeição, efetivada tanto por estratégias visíveis e incontestáveis quanto por estratégias invisíveis. Ao considerarmos as estratégias visíveis vemos a anulação dos direitos políticos, dos direitos civis e sociais, através das cassações, demissões e aposentadorias compulsórias, potencializadas pela perda dos direitos políticos por dez anos. Entre as estratégias menos visíveis temos, imediatamente, a perda da condição econômica via achatamento salarial contínuo; controle dos aumentos salariais; impossibilidade de luta pela lei de greve, além da intervenção nos sindicatos. A isto, que Martín-Baró nomeou como violência estrutural, Ianni (2019) nomeou como violência produtiva, já que ao submeter o trabalhador urbano a condições cada vez mais paupérrimas e sem condições de resistência, o governo possibilitava o acúmulo do capital para as empresas, ensejando uma perspectiva de desenvolvimento econômico.

Outra estratégia menos visível e de longo prazo é a prática contínua do esvaziamento da política, como forma de sociabilidade prioritária. Quando Jacques Rancière discute o sentido e lugar da política, estabelece uma distinção entre política e polícia, esta última entendida não como a estrutura ou os agentes do Aparato Policial ou suas formas de disciplinarização, mas “... uma regra de seu aparecer, uma configuração das ocupações e das propriedades dos espaços em que essas ocupações são distribuídas” (RANCIÈRE, 1996, p. 42). Vemos que a distribuição imposta desde o momento do golpe buscava anular os sujeitos, silenciando-os em seus pensamentos e direitos e os excluindo de suas funções e lugares sociais. A regra do aparecer social é a regra do ordenamento legal, criado diariamente pelos governos militares, que deve ser aceito e incorporado, um lugar de aparência determinado e imposto, pois do contrário você seria privado de sua liberdade e silenciado.

Para a efetivação deste projeto foi necessário, neste momento, o uso da vigilância com os desdobramentos da operação limpeza e a construção de forte arcabouço legal para o enquadramento social ou para a ação policial, na fala de Rancière. Como transcrito no documento produzido pela Marinha, o governo Castelo Branco atuou nestas duas frentes: a produção de informação no aprimoramento da vigilância e a produção de um arcabouço legal de

36 A discussão sobre outras formas de violência, pautadas pela violência simbólica através de silenciamentos, interdições e negações foram frequentes ao longo da ditadura e como traço da mesma. Foram contínuas as perseguições de gênero e étnico-raciais. Para tanto, ler James Green “Ditadura e Homossexualidade” e “História do Movimento LGBT no Brasil.

controle social e efetivação do projeto de Nação. Assim, o governo produziu vasta quantidade de atos; isto porque para cada ato institucional havia uma gama de atos complementares, normatizando as questões. Isto corrobora a imagem que procurou constituir de seu próprio governo como um governo legalista, sendo perpetuado desta forma pela memória militar. A tipologia documental reforça esta perspectiva através da presença de alguns discursos políticos proferidos pelo próprio presidente. Apresentamos um pronunciamento de Castelo Branco em março de 1965 (Pasta 20.C.02-004, doc. 669, de 03/03/65, “Boletim nº 36” DEOPS/SP):

[...] Aliás, em abono dos que acalentaram a ideia de um regime ditatorial, capaz de propiciar à Revolução desenvoltura de ação e movimento impossíveis dentro da legalidade, devemos reconhecer que bem fácil teria sido a sua instalação no momento do triunfo revolucionário. O difícil, no entanto, é imaginar-se que tal regime não se transformasse, rapidamente, num Estado Policial, cujos inconvenientes à nação seriam extraordinariamente maiores do que as dificuldades oriundas de uma ordem legal, como bem o compreenderam os responsáveis pelo movimento de 31 de março. Daí haver sido um dos principais objetivos da revolução a reposição do país dentro da normalidade constitucional.

Aqui há a clara defesa da legalidade elaborada pelo próprio Castelo Branco, em consonância com a imagem legalista existente sobre ele e a tipologia documental prevalecente nas pastas do SNI. Também há a afirmação da importância da legalidade, transformando-a em um dos objetivos da *Revolução*, muitas vezes denominada de legalidade revolucionária. Este mesmo entendimento também está presente na grande imprensa, pois ao observarmos os editoriais da Folha de S. Paulo e do Estado de São Paulo encontramos a contínua defesa da legalidade. Duas argumentações foram contínuas:

A primeira, entendimento disseminado pelos jornais da grande imprensa e também presente nos discursos de políticos, militares e do próprio presidente, é a de que a revolução restituiria a legalidade perdida no governo anterior, pelo predomínio de comunistas na estrutura do Estado, não só justificando o golpe como também tornando-o necessário para a restituição da normalidade política. Vemos, aqui, o importante papel cumprido pelo anticomunismo já bem arraigado no discurso social.

A segunda argumentação está associada à fundamentação jurídica do discurso circulante, com a ideia da legalidade garantida pelo poder constituinte da revolução, presente tanto nos discursos oficiais quanto de diferentes políticos que apoiaram o golpe. O poder constituinte é um entendimento previsto no campo do Direito e, na doutrina brasileira, o poder constituinte emana do

povo. Podemos observar que o preâmbulo do AI-1 associa o próprio ato ao apoio da Nação, buscando configurar o caráter constituinte, explicitado no corpo do texto:

À NAÇÃO

[...] O Ato Institucional que é hoje editado pelos Comandantes em Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, em nome da **revolução que se tornou vitoriosa com o apoio da Nação** em sua quase totalidade, se destina a assegurar, ao novo governo a ser instituído, os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil [...]. A revolução vitoriosa necessita de se institucionalizar [...].

Destituído pela revolução, só a esta cabe ditar as normas e processos de constituição do novo governo e atribuir-lhe os poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País.

Para demonstrar que não pretendemos radicalizar o processo revolucionário, decidimos manter a Constituição de 1964, limitando-nos a modificá-la, apenas, na parte relativa aos poderes do Presidente da República [...]. Para reduzir ainda mais os plenos poderes de que se acha investida a revolução vitoriosa, resolvemos, igualmente, manter o Congresso Nacional, com as reservas relativas aos seus poderes constantes do presente Ato institucional. Fica, assim, bem claro que a revolução não procura legitimar-se através do Congresso. **Este é que recebe deste Ato Institucional, resultante do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções, a sua legitimação**³⁷ (ALVES, 2005, p. 53).

Assim, o apoio da nação confirma o poder constituinte garantindo, no entendimento dos militares, a legitimidade necessária, além de anular a atuação do poder legislativo neste processo. O documento abaixo transcrito reforça esta visão, trazendo novos aspectos que possibilitam nova problematização. Trata-se de um pronunciamento do próprio presidente, em defesa da *revolução*, ainda no ano de 1965 “Saibam todos quantos tentarem erguer-se contra a revolução ou procurarem direta ou indiretamente sabotá-la que encontrarão pela frente a ação vigorosa e implacável das Forças Armadas” (Pasta 20.C.02-005, doc. 759, “Boletim nº 85” de 14/06/65). Nesta afirmação, o que precisa ser defendido: o Estado, a Nação ou a revolução? Ou, aos olhos dos militares, a defesa da revolução contemplaria a defesa do Estado e da Nação? E qual seria o lugar da legalidade neste percurso, pois a legalidade, em primeira instância, apontaria para a estabilidade do Estado, entidade não destacada no discurso acima.

37 Este trecho foi citado parcialmente no capítulo anterior explorando, contudo, outros aspectos de seu conteúdo.

Sem dúvida, podemos argumentar que Castelo Branco destacou o papel das Forças Armadas, por ser a instituição responsável pela segurança nacional. Trata-se, contudo, de uma provocação desta autora para ponderarmos sobre a tríade Estado-Nação-Militares, pois percebemos uma dissonância contínua na abordagem desta tríade ao longo dos governos militares, que muito nos diz sobre a própria ditadura.

Se retomarmos o histórico da carreira do então presidente Castelo Branco, perceberíamos esta mesma ambiguidade presente em algumas importantes decisões de sua vida profissional. Em 1950 apoiou o golpe não efetivado contra a candidatura de Getúlio Vargas e, neste mesmo ano, colocou-se ao lado da chapa presidida por Cordeiro de Farias contra o General Estilac Leal na disputa pela sucessão à presidência do Clube Militar. Seu grupo foi vencido, mas, reunido em torno do nascente movimento denominado *Cruzada Democrática*, ensejou um percurso de reversão das forças políticas e, em 1952, como resultado desta reviravolta, conseguiu a presidência do Clube Militar, encabeçada por Alcides Etchegoyen. Neste momento, iniciou-se um longo processo de enfrentamento ao governo de Vargas, que teve como fato culminante o dia 23/08/1954, na explicitação de suas posições “[...] juntamente com vários almirantes e generais, Castelo Branco assinou um documento elaborado por 30 brigadeiros em favor da renúncia de Vargas [...]” (ABREU, 2001, p. 1213).

Em 1955, a “Cruzada Democrática” novamente empreende um movimento contrário à posse do presidente e vice-presidente eleitos, os senhores Juscelino Kubitschek e João Goulart; o nome de Castelo Branco não aparece diretamente, mas o seu vínculo político era assumido com este grupo. Neste mesmo ano, para assegurar a posse dos vitoriosos, o ministro da Guerra, General Lott, lançou o movimento “11 de Novembro”. Oficialmente Castelo Branco apoiou este movimento que garantia a posse dos eleitos, mas no ano seguinte, na data comemorativa deste movimento, não aceitou o convite para participar dos atos comemorativos e lançou a seguinte nota no jornal O Globo: “[...] essa arregimentação de militares, como classes e como força, ao lado de outras classes, alinhadas de maneira politicamente suspeita era subversiva. Na carta dizia também considerar a manifestação como incompatível com a destinação das forças armadas” (Idem, p. 1214).

Nestes diferentes episódios golpistas não há referência à questão da legalidade, preocupação esta central no contexto de 1964, mas contém aspectos esclarecedores sobre o entendimento destes setores em disputas de caráter golpistas, explicitado no trecho abaixo. Trata-se de uma carta escrita por Castelo Branco e comentada pelo autor que a transcreveu, no ato de sua posse como chefe do Estado-Maior do Exército (EME), dirigida ao ministro da Guerra-General Jair Dantas Ribeiro:

‘Longe de mim apresentar condições a V. Exa. Para exercer o cargo central do Exército. [...] Desejaria , no entanto, lembrar a V. Exa. aspectos da posição e da ação do EME’. Na longa carta, Castelo argumentava que, uma vez investido no cargo, não poderia se contentar em ser ‘um marginal nos lances decisivos’ dos quartéis. Isso porque, ‘além de assessor do ministro da guerra’, ele seria a partir de então ‘o chefe do Estado-Maior do Exército, instituição nacional e permanente’. Em outras palavras, Castelo prevenia a Jair que, antes de dever obediência e lealdade ao ministro de plantão, seu compromisso era, em primeiro lugar e acima de tudo, com os destinos da corporação (NETO, 2004, p. 218-219).

Esta carta esclarece dois importantes aspectos. O primeiro se refere ao entendimento de legalidade embutido nos discursos e ações de Castelo Branco e o segundo esclarece seu conceito de nação. Assim, ao definir que seu compromisso é com as Forças Armadas, Castelo Branco esclarece a dubiedade dos discursos anteriores, pois fica patente que a *Revolução* veio em defesa das Instituições Militares e não em defesa do Estado. Assim, a defesa da legalidade está subordinada aos interesses destas forças. Ao mesmo tempo, isto não representaria uma traição à Nação pois, como posto na carta e reafirmado em diferentes discursos, a Instituição Militar é uma instituição genuinamente nacional e permanente, indicando que sua ação sempre representa a defesa da Nação, num pressuposto de que os interesses da Corporação Militar, inquestionavelmente, seriam os interesses da Nação.

A discussão sobre a articulação entre Estado e Nação, na visão das Forças Armadas, já foi bastante discutida pela historiografia e pelos brasilianistas que analisavam o militarismo e, aqui retomamos uma reflexão de Eliezer de Oliveira que nos parece bastante pertinente. Ao analisar a fundamentação teórica da DSN (Doutrina de Segurança Nacional) o autor demonstra que

Inicialmente, devemos estabelecer uma distinção entre Estado e Nação tal como aparece em alguns autores que estamos examinando. De um modo geral, o Estado é tomado como a estrutura jurídico-política de uma comunidade que ocupa determinado território. E, por sua vez, Nação é concebida como a comunidade portadora de tradições objetivas e valores comuns... parece-nos conveniente reforçar as distinções entre Estado e Nação, por nós indicadas, como componente de uma forte motivação ideológica à intervenção militar. De fato, esta se justificaria perante a Nação com a garantia de realização de seus objetivos, tidos então como comprometidos pela atuação do Estado (OLIVEIRA, 1976, p. 43-45).

O autor demonstra que, ao estabelecermos a distinção entre Estado e Nação e buscarmos a fundamentação teórico-conceitual proposta pela ESG

através da DSN, encontraremos a justificativa para o que aqui nomeamos como dissonância. É explícito o entendimento, por parte da Corporação, de que o objetivo primeiro é o da defesa da Nação, da qual só as Forças Armadas são habilitadas, e, isto justificaria os procedimentos adotados em relação ao Estado, este sim falho; neste entendimento, as mudanças legais, contínuas, seriam não só justificáveis, como necessárias e, através destas, se efetivaria a limpeza dos órgãos públicos e da sociedade como um todo. Assim, os atos institucionais e suas portarias visavam a purificação do Estado, para daí poder estabelecer uma normalidade política. Neste processo de depuração e eliminação do risco, a violência era instrumento validado, compondo com o exercício da legalidade, sempre constituinte. De certo modo, para os militares, o Estado não está dado e a Corporação Militar corporifica os interesses da Nação, explicitando nuances importantes de seu entendimento de poder.

Neste sentido, este foi um governo que não escolheu a tortura e a repressão como estratégia de ação; isto não significa dizer que não foi um governo pautado pela violência e, logo, extremamente autoritário. Foi autoritário e implementou um Estado autoritário, utilizando outras estratégias. Foi neste governo que foi construído o aparato legal que garantiu a centralização do poder, delegando ao presidente funções executivas e legislativas. Lembremos que todos os Atos Institucionais revalidavam os preceitos anteriores, depois consumados na Constituição de 1967; este arcabouço legal foi acompanhado, continuamente, da Operação Limpeza, cassando e tirando direitos políticos de todos que se opunham a este projeto. No ato da publicação do AII e nos dias subsequentes 105 pessoas perderam seus direitos políticos por 10 anos; 40 políticos (Congresso Nacional) foram cassados; 84 membros do exército, 14 da Marinha e 48 da Aeronáutica passaram para a reserva; 62 pessoas perderam seus direitos políticos. Nos decretos de 7 de maio, mais 22 deputados estaduais foram cassados; 34 cidadãos perderam seus direitos políticos e mais 8 cidadãos perderam seus direitos políticos por 10 anos (Gabinete do Ministro – Ministério da Aeronáutica, s/d). Havia, em função disto, a crença de que seriam desnecessários órgãos propriamente repressivos, já que os governos, administrações públicas e sociedade em geral estavam controladas.

Na continuidade deste governo, houve o ponto de partida para todo o processo de radicalização, através da mudança legislativa, em primeira instância, da própria Carta Constitucional de 1967, seguida da Lei de Imprensa e, por fim, da Lei de Segurança Nacional organizada em decreto-lei, elaborada ainda sob a égide de Castelo Branco, dias antes da posse de Costa e Silva. Esta Carta Constitucional e seu complemento, apresentado como decreto-lei, definiram novos parâmetros para o entendimento da relação Estado-Sociedade.

A reformulação de nossa Constituição obedeceu aos mesmos critérios de ambiguidade presentes na discussão referentes ao binômio

“legalidade/autoritarismo”. Em 20/10/1966 Castelo decretou o recesso do Congresso Nacional até a data de 22/11; este Congresso reaberto e esfacelado pelas cassações foi transformado em Assembleia Nacional Constituinte através do Ato Institucional nº 4 de 06/12/1966. Através dele, os constituintes teriam 41 dias, contando-se os fins de semana e os feriados de final de ano (Natal e Ano Novo) para votar o anteprojeto de Constituição, que pressupunha a leitura integral para a possibilidade de serem incorporadas às emendas propostas ao texto original. O prazo estipulado e as condições oferecidas indicavam o caráter pró-forma desta votação, pois, caso algum procedimento não fosse cumprido, a Carta seria outorgada pelo presidente. Neste sentido, representava uma verdadeira encenação de legalidade e o episódio ganhou a alcunha de “a promulgação da Carta outorgada”. Esta Carta Constitucional incorporava os ditames de todos os Atos Institucionais impostos até esta data e criava a base legislativa para a concentração de poderes pelo poder executivo e dentro deste, por representantes das Forças Armadas.

Com este ato constitucional, Castelo Branco dava um grande passo para a institucionalização do regime, fortalecendo tanto o poder executivo quanto a Instituição Militar. Houve o processo de concentração do poder pelo executivo e ao mesmo tempo o processo de concentração de poder político pelas Forças Armadas. Assim, para o fortalecimento do poder executivo, entre outros aspectos, definia a eleição indireta para a presidência e vice-presidência da república e para os governos dos estados. Instituiu o decurso de prazo, priorizando a ação legislativa do poder executivo. Desta forma, os projetos de leis considerados urgentes tinham um prazo de 45 dias para serem avaliados e os outros 60 dias e, se não fossem avaliados neste prazo, estariam automaticamente aprovados. O Executivo passava, ainda, a ter exclusividade no direito de legislar sobre questões de Segurança Nacional e sobre as finanças do Estado, além de definir o direito do governo federal em intervir em estados e municípios que fossem considerados em estado ou ameaça de perturbação da ordem. Notamos que todas as decisões mais importantes estavam nas mãos do Executivo.

Para o fortalecimento das próprias Forças Armadas, estabeleceu dois aspectos: todo processo sobre crimes de segurança nacional seria julgado por tribunal militar e a constituição instituía ao Conselho de Segurança Nacional amplo poder decisório:

O Conselho de Segurança Nacional seria um órgão da presidência da República, atuando estreitamente com organizações de informação e segurança. O artigo 91 definia como de sua competência o ‘estudo dos problemas relativos à segurança nacional, com a cooperação dos órgãos de informação e dos incumbidos de preparar a mobilização nacional e as operações militares’. Além disso, o Conselho de Segurança Nacional

tomaria decisões administrativas e econômicas em áreas consideradas ‘de interesse da Segurança Nacional’. [...] O Conselho de Segurança Nacional era integrado pelo Presidente da República, todos os ministros de Estado, todos os membros do Alto Comando das Forças Armadas e o chefe da Casa Civil da presidência (ALVES, 2005, p. 109).

Podemos notar um duplo processo de militarização da política: por um lado, o cidadão comum, acusado de crime político, passaria a ser julgado pela justiça militar e, por outro lado, o poder executivo passava a ser composto, obrigatoriamente, de membros militares, através da composição do Conselho Nacional de Segurança. Desta forma, notamos o predomínio dos militares no controle político, pois o Poder Legislativo havia perdido a autonomia e estava absolutamente cerceado; o Poder Judiciário, em última instância, também era controlado pelos militares, através dos Tribunais Militares e o poder Executivo, além de ter um Chefe de Estado militar no controle do país, era auxiliado diretamente pelo Conselho de Segurança Nacional composto, como visto, por militares. Como colocado no trecho transcrito, este conselho ficava incumbido de todas as decisões referentes à noção de segurança nacional.

Em 9 de fevereiro deste mesmo ano, outro ato de profunda atrofia à liberdade foi sancionado pelo Presidente: a Lei de Imprensa. Esta cerceava a circulação de informações e de manifestação que representassem risco à nação, além de reafirmar a manutenção da censura à produção artístico-cultural. O próximo passo refere-se à Lei de Segurança Nacional, complementando o papel e poder de atuação do próprio Conselho de Segurança Nacional. Como colocado a seguir, Castelo Branco, através da edição da Lei de Segurança Nacional, a dois dias da posse de Costa e Silva, transformou radicalmente a ideia de Segurança Nacional. Observe o conteúdo da lei, publicada em 11/03 e comentada em jornais da época (Pasta 20.C.02-006, doc. 998, Diário Popular, dia 14/03):

CAPÍTULO I Disposições Preliminares

Art. 1º Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.

Art. 2º A segurança nacional é a garantia da consecução dos objetivos nacionais contra antagonismos, tanto internos como externos.

Art. 3º A segurança nacional compreende, essencialmente, medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna, inclusive a prevenção e repressão da guerra psicológica adversa e da guerra revolucionária ou subversiva. [...]

§ 2º A guerra psicológica adversa é o emprêgo da propaganda, da contrapropaganda e de ações nos campos político, econômico, psicossocial e militar, com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções,

atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos, contra a consecução dos objetivos nacionais.

§ 3º A guerra revolucionária é o conflito interno, geralmente inspirado em uma ideologia ou auxiliado do exterior, que visa à conquista subversiva do poder pelo controle progressivo da Nação.

Apesar de garantir a manutenção dos direitos civis (tendo a manutenção do direito de *habeas corpus* como principal escudo) que só serão subtraídos com o AI-5 em dezembro de 1968, introduziu, com uma *canetada*, a concepção de **segurança interna**, elemento este fundamental para a posterior perda dos direitos civis. Até este momento prevalecia, sobre o conceito de segurança nacional, o texto da Carta Constitucional de 1946 que o definia sob o parâmetro da **segurança externa**; assim, a questão da ameaça estava relacionada a uma ideia de – **fronteiras territoriais** o que garantia uma materialidade e objetividade em relação à definição do inimigo, além de colocá-lo no âmbito externo à Nação. Com a Constituição de 1967 e a Lei de Segurança Nacional são viabilizados na prática, por estar no corpo da lei, os conceitos formulados pela Doutrina de Segurança Nacional, que previam a ideia de guerra revolucionária, mas que ainda não haviam ganhado contornos institucionais.

Pela nova Lei aprovada, em seu artigo 1º, todo cidadão se tornava responsável pela segurança nacional, o que significava dizer que o mesmo deveria observar e denunciar qualquer ato considerado de risco para a Nação, tornando a delação parte da condição de cidadania. A definição e delimitação dos riscos à Nação, como indicado nos artigos 2º e 3º, seria dada pelo Conselho de Segurança Nacional que concentrava, então, grandes poderes no controle e vigilância da sociedade. O artigo 3º, em seus dois parágrafos, incorporou o conceito de guerra revolucionária, formulado pela Escola Superior de Guerra (ESG) no início dos anos 1950, reformulando o conceito de defesa e incorporando a ideia do inimigo interno e, logo, de guerra psicológica. Destacamos, por fim, que todo inquérito ou processo relacionado à segurança nacional estaria submetido aos tribunais militares ampliando, ainda mais, o campo de ação dos governos militares, numa composição de autoritarismo e militarização do Estado.

Com a institucionalização do conceito de guerra revolucionária, institucionaliza-se, também, a violência como tessitura da sociabilidade, passando a nortear as relações sociais e as relações Estado-sociedade. O cidadão deve olhar com desconfiança para o seu vizinho ou colega de trabalho, atentando para indícios de subversão; deve evitar contato com pessoas suspeitas, mesmo familiares, para não ser enredado pelos órgãos de informação. Deve delatar ao ter em mãos informações que coloquem a nação em risco. Todos estes aspectos contribuem para o esgarçamento dos laços solidários, individualizando os sujeitos pelo medo. Ao mesmo tempo, contribuem para o esvaziamento da

vida política, por inviabilizar o debate ou a mais simples conversa política. Por fim, autorizam a violência física, instância mais explícita da violência, a justificar as perseguições, prisões e expurgos daqueles considerados inimigos.

O encaminhamento dado ao final do mandato de Castelo Branco nos autoriza a entender que não devemos estabelecer parâmetros de exclusão entre as concepções de legalidade e autoritarismo ou discurso da moderação e autoritarismo, pois procedimentos legais podem autorizar a mais profunda radicalização da repressão, como a Lei de Segurança Nacional estabelecida por ele. E, como já visto, isto seria possível, já que o parâmetro que norteava toda a ação governamental, neste momento, era o controle do Estado e a concepção de Estado naquele momento referia-se ao Estado de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Este tinha como fundamento a ideia de guerra revolucionária. Neste aspecto, não há contradição ou ambiguidade quanto aos atos do presidente: este agia dentro de parâmetros propostos e formulados como uma doutrina.

Neste sentido, pouca validade tem para o objetivo desta pesquisa, verificar as motivações que levaram às decisões efetivadas por Castelo Branco pois, independente de ter agido por pressão dos radicais; como forma de conter legalmente estes mesmos radicais ou, o que é o nosso ponto de vista, por uma índole que mesclava autoritarismo e legalidade e que se corporificava na Doutrina de Segurança Nacional, podemos verificar que, “no frigidus dos ovos”, os dois primeiros governos caminharam para aspectos comuns: a intensa preocupação e disputa do poder, no cenário do Alto Comando (relação horizontal de poder); uma necessidade cotidiana de controlar a oficialidade (relação vertical) e, por fim, a busca do controle indiscriminado da sociedade civil. Há uma homogeneidade quanto à concepção de poder, no que tange a sua relação com o cidadão, caracterizada pela necessidade de controle do poder político. Esta questão será aprofundada nos próximos capítulos.

Assim, ao levar o princípio de segurança nacional, vinculado à noção de guerra revolucionária, aos limites da própria Nação, o governo de Castelo autorizou a perseguição indiscriminada de brasileiros, bastando ganhar a rotulação de “subversivo”. Esta conjugação de práticas políticas em relação à sociedade nos autoriza a inferir que não visualizamos distinções de tipologia documental durante a vigência destes dois primeiros governos, justamente porque houve uma confluência de ideias em relação ao controle social, independente das práticas que as norteavam.

Costa e Silva e a construção de um poder cindido

A bibliografia referente ao governo de Costa e Silva o identifica como o representante da linha-dura, gerando o entendimento de que seu governo

caminharia rapidamente para o aprofundamento da radicalização, já assegurada pelo aparato legal publicado por Castelo Branco. Ao acompanharmos o discurso da grande imprensa no contexto de sua posse, observamos um misto de esperança e desencanto. Esperança de que este presidente conseguisse finalizar a institucionalização esperada, possibilitando a normalidade política, mas certo desencanto com a perspectiva de continuidade indefinida dos governos militares.

Ao observarmos, contudo, a documentação aqui recortada não identificamos alterações profundas, seja no *modus operandi*, seja no teor da informação em relação ao governo anterior. Lembramos ao leitor que quando nos referimos a manutenção do mesmo *modus operandi* significa dizer que foram mantidas, em geral, as mesmas dinâmicas de institucionalização do regime, sem a criação de órgãos que atuassem diretamente na repressão e sem alterações nas estratégias já vigentes de vigilância e controle. Desta forma, o SNI permanece como órgão receptor da informação em diálogo com as DSIs e ASIs, além dos DEOPS dos estados. Devemos destacar, contudo, que a doença manifestada em julho de 1969, reduziu o tempo de governo deste presidente, inviabilizando uma análise mais completa de seus projetos e intenções.

Assim, ao observarmos o conteúdo da documentação de circulação DEOPS-SNI identificamos, nos primeiros meses de governo, o mesmo perfil de registro e arquivamento ocorrido ao longo dos anos anteriores. São contínuos os pedidos de Atestados de Antecedentes e Pedidos de Busca dos setores já recorrentes. Vemos a vigilância de representantes sindicais em diferentes documentos e de setores sindicais distintos, como sindicato dos metalúrgicos de Santos; dos trabalhadores da indústria de destilação e refinação de petróleo; dos trabalhadores Carris Urbanos; representação regional do trabalho “Solicitação de antecedentes do ex-presidente do Sindicato dos Advogados de São Paulo, Vinicius Ferraz Torres (20. C. 07, 08/05/68) com a resposta em 08/07/68 “[...] que foi alvo de expressiva homenagem pelos trabalhadores, principalmente, pelos comunistas... fica que o marginado, amigo particular de Jango, estava tentando sua nomeação para Delegado Regional do Trabalho em SP”, entre outros. São acompanhados também religiosos “[...] reunião religiosa no Colégio Notre Dame e nada constou” (25/03/68); publicitários; políticos, principalmente do PCB, além dos estudantes. Os recortes de jornais não só continuam presentes, como aumentam em quantidade frente à totalidade dos documentos arquivados. E, como já discutido, cumprem a função de coleta de dados sobre situações, eventos, grupos e pessoas, bem como apresentam os temas em voga, servindo como uma radiografia do que está sendo apresentado à sociedade.

Considerando os aspectos descritos, diríamos que houve uma continuidade em relação ao governo anterior. Dois fatos, contudo, nos chamam a

atenção. O primeiro, pouco visível para o público em geral, foi a criação do CIE (Centro de Informação do Exército) em maio de 1967. A proposta deste órgão circulava desde o governo de Castelo Branco não tendo, contudo, o apoio deste presidente para sua criação, sendo aprovado por Costa e Silva assim que assumiu. A memória militar indica a autoria de Lyra Tavares, tendo Adyr Fiúza como primeiro chefe, ambos generais que apoiavam Costa e Silva. O CIE tornou-se um epicentro de tensões políticas por distintos motivos. Primeiro porque respondia ao Ministério do Exército, gerando uma disputa de poderes entre os órgãos de informação, já que a 2ª seção, vinculada ao Estado-Maior do Exército perdia função. Depois porque, ao responder ao Ministério do Exército, não devia obrigações imediatas ao SNI, informando seletivamente este órgão. Por fim, diferentemente do SNI, além de ser um órgão de produção de informações, tinha um setor de ação, concentrando assim produção de informação, planejamento e execução, fato que fragilizava o órgão vinculado à presidência da República e garantia certa independência ao Exército.

O segundo fato que queremos destacar se refere ao teor das matérias de jornais, principalmente aquelas arquivadas pelo SNI, por indicarem uma grande incidência de temas que apontam para uma crise de governabilidade. Acompanhem algumas matérias arquivadas. O documento abaixo indica a existência de problemas no governo Costa e Silva, apontando para um crise com setores da linha-dura:

Os porta-vozes e teóricos (ou práticos?) da ‘linha dura’ que, inspirados nos acontecimentos da Tchecoslováquia, estão reclamando do governo Costa e Silva o ‘endurecimento da situação’, alegando que o atual regime está exposto a grandes perigos com atual liberalização, culpam o chanceler Magalhães Pinto pela posição adotada pelo presidente da República (Pasta 20.C.02-007, doc. 1.102, de 26/08/68, Tribuna do Rio).

O documento se refere à postura adotada para a mídia, pelo então chanceler Magalhães Pinto, considerada por elementos da linha – dura, como liberalizante. O episódio, em si, pouco enriquece nossa discussão, mas o mal – estar apresentado demonstra a existência de um clima político pouco estável, clima este que aponta para a existência de setor dentro das Forças Armadas insatisfeito com a condução do governo, instando uma radicalização ainda maior. Os leitores já conhecem as divergências existentes dentro da Corporação Militar, com a prática do enfrentamento, mas a pressão exercida pela ala conhecida como “linha-dura”, com clara exposição midiática, põe em xeque a identificação deste presidente como pertencente à linha-dura.

Isto nos faz retomar a discussão já proposta por Martins Filho (MARTINS FILHO, 1996), bastante elucidadora para esta situação, que entende que

os grupos em disputas e confrontos no seio da Corporação Militar são mais pulverizados do que a classificação usualmente presente na historiografia, como uma oposição dicotômica entre castelistas e radicais, proposição com a qual concordamos; para o autor, contudo, esta pulverização seria ainda mais diversificada do que a nomeação de segmentos radicais; segmentos castelistas; grupos de esquerda e legalistas, frisando a importância da força de nomes e lealdades na aglutinação de propostas e apoios, sofrendo alterações conforme o acontecimento em disputa, aspecto este também apontado por nós. Nesta linha de reflexão, para o autor, classificar Costa e Silva como um genuíno representante da linha dura não explica as situações de tensão que foram criadas e potencializadas ao longo de seu governo. Sugerimos, assim, considerar as classificações indicadas, somadas aos diferentes interesses que norteavam as ações dos órgãos imbuídos de poder. É perceptível as tensões entre setores do próprio Exército e entre os setores da comunidade de informações. Havia, assim, diferenças de projetos; divergências de interesses; defesas de cargos e funções; além de lealdades construídas ao longo do tempo.

E, para o foco central deste livro, interessa-nos compreender os impactos destes eventos no processo de institucionalização do regime autoritário e, em função disto, seguimos na observação da documentação. O documento abaixo é datado de agosto/68, o que demonstra que todo o 2º semestre deste ano permaneceu em ebulição, escoando no AI 5, publicado em dezembro deste ano. Em setembro é publicado um artigo de jornal³⁸, no qual o sr. Humberto Lucena (deputado federal opositor) denuncia uma “conspiração” contra o presidente Costa e Silva:

O senhor Humberto Lucena (MDB-PB) denunciou à câmara uma conspiração que estaria sendo articulada contra o Marechal Costa e Silva, sob o argumento de sua incapacidade política e administrativa.

Segundo parlamentar opositor “os planos neste sentido teriam sido descobertos”, tendo que o Marechal Costa e Silva, no curso da semana apazada para o golpe, devidamente alertado, convocado duas reuniões do Conselho de Segurança, seguidas de uma outra, do Alto Comando das Forças Armadas, numa atitude de caráter defensivo.

O Marechal Costa e Silva, ciente de que apressaria a sua deposição se optasse pela decretação do estado de sítio- ainda de acordo com parlamentar -adotou uma linha moderada para o seu governo, não dispensando, entretanto, a formação de um dispositivo que só serviu para intranquilizar a família brasileira, através do recrudescimento das violências contra o povo, numa grave afronta a autonomia dos estados e ao direito e garantias individuais.

38 Pasta 20.C.02-007, doc. 1171, de 10/09/68, jornal Tribuna do Rio, cujo título do artigo é “Lucena denuncia que golpe ameaça Costa”.

O senhor Humberto Lucena ponderou que o Presidente da República, embora, não tenha cedido, integralmente, a pressão dos que o impeliam para providências ainda mais drásticas, começou a perder o controle dos acontecimentos que se desencadeiam no país, com o claro objetivo de um maior endurecimento da situação.

Diante deste quadro, o vice líder oposicionista concluiu que se o Marechal presidente deseja terminar o seu mandato e dismantelar a conspiração que se faz contra o resto das instituições democráticas que ainda vigoram entre nós, deverá punir os abusos do poder, restituir o país ao pleno gozo de suas franquias democráticas [...] (Pasta 20.C.02- 007, doc. 1171, de 10/09/68, jornal Tribuna do Rio).

Apesar deste deputado colocar-se a partir da visão oposicionista, pressionando o presidente para a implementação de atitudes de cunho democrático, o eixo central de seu discurso é o temor em relação a mais um momento de recrudescimento político. Neste sentido, a matéria do jornal aponta para a enorme tensão presente nestes meses, materializada pela forte e constante pressão imposta pelo grupo “linha-dura”, no sentido de radicalizar as atitudes autoritárias. O momento merece atenção. Este artigo foi publicado no dia 10/09 e, no prazo de oito dias a contar da data desta publicação, houve o arquivamento de um documento cuja produção e publicação ocorreu em janeiro deste mesmo ano e que, no momento em que foi arquivado, parecia uma resposta ao artigo em questão. Tratava-se do Decreto-Lei nº 348 “disciplinado a competência, a composição e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional”, cujo título é – Conselho de Segurança vai mandar em tudo por decreto.

Estas ações estão concatenadas. O artigo de jornal indicava o clima de golpe. Costa e Silva realizou duas reuniões com o Conselho de Segurança Nacional e uma com o Alto Comando das Forças Armadas, todas na mesma semana e, o decreto em questão nos lembra e indica o papel que o CSN (Conselho de Segurança Nacional) assumiu este ano e que começa a colocar ostensivamente em prática. Ele fortalece definitivamente o próprio Conselho de Segurança Nacional:

“Art. 1º – O Conselho de Segurança Nacional destina-se a assessorar o presidente da República na formulação e conduta política da Segurança Nacional.

Capítulo II – Da Organização

Art. 2.º – O Conselho de Segurança Nacional (CSN) é presidido pelo presidente da república e dele participarão, no caráter de membros..., o vice-presidente da República, todos os ministros de Estado, inclusive os extraordinários, os chefes dos Gabinetes Civil e Militar da Presidência

da República, o chefe do Serviço Nacional de Informações, o chefe do Estado – Maior das Forças Armadas e os chefes dos Estados Maiores da Armada, do Exército e da Aeronáutica.

Parágrafo Único- O Presidente da República poderá designar membros eventuais, conforme a matéria a ser apreciada. [...]” (Pasta 20.C.02- 007, doc. 1183, data de arquivamento 18/09/68).

Este Decreto-Lei traz uma mudança sutil, porém importantíssima para a sequência dos acontecimentos que definiram as características do governo de Costa e Silva e principalmente, as marcas da institucionalização em processo: em linhas gerais promove o fortalecimento do Conselho de Segurança Nacional, como o próprio título do documento indica (Conselho e não o poder executivo vai mandar por decreto) e, então da Instituição Militar, no interior do poder Executivo, intensificando o processo de militarização do poder político, processo esse já iniciado por Castelo Branco e agora aprofundado. Primeiro porque ocorre a inserção do Chefe do Serviço Nacional de Informações como membro regular do Conselho e sabemos que todos os nomes que se tornaram Chefes do SNI eram das Forças Armadas. Segundo, porque houve o fortalecimento da figura do chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, alçando prerrogativas de Ministro de Estado. Aqui há a explicitação da presença do Chefe do Gabinete Militar, além de haver um fortalecimento do seu papel, abaixo demonstrada:

Art. 4.º - O Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, presidente da Comissão Especial da Faixa de Fronteiras é o chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e terá honras, direitos e prerrogativas de Ministro de Estado.

Art. 5.º - A Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional (SG-CSN), órgão integrante da Presidência da República, diretamente subordinada ao Presidente da República, dirigida pelo secretário-geral, tem estrutura de Gabinete de Ministro Extraordinário e suas atribuições, organização e funcionamento serão estabelecidos em regulamento próprio. [...] Parágrafo Único – Os diretores das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios civis, após prévia aprovação de seus nomes pelo secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação dos respectivos ministros de Estado, devendo a escolha reunir um cidadão civil diplomado pela Escola Superior de Guerra ou oficial das Forças Armadas de preferência com o curso de Comando, Estado-Maior ou equivalente.

Podemos observar que, além de membro permanente do Conselho de Segurança Nacional, o chefe do Gabinete Militar ampliou suas funções

pondo-se, em determinadas circunstâncias, à frente dos Ministros de Estado civis, ao ter o poder prévio de aprovação dos nomes cotados para as diretorias dos DSIs – Divisões de Segurança e Informações dos ministérios civis. Para o processo de militarização da política, podemos acrescentar o fato de se estabelecer critérios de escolha de funcionários de 2º escalão (DSIs) com vínculos com as Forças Armadas, pois como visto, precisariam ser militares ou, no mínimo, ter curso de formação na Escola Superior de Guerra.

O Chefe do Gabinete Militar representava um cargo que, como visto, vinha passando por um processo de fortalecimento contínuo, exercendo cada vez mais influência dentro do Conselho de Segurança Nacional e representava também um nome, por tratar-se, neste momento, do General Jayme Portela de Mello, identificado como general do grupo de Costa e Silva e da linha-dura:

Em 1963 estava no Departamento-Geral do Pessoal, o ‘canil’ de Costa e Silva. [...]. Fixara-se na equipe de Costa e Silva como uma caixa de correspondência para qualquer mensagem de oposição ao grupo de oficiais que gravitava em torno de Castello. Carlos Lacerda dizia: ‘O General Portella é quem governa o Brasil, o general Costa e Silva é uma figura de proa, só.’ mandava cada dia mais e, com a ajuda do CIE, espionava civis e militares (GASPARI, 2002, p. 279-280).

A nosso ver, a colocação de Gaspari destaca o papel deste general e aponta, também, para a força do CIE, já comentado. Este processo de radicalização e, com ele, de centralização do poder do CSN foi ocorrendo durante todo o ano de 1968, iniciado com o Decreto-Lei nº 348, desembocando na publicação do Ato Institucional conhecido como AI-5 em 13/12/ 1968.

Assim, sobre esta questão, nossa tese é a de que Costa e Silva corporificou um poder cindido. Pois, apesar da ditadura estruturar um poder executivo forte e centralizado, este presidente conviveu com órgãos e setores que adquiriram autonomia ao longo do governo. O Conselho de Segurança Nacional, assim caracterizado, corporificava neste momento a linha-dura dentro do governo, tendo uma influência cada vez mais contínua e forte em relação às ações do poder executivo, dificultando a definição do papel de cada parte na ação do todo e ensejando o fortalecimento da vertente das Forças Armadas que pregava a radicalização violenta.

Vemos que um eixo central de conspiração e instabilidade governamental se situava no próprio governo. Somamos a isto, as divergências históricas entre os diferentes segmentos militares que, como indicado, se intensificaram. Neste sentido, o governo de Costa e Silva assistiu ao descortinar da crise, palaciana e social. Veremos, ao longo do texto, que as forças internas se radicalizaram e conhecemos, também, a explosão de uma intensa crise social. A documentação

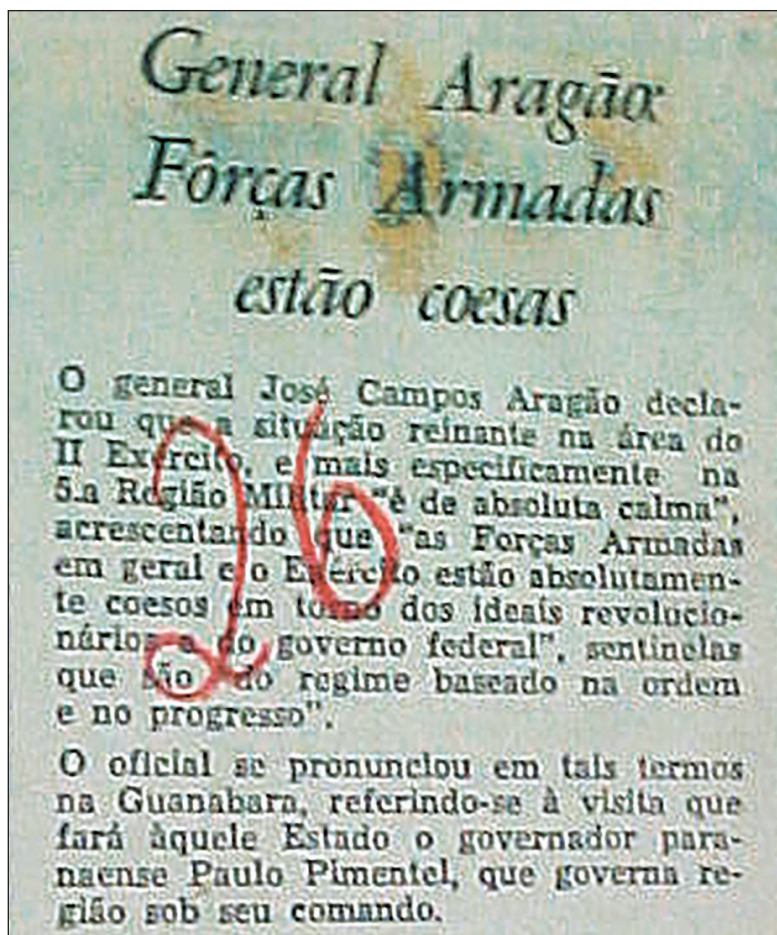
não expõe a tensão existente neste momento, tensão esta potencializada em março deste ano, com a morte do estudante secundarista Edson Luis, devido a uma manifestação em prol de melhorias no restaurante Calabouço. Três dias depois houve o maior enfrentamento de rua entre civis e militares, com a morte de mais um estudante e de um “marítimo”, além da prisão de muitos civis e, em 26/06, o Brasil assistiu à Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro.

A morte do estudante secundarista expressava as movimentações estudantis que aconteceram ao longo deste ano, precedidas das tentativas de greves em São Paulo e Minas Gerais. Este cenário e seu estopim com a morte do estudante foi o motivo que toda a esquerda, em suas várias facções, precisava para deflagrar a luta armada. Cada facção esquerdista já vinha preparando sua atuação; Carlos Marighella havia optado pela sua saída do PCB e a formação da ALN (Ação Libertadora Nacional), preferindo a estrutura flexível de ação urbana em oposição ao engessamento da lógica partidária; o PC do B (Partido Comunista do Brasil), através das figuras de João Amazonas e Maurício Grabois, optou pela organização da guerrilha rural, priorizando a região do Araguaia e a AP (Ação Popular) também vinha ‘estocando’ militantes em fábricas em São Paulo, organizando-se para a luta armada.

O ano de 1968 foi marcado pelas manifestações de rua, criando um clima de caos e descontrole, interessante ao setor radical dos militares, que há tempos pregava o recrudescimento, recrudescimento este que já vinha ocorrendo desde o final do governo de Castelo Branco. Assim, as radicalizações da esquerda e da direita eram projetos que já vinham sendo gestados e estas manifestações de rua só confirmavam a indignação da sociedade civil, alheia aos movimentos em processo disseminados pelos dois lados. A repressão, agora, não poupava mais nem os filhos da elite; todos os grupos sociais tornaram-se alvo do regime. Esta era o que Gaspari, em seu livro, denominou de crise visível do governo Costa e Silva. A outra crise, a chamada crise invisível era o descontrole das frentes do próprio Estado, uma crise que se situava no interior das Forças Armadas e que este texto, em muitos momentos, já mostrou algumas de suas facetas, tão antiga é a mesma.

A documentação produzida pela comunicação DEOPS/SP – SNI não traduz os acontecimentos da chamada crise visível, bem como não cita diretamente a publicação do AI-5. Nenhum dos artigos de jornais arquivados neste momento faz referência direta ao fato e a única justificativa que encontramos para isso, está contida no doc. 1173, de 04/01/69. Trata-se de um arquivamento de artigo de jornal da Cidade de Santos e, à caneta, existe o seguinte registro: “Recorte: Organizar pasta contendo texto do Ato n. 5 e de todos decretos-leis subsequentes – 03.01.69” (Pasta 20.C.02-007, doc. 1173, 04/01/69, jornal Cidade de Santos), ou seja, há a organização de arquivo próprio.

Contudo, o documento seguinte aponta para a relação existente entre as Forças Armadas e o governo federal, traduzida acima, como crise invisível:



Fonte: Pasta 20.C.02-007, doc. 1113, de 16/12/68, artigo do Diário da Noite.

O documento em questão não faz referências diretas à publicação do AI-5, como indicado, mas o seu conteúdo está relacionado diretamente a este fato. Assim, o que destacamos é a necessidade do General José Campos Aragão em declarar publicamente que as Forças Armadas estão unidas, o que deveria ser um pressuposto, indicando justamente o risco de sublevações internas, centrados essencialmente em focos do Exército e o SNI fez questão de arquivar este documento.

O AI-5 foi publicado em 13/12/1968, tendo como suposto estopim o discurso do deputado Marcio Moreira Alves que, segundo Elio Gaspari, foi em parte articulado no seio do próprio poder executivo. A seu ver, foi

conscientemente manipulado a fim de criar um mal-estar indissolúvel que justificasse o recrudescimento legalizado, já informalmente em processo. O autor do caso, Lyra Tavares, o mesmo que idealizou o CIE, enviou um ofício à Costa e Silva sobre este caso. O ofício condenava o discurso, solicitava a “proibição de tais violências e agressões verbais injustificadas”, mas por outro lado, afirmava que o dito deputado estava no exercício de seus direitos políticos. Assim, emitiu um ofício que criava uma ambiguidade, pois confirmava a legitimidade da ação, mas com a solicitação à proibição de tais atos. Esta situação propicia à ala radical a construção de uma crise sem volta. Costa e Silva não administrou bem os conflitos sociais e deixou que a elite se indignasse; acabou por justificar o discurso da esquerda, que justificou o discurso da direita. Entrou em rota de colisão com o Congresso Nacional e fechou os olhos para o crescimento da anarquia.

A publicação do AI-5, em primeira instância, demonstra a manutenção do princípio da legalidade revolucionária como prática de estruturação de Estado pois, mais uma vez, há a publicação de um ato institucional que se sobrepõe à Constituição e aos outros poderes. Este princípio está calcado, como já discutido, no conceito do poder constituinte, no caso brasileiro, vinculado à defesa da Nação. Considerando que a ditadura já havia produzido uma Constituição que incorporava todos os atos institucionais anteriores e, considerando a reflexão já feita sobre a distinção entre Estado e Nação, entendemos que a publicação de novo ato demonstra, independentemente de seu conteúdo, não mais um momento revolucionário ou que se justifique como revolucionário, mas sim, uma racionalidade política que trata o Estado de forma instrumental, entendendo que a normalidade política dependerá sempre da interpretação dada à segurança nacional. Neste sentido, a ideia de Nação torna-se questão central na fundamentação desta forma de institucionalização autoritária. E, considerando, também, que as Forças Armadas são, para os seus próprios membros, a representação do bem da nação, entendemos que o Estado será instrumentalizado conforme os ideários da corporação militar. Assim, a ideia de Nação justifica e assegura o poder militar e a instabilidade das instâncias propriamente políticas.

Destacando, agora, o conteúdo do ato, o AI5 garante a possibilidade de fechamento do Congresso; a cassação de mandatos eletivos; de direito de demissão de funcionários públicos e juizes; da perda do direito à vitaliciedade e da suspensão por dez anos dos direitos políticos de qualquer cidadão. O aspecto, contudo, que mais diferencia e radicaliza este Ato Institucional é a supressão de parte dos direitos civis, representados, fundamentalmente na suspensão de garantia de *habeas corpus* para os crimes políticos e no aumento do prazo de *incomunicabilidade*. Sem o *habeas corpus*, o cidadão perderia o

direito à liberdade em situação injusta ou não comprovada e o prazo de incomunicabilidade estendido há dez dias favorecia as ações de tortura. Vemos, aqui, a ampliação da violência, no uso explícito da violência física, com os atos de prisões e prazos de incomunicabilidade.

Como importante consequência para a condução política de todo o processo narrado, assistiu-se ao contínuo fortalecimento do Conselho de Segurança Nacional. Os artigos de jornais abaixo disponibilizados nos induzem a acreditar que o presidente Costa e Silva, após a publicação do AI-5, deixou de dar passos autônomos e passou a ter o crivo constante do CSN, pois até então não havíamos encontrado artigos de jornais arquivados com este teor e com tanta constância:

Sobre a reunião de hoje do Conselho de Segurança Nacional, no Palácio do Rio Negro, posso revelar o seguinte: alguns membros ministros já votaram antecipadamente pela cassação de mandatos e suspensão de direitos políticos de vários parlamentares. Isto não quer dizer contudo, que estejam aprovados, pois a votação é nominal. Além disso é necessária unanimidade para o caso (Pasta 20.C.02-007, doc. 1129, Tribuna do Rio, 16/01/69).

Este artigo indica um aspecto importante: havia a necessidade de ocorrer unanimidade para a cassação de um político. A nosso ver, isto retira do presidente da República um grande poder de decisão. O artigo abaixo indica novas cassações:

Foi marcada para sexta-feira reunião do Conselho de Segurança Nacional, quando serão anunciadas novas cassações de mandatos, suspensão de direitos políticos e aposentadorias a bem do serviço público.

Os processos examinados significarão a depuração inicial de uma longa lista de pessoas investigadas: duas mil.

Muita especulação corre como informação, particularmente com relação ao Supremo Tribunal Federal.

Noventa e seis processos foram encaminhados à Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional (chefia da Casa Militar) para exame, cuja conclusão deverá ser anunciada sexta-feira (Pasta 20.C.02-007, doc. 1136, Diário de Notícias, 04/02/69).

O montante anunciado neste artigo, duas mil pessoas compondo a lista, demonstra a extensão da radicalização e traz uma sutileza: 96 processos foram encaminhados ao Secretário Geral do Conselho, o chefe do Gabinete Militar. Certamente a decisão não era pessoal, mas Jayme Portella de Melo detinha o controle da organização destas reuniões e um acesso meticuloso a todo tipo de informação. Podemos observar uma certa continuidade quanto às

reuniões deste Conselho e sua determinação direta nos rumos políticos do país. Os documentos constantes das pastas arquivadas, durante este período, privilegiam os arquivamentos de artigos de jornais sobre cassações, punições, suspensões de eleições e recesso de atividades legislativas, com clara potencialização da vigilância.

O ano de 1969, tendo o AI-5 como detonador, será o ano do recrudescimento. O Relatório do CIE (Centro de Informações do Exército), de maio deste ano, bem demonstra a clara intenção por parte dos agentes do aparato repressivo da necessidade de adequações em todo o aparato:

As reformas políticas em estudo, cuja formulação está entregue à capacidade de eminentes juristas, permitirá o fortalecimento da Revolução, o funcionamento do Legislativo, depurado de vícios e falhas que favoreciam a ação de elementos subversivos, os quais conspiravam e comprometiam a própria essência do regime democrático

Assim, ao lado da inevitável fase punitiva que tem atingido a vários parlamentares, legislativos estaduais e executivos municipais, cuida o Governo da construção de novos padrões e instrumentos políticos que, espera-se, consolidarão o princípio democrático da harmonia e independência entre os três poderes, fortalecendo o próprio regime (Relatório Periódico de Informações 04/69 – CIE, 1969, p. 48).

As mudanças começam no Aparato Informativo com a alteração da chefia do SNI, em abril deste ano, que passa a ser ocupada pelo general Carlos Alberto da Fontoura. Ele se manterá à frente do SNI neste final de governo Costa e Silva e durante os anos de governo Médici, exatamente entre os anos de 1969-1974, momento em que esta documentação passará por importantes reformulações, tema este discutido ao longo do próximo capítulo.

Em julho deste ano foi criado o 1º órgão propriamente repressivo, a OBAN (Operação Bandeirante), em 01/07/1969, no Estado de São Paulo, com uma estrutura mista composta de membros da polícia civil e militar e mantida com recursos oficiais e empresariais. Assim, tinha uma estrutura que vinculava uma ação de instâncias distintas, entre elas um representante da Polícia Federal, um representante da Divisão de Ordem Social, um representante da Ordem Política, além dos representantes do II Exército, representante da 2ª seção do II Exército e representante da 2ª seção da Polícia Militar do Estado de São Paulo e era coordenada pelo II Exército. Segundo o Relatório da Comissão da Verdade:

A ideia de uma atuação conjunta de todos os órgãos de segurança, federais e estaduais, no combate aos grupos que lutavam contra a ditadura surgiu após o episódio da deserção, com armas e munições, em 24 de janeiro de

1969, do capitão Carlos Lamarca, então pertencente ao IV Regimento de Infantaria, Regimento Raposo Tavares, no bairro de Quitaúna, em Osasco (SP) (RELATÓRIO COMISSÃO DA VERDADE, 2014, p. 127).

Seu objetivo prioritário era o de ser um órgão de repressão (ação em contraponto aos órgãos de informação) efetivando ações de captura e desmonte de grupos armados. Sua vida útil foi muito curta, pois a ambiguidade de sua própria existência impedia sua perpetuação. Esta ambiguidade se traduzia, por um lado, no descontrole da origem e montante de sua verba e por outro lado, na não constituição como órgão específico de uma das instituições armadas (civil ou militar). Assim, Percival de Souza (SOUZA, 2000), afirma que um bom número de empresários colaborava com dinheiro e recursos variados, entre eles, veículos e mantimentos, para a garantia de condições de realização de ações de repressão. Já a caracterização como órgão misto propiciava a não subordinação a uma legislação e procedimentos específicos, dificultando o controle sobre os métodos utilizados, seguramente violentos, e facilitando a extensão e agilidade de sua ação. Justamente esta ambiguidade garantiu a sua eficiência como órgão de repressão, o que o transformará em modelo para a constituição dos futuros DOI-CODI(s).

Esta conformação organizacional, seja dos órgãos de repressão, seja dos órgãos de informação e, conseqüentemente a caracterização de seus documentos será priorizada, com reformulações, a partir do afastamento de Costa e Silva. Considerando os dois primeiros governos e a documentação produzida pela comunicação entre o SNI-DEOPS/SP, é explícito o fato de que dois governos, apresentados como divergentes, produziram o mesmo tipo de documento, ou seja, estiveram centrados nas mesmas preocupações, direcionando seus olhares para os mesmos setores, estabelecendo o mesmo *modus operandi* e utilizando a mesma estrutura de órgãos e circulação da informação. Apesar de Castelo Branco ser lembrado como um presidente militar de índole democrática, foi ele quem autorizou legalmente toda a radicalização iniciada no governo de Costa e Silva e este, apesar ser lembrado como o representante da linha dura, usufruiu de circunstâncias criadas pelo seu antecessor e não foi tão radical quanto muitos gostariam e seu curto tempo de governo não nos possibilitou averiguar que condução efetivamente teria tomado, tendo a presença constante e conspiratória do CSN. Há coincidência na tipologia documental e nos ideários que sustentavam suas ações. As diferenças estavam relacionadas aos grupos de apoio e às especificidades da práxis, garantindo uma postura ambígua para um e cindida para o outro.

CAPÍTULO 3

A CONSOLIDAÇÃO DA VIOLÊNCIA COMO LÓGICA SOCIAL: o aprimoramento do aparato informativo-repressivo

A passagem do governo de Costa e Silva para o governo de Garrastazu Médici movimenta a estrutura repressiva da ditadura civil-militar, a nosso ver, sustentada em três pilares: a censura, a vigilância e a repressão, pautada pela tortura.

Este processo é iniciado com a publicação do AI-5 (13/12/1968-1978), ainda no governo anterior, tendo desdobramentos ao longo dos anos de 1969-1970, que discutiremos a seguir. Lembremos, antes, que o AI-5 reconstituía os artigos dos atos institucionais anteriores, mantendo a centralização e militarização do poder nas mãos do poder executivo; permitindo nova rodada de expurgos com a Operação Limpeza, agora sem prazos de vigência e, potencializando a repressão ao instituir o fim do *habeas corpus* e da apreciação pelo judiciário de recursos impetrados por pessoas acusadas em nome do AI5.

Considerando os pilares indicados, vemos que a Lei nº 5.536, de novembro de 1968, endureceu a censura a obras teatrais e cinematográficas, estabelecendo em seu artigo 2º, a censura ao que atentar à segurança nacional e criando o Conselho Superior de Censura. É interessante destacarmos isto, pois a censura existente desde os anos de 1920, mesmo na forma de censura prévia, esteve fundamentalmente voltada ao controle dos costumes e, a partir de 1968, assume-se a censura política; vemos aqui, claramente, a corporificação da Doutrina de Segurança Nacional, definindo o controle e cerceamento com base na segurança nacional. A Lei nº 1.077 de 20 de janeiro de 1970 complementa o processo ao estabelecer a censura prévia. O detalhamento do manual de comportamento, distribuído nas editorias da imprensa, que estipulava todos os temas e tópicos que não poderiam ser citados em matérias jornalísticas, expõe a espinha dorsal da doutrina em relação à informação circulante. Ao definir que não poderia haver referência à luta de classes e seus temas conexos (críticas à política econômica; notícias sobre o operariado, sobre o movimento estudantil e setores da Igreja apoiadores dos chamados subversivos; dar voz a setores subversivos ou cassados, entre outros), bem como qualquer crítica à institucionalização do regime, garantia-se a aplicação da segurança nacional nos campos considerados estratégicos, ou seja, nos âmbitos econômico; psicossocial; político e militar. O acompanhamento dos

possíveis antagonismo nestas áreas possibilitava o apagamento dos conflitos e o esvaziamento da política.

Ao mesmo tempo, restringiu sobremaneira a liberdade criativa dos setores artísticos e afetou diretamente a imprensa, que reagiu de diferentes modos; pode-se notar veículos de imprensa que assumiram a autocensura, não precisando de nenhum controle externo e aqueles que tiveram a presença de censores em suas editorias ou receberam continuamente ligações e bilhetes, demarcando os limites das publicações possíveis. Sabemos, ainda, que as reações da imprensa à estas imposições também foram distintas, aspecto que aqui não será discutido.

As restrições à liberdade de imprensa e artística foram acompanhadas da alteração nas lógicas de vigilância e repressão. Com a ascensão de Médici ao poder, que havia sido chefe do SNI, há um perceptível recrudescimento autoritário, potencializando o desenvolvimento de todo o Aparato Repressivo. Este assume formalmente o poder em outubro de 1969 e é após esta data que há uma clara reformulação do teor da informação circulante, bem como é o momento em que se concretiza a maior parte do Aparato Repressivo, através dos CODI (Centro de Operações de Defesa Interna), DOIs (Destacamentos de Operações de Informações) em 1970; do SISSEGIN (Sistema de Segurança Interna) nesta mesma data e das polícias Militares nos estados. São lógicas que se reformulam concomitantemente, alimentando-se mutuamente; mas por uma questão didática, discutiremos cada item separadamente.

O boletim informativo: informação e retroalimentação

Ao considerarmos nosso corpus documental prioritário vínhamos, até este momento, analisando os documentos referentes ao dossiê 20.C.02 pastas 001 a 008; esta última pasta deste dossiê contém documentação referente a um extenso período, pois compreende o longo período que vai de 1968 a 1972; neste intervalo, especificamente no ano de 1969, há a criação do dossiê 20.C.043. Este produziu um total de 40 pastas para o mesmo interregno, o que significa um montante de 40 pastas em 4 anos versus um dossiê anterior que produziu 8 pastas em 5 anos; só o volume documental é suficiente para indicar a mudança de rumo e o tempo, agentes e custos direcionados a esta função; já o conteúdo indicará os interesses e preocupações deste governo.

O cruzamento preliminar do **ANEXO 5 (TABELA 2)** com o **ANEXO 6 (TABELA 3)** demonstra a extensa produção de dois tipos documentais prioritários neste momento: o Boletim Informativo e a Apostila sobre o Comunismo Internacional e no Brasil. Esta descrição explicita claramente a mudança ocorrida em relação às tipologias documentais. Havíamos discutido que durante o governo Costa e Silva encontramos, prioritariamente, o arquivamento de

artigos de jornais; estes não são arquivados nestas pastas. Durante o governo Castelo Branco encontramos artigos de jornais e Boletins Informativos, mas estes eram um tipo específico de Boletim, produzido pelo DEOPS/SP que, como já descrito, centrava suas observações em questões do estado. Assim, estamos de frente com uma tipologia documental nova e consideramos necessário estabelecer uma pequena descrição destes documentos. Atenemos para o cabeçalho do documento abaixo:

No. 231 Presidência da República
Serviço Nacional de Informações
Agência de São Paulo
Boletim Informativo no. 231
(De 12 hs. de 03 de outubro às 12 hs de 04 de outubro de 1969)

Vemos que, diferentemente do Boletim arquivado durante os anos de governo do presidente Castelo Branco, este novo documento foi produzido pelo SNI – Agência São Paulo. Já havíamos indicado esta reviravolta nos padrões de produção documental e, a nosso ver, isto demonstra a intenção clara de concentrar no SNI todo o controle de produção e circulação de informação. Este procedimento apenas corrobora o processo de centralização do poder que vinha ocorrendo, ainda no governo Castelo, desde a publicação da Carta Constitucional de 1967, seguido da Lei de Segurança Nacional e no final do governo de Costa e Silva, com a publicação, em primeira instância, do AI- 5 e, na sequência, do gradativo fortalecimento do Conselho de Segurança Nacional, representado por setores da linha – dura. Nos meses finais de seu governo, Costa e Silva não consegue aprovar a nova Constituição e a partir daí, define-se o que a historiografia denominou de *o golpe dentro do golpe*, afinal, o vice-presidente Pedro Aleixo foi impedido de assumir o poder que lhe era de direito. Seguindo a condução destes fatos, a mudança na tipologia documental só vem confirmar uma tendência em prática, afinal o SNI está representado no Conselho de Segurança Nacional, participando de todo o processo de centralização do poder e passando a representar o órgão que garantirá a produção e circulação da informação.

O Boletim Informativo, doravante nomeado BI, mais antigo arquivado se refere à data de 05/09/69. Estes foram dias intensos. Costa e Silva foi oficialmente considerado inapto no dia 31/08/69 e, numa rápida movimentação, foi formada a junta provisória tríplex, respaldada pelo AI-12, impedindo a posse de Pedro Aleixo. Em 1º de setembro o Brasil foi recepcionado pela mais nova conquista tecnológica: a 1ª edição do Jornal Nacional da Rede Globo; nesta, o jornal anunciava a doença do presidente e indicava que ele se encontrava em recuperação. O movimento de radicalização já havia se iniciado;

foi apaziguado pelas novidades tecnológicas e pelo anúncio do sequestro do embaixador americano, ocorrido no dia 4 deste mês. Esta sobreposição de fatos foi lida de maneiras diversas e, apesar de não parecer, foi a justificativa ideal para o recrudescimento. A mudança na tipologia documental é uma demonstração da transformação em curso. Dificilmente haveria tempo hábil para a reformulação da mesma, arquivando este BI no dia seguinte ao sequestro do embaixador, se já não fosse uma decisão tomada anteriormente. Dois aspectos precisam ser ponderados: como o SNI garante a produção da informação que constituirá este novo Boletim e qual a intenção de produção desta tipologia documental. Para tanto, destrinchemos as características desta tipologia documental.

Os Boletins Informativos [B.I.(s)] são uma documentação diária “*De 12 hs. de 03 de outubro às 12 hs de 04 de outubro de 1969*” e está organizado sempre nos seguintes itens:

1. Político:
 - a) Política Interna.
 - b) Política Administrativa
 - c) Política Externa
 - d) Atividades Subversivas
2. Psico – Social:
 - a) Trabalho
 - b) Educação e Cultura
 - c) Assistência e Previdência Social
 - d) Opinião Pública
3. Economia
4. Militar.

Estes itens, tal qual observado no caso da censura prévia, baseiam-se nas estratégias estabelecidas pela Doutrina de Segurança Nacional, pautando-se em suas áreas de observação. Vimos que a censura visava restringir a circulação de informação que afetasse estas grandes áreas e veremos que os BIs visam, entre outros objetivos, verificar a efetividade destas restrições. Isto porque todo Boletim Informativo é constituído, exclusivamente, de informação jornalística. Assim, cada grande área é composta por subitens, organizados com informações sintéticas, vindas de diferentes veículos de notícias, sempre discriminados ao final do item em questão. Observemos a forma e o teor de alguns destes registros:

- a) Política interna:

(1) – O General Garrastazu Médici vai participar pessoalmente da escolha de todos os principais membros do chamado ‘segundo escalão’ do governo, que até agora eram geralmente nomeados, e escolhidos a critério dos ministros de Estado. Outra providência: os indicados deverão passar pelo exame prévio do SNI. **(JT)**.

(5) O governador Abreu Sodré anunciou, em Santa Cruz do Rio Pardo, ao receber o título de cidadão honorário, que não disputará nenhum cargo público depois que deixar o governo paulista, em janeiro de 1971. Afirmou que vai se transformar, após o término de seu mandato, ‘em pregoeiro da nova mentalidade ditada pela Revolução de 1964’.

O chefe do executivo paulista criticou, ainda, os religiosos que se deixaram ludibriar pela subversão e advertiu os políticos que a Revolução de 1964 não permitirá o retorno aos velhos métodos, nesta nova democracia.” **(TODOS)**. [...]” (Pasta 20.C.043-005, doc. 336, BI-67, 17/11/69).

Toda a produção dos Boletins Informativos respeita a mesma organização interna. Sempre está organizada nos itens apresentados, podendo ocorrer o fato de algum dos itens não conter registro, mas ele está sempre presente. O tamanho do texto dificilmente excede o indicado acima, e, sempre contém o registro da fonte retirada, indicando um jornal específico, como o JT (Jornal da Tarde) no primeiro exemplo ou o uso da palavra “Todos” demonstrando ser notícia veiculada na maior parte dos jornais. Os exemplos abaixo são esclarecedores:

1. Política – A – Política Interna” (este tema contém 17 itens):

(4) – O General Médici já tem uma equipe trabalhando na elaboração de um programa de governo. (J.T. de ontem).

Idem – b – Política Administrativa

(19) – O Governador Abreu Sodré assinou ontem Decreto-Lei cedendo a Ilha Anchieta com todas as suas construções e benfeitorias para a União, que a transformará em Estação Quarentenária do Ministério da Agricultura. (SP) (Pasta 20.C.043-001, BI nº 34, 02/10/69).

A nosso ver, estas transcrições são bastante interessantes para mostrar o formato e características do teor da informação presentes nos Boletins Informativos. E, imediatamente constatamos que os membros dos órgãos de Informação não teriam a necessidade de observar cotidianamente todos os veículos de imprensa, para extrair informações como as colocadas acima. Saber que “O General Médici já tem uma equipe trabalhando na elaboração de um programa de governo (J.T. de ontem)” não acrescenta nenhuma informação relevante ao poder executivo ou à comunidade informativa, pois se refere à sua própria ação. Além disso, esta informação, tal qual a informação presente no item (19), poderia ser adquirida através de comunicação interna

contendo, inclusive, muito mais detalhes, como no trecho abaixo, retirado do item (d) Atividades Subversivas: “(32) – A Polícia descobriu e desmantelou antecostem, em São Sebastião, no litoral paulista, um ‘aparelho’, onde se reuniam grupos subversivos (JT).”

Considerando as características preliminares dos Boletins entendemos que, como primeira intenção, efetivavam a vigilância da imprensa, nos termos estipulados pela censura, calcados na grande estratégia da DSN. Assim, ao observarem cotidianamente as edições dos diferentes jornais, faziam o papel de um censor, no controle do veículo e mapeavam a informação de visibilidade pública, controlando seu conteúdo e logo, a própria sociedade. E, apesar desta óbvia constatação, questionamo-nos quanto a necessidade de elaboração de um documento, diário, com estas informações pois poderiam, apenas, observar e informar os veículos que descumpriam as normas. Além disto, vemos que não há referência aos jornais alternativos, justamente jornais mais críticos ao regime e existentes em grande volume nestes anos, o que nos leva a ponderar sobre o objetivo de vigilância, cumprido por este documento.

Assim, a nosso ver, os boletins cumpriam ainda outras funções, nos levando a destrinchar a construção de sentidos do próprio documento. Isto porque, na passagem da informação constante de uma matéria jornalística para a composição do documento institucional, ocorre a estruturação de nova lógica discursiva, o que nos leva a ponderar sobre este processo. A observação da documentação, comparada com o teor original da matéria, nos mostra que o trecho selecionado poderia sofrer cortes ou omissões, ou dito de outra forma, um processo de elaboração. Vejamos os exemplos dos documentos e transcrições abaixo. O primeiro caso aborda o Tema Política, subtema Política Administrativa:

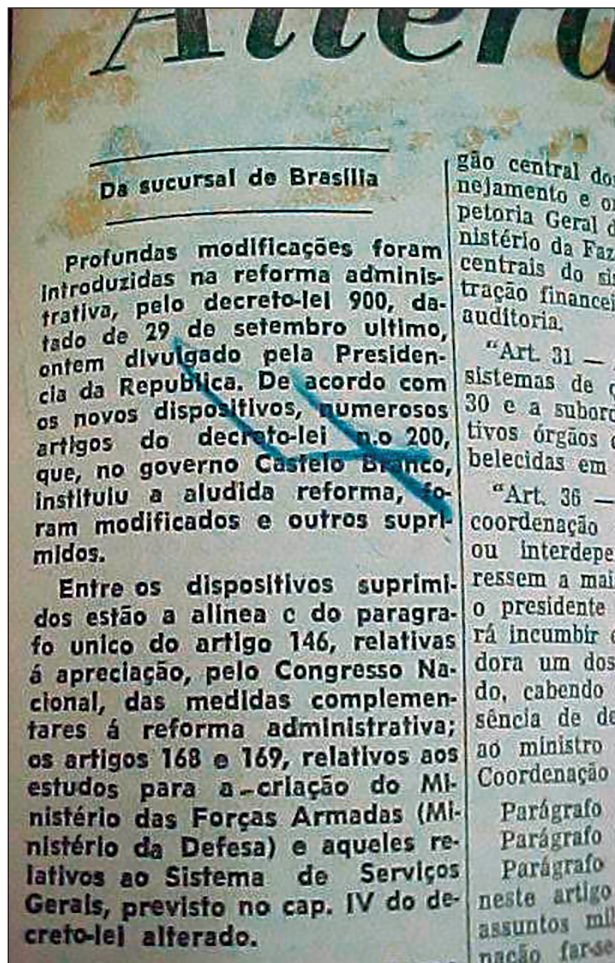
Profundas modificações foram introduzidas na reforma administrativa, pelo Decreto-Lei 900, datado de 29 de setembro último, ontem divulgado pela Presidência da República. De acordo com os novos dispositivos, numerosos artigos do Decreto-Lei no. 200, que, no governo Castelo Branco, instituiu a aludida reforma, foram modificados e outros suprimidos.

Na parte relativa aos ministérios militares as modificações estendem-se à Marinha e à Aeronáutica, cujos titulares passam a ser os comandantes superiores das respectivas armas. O chefe do Estado-Maior da Armada terá também o comando do controle naval do tráfego marítimo. Ao ministério da Aeronáutica cumprirá, entre outros objetivos, traçar diretrizes para a política aero-espacial nacional, e supervisionar a aviação civil. (TODOS). (Pasta 20.C.043- 001, doc. 34, BI 229, 02/10/69).

Abaixo temos a reprodução de parte do artigo de jornal. Comparando o Informe nº 18 do B.I. com o artigo reproduzido, encontramos a mesma

redação, ou seja, neste caso o B.I. é uma cópia de trechos do artigo de jornal. O artigo de jornal é muito longo. Tem uma página inteira de jornal; o B.I. retira trechos selecionados. No caso, há uma coluna redigida pelo jornalista e as outras 3 ½ colunas reproduzem o decreto-lei.

Pasta 20.C.02- 008, doc1224, jornal OESP, 02/10/69

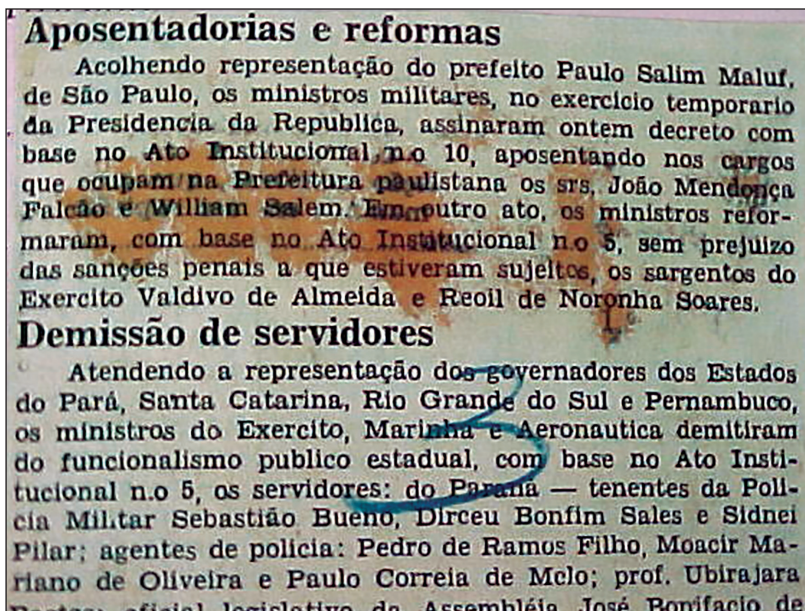


O 1º parágrafo é a cópia exata. Na sequência dois parágrafos são pulados; estes versam sobre os artigos do Decreto-Lei que foram suprimidos. O B.I. reproduz, então, o 3º parágrafo, que versa sobre os militares. Aqui há a comprovação da manipulação da informação, pela omissão, pois há uma seleção dos trechos que constituirão as informações do B.I. No caso, o novo trecho constituído não se refere ao fato de que o que foi suprimido, entre outros aspectos, foi a necessária tramitação no Congresso das medidas

complementares relacionadas à reforma administrativa; trata-se da ocultação, no documento institucional, do processo de centralização do poder e esvaziamento do legislativo.

O segundo exemplo, abaixo reproduzido, traz trecho transcrito do sub-item Política Administrativa:

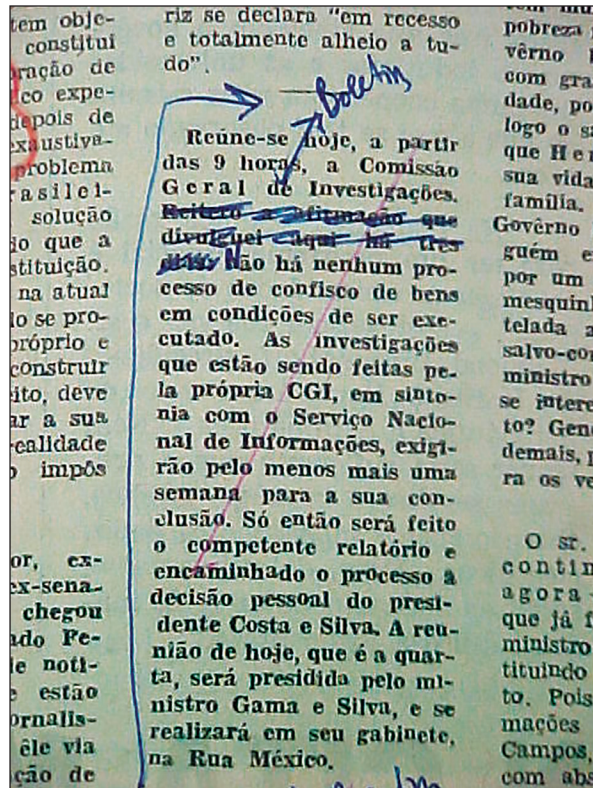
Pasta 20.C.02-008, doc. 1228, jornal Folha da Manhã, 09/10/69



A transcrição do trecho do B.I. aponta para a seleção do trecho priorizado. E podemos observar que o texto do boletim omite a parte final da matéria jornalística, onde é informado que dois sargentos foram reformados, mantendo-se as sanções penais, se houver.

(33) Acolhendo representação do prefeito PAULO SALIM MALUF os ministros militares, no exercício temporário da Presidência da República, assinaram ontem decreto com base no AI-10, aposentando nos cargos que ocupam na prefeitura paulistana, os ex-deputados JOÃO MENDONÇA FALCÃO E WILLIAN SALEM, cassados pela Revolução. (FSP) (Pasta 20.C.043-003, B.I. n.º 235, 09/10/69).

No último exemplo, vemos o rascunho do item do boletim sendo redigido sobre a própria matéria jornalística:



No percurso de constituição de sentido, visto que há um processo de reorganização textual, devemos atentar para o teor da informação, no que se refere às regras de elaboração do texto jornalístico. Ao retomarmos os aspectos básicos da composição temática de uma informação jornalística, percebemos que este procedimento era utilizado pelos membros da polícia civil, cujo entendimento era o de que as técnicas de elaboração da notícia têm que responder basicamente a estas perguntas (que/quem/quando/onde/como/por que). Esta observação é reiterada em documento produzido pelo DICOM (Divisão de Comunicação) com produção posterior ao momento aqui discutido, com a supressão do por que:

Artigo 10.º – As mensagens operacionais rotineiras (roubos, furtos, encontro de autos, lesões corporais, etc.) deverão ser padronizadas, com apenas os elementos necessários, constando sempre os: que, quando, onde, como e quem (Documento intitulado “Portaria DGP”, 1978).

Podemos observar que havia uma técnica utilizada para a composição da mensagem da informação institucional que visava a composição de um

padrão desconsiderando, no documento oficial, as causas e motivações. E, ao analisarmos o conteúdo dos BI(s) verificamos que estes priorizam o primeiro aspecto, podendo destacar os quatro primeiros itens, mas dificilmente os dois últimos das referências jornalísticas. Retomando o trecho do BI acima destacado, podemos notar que esta reprodução não visa esclarecer a ação dos subversivos, descrevendo sua organização, nomes dos membros, documentação encontrada, elementos estes que explicitariam o como e o porquê. Tampouco busca esclarecer o percurso da própria polícia para a resolução deste episódio, muito menos apresentar o significado deste desmantelamento para o controle da atividade subversiva. Isto porque toda comunicação presupunha a necessidade do segredo. Abaixo encontramos um registro à mão, com timbre – Relatório –, comentando o Decreto-Lei nº 898:

Decreto-Lei 898 – 29 de setembro de 1969

Publicado Diário Oficial União de 29-09-1969

No art. 15, parágrafo 6.º ‘facilitar o funcionário público, culposamente, o conhecimento de segredo concernente à Segurança Nacional: Pena: detenção, de 2 a 5 anos.’

Esse artigo nos toca muito de perto porquanto todas as mensagens transmitidas pelo Serviço de Comunicações são de natureza reservada. Somente a Autoridade Policial e o Operador de Telecomunicações poderão conhecer o conteúdo da mesma. Entretanto, cabe ao Operador a guarda das respectivas mensagens.

E, continuando, o decreto-lei, em seu artigo 31- diz: ‘Revelar segredo detido em razão de cargo ou função pública que exerça, relativamente a ações ou operações militares ou qualquer plano contra revolucionários, insurretos ou rebeldes:

Pena: reclusão, de 5 a 12 anos

Parágrafo único: Se o segredo revelado causar prejuízo às operações militares ou aos planos aludidos

Pena: reclusão, de 12 anos até prisão perpétua’ ...³⁹

Este documento não faz referência específica à constituição dos BI(s), tampouco exclusivamente à comunicação de circulação interna. Porém, refere-se a um decreto-lei, publicado no mês de setembro (início dos BIs), aludindo à preocupação em relação à produção e circulação da informação. Destaca intensa preocupação quanto ao controle da informação, definindo

39 Este documento faz parte dos Arquivos Pessoais do Del. Bel. Edison Reis Longhi. Foi escrito em folha timbrada “Secretaria de Segurança Pública-Divisão de Comunicações da Polícia Civil – DICOM”. A folha tem o título timbrado – Relatório. Trata-se de texto escrito a mão, sem data ou assinatura. Consideramos relevante, pois este órgão da Polícia Civil tinha uma responsabilidade direta sobre a produção e circulação da comunicação interna.

autoridades responsáveis pela produção e setores responsáveis pela guarda da mesma; neste percurso define-se a ideia do segredo. A nosso ver, então, destaca um olhar centrado na caracterização das mensagens, o que nos leva a pensar que a característica do BI não é aleatória e têm objetivos definidos quanto ao ato da comunicação interna. Considerando o BI acima destacado, entendemos que o objetivo é o de apontar a ação bem sucedida do governo em dismantelar o órgão em questão. Esta intenção é recorrente “Ministro da Justiça baixou portaria, ontem, determinando o confinamento do jornalista Helio Fernandes, diretor do jornal ‘Tribuna da Imprensa’, pelo prazo de 15 dias, em Campo Grande, MT (FSP-ESP)” (Pasta 20.C.043-001, BI nº 34, 02/10/69). Há o destaque, neste caso, para a ação do poder executivo (quem/quando e o quê), sem esclarecer as causas do confinamento, o contexto do mesmo e/ou uma possível reação do jornalista ou da classe jornalística (como e por que) e, como já dito, não se trata de informação que precisaria ser retirada de um artigo de jornal constituindo, via de regra, uma narrativa que apresenta um governo atento e atuante, numa tipologia documental de informação condensada, com predomínio factual (o quê) em oposição à organização de textos dissertativos ou opinativos.

Com esta descrição queremos demonstrar que, por um lado, a reformulação da tipologia documental foi drástica, mesmo em relação ao tipo documental – Boletim Informativo – existente até então, criando um perfil de documento que certamente servia a intenções bem definidas. Por outro lado, todo o aparato repressivo sofreu reformulações intensas a partir do 2º semestre de 1969, respondendo a uma remodelação de caráter geral e não particular, como poderia parecer ao primeiro olhar. Várias são as ações comprobatórias: no dia 18 de setembro a junta governativa assinou uma nova Lei de Segurança Nacional e o já comentado Decreto-Lei 898 de 27/09, publicado no Diário Oficial em 29/09, reafirmando suas preocupações em relação à Segurança Nacional e destacando o artigo 1º Da Lei de Segurança Nacional que definia, como já visto, que “toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.” Esta nova lei mantém os preceitos da lei publicada em 1967, ampliando e demarcando ainda mais seu leque de atuação e potencializando suas penas, com a inserção das penalidades de prisão perpétua e pena de morte. Assim, entendemos que a tipologia documental dos órgãos de Informação respondeu ao mesmo processo de recrudescimento ocorrido com todo o Aparato Repressivo.

Todos os aspectos acima colocados indicam a radicalização do regime ainda no ano de 1969, prevista em sua legislação (nova Lei de Segurança Nacional, Decretos-Lei e a Emenda Constitucional), na constituição de aparato repressivo (OBAN) e na reformulação da documentação circulante do

próprio aparato informativo. Garrastazu Médici assumiu a presidência em 25 de outubro de 1969, em meio a este turbilhão, coadunado com ele. Assim, quanto à documentação de comunicação SNI-DEOPS/SP entendemos que tem, como primeira marca, o fato de passar a concentrar toda a produção e circulação da Informação nas mãos do SNI, no que diz respeito à comunicação SNI-DEOPS/SP e a produção documental referente a esta.

Desta forma, nossa hipótese sobre a reformulação da tipologia documental e o papel do SNI na produção dos Boletins Informativos é a de que o SNI teria, neste momento, dois papéis a cumprir: o primeiro, como órgão de informação, de registrar a leitura estabelecida para e pela sociedade sobre qualquer ato governamental, com o intuito de abastecer a Presidência da República e os órgãos vinculados ao SNI (as DSIs e as ASIs) de informações, função esta já exercida ao longo dos governos anteriores. O segundo, como colocado por Carlos Fico “As informações serviam para manter os diversos órgãos integrantes da comunidade em constante comunicação, numa atividade que tinha muito de autoconvencimento por retroalimentação” (FICO, 2001, p. 100).

Esta tipologia reforça esta tese, pois demonstra a função primeira de fiscalização das informações e ideias circulantes (abastecimento), pois se apropriava de uma informação já circulante. A função seguinte, mas não menos importante, seria a de manipulação da informação circulante para garantir a retroalimentação esperada (retroalimentação/autoconvencimento). Visualizamos esta manipulação, nos recortes estabelecidos na informação original, destacando-se o que é de interesse para compor a nova informação, que passa a circular no Boletim Informativo.

Perceber a necessidade da manutenção da comunicação interna como uma forma de criar um discurso homogêneo e objetivos comuns mostra-se congruente com as especificidades do contexto em questão. Em primeiro lugar porque a radicalização da repressão precisava de agentes com ‘fogo nos olhos’ e nada melhor para isso do que municiar estes mesmos agentes com mensagens de reforço, provocando indignação; desejo de luta e a mais profunda crença no caminho escolhido. E, neste sentido, destacar os feitos e intenções do governo, indicando os riscos e inimigos e sempre lembrando que a guerra estava em curso e não ganha, seria a melhor estratégia. Ao mesmo tempo, como segunda intenção, estas mensagens buscavam dissipar os conflitos internos à própria instituição, através da homogeneização de um discurso recorrente, principalmente em relação à oficialidade. Lembremos que os rachas internos existem desde os anos de 1940, tendo tido momentos de intensos enfrentamentos e, neste momento de radicalização do regime e um empoderamento dos setores radicais, mostrava-se interessante suplantar as diferenças em nome do projeto em curso.

Como analisado através dos trechos já citados, as informações componentes destes Boletins não eram nem novas ou originais (já circulavam na mídia impressa), nem bombásticas ou comprometedoras (focalizavam o “o quê”) e tampouco orientadoras para focos de ação (no sentido de fornecer dados para desmantelamentos, prisões, etc., pois ao contrário, apenas resumiam situações efetivadas). Mesmo informações sobre a ação subversiva, ponto este crucial para os governos militares, eram constituídas através de informações circulantes na mídia impressa, reafirmando o fato de perder seu caráter original, bombástico e de orientação, em discurso direto, de futuras ações armadas. Contudo, a manipulação da informação na constituição de sentidos, no Boletim Informativo, garantia os objetivos esperados. Vejamos:

d. Atividades Subversivas:

(15)- ESTELA BORGES MORATO, a policial que foi baleada em serviço quando da captura de MARIGHELA, continua internada no Hospital das Clínicas, sendo seu estado considerado gravíssimo. (FSP).

(16)- “No momento ganhamos mais uma batalha, mas é necessário vencermos a guerra.”

-A frase é de uma autoridade militar quando lhe perguntaram, ontem, se a morte de CARLOS MARIGHELA poderia significar o fim do terrorismo. Nessa frase, está contida, também, a opinião de diversas outras autoridades encarregadas de combater o terrorismo e a subversão na área sob a jurisdição do II Ex. (ESP). [...]

(19)- As esquerdas, que estavam todas unidas, não obstante as divergências pessoais entre CARLOS MARIGHELA e CARLOS LAMARCA, agora estão completamente desarvoradas, sem liderança, com MARIGHELA morto e LAMARCA no ostracismo, quiçá foragido. Chegaram a apontar que o substituto do ex-deputado federal do comando do terrorismo seria JOAQUIM CÂMARA FERREIRA, vulgo “TOLEDO” ou “VELHO”, seu lugar tenente, mas este desde 17 do mês último fugiu de SÃO PAULO para o SUL e se encontra no exterior, com passaporte falsificado, a exemplo de numerosos outros componentes da VPR. (D POP)

(20)- Surge, no caso, um episódio estranho, qual seja o comprometimento de numerosos padres dominicanos, que chegaram a instalar no convento “base fixa” das operações de CARLOS MARIGHELA e seus adeptos. Vários dos indivíduos insistentemente procurados pela polícia, com fotografias estampadas em cartazes como terroristas perigosos, já fugiram do Brasil, por interferência de um grupo de religiosos. (D POP) (Pasta 20.C.043-004, doc. 298, BI nº 259, 06/11/69).

Podemos notar neste B.I. que a sequência de informações garante a constituição de um novo discurso. No recorte estabelecido por nós temos, como primeira informação, a indicação do estado gravíssimo de uma policial. Sem

dúvida, esta informação foi motivo de profunda consternação para os membros da corporação e até de um sentimento, quiçá, de vingança. A sequência confirma esta impressão, pois as autoridades militares (não uma única) assumiam que ainda não haviam ganhado a guerra, mas precisam fazê-lo; o discurso indireto presente no percurso das notas indicava os passos dos procedimentos esperados. Os itens (19) e (20) forneciam as pistas sobre o caminho a seguir, afinal deixavam claríssimo o fato de ocorrerem constantes fugas de terroristas, citando nomes e percurso, e de ocorrerem apoios para estas fugas, vindas de membros da Igreja.

Assim, a nosso ver, o documento acaba por constituir um sentido, alimentando e retroalimentando a comunidade repressiva, viabilizando o conteúdo das discussões internas, da forma desejada pelo governo (este sempre age, desmantela e informa procedimentos). Comunicava e convencia quanto à perspicácia, capacitação e empreendimento do governo em relação à sociedade, criando um sentimento de pertencimento; criava a imagem de um governo que atuava em todas as áreas, sobre as pequenas coisas, indicando que mesmo nas situações ainda não controladas totalmente, como no caso citado, o governo detinha a informação para a continuidade da ação, conseguindo ainda mais fortalecer a ideia de pertencimento, pois demonstrava necessitar de agilidade e prontidão.

Este papel justificaria o interesse pela circulação de informações sobre o próprio governo entre membros deste governo, afinal se tratava de documento de circulação interna e diária; neste sentido, esta documentação que tinha como órgão produtor o SNI e como órgão difusor, a comunidade informativa/ repressiva, aponta para o fato de que era necessário fortalecer e manter unidade nos setores vinculados à repressão. Isto demonstra que existiam diferentes tipologias de informações, que teriam caracterizações, tanto de constituição quanto de teor, diferentes entre si, estabelecidas conforme os objetivos definidos para aquele tipo de documentação. Algumas, como os AA (s) e os PB(s) seriam dirigidas ao controle da sociedade, visando constituir, por um lado, conteúdo de informação objetiva sobre grupos ou pessoas para o governo e, por outro lado, as informações incompletas ou só sugestivas acabavam por garantir uma eterna continuidade do terror, administrado pela contínua alimentação de sugestões sobre estas pessoas, sugestões estas que poderiam ser retomadas a qualquer momento. Tratava-se de produção da informação desejada.

Já os B.I.(s) garantiriam a manutenção da teia de comunicação entre os membros do sistema de Informação. Esta imagem define dois procedimentos: o primeiro é o de que, para se garantir a confecção desta tecitura havia a necessidade de uma coletividade e a segunda é a de que esta teia só se manteria se os seus nós continuassem interligados e isto seria garantido pela manutenção contínua do ato comunicativo, então, da circulação de informação.

Isto explicaria o caráter enxuto das informações contidas nestes B.I.(s), pois o perfil desta documentação é o do resumo para retroalimentação e não da análise. Aqui, o objetivo não é o de produção de Informação, mas sim de circulação desta.

Assim, com um único texto dois objetivos seriam alcançados: os B.I.(s) teriam a função de verificar se as informações produzidas pela e para a sociedade se adequavam às informações que o governo queria e impunha a esta, bem como ou principalmente, garantiriam que as informações de escolha do governo, circulassem entre os seus órgãos de informação. Desta forma, seria um modo de controle dos órgãos de imprensa, bem como dos membros dos órgãos de informação e, conseqüentemente de toda a informação circulante. Esta tipologia documental circulou de setembro de 1969, em plena vigência da OBAN até junho de 1970 quando passa a circular uma nova tipologia documental, denominada Apostila do Comunismo Internacional, acompanhado da reformulação da OBAN com a criação do DOI-CODI. Trata-se de documentação intensa e densa, afinada com a lógica repressiva, já que traz como tema central o comunismo e dado seu volume, optamos em apresentá-la no próximo capítulo, em continuidade a nossa discussão.

O aparato propriamente repressivo: o braço do exército

No início deste capítulo apontamos para o tripé de sustentação do aparato repressivo calcado na censura, vigilância e repressão. Ao longo do capítulo, destrinchamos as alterações ocorridas no controle da informação, através da lei de censura e na produção e circulação da informação, através da análise do aparato informativo. Ao mesmo tempo, ao longo do texto, demonstramos a conexão entre as mudanças ocorridas no interior do aparato informativo, com toda a estrutura legal, na reformulação das leis e, indicamos seus entrelaçamentos com a estrutura propriamente repressiva, que passamos agora a comentar.

Começamos retomando o primeiro órgão propriamente repressivo – a OBAN (Operação Bandeirantes), já indicado no capítulo anterior. Foi criado em São Paulo, em julho de 1969, mês em que o presidente Costa e Silva já se encontrava doente, sendo a primeira experiência de órgão repressor, com a especificidade de se organizar como órgão que integrava as forças repressivas. Dela faziam parte, como já apresentado, elementos das três forças armadas, da Polícia Federal, das polícias civil e militar e do governo estadual, com a coordenação do Exército, como destacado pelo Relatório da Comissão da Verdade:

O nascimento da Oban é decorrência direta da Diretriz para a Política de Segurança Pública, segundo a qual os comandantes militares de cada área

deveriam centralizar informações de caráter subversivo em um único órgão e sob um único comando. A nova experiência de combate à subversão tinha como objetivo integrar os órgãos repressivos. Essa necessidade de coordenação centralizada resultou da avaliação, feita pelo II Exército, da situação da área de São Paulo [...] (RELATÓRIO DA COMISSÃO DA VERDADE, 2014, p. 127).

Vemos, pelo trecho acima, a clareza quanto a necessidade de centralização de comando e nada mais lógico que o mesmo ficasse sob o controle do Exército, responsável pela segurança interna. E será o exército que também será responsável pela preparação e controle da polícia militar. Neste sentido, é o mesmo órgão, com o mesmo ideário, que controlará a ação de guerra, subversiva, e a ação de segurança pública, como veremos ao discutirmos a formação das polícias militares. Ou seja, o subversivo e o cidadão comum serão controlados pelos mesmos sujeitos, com as mesmas estratégias e disciplina.

Da OBAN e depois do DOI-CODI farão parte também, como visto, representantes das diferentes forças policiais, assim discriminadas:

A Oban operava a partir de um Centro de Coordenação composto pelos comandantes do II Exército, da 2ª Região Militar, da 2ª Divisão de Infantaria, do 6º Distrito Naval, da 4ª Zona Aérea, pelo diretor do DOPS, pelo secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo, pelo superintendente de Polícia Federal de São Paulo e pelo chefe da agência São Paulo do SNI. Esse Centro de Coordenação funcionava em três áreas – Central de Informações, Central de Operações e Central de Difusão –, e contava com uma Coordenação de Execução subordinada à Central de Informações (RELATÓRIO DA COMISSÃO DA VERDADE, 2014, p. 129).

O DEOPS-SP trazia sua vasta experiência como polícia política, tanto na produção de informação quanto na atuação repressiva, pautada pelo que no senso comum se chamava da “cultura do pau”. Dois aspectos são fundamentais nesta prática: o ideário que reveste sua própria ação e os caminhos da própria manutenção/ sustentação desta prática. Desta cultura instaurada a partir da prática da polícia civil, onde todo o processo de investigação foi invertido, cristalizou-se todo o know-how da prática da tortura. Assim, a experiência na prática de tortura, a inversão da culpa no trato ao suspeito, a possibilidade de integração regional, a composição das várias forças policiais e a ação na ilegalidade tornaram a OBAN um organismo ágil e eficiente e como colocado no livro *Brasil Nunca Mais*:

A inexistência de estrutura legal conferiu ao novo organismo uma mobilidade e impunidade, quanto aos métodos que garantiu importantes vitórias

na chamada ‘luta contra a subversão’. Tais êxitos levaram a que altas esferas responsáveis pela Segurança Nacional considerassem aprovado o teste e, então, o tipo de estrutura da OBAN serviu de inspiração para a implantação, em escala nacional, de organismos oficiais que receberam a sigla DOI-CODI [...]” (PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS, 1996, p. 73).

Conjuntamente com a instituição da OBAN houve uma importante alteração da Constituição de 1967, com a Emenda Constitucional nº 1 de 17/10/1969, que incorporou à Carta Constitucional de 1967, entre outros aspectos, os que abaixo destacamos:

...a pena de morte e a pena por banimento [...] a duração do estado de sítio foi ampliada de 60 para 180 dias e foi aberta a possibilidade de sua prorrogação por tempo indeterminado. O conceito de ‘abuso dos direitos políticos’ foi introduzido, bem como limitações à liberdade de cátedra e de expressão artística. O direito de associação deixou de ser garantido para ser ‘assegurado’, desde que ‘para fins lícitos (ABREU, 2001, p. 3681).

Esta articulação entre repressão e fundamentação legal possibilitou punições mais severas mas, por outro lado, levou à necessidade de reformulação da OBAN, dada sua imprecisão legal, aspecto que vinha causando pressão pelo seu desmantelamento. Assim, em 1970, foram criados os DOI-CODIS. Os **CODIs** (Centro de Operações de Defesa Interna) e os **DOIs** (Destacamentos de Operações de Informações) eram órgãos com função operacional e, de certa forma sua criação se justifica, pois ocupa o lugar deixado pela OBAN, já que o SNI e todo seu emaranhado de setores eram estruturados para a organização e transmissão da informação e não para a operacionalização da ação frente a informação recebida. Definida a diretriz de criação dos DOI-CODIS “[...] todos os secretários de Segurança Pública do país foram novamente reunidos, em Brasília, em um Seminário de Segurança Interna. Receberam instruções para que cada Comando Militar de Área tivesse um Condi, um DOI-CODI [...]” (RELATÓRIO DA COMISSÃO DA VERDADE, p. 138).

Assim, os CODIs eram responsáveis pelo planejamento, organização e execução de ações de defesa interna, tendo os DOIs como seu destacamento de ação, já que este tinha que ser acoplado a uma outra unidade fixa para lhe dar apoio logístico:

O DOI é um Destacamento de Operação de Informações. Por que destacamento? Porque no Exército temos certos termos estereotipados para certos vultos. [...] Quando não existe essa estrutura detalhada, que nós chamamos de estrutura de ‘quadros de organização e efetivos’, chama-se ‘destacamento’, que é um corpo que não tem uma estrutura e organização fixas:

varia de tamanho e de estrutura de acordo com a necessidade (D'ARAÚJO *et al.*, 1994, p. 51).

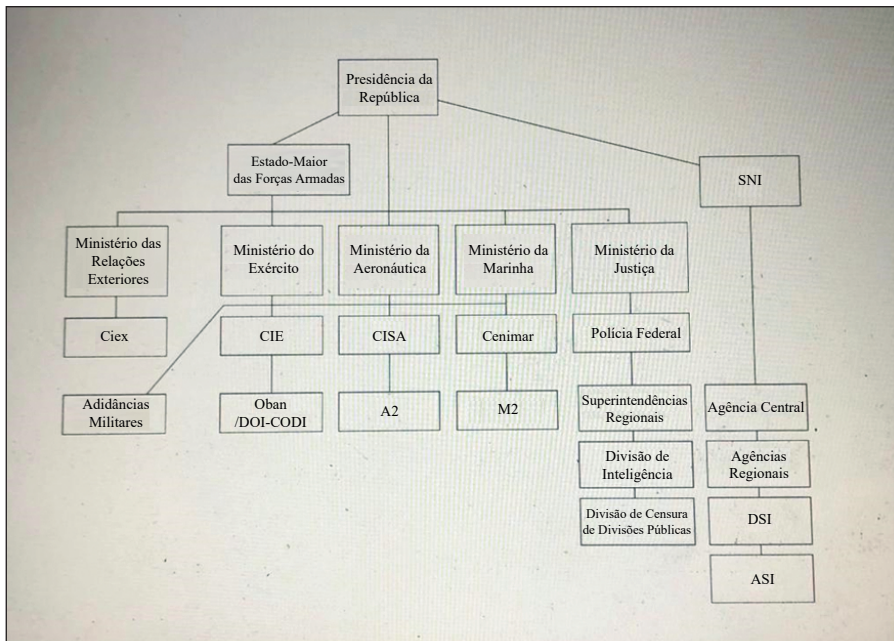
Como percebido, a função do DOI era ser uma unidade mutável, ágil, que estivesse preparada para enfrentar o inimigo e, dado o caráter difuso deste inimigo, o regime deveria conseguir ser tão ágil quanto estes na resposta a estas mudanças. Em função deste entrelaçamento de ações ficaram conhecidos como DOI-CODIs. Ambos, aos moldes da OBAN, eram compostos por representantes das três forças armadas, além de membros das polícias federal, civil e militar dos estados. Vemos que são órgãos que não representavam os interesses específicos de um setor, e sua composição garantia o atendimento dos interesses políticos dos governos. Justificou-se, então, sua organização pela necessidade da integração, seja regional, seja das forças existentes, além de estruturar um poder que não precisava responder à burocracia já existente, apesar de passar a existir formalmente, diferentemente da OBAN, que deixa de existir.

Nesta estrutura repressiva precisamos, ainda, comentar sobre o SISSEGIN (Sistema de Segurança Interna no País). Ele é o equivalente ao SISNI no aparato de segurança. Colocado em prática em janeiro de 1970, pôde ser constituído calcado na certeza da suspensão de algumas garantias individuais, como o *habeas corpus*, imposto pelo AI-5 e a existência do foro especial para crimes políticos, definido inicialmente pelo AI-2 e confirmado pela legislação de 1967; estas duas circunstâncias garantiam a efetivação das prisões realizadas nos princípios da Doutrina de Segurança Nacional:

Em julho de 1970, comunicou aos seus generais que, por determinação do presidente da República, o Exército assumiria o comando das atividades de segurança, prevalecendo sobre a administração civil e também sobre a Marinha e Aeronáutica. Dois meses depois estavam criados os DOIS. Médici consolidou esse arcabouço centralizador por meio de uma Diretriz Presidencial e de um expediente secreto denominado Planejamento de Segurança Interna, criando o Sistema de Segurança Interna, Sissegim, na gíria burocrática, o Sistema, no jargão do regime. Nele, todos os órgãos da administração pública nacional ficavam sujeitos às 'medidas de coordenação' do comando unificado da repressão política (GASPARI, 2002, p. 176-177).

Por este trecho podemos confirmar dois importantes aspectos: havia um claro projeto de radicalização, expresso no desenvolvimento de todo o sistema repressivo, materializado, como visto, pelo SISSEGIN e na sequência pela composição do DOI-CODI. E, compondo-se com este fato, o governo Médici

primou pela concentração do controle de órgãos e ações, em setores militares, pois tanto o aparato informativo quanto o aparato repressivo eram comandados por militares e, neste momento, militares da linha-dura. Vale observar que a existência dos DOI-CODIs reforçou o papel do setor de informações do próprio exército, o CIE (Centro de Informações do Exército) em atividade concomitante e muitas vezes sobreposta ao SNI, já que os órgãos repressivos estavam submetidos diretamente ao CIE e não ao SNI, como podemos observar no organograma abaixo:



Fonte: Organograma retirado do Relatório da Comissão da Verdade, 2014, p. 113.

O CIE, como já discutido, foi criado em maio de 1967, sob o governo Costa e Silva, tendo como primeiro diretor o coronel Adyr Fiuza e teve seu poder gradativamente aumentado em função das atividades dos órgãos repressivos sob o seu controle. Este organograma é muito explícito em mostrar a autonomia que os setores repressivos assumiram frente à Presidência da República, caso não houvesse sintomia entre estas partes e, também, frente ao seu principal órgão de informações, o SNI.

A literatura produzida sobre este período é clara em afirmar que, de todos os presidentes militares, Médici foi o único que não enfrentava nenhuma crise pessoal por praticar um sistema altamente repressivo; a seu ver, os recursos estabelecidos pelo AI-5 ali estavam para serem utilizados e, de tudo, o que

deveria prevalecer era a ordem, interna e externa à instituição militar. E assim, para a ordem proposta por Médici:

Sob o comando do CIE, a máquina de repressão do governo reorientara-se na direção do extermínio. Estavam esquecidos os costumes de 1969, quando, mesmo havendo tortura e assassinatos, todos os dez terroristas que jogaram um caminhão-bomba contra o QG do II Exército sobreviveram à captura. A partir do segundo semestre de 1970 ocorre uma mudança gradual em seu comportamento. Em 1971, prevalece o extermínio. Pelo menos na área sob a jurisdição do II Exército, essa política está documentada. [...] A sentença de morte contra os banidos autodocumenta-se. Entre 1971 e 1973 foram capturados dez. Nenhum sobreviveu (GASPARI, 2002, p. 380-383).

Neste sentido, não foi por acaso que os anos de 1970-1973 foram os mais duros em termos repressivos, tendo como resultado a desmobilização clara e efetiva de todo o aparato denominado subversivo ou, dito de outra forma, de toda mobilização das esquerdas. Os resultados demoraram a aparecer, pois a estruturação deste aparato também ocorreu em etapas. Médici assumiu em outubro de 1969 e a documentação institucional foi imediatamente modificada, com os B.I.(s) que circularam entre setembro de 1969 até junho de 1970, seguidos da organização do SISSEGIN, que foi simultâneo ao arquivamento de outra tipologia documental, os CI(s). Estes começam a circular nesta comunicação em junho de 1970 e, no mês seguinte, foram efetivados os aparatos do DOI-CODI. Ambos ocorrem paralelamente, reforçando-se e justificando-se mutuamente.

Num movimento silencioso e aparentemente desconectado, quanto mais a apostila sobre o Comunismo Internacional reforçava o risco da prática comunista, mais o aparato repressivo estava autônomo, em sua prática cotidiana, para a ação repressiva. E, segundo o projeto Brasil Nunca Mais, a tortura aos presos políticos, cerne da ação repressiva do período, tornou-se um método que foi continuamente aprimorado:

De abuso cometido pelos interrogadores sobre o preso, a tortura no Brasil passou, com o Regime Militar, à condição de “método científico”, incluído em currículos de formação de militares. O ensino deste método de arrancar confissões e informações não era meramente teórico. Era prático, com pessoas realmente torturadas, servindo de cobaias neste macabro aprendizado (PROJETO BRASIL NUNCA MAIS, 1996, p. 32).

Segundo o mesmo projeto, os agentes do aparato repressivo se orgulhavam de suas técnicas e aprimoramentos, tornando-se referência no método

aos países vizinhos. Aqui se efetiva mais uma instância da violência institucional, não mais caracterizada pela constituição de instrumentos de reificação do sujeito através de leis e normas que cassavam, demitiam e/ou levavam a perda de direitos políticos; ou leis e normas que inviabilizaram a participação política, a circulação e livre pensamento, associadas à leis de censura que impediam a produção artística ou forçavam a silenciamentos; ou ainda leis que inviabilizavam as condições econômicas, associando-se à violência estrutural.

Tratava-se, agora, do uso da violência física, com instrumentos e técnicas de tortura que, para além do objetivo de conseguir informação, atendem ao claro intuito de controle e desumanização do sujeito ou seu total aniquilamento. Os depoimentos de muitos que sofreram tortura indicam as situações de humilhação e vergonha ao serem obrigados a assistir sessões de tortura ou verem seus familiares, incrédulos, acompanhando sua própria tortura; sentimentos de medo e dor física por longas sessões de tortura com o uso de diferentes métodos e instrumentos, entre eles, o pau-de-arara; o choque elétrico; a pimentinha; o afogamento, entre muitos outros. Tudo isto associado aos traumas psicológicos advindos destas e outras modalidades de tortura, como a submissão à animais peçonhentos como baratas, ratos, cobras e outros, além do temor da recorrência destas mesmas sessões. Como colocado por Antônio Candido ao refletir sobre a repressão através da literatura:

A Polícia aparece então como um agente que viola a personalidade, roubando ao homem os precários recursos de equilíbrio de que usualmente dispõe: pudor, controle emocional, lealdade, discrição – dissolvidos com perícia ou brutalidade profissionais. Operando como poderosa força redutora, ela traz à superfície tudo o que tínhamos conseguido reprimir [...] (CANDIDO, 1991, p. 28).

A ação repressiva coordenada pelo DOI-CODI, como dito, atuou ostensivamente durante todo o governo Médici, mantendo-se como organização institucional ao longo dos últimos governos. Paralelamente temos a estruturação de outra modalidade de controle e repressão, com a instituição das polícias militares nos estados.

O braço das polícias militares dos estados

A historiografia, ao discutir a estrutura repressiva, tende a destacar os aparelhos de estrutura nacional, como os comentados acima. Entendemos, contudo, que a discussão sobre as polícias militares, nos estados, é necessária e premente, já que se trata de estrutura repressiva cotidiana e voltada ao cidadão comum; além disto, é o braço da estrutura repressiva que permanecerá no

período de transição e redemocratização, representando, em nosso entender, uma das principais permanências autoritárias em tempos democráticos e, além disto, buscamos demonstrar sua profunda periculosidade para a vigência de uma democracia efetiva. É interessante observarmos que este não é um tópico normalmente presente nas discussões sobre o aparato repressivo e, a impressão que temos, é a de que para o cidadão ordinário (CERTEAU, 1994) a polícia militar sempre esteve presente e cumpriu as mesmas funções. Para dirimir esta imagem, faremos uma pequena digressão sobre o processo de constituição destas forças e acreditamos que valerá a pena.

A origem das polícias dos estados remete à formação das Guardas Municipais ocorridas em 1831 e suas funções estavam relacionadas à manutenção da tranquilidade pública e o auxílio à justiça. De 1926 até os anos 1960 a segurança pública dos estados era composta pela Polícia Civil, Guarda Civil e pela Força Pública. Esta última era composta por militares cujas funções estavam relacionadas essencialmente ao “serviço dos bombeiros, o policiamento rodoviário, florestal e ferroviário” (Clube dos Oficiais da Força Pública do Estado de São Paulo, 1967, p. 12), cabendo prioritariamente à Guarda Civil o policiamento da população. Dentre as três forças cabia à Polícia Civil a coordenação das tarefas de policiamento do estado e à Guarda Civil o policiamento preventivo e ostensivo, cabendo à Força Pública o auxílio à Guarda Civil no policiamento ostensivo e a ação em situações extremas. Como colocado por Battibugli “A Polícia Civil possuía maiores competências em relação às outras corporações no período analisado e o delegado era a principal autoridade policial a coordenar as tarefas de policiamento” (BATTIBUGLI, 2006, p. 35), fato que gerou contínua tensão entre as forças, principalmente a Força Pública, que almejava equiparação hierárquica e maior inserção nas atividades de policiamento ostensivo⁴⁰.

Para lidar com as controvérsias já existentes e as críticas que o policiamento do estado recebia e baseados nos programas de cooperação Brasil-EUA⁴¹ ocorridos nestes anos através da ICA (*International Cooperation*

40 Para o aprofundamento da questão, ler a tese “BATTIBUGLI, Thaís. Democracia e segurança pública em São Paulo (1946-1964).” A autora apresenta diferentes momentos em que houve a tentativa, por parte da Força Pública, de alteração desta situação. Em 1953, por exemplo, a FP tentou equiparar seus cargos ao da Polícia Civil. E, ao longo destes anos foi tema contínuo da imprensa. Segundo a autora “Havia uma intensa rivalidade entre as corporações policiais do Estado, e as polícias estavam em constante competição por verbas, por maiores atribuições e poder. Cada qual agia como se fosse única, autossuficiente, defendia os valores de sua instituição e denegria a imagem da rival para a população, imprensa e esfera política” (BATTIBUGLI, 2006, p. 83).

41 “O Ponto IV no Brasil foi estabelecido através da assinatura de dois acordos com o governo norte-americano: o Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 19 de dezembro de 1950 e o Acordo de Serviços Técnicos Especiais, de 30 de maio de 1953. Os programas estabelecidos pelo Ponto IV procuraram abranger as áreas de economia, administração pública, administração orçamentária e financeira, agricultura, recursos minerais, energia nuclear, saúde, educação, transportes e outras” (ABREU. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/>

Administration), o governo do estado de São Paulo encomendou estudos sobre o policiamento do estado, tanto aos consultores americanos quanto aos ingleses que estiveram no Brasil e segundo Battibugli, os resultados foram parecidos

Os estudos de ingleses e americanos e as análises de policiais e da imprensa identificaram falhas semelhantes na polícia paulista e, dentre as soluções recomendadas, havia um cerne comum: a liderança do policiamento para a Polícia Civil com a efetiva subordinação da Força Pública e da Guarda Civil, além da divisão de atribuições para a FP e a GC (BATTIBUGLI, 2006, p. 187).

Apesar dos relatórios produzidos e da constatação dos problemas inerentes a esta condição tripartite, não houve alteração substancial nestes anos e, somente em 1967, o governo federal interferiu na questão com a publicação do Decreto-Lei nº 317/1967, em 13 de março, dois dias antes de Costa e Silva assumir o poder. Vemos, mais uma vez, nas mãos de Castelo Branco, a construção de ordenamento legal para amparar o endurecimento do regime. Na contramão dos relatórios recebidos, com este decreto, a Força Pública passou a “executar o policiamento ostensivo, fardado, planejado pelas autoridades policiais competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos;...” (Decreto-Lei nº 317/67), ou seja, assumiram as funções antes exercidas essencialmente pela Guarda Civil, militarizando o policiamento preventivo, num entendimento difuso de que se tratava de policiamento ostensivo.

O contexto de recrudescimento da ditadura civil-militar potencializou a ação dos militares através do decreto citado, buscando garantir a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional na segurança pública dos estados, agindo diretamente sobre a população; tratava-se, assim, de mais um tentáculo da DSN, agora na rotina cotidiana de seus cidadãos. O estado de São Paulo, contudo, manteve a composição anterior confirmada pela promulgação da Constituição Paulista, em 13 de maio de 1967, que estabeleceu a manutenção das forças através do artigo 139, “Parágrafo único – São órgãos policiais, subordinados ao Secretário de Estado responsável pela segurança pública: I – Delegados de Polícia e demais carreiras policiais civis; II – Força Pública; III – Guarda Civil” (CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, 13/05/67).

Pudemos perceber, pela observação das fontes, um percurso de tensão entre as polícias civil e militar na disputa pelo espaço de ação na segurança

acervo/dicionarios/verbete-tematico/ponto-iv). Inserido neste grande programa, o acordo de cooperação relacionado à segurança pública foi efetivamente firmado em 1959, ainda sob o controle do AIC (International Cooperation Administration), mas entre os anos de 1957 e 1959, em função da solicitação de governadores de diferentes estados, houve a vinda de técnicos para a análise da estrutura da segurança pública.

pública, considerando-se o estado de São Paulo e a preocupação por parte da polícia militar em justificar a ocupação deste espaço, com o Decreto-Lei nº 317. No geral, o discurso foi construído através da afirmação de sua maior competência para o exercício da função:

É de perguntar-se agora: Por que as falhas nos demais ramos do policiamento ostensivo se a seleção e a formação de nosso pessoal nele empregado merecem o mesmo cuidado?

A resposta é óbvia: a dualidade na execução e a diversidade da direção propiciam a diluição da responsabilidade com reflexos diretos na qualidade dos serviços prestados dificultando-lhes o aprimoramento. A par dessa diluição de responsabilidade há de se atentar para utilização insatisfatória dos meios, dispersos entre os diversos órgãos, o que impede o seu emprego racional.

Para se afastar esse óbice, um único organismo policial deverá desempenhar o policiamento ostensivo no estado. Qual é ele?

A resposta nos é dada pela leitura do Decreto-Lei n. 317 de 1967 art. 2º. alínea -A-, que assim reza sabiamente: ‘executar o policiamento ostensivo, fardado, planejado pelas autoridades policiais competentes, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos (Clube dos Oficiais da Força Pública do Estado de São Paulo, 1967, p. 12-13).

Trata-se de documento produzido pelo Clube dos Oficiais da Força Pública do Estado de São Paulo, na forma de livro, intitulado “A Força Pública na Lei Orgânica – razões históricas, jurídicas, de interesse social e de segurança pública”, composto e impresso na tipografia do Serviço de Intendência da Força Pública do Estado de São Paulo. Foi publicado ainda em 1967 trazendo o seguinte preâmbulo “O Clube dos Oficiais da Força Pública do Estado imprimiu o presente opúsculo no intuito de colaborar no equacionamento do problema surgido com a elaboração da Lei Orgânica da Polícia” (s/p), indicando a tensão e disputa colocados entre as polícias com a publicação da lei. O conteúdo do livro buscou fundamentar a justiça e legitimidade das novas funções, através de discussão que evitou o enfrentamento frente às outras polícias, optando-se pela argumentação em torno das dificuldades existentes na divisão de funções e nas competências do setor “[...] teremos uma melhoria do padrão de serviços, com alto sentido social e humano, e colaborado de modo patriótico na solução de tão relevante problema” (Clube dos Oficiais da Força Pública do Estado de São Paulo, 1967, p. 13) pontuando, contudo, a crítica estabelecida ao policiamento civil “Entretanto, em São Paulo, pretendem impedir que a doutrina de Segurança Nacional ganhe a amplitude que

lhe é devida” (Clube dos Oficiais da Força Pública do Estado de São Paulo, 1967, p. 16).

A publicação foi organizada em três partes: a primeira, destacando a importância do policiamento efetivado pela polícia militar; a segunda, apresentando um parecer jurídico para a alteração legal, elaborado pelo ex-Ministro do Supremo Tribunal Federal e Catedrático de Direito Constitucional, Dr. Candido Motta Filho, procurando justificar a força legal, seguido de dois outros pareceres municiando a decisão.

Em linhas gerais, os pareceres defenderam a importância do Decreto-Lei nº 317 entendendo que o mesmo se coadunava com a Constituição Federal aprovada no mesmo ano, tornando “[...] o tema policial em valor indispensável à organização política do país, e com isso, traduz a nova fisionomia da sociedade [...]” (Clube dos Oficiais da Força Pública do Estado de São Paulo, 1967, p. 25). Na argumentação proferida houve o claro entendimento de que a sociedade mudou e logo a polícia precisava mudar “Quando foi criada, a Polícia longe estava dos graves problemas da cidade moderna, onde as massas contraditórias se acumulam, onde os conflitos se multiplicam, onde a desordem, o crime e a segurança são ameaças constantes” (Idem, p. 28), justificando o que a doutrina impunha “[...] pela farda e pelo porte de armas, possa manter a evocação da MORAL DE GUERRA” (Idem, p. 29, grifo nosso).

Este aspecto, para nós, expressa a principal alteração efetivada na concepção de segurança pública, introjetando a Doutrina de Segurança Nacional no tecido cotidiano da sociedade garantindo, para a ditadura civil-militar, a criminalização da sociedade civil e a constituição de um estado vigilante e repressivo ou como colocado, uma “moral de guerra”.

Frente à manutenção da Guarda Civil no estado de São Paulo, o governo federal, através do Decreto-Lei nº 1.072/69 extinguiu a Guarda Civil dos estados e reforçou o controle das polícias militares pelo Ministério do Exército através do Decreto-Lei nº 667/69. Mas estes dois decretos ainda não eram claramente elucidativos quanto à hierarquia da polícia militar frente à polícia civil aspecto, como visto, debatido ao longo destas décadas e isto foi resolvido com o Decreto-Lei nº 66.862/1970 que formalizou o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200) estabelecendo que “são autoridades policiais competentes, para efeito do seu planejamento, os respectivos Comandantes Gerais [...]” (Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200), artigo 2º., item 9).

Como desdobramentos destes decretos, em 1970, o governador do estado de São Paulo, Abreu Sodré, assinou um Decreto-Lei de unificação da polícia, denominada doravante polícia militar. E, a partir deste novo decreto-lei, que trouxe alteração substancial ao funcionamento da polícia do estado,

algumas resoluções foram sendo colocadas em prática, ao longo dos anos 1970, para o ordenamento do cotidiano destas polícias; foi o caso da resolução de 05/10/1971 – nº SSP-47 que instituiu o ‘plantão integrado na CIOP (Centro Integrado de Operações)’ indicando em seu artigo 1º “Fica instituído o ‘Plantão Integrado’ na CIOP composto por um Delegado de Polícia de 1ª ou 2ª classe e um Oficial Superior da Polícia Militar” (Secretaria de Estado dos negócios de Segurança Pública, 1971, p. 18). Esta regulamentação demonstra a equiparação hierárquica das duas polícias na função pública.

Vemos que os embates e tensões entre as polícias foi longo e, no cômputo geral, houve maiores ganhos à polícia militar, pois pudemos notar que as duas maiores demandas colocadas, equiparação de hierarquias e controle do policiamento ostensivo, foram conquistadas e isto se deveu, certamente, ao fato de vivermos num contexto autoritário, de predomínio da Doutrina de Segurança Nacional. Assim, observa-se a prevalência de uma concepção de segurança pública atrelada à ideologia das Forças Armadas, no predomínio da repressão e vigilância, em oposição à ideia de mediação de conflitos. Nesta abordagem repressiva, com um policiamento preparado pelo exército no trato à população considerada, à priori, o possível inimigo interno vemos, então, a violência como princípio:

Por fim, há a temporalidade. A exposição à violência gera efeitos imediatos e efeitos que podem se manifestar em médio e longo prazo. Quanto mais a convivência com a violência se estende maior é a incidência de efeitos mediatos. A longo prazo pode ocorrer adaptação à situação de violência, naturalizando-a. Assim, emerge “uma anormal normalidade, misturada com vínculos alienadores e despersonalizantes” (MARTÍN-BARÓ *apud* MARTINS; LACERDA, 2014, p. 582).

Segundo Martín-Baró, a prática contínua e cotidiana da violência tende a naturalizá-la como lógica de sociabilidade. Assim, chegaremos ao contexto da transição permeados por uma ideologia autoritária, atores autoritários no controle do tecido social, numa prática violenta recorrente e introjetada.

CAPÍTULO 4

MERGULHANDO NO DISCURSO CATALISADOR

Este capítulo apresenta uma continuidade em relação ao capítulo anterior por se tratar do mesmo recorte cronológico, o governo de Médici, e as alterações processadas no aparato informativo-repressivo. Vimos, ao longo do capítulo anterior, o intenso processo de recrudescimento ocorrido a partir de final de 1968. Assim, para além de todo aparato legal já estruturado e garantidor da radicalização, os atores do recrudescimento político potencializaram a legislação necessária para a governabilidade esperada pelo presidente, corporificada, na nova Constituição de 1969, reconhecida como Emenda nº 1 e pela reformulação da Lei de Segurança Nacional, garantindo a permanência indefinida das imposições contidas no AI-5 e intensificando as punições possíveis, através de penas mais duras, como a pena de prisão perpétua e pena de morte. Este processo foi acompanhado pela estruturação do Aparato Repressivo já comentado.

Considerando o aparato informativo, os Boletins Informativos cumpriam, então, o papel de restituir a tecitura das Forças Armadas, enquadrando os quartéis e buscando a homogeneização dos discursos. Para tanto, como visto, produziam conteúdo diário, mantendo a comunicação interna, sempre retroalimentada. Em junho de 1970 os boletins informativos deixaram de circular e foram substituídos por novo corpus documental, a Apostila do Comunismo Internacional (o ANEXO 7 apresenta uma capa de um de seus exemplares). Estabelecendo uma comparação entre estes dois tipos documentais notamos que, enquanto os B.I.(s) eram compostos de informações sucintas, retiradas de artigos de jornais e abordando temas variados, a produção sobre o comunismo internacional centraliza-se neste tema, abordando-o sob vários enfoques, com textos longos e analíticos.

A temática do comunismo/anticomunismo, como visto, alimentou as Forças Armadas, principalmente através da ESG, desde sua formação e serviu de eixo condutor do discurso que justificou o golpe e a estruturação do aparato informativo-repressivo ao longo destes anos. Ao mesmo tempo, alimentou também estratos católicos e liberais, por motivações distintas. Neste percurso, devemos lembrar o papel cumprido pela grande imprensa que garantiu a intensidade e permanência do tema, potencializando temores e associações. Neste sentido, o anticomunismo acabava por alinhar diferentes matrizes ideológicas, com perspectivas e interesses muitas vezes distintos, ampliando

o número de pessoas e grupos que se alinhavam ideologicamente, em torno de uma ideia comum, o perigo do comunismo.

Este capítulo retoma o tema do comunismo, com algumas ponderações. Gostaríamos de refletir sobre as causas que levaram este governo a realimentar a temática anticomunista nos anos 1970. Já vimos que o tema é recorrente desde os anos 30 e foi fundamental no contexto do golpe e propomo-nos a ponderar sobre as especificidades deste novo contexto. Ao mesmo tempo, já que o tema chegou a nós pela documentação institucional, buscamos des-trinchar seus discursos, reconstituindo sentidos e identificando permanências e mudanças.

Começando pela primeira ponderação, podemos considerar óbvia a escolha do tema para a comunicação interna, em contexto de recrudescimento crescente, visível desde julho de 1969. Os acontecimentos que definem os dois primeiros anos do governo Médici estão profundamente relacionados à radicalização empreendida pelos dois lados opostos: militares e movimentos chamados pelo Estado de subversivos e/ou terroristas. Temos a luta armada e a ação dos órgãos de repressão. Em novembro de 1969 Carlos Marighella foi morto, no ano de 1970 foi seu sucessor Joaquim Câmara Ferreira e em setembro de 1971 morreu Carlos Lamarca.

É neste emaranhado sangrento que ocorreu não só o início do arquivamento dos Boletins Informativos, como também, a mudança da tipologia documental prioritária, passando-se para o arquivamento das apostilas sobre o Comunismo Internacional. A existência destas duas tipologias dentro do governo de Médici mostra-se lógica e explicável, dado o caráter geral de ambas e o sentido tomado por este governo, ou seja, representavam as diretrizes da chamada linha dura, em sua busca da potencialização da radicalização, bem como a mudança de um tipo documental para outro, indicava a resolução das questões referentes ao Aparato Informativo e a necessidade de ação mais vigorosa na estruturação do Aparato Repressivo. A historiografia e os dois lados envolvidos produziram algumas teses sobre os motivos do aprofundamento da radicalização.

Pode-se fazer um exercício de contrafação e imaginar que a guerrilha e a subversão poderiam ter ocorrido sem que o país estivesse vivendo sob uma ditadura. Pode-se mesmo imaginar que isso seria possível dadas as circunstâncias internacionais que validavam positivamente o enfrentamento violento contra as chamadas 'formas de dominação burguesa'. Mas, seguindo nesse exercício hipotético de possibilidades, podemos também imaginar que o país teria, a exemplo de outras nações, condições para combater a guerrilha e o terrorismo sem recorrer a atos de exceção. Ou seja, a tão mencionada tese de que houve repressão violenta porque houve

subversão pode ser relativizada. Houve repressão violenta, houve a ‘guerra suja’, porque esta foi uma escolha, e não uma inevitabilidade histórica (D’ARAÚJO, 1994, p. 20-21).

O trecho acima transcrito traz como referência duas teses desenvolvidas sobre a questão do aprofundamento da repressão a partir do final da década de sessenta. A primeira tese, contestada pelos autores e amplamente divulgada, é a de que o regime reagiu à ação da sociedade. As guerrilhas e atos de subversão teriam saído do controle do governo, obrigando-os a intensificar sua própria ação. Nesta linha de análise, o governo teria sido pego desprevenido, não conseguindo reagir imediatamente, tendo que passar por intenso preparo, para finalmente vencer as esquerdas. Já os autores do texto acima, como bem explicitado, acreditam tratar-se de uma opção previamente definida, incorporando-se a um projeto de longo prazo.

A nosso ver, a análise da estruturação do aparato repressivo, pensando-o dentro de uma conjuntura política e de uma fundamentação doutrinária, demonstrou que a radicalização do regime fazia parte de um projeto proposto desde o golpe e negociado ao longo do regime. Neste sentido, entendemos, como outros autores, que não cabe discutir anterioridade ou posterioridade de ações pois, de certo modo, teriam ocorrido concomitantemente, sem que um projeto fosse simples consequência do outro. Estavam, certamente, em diálogo, pois para o regime era necessária a completa submissão e qualquer oposição seria abordada com repressão. Para diferentes setores da sociedade, só com a subversão e um processo revolucionário seria possível acabar com a ditadura e seu projeto repressor, pensamento bem expresso por Marighella “ Os brasileiros estão diante de uma alternativa. Ou resistem à situação criada com o golpe de 1º. de abril ou se conformam com ela. O conformismo é a morte. No mínimo, viver de joelhos. Sofrer humilhações sem fim [...]” (MARIGHELLA, 1968, p. 136). São projetos de sociedade incompatíveis e necessariamente conflituosos.

O sequestro do embaixador norte-americano, ícone do início da ação terrorista, ocorreu em 4 de setembro de 1969, um dia antes do arquivamento do 1º B.I., mas praticamente um mês depois do início das ações da OBAN. Certamente a luta armada serviu como um importante elemento discursivo para justificar o aprofundamento da repressão. E, este novo tipo documental, agora descrito, passa a ocupar a maior parte das pastas arquivadas até o ano de 1973. São 3 ½ anos de produção , num total de 32 pastas.

Se consideramos que o projeto governamental, pautado pela Doutrina de Segurança Nacional, previa um Estado autoritário, submetendo o cidadão, por um lado, às leis de vigilância e censura e, por outro lado, às prisões, demissões, cassações pela prática da Operação Limpeza, num contínuo esvaziamento da

prática política e cidadã, poderíamos dizer que não seria tão óbvia assim, a produção desta documentação, por tanto tempo. Com isto queremos dizer que, se já era o projeto, por que precisar reafirmá-lo, mais uma vez, alocando um grande número de agentes, na produção de documentação extensa e densa, que replicava e reavivava conceitos já circulantes, por tanto tempo?; lembremos, ainda, que esta documentação tinha circulação interna, para a comunicação do aparato informativo-repressivo e não, para a sociedade e, se acompanhássemos os jornais da grande imprensa, no período, veríamos que não havia a mesma proporcionalidade do tema nestes veículos, mesmo porque a imprensa vivia tempos de censura prévia. Em nosso entender, então, para ponderar sobre a questão, três aspectos, que não são inéditos, precisam ser destacados: a efetiva pressão social; os rachas dentro da corporação militar e a autonomia que o setor da linha dura alcançou ao longo dos governos anteriores, culminando no AI5 e nas tensões presentes ao longo do governo de Costa e Silva.

Parece-nos, assim, que a opção de setores da sociedade civil pela luta armada, justificou a definição de novas estratégias de controle social. Contudo, a necessidade de fortalecer um discurso homogêneo e radical, numa contínua retroalimentação aponta, a nosso ver, para o lugar ocupado pelo setor linha dura e para os projetos que buscavam sedimentar.

Vimos ao longo do capítulo anterior, o percurso de fortalecimento deste setor frente ao governo Costa e Silva; isto ocorreu pelo controle exercido dos órgãos diretamente vinculados à segurança nacional, ou seja, o Conselho de Segurança Nacional e o SNI, além do CIE. O CSN passou por um processo de autonomização ao se tornar responsável por toda e qualquer decisão relacionada à segurança nacional, tanto em seus parâmetros conceituais quanto no planejamento de ação; já o SNI alterou sua prática ao fim deste governo, redefinindo os padrões de produção e difusão da informação, centralizando o processo. E, no momento que a produção da Apostila do Comunismo passa a circular, o aparato repressivo foi criado (OBAN e depois DOI-CODI), com o fortalecimento concomitante do CIE no acompanhamento e planejamento da repressão.

A nosso ver, então, a alteração da tipologia documental reafirma este percurso, apontando para o projeto de Estado que a linha dura busca consolidar, construindo uma modalidade de Estado repressivo permanente. Para tanto, o medo e o terror seriam as ferramentas de desarticulação definitiva da tecitura social e o anticomunismo seria a chave discursiva ideal para este processo, por estar sedimentado no discurso social; por integrar os interesses de estratos sociais que carregavam interesses distintos e, por fim, por estar coadunado com os interesses geopolíticos do contexto em questão. Veremos que a potencialização do medo passou pelo convencimento de que a sociedade estava rendida ao comunismo, muito além da própria luta armada, justificando

as estratégias escolhidas, a autonomia adquirida e o movimento por um Estado ainda mais repressor. Neste sentido, o uso do anticomunismo é estratégia velha, com intencionalidades novas.

A apostila do comunismo internacional: métodos utilizados

As publicações sobre o Comunismo eram sempre muito longas e detalhistas. Podemos notar isto pela simples observação de um de seus índices, que será aqui parcialmente transcrito, indicando os títulos gerais e selecionando alguns subtítulos como exemplos. Todas as produções sobre o Comunismo tinham esta mesma sequência temática, podendo variar, apenas, os países comentados em cada volume e, claro, o conteúdo sobre cada tema; o volume desta documentação pode ser percebido pelo tamanho de seu índice que, em média, contém 11 páginas cada índice.

ÍNDICE – ASSUNTO

1. Assuntos Gerais

- a) Racismo e ‘sexismo’, temas da propaganda vermelha – a Teoria Clássica de Marx e a sua falsidade. [...]
- d) Dois Estados alemães anunciam entendimentos para estabelecimento de relações diplomáticas – ingresso na ONU, o estágio seguinte.

2. Movimento Religioso

- a) Na Argentina (3 subitens)⁴²
 - b) Na Bolívia (3 subitens)
 - c) No Brasil (5 subitens)
 - d) No Chile (3 subitens)
 - e) Em Cuba (sem subitens)
 - f) Na Itália (idem)
 - g) No Paraguai (idem)
 - h) No Peru (idem)
 - i) Na URSS (idem)
 - j) No Uruguai (idem)
 - k) No Vaticano (2 subitens)
- #### 3. Potências Comunistas
- a) URSS (9 subitens)
 - b) URSS X China (3 subitens)
 - c) China (6 subitens)

42 O que estou chamando de subitem equivale aos assuntos tratados sobre a religião/região em cada país. Estes assuntos são variáveis, inviabilizando a transcrição completa. Neste caso, tomando a Argentina como exemplo, temos: 1º item – trata sobre a ‘expectativa de ação conciliatória na crise da igreja na Argentina’; 2º item – discute o perigo do crescimento do marxismo no seio da Igreja. 3º item – apresenta o documento da 25ª. Assembleia Plenária dos Bispos argentinos na busca de harmonizar as posições progressista e conservadora entre os clérigos.

4. Ásia e África (9 países)
5. Europa Oriental (5 países)
6. Europa Ocidental (7 países)
7. América do Norte (4 itens sobre os E.U.A)
8. América Central (5 itens sobre Cuba)
9. América Latina
 - a) Assuntos Gerais (2 subitens)
 - b) Guerrilha, Terrorismo e Subversão (5 países)
10. América do Sul (7 países)
11. As Organizações de Frente Comunistas (7 subitens) (Pasta 20.C.043 – 032. sem número).

A publicação parcialmente transcrita é referente ao mês de maio de 1972. Através desta e do acompanhamento das apostilas ao longo destes anos podemos perceber, de diferentes maneiras, tanto expressões do pensamento militar, com suas estratégias de argumentação, quanto consequências esperadas com a produção desta documentação. Assim, este capítulo mergulha nas páginas da Apostila do Comunismo Internacional levando o leitor a um passeio pelas estratégias discursivas desta documentação.

Trata-se, como observado no índice transcrito, de extensa documentação, abordando países de todos os continentes, no cruzamento de questões políticas, econômicas e psicossociais. Assim, a fim de otimizar a análise estabelecemos, como recorte para este texto, dois segmentos do documento. O primeiro refere-se ao item da apostila denominado “Assuntos Gerais” e o segundo diz respeito às análises específicas sobre o Brasil. A discussão sobre o nosso país aparece, invariavelmente, em dois momentos: no item “Movimentos Religiosos” e no item “América do Sul – Brasil”. A opção pela observação do item “Assuntos Gerais” ocorre pois, como este é o item que abre a apostila, há a abordagem dos temas considerados mais relevantes naquele momento, indicando as temáticas prioritárias, nos moldes de um editorial de jornal.

Assim, a nosso ver, é o item que melhor representa e sintetiza as intenções e preocupações da apostila, colocadas por nós, em diálogo com as questões específicas sobre o Brasil. Apresentamos uma tabela com a totalidade dos títulos presentes no item “Assuntos Gerais” (**ANEXO 8 – Tabela 4**). Com este anexo podemos visualizar o percurso destas temáticas, o momento específico de sua produção, a apostila na qual está inserida e a pasta onde está situada. A observação da totalidade dos títulos presentes nos “Assuntos Gerais” nos permite, por medida didática, agrupá-los em categorias compostas por eixos temático-metodológicos, chamados aqui de modalidades discursivas, por se apresentarem como eixos estruturadores do discurso proposto nos textos analisados. Devemos ter em mente que a modalidade identificada, como aspecto

predominante na estruturação do texto, pode se compor com outros eixos e uma diversidade de temas.

Como o objetivo desta análise é o de percebermos a construção discursiva em relação ao comunismo e, a partir desta construção, alinharmos os ideários circulantes que compõem a ideia de autoritarismo durante o regime, não trabalharemos com a totalidade dos títulos presentes nas seções escolhidas destacando, apenas, aqueles que estabeleceram interlocução com as questões nacionais, na articulação com o nosso recorte de pesquisa.

Identificamos seis modalidades discursivas norteadoras da composição dos textos. Iniciamos, separadamente, com a modalidade discursiva “1 – conceitos”, por percebermos a recorrência em torno de conceitos considerados prioritários no discurso anticomunista. Assim, na tabela abaixo (**Tabela 5**) apresentamos os conceitos que receberam destaque, tematizando diferentes textos ao longo da apostila, com a indicação do Assunto Geral que teve como título específico esta discussão:

Tabela 5 – Modalidade – conceitos – presente nos títulos dos “Assuntos Gerais”

Modalidade	Conteúdo	Título
1. Conceitos	Nacionalismo	• “Significado de Nacionalismo segundo os comunistas”;
	Democracia	• “Democracia, comunismo e ditadura”;
	Comunismo	• “Comunismo e ódio – A perversão do Idealismo”;
	Ditadura	• “O Comunismo é a morte da liberdade”;
	Liberdade	• “Rádios ‘Europa Livre’ e ‘Liberdade’, os arautos do ocidente para os países comunistas da Europa”;
	Socialismo	• “Socialismo evoluído”, um novo estágio da sociedade.

Estes conceitos permeiam toda a produção sobre o Comunismo Internacional, ora aparecendo indiretamente, através das discussões sobre o comunismo, ora através de uma discussão específica sobre cada um deles, como demonstrado pelos títulos de alguns artigos. São conceitos norteadores tanto da polarização da Guerra Fria quanto das matrizes ideológicas dos diferentes estratos sociais brasileiros que adotam o anticomunismo.

Diferentes autores já demonstraram e, nós mesmos, em capítulos anteriores, que os EUA procuraram amarrar os conceitos de democracia e de liberdade ao alinhamento ao ocidente, no entendimento de que ambos só poderiam se realizar concomitantemente e no projeto ocidental, mantendo-se tecla contínua na luta contra o comunismo; esta perspectiva conceitual será aqui continuamente reforçada e afirmada. E, desta forma, vemos que os conceitos tratados com positividade – Democracia, liberdade e nacionalismo – serão sempre associados ao ocidente e os conceitos de socialismo e ditadura serão associados à União Soviética.

Toda reflexão elaborada neste item tem como padrão, a análise de um texto produzido por outrem; assim, os militares comentam um texto selecionado, ou apenas o reproduzem, mas em momento algum elaboram exclusivamente seu próprio texto; esta é uma forma de garantir maior veracidade ao conteúdo proposto, já que há o entendimento de se tratar de uma formulação proposta por especialistas e discutida internacionalmente. Quando tomamos seu conteúdo, observamos que há a exposição do que entendem ser a visão do comunista sobre o assunto, no intuito de desmontar este mesmo discurso. As estratégias gerais de desmontagem discursiva também são amplamente conhecidas, já que utilizadas ao longo de décadas, na reafirmação das manipulações ou inverdades contidas no discurso comunista. Tomemos o exemplo do conceito de nacionalismo:

O semanário soviético “Novidades de Moscou” em seu número 14 de agosto de 70, publicou o que se segue como resposta à pergunta de um leitor peruano (José Gaman), de qual o significado da palavra nacionalismo. Nacionalismo é uma política e ideologia burguesa em relação a questões nacionais.

Os reacionários sempre aproveitaram e aproveitam essa arma, já experimentada, com a finalidade de distrair os trabalhadores da luta por seus interesses vitais. Com esse fim semeiam a discórdia racial e nacional, e a fomentam inclusive entre os operários e trabalhadores de distintas nacionalidades (Pasta 20.C.043- 019/021, doc. s/n, CI 10/70).

O nacionalismo é um conceito espinhoso, dada sua amplitude e fluidez. No Brasil é um conceito caro, estruturador do projeto de Estado desde os debates dos anos de 1920, tendo sido apropriado tanto pelas esquerdas quanto pelas direitas. A esquerda, na figura do PCB, seguindo orientação externa numa perspectiva etapista, propôs a luta anti-imperialista através da defesa do fortalecimento da burguesia nacional como etapa necessária. Vimos também, retomando a vasta produção do ISEB, que muitos intelectuais que não eram vinculados ao PCB e tampouco se posicionavam alinhados à UDN, defendiam ideias nacionalistas para garantir o desenvolvimentismo. Mas o nacionalismo foi também pauta de diferentes setores da direita, defendido por católicos; integralistas e os chamados cientificistas (PÉCAUT, 1990). Ao ponderarmos sobre as Forças Armadas, retomando os discursos militares ao longo do regime e na preparação do golpe, relembraríamos que sempre fundamentaram a “revolução” pela defesa da nação e dos princípios nacionalistas, ao invés da defesa do Estado, no entendimento de que seriam os reais representantes dos interesses nacionais. Considerando estes aspectos, vemos que é tema caro ao regime, explorado continuamente pela apostila.

Como estratégia discursiva, o roteiro é o da apresentação do que os comunistas dizem, trazendo alguns comentários no intuito de diferenciar posições. Trata-se de estratégia discursiva utilizada em várias passagens das apostilas, inclusive trazendo chamadas como “Conheça o inimigo – O que ele faz e o que ele diz”. Aqui não foi diferente. Após a conceituação proposta pelo semanário, vem o comentário:

Percebe-se que o articulista não foi positivo e sincero na resposta. Permanecem válidas as conceituações de ‘nacionalistas’ e ‘nacionalistas’ já consagradas:

- ‘nacionalista comunista ou esquerdista’ explora o nacionalismo como instrumento nas campanhas de origem comunista, denominada pelos comunistas de ‘sadio nacionalismo anti-imperialista dos movimentos de libertação.
- nacionalista: verdadeiro patriota que, segundo os comunistas, é ‘o injusto nacionalista reacionário que freia o progresso’.

Vemos que a apostila informa sobre o caráter nacionalista do comunismo e opta por desmontar esta ideia, frisando a falta de sinceridade dos mesmos e retomando o lugar do nacionalismo para a pauta da direita brasileira. Não há embasamento teórico-conceitual, mas sim, o uso de ideias padrão na definição de lugares de fala, buscando a mobilização das diferentes gradações de nacionalismos não de esquerda, sedimentando a estratégia discursiva que será o tom da apostila, a destruição do discurso do oponente. Neste caso, duas estratégias foram utilizadas: a afirmação da manipulação discursiva pelo oponente “explora o nacionalismo como instrumento de campanha [...]”, opondo a falsidade à verdade trazida pela apostila, associada à defesa da pátria “verdadeiro patriota [...]”. Vemos a contínua serventia do nacionalismo para o projeto em curso.

Duas outras modalidades são amplamente utilizadas pelas apostilas no intuito do desmascaramento do comunismo: desmascarar seu discurso, demonstrando a enorme distância existente entre o que é propagado e o que é efetivamente realizado, na linha da frase “Conheça o seu inimigo” e, desmascarar suas estratégias de ação relacionadas à desagregação moral da sociedade. Podemos perceber que são duas modalidades de estratégias de ação, prática ou discursiva, podendo compor com os diferentes temas, perpassando toda a apostila. Denominamos a primeira modalidade por “Ardil Discursivo” e a segunda por “Métodos de Ação na Subversão dos Costumes”. Por se tratarem de modalidades extensamente utilizadas ao longo das apostilas, por medida didática, apresentaremos as outras modalidades identificadas e depois retomaremos estas duas modalidades para aprofundamento.

A apostila do comunismo internacional – temas conexos

Assim, além das três modalidades já anunciadas, identificamos outras três modalidades de cunho temático: religião; economia e tecnologia; e política internacional e local (**ANEXO 9 – TABELA 6**). Ao observarmos o índice aqui transcrito, vemos que são modalidades que, além de aparecerem nos Assuntos Gerais, têm seus subtítulos próprios, mostrando sua importância. Entre estas três, a modalidade de maior incidência nos Assuntos Gerais, é a que apresenta temas relativos à política internacional e política local, seguido da modalidade que traz discussões sobre questões econômicas e tecnológicas. Já o tema da religião terá grandes desdobramentos no item específico.

Política internacional

A modalidade ‘Política Internacional’ rememora os já conhecidos discursos da ameaça estrangeira. Neste sentido, são tópicos e temas que reafirmam continuamente a Guerra Fria e a escolha da guerra revolucionária como conceituação de guerra, na definição da segurança nacional. Estes não serão títulos analisados individualmente, contudo, gostaríamos de ponderar sobre a própria escolha dos títulos destas modalidades, analisando a construção deste novo discurso, composto apenas pelos títulos presentes no item Assuntos Gerais das apostilas.

Ao acompanharmos a disponibilização dos mesmos, podemos afirmar a construção de um discurso de oposição às ações do mundo comunista. Este é constituído da mesma forma que as modalidades anteriores, ou seja, a partir da ideia de uma manipulação desonesta presente em suas ações de política internacional. O discurso é o mesmo: ação imoral, pois subliminar e depreciativa. Alguns títulos caminham claramente nesta progressão discursiva. Retomando a tabela 6 (**ANEXO 9**), vemos, no item 6: “*Novo tipo de ataque: a guerrilha./ ♦ Movimento Imperialista mundial./ A Rússia e a China no domínio do mundo./ ♦ Controle de natalidade no Chile./ ♦ O destino do Chile, face a Lenine e a Mão Tsetung/ ♦ Organizações da Onu e a URSS.*”

Nesta progressão há a indicação de um tipo de ação pernicioso: a guerrilha; seguida do anúncio de uma ação imperialista e a indicação do domínio da Rússia e da China, logo, duas nações imperialistas e que realizam a guerrilha como método. Na sequência, há ações claras de interferência destas na política interna de países, no caso o Chile, demonstrando que este está frente a estas forças. A questão é internacional, envolvendo a ONU no combate à Rússia e, efetivamente pernicioso “♦ *Conspiração mundial soviética: realidade presente atrás da capa enganadora da ‘coexistência pacífica’ – Grã-Bretanha expulsa 105 agentes soviéticos disfarçados de diplomatas.*” Esta

construção permite a manutenção da mesma lógica discursiva, independente do título colocado, pois todas as políticas locais estariam vinculadas ao grande impasse mundial: a luta do bem contra o mal, bem expressa num título não transcrito acima: “*A omissão e a capitulação do Ocidente face aos desígnios de Moscou.*” Não é por acaso, então, que o penúltimo título, da última apostila, é claro em detectar o “*comunismo internacional como o grande inimigo das Nações do continente*”. Garantida esta lógica interna discursiva, todos os aspectos econômicos e/ou tecnológicos são lidos como componentes fundamentais neste jogo de forças. Assim, o poderio bélico, inclusive atômico, é cuidadosamente avaliado, bem como as forças aéreas, navais e por terra. Cada um destes componentes define os passos possíveis de cada lado neste tabuleiro de xadrez.

O tema religioso

O tema religioso organizado a partir da discussão sobre o papel da Igreja Católica, apresenta poucos títulos nos Assuntos Gerais, tendo grande espaço no segundo item da apostila “Movimentos Religiosos”, o que nos indica o enorme papel da temática religiosa para os combatentes do comunismo. Ao observarmos esses títulos dos Assuntos Gerais “*Subversão dos costumes: 3. Arcebispo quer legalizar narcóticos./ ♦ Análise comunista da Igreja no mundo atual e da falha de religiosidade das massas*”, percebemos a dinâmica da condução textual calcada na ideia de que a Igreja Católica estaria colaborando na ação de subversão, utilizando as mesmas propostas ardilosas de propaganda subliminar e, falhando então em seu papel catequizador, servindo ao inimigo.

A relação Igreja Católica – Governo não se apresentava resolvida. A instituição católica não possuía homogeneidade interna em sua relação com o regime. Havia uma ala crescente dentro da Igreja, pautada pela marca de “Medellín” (Conferência dos Bispos da América Latina) ocorrida em 1968, cujos frutos apareciam nos anos 1970, que entendia que a Igreja deveria se engajar na luta contra as causas que fomentavam a miséria. Esta perspectiva nasceu da percepção de que a Igreja Católica vinha se enfraquecendo em toda a América Latina, perdendo bom número de fiéis. Por outro lado, desde o golpe de 1964, existia uma outra tendência, conservadora, propensa a uma relação harmônica com o regime e absolutamente preocupada com o avanço do comunismo. Para além desta dissensão interna, havia o indicativo da autonomia da instituição religiosa frente aos governos terrenos e, desta forma, como colocado por Gaspari “[...] a Igreja podia fazer muitas coisas, menos uma: dar a César sua própria desmobilização” (GASPARI, 2002, p. 237). Assim, foram anos de acertos delicados, idas e vindas, conflitos e rupturas.

Desde o momento do golpe, a Igreja/Instituição posicionou-se de modo dúbio. A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil apoiou o golpe civil-militar, mas indicou sua independência. Assim, ao mesmo tempo em que parabenizou os militares em sua luta contra o comunismo, prevalecendo a preservação da Nação, condenou a violência gratuita e a má vontade em relação à instituição católica. Esta linha tênue foi mantida sem explícitos arranhões até o governo Costa e Silva, governante este que afirmou que os problemas existentes entre o governo e a Igreja representavam conflitos de ideias entre pessoas e não instituições.

Nesta delicada trama, assistia-se a dois processos excludentes. O primeiro, apoiado pela chamada Teoria da Libertação, intensificava os movimentos das Comunidades de Base. Nesta linha de atuação, acreditava-se que o engajamento político era necessário como veículo para a libertação. Os elementos norteadores da prática libertária eram as ideias de solidariedade e justiça praticadas na ação comunitária, pois esta geraria uma identidade comunitária e, conseqüentemente, uma capacidade crítica, mobilizadora da ação: a luta contra a opressão. As comunidades de Base procuraram atuar em áreas de formação adotando, por exemplo, o método Paulo Freire para a alfabetização. Dom Paulo Evaristo Arns organizou, em 1973, a Operação Periferia. Esta mobilizava comunidades de Base para projetos de inserção social, desde regularização de documentos, cursos semiprofissionalizantes até formação religiosa e conscientização da prática comunitária do lazer.

O segundo processo, orquestrado pela ala conservadora da Igreja, procurava anular e refrear a força dos teólogos da Libertação. Seu movimento, contudo, estava circunscrito à dinâmica interna da instituição e evitava uma lógica de confrontação, apesar de bastante perceptível, como em dois importantes eventos, ocorridos no início do regime: na transferência de Dom Helder Câmara para a diocese do Maranhão (o que denotava claramente uma punição) e depois, por contingências da história, fixado em Recife e, na indicação de Dom Agnelo Rossi como arcebispo de São Paulo e como presidente da CNBB. Neste cargo, coube a D. Agnelo diluir o poder da CNBB, afastando os religiosos do debate político.

Este equilíbrio frágil sofreu fissuras a partir de 1967. Neste ano, constatou-se que os mosteiros beneditinos serviam de sede para os encontros da UNE, fato este condenado pela ala conservadora da Igreja que, como já colocado, preferia atuar diretamente no controle e punição de seus membros, não admitindo que estes fossem tratados como cidadãos comuns, sofrendo punições e encarceramentos. Vemos, desta forma, que a Igreja Católica buscava apresentar uma unidade que, de fato, não possuía pois havia setores propensos a uma ação claramente social, que condenavam explicitamente o ataque à condição humana empreendido pelo regime. Ainda assim, apesar

das divergências internas, a Igreja não admitia a interferência do regime laico em questões espirituais e na administração das crises internas à instituição. Outro fator que marcará os conflitos com o governo foi a efetivação de um desequilíbrio de forças interno à instituição católica, passando a tender mais à esquerda a partir do final de 1970, e dois são os fatos demarcadores: a posse de D. Paulo Evaristo Arns como arcebispo de São Paulo em novembro de 1970 e a vitória de D. Aloísio Lorscheider para a presidência da CNBB no início do ano seguinte. Este realinhamento favorecerá uma Igreja mais atuante socialmente, o que gerará maiores embates com o regime.

Ao retomarmos a documentação, observando o item **Movimentos Religiosos** das apostilas sobre o comunismo, encontramos esta mesma construção discursiva na relação estabelecida entre o regime e a ala progressista da Igreja Católica, no entendimento do regime militar. Faremos a transcrição de um trecho do item Movimentos Religiosos, com o intuito de, por um lado, aprofundar a discussão sobre a construção discursiva do comunismo e, por outro, de apresentar a conduta do regime em relação à Igreja Católica. O trecho abaixo transcrito foi retirado do C.I. de maio de 1972, do item Movimentos Religiosos e corrobora a discussão sobre o discurso militar em relação ao comunismo. Tal qual o item “Assuntos Gerais”, a construção discursiva se dá a partir de um texto de autoria de figura notória no assunto ou de publicação impressa em órgão de grande circulação. A maior parte dos textos deste item foi retirada de publicações francesas. Este país incentivava as publicações de contestação a regimes ditatoriais e boa parte dos eventos ou posicionamentos dos teóricos da Libertação, que por questões óbvias, não tinham voz na mídia brasileira, encontrando espaço nas revistas francesas. Assim, diferentemente do item citado, os trechos selecionados não reforçam a posição dos militares e sim questionam sua atuação. Desta forma, encontraremos textos que serão contestados e será esta contestação que reforçará o discurso anticomunista.

1) Da revista francesa “Hebdo TC – Témoignage Chrétien”, no. 1452, de 4 de Mai 72:

Em 24 Mar 72, o padre Joseph Comblin, que voltava de uma viagem de um mês na Europa, foi expulso pela polícia brasileira, mal chegava ao aeroporto do Rio de Janeiro.

O teólogo belga colocou-se a serviço da Igreja no Brasil desde 1958, exercendo diversas funções, como professor de seminário, orientador da JOC, etc.

Considerado, nos **meios direitistas (1) brasileiros, como a alma danada** de D. Hélder Câmara, o padre Comblin já sabia que era vigiado, visto que, numa ocasião anterior, a alfândega lhe havia confiscado a bagagem e papéis. Em 24 Mar 72, ao regressar da Europa, foi interrogado durante três horas, lhe sendo mostrada, como motivo de sua expulsão, a cópia

fotostática de uma carta que havia endereçado a **D. Fragoso, bispo de Volta Redonda (2)**. Segundo a polícia, o tom daquela carta demonstrava os estreitos vínculos que mantinha com o bispo. Por outro lado, nela havia **empregado expressões consideradas marxistas**, como, por exemplo, ‘diferenças de mentalidade entre as massas camponesas e os quadros’ ou ‘conscientização’. [...]

O padre Comblin, autor da “Teologia da Libertação”, retomou sua cátedra na Universidade de Louvain. Espera estabelecer-se, brevemente, em outro país latino- americano. Para ele, com efeito, é lá que se desenrola **o ato principal da renovação da Igreja**, apoiada em **grande massa popular**, o que não é mais o caso na maior parte da Europa. [...]

Podemos notar que alguns procedimentos utilizados pelos militares brasileiros em relação à população, eram utilizados também em relação aos membros da Igreja, apesar da maior sutileza. Assim, o texto explicita o procedimento da vigilância, da autuação, do interrogatório, da apreensão de bens pessoais e, por fim, da expulsão. Já havíamos indicado que esta abordagem não era bem-vista nem pelos setores conservadores da Igreja, que consideravam inadmissível o trato repressivo a representantes da fé. Dois trechos apresentam uma numeração (1 e 2), o que indica que os representantes do regime, que escolheram esta reportagem para a confecção da apostila, irão tecer correções às colocações feitas, e estas aparecerão em nota de rodapé e por isso serão comentadas no percurso do próprio texto⁴³. Na sequência:

Nas palavras do padre Comblin, em entrevista concedida a um jornalista de “La Cite” (29 Mar 72): “Essa medida nada mais representa, senão um estágio de um plano pelo qual a autoridade civil tenta **reduzir a silêncio completo a Igreja do Brasil**, no que se refere aos problemas sociais... A maioria **do episcopado brasileiro é refratária ou fria em relação ao sistema**. A Igreja, porém, não dispõe de instrumentos de comunicação, além dos boletins diocesanos, os quais têm uma difusão modesta.

(1) Leia-se: ‘antimarxista’.

(2) Na verdade, bispo de Cratéus. O de Volta Redonda é D. Waldyr Calheiros, também filiado à ‘linha progressista’. Vide este capítulo, item 2), fl 2.7 (Pasta 20.C.043_032, remissão. 3686, CI 05/72.)

“Há aqueles que falam assim mesmo, ou que tentam falar. Desde logo, a imprensa, o rádio e a televisão não reproduzem suas declarações. Por outro lado, todos os jornais fornecem largos espaços aos jornalistas **de extrema-direita** (1) que atacam os bispos que falam.”

[...]

43 O uso do negrito é definido por nós para destacar a posição do texto e/ou da ala Progressista da Igreja em relação ao regime civil-militar brasileiro. Já o negrito sublinhado e as notas de rodapé apresentam o ponto de vista de representantes do regime.

“Em mar 72, D. Hélder, arcebispo de Recife, e seu auxiliar, Dom José Lamartine Soares, assinaram uma declaração a propósito da expulsão do padre Comblin. [...] escreveu D. Hélder: ‘Durante quanto tempo mais **sentir-se-ão nossas autoridades militares autorizadas a supervisionar as atividades da Igreja, usurpando as funções dos bispos e do próprio Papa?** Quem não percebe que o ‘episódio Comblin’ nada mais é, que um capítulo de tudo o que acontece com a Igreja no país, na **medida em que ela se recusa a continuar servindo de apoio às estruturas de opressão, comprometendo-se, de maneira pacífica, mas valiosa, com o povo e a libertação deste?**”

No caso do padre Comblin, o que se torna particularmente grave é que se assiste, uma vez mais, à **marginalização da classe pensante**. Infeliz daquele que ousa exercer uma atitude crítica, ao menos no que se refira ao governo e aos seus planos! Quanto ao povo, sabe-se que **é banido no seu próprio país** [...]. Àqueles que se escandalizam, ao pensar que estamos em vias de quebrar a paz da Semana Santa, dizemos que, muito pelo contrário, estamos a caminho de provar a Paixão de Cristo não é apenas um fato passado há dois mil anos, mas uma realidade nova sob nossos olhos.”

(1) Jargão marxista que tenta desacreditar os inimigos declarados do comunismo, rotulando-os de fascistas (Pasta 20.C.043 _ 032 , remissão 3685, CI 05/72

2) “Segundo fontes confidenciais, diretamente ligadas à CNBB, os bispos brasileiros suspeitam da existência de um plano governamental **para reduzir a influência da Igreja junto ao povo**. Quem o declara é a ‘Agência aliadas’ (19 Fev 72), e continua: tal plano decorreria da **convicção do Governo de que jamais lhe seria possível utilizar-se da Igreja, para manter o ‘status- quo’**.”

Observe-se, pelo contido nas notícias relativas à expulsão do padre Comblin, a **insistência** com que os **círculos interessados** em **fomentar a discórdia** no Brasil **repisam** na tecla da ‘**intimidação** da Igreja’, ‘**redução da Igreja ao silêncio**’, ‘tentativa de **afastar a Igreja do povo**’, atos atribuídos por eles ao Governo (Pasta 20.C.043-032, n° 3684).

Estabelecemos duas temáticas de análise: a primeira refere-se à associação definida pelo regime entre catolicismo e comunismo e a segunda refere-se à relação estabelecida entre este setor da Igreja e o regime militar. Este aspecto nos conduz à discussão sobre o discurso constituído, já que é parte do mesmo. Podemos notar que os militares, discursivamente, procuraram associar a Igreja progressista ao Comunismo. Vários são os doc. e formas que confirmam esta associação. No documento acima há a identificação da aproximação dos discursos comunista-ala progressista, construído a partir da apresentação de setores da Igreja insatisfeitos com o regime, sendo que em verdade, a crítica

destes passa a ser “desmascarada”, construindo-se um texto que indica uma má intenção por parte destes representantes religiosos e/ou representantes da mídia, ao buscar depreciar o próprio regime.

Assim, os militares são denominados, no texto, de direitistas “meios direitistas (1) brasileiros”. No momento em que isso ocorreu, os agentes do SNI interferiram no texto, posicionando-se em nota de rodapé “Leia-se: ‘antimarxista’. Nesta indicação definem os parâmetros políticos estabelecidos, criando o eixo exclusivo ‘marxismo X antimarxismo’. Esta composição é confirmada na sequência do texto, onde há nova nota redefinindo o uso da expressão “de extrema-direita (1)” com nova interferência dizendo: “Jargão marxista que tenta desacreditar os inimigos declarados do comunismo, rotulando-os de fascistas”. Notamos uma inversão discursiva; onde estavam sendo criticados, passam a criticar, definindo o interlocutor como mentiroso e manipulador. Além disso, vincula-se a Igreja ao marxismo e consequentemente define-se que o conteúdo exposto não é válido, pois sendo de cunho comunista não tem crédito.

Outro modo utilizado para garantir a aproximação com o comunismo é o de estabelecer conexões entre suspeitos e “subversivos declarados”. Neste texto há a afirmação de que o Padre Comblin mantinha proximidade com Dom Fragozo, bispo de Crateús, que segundo o texto, era declaradamente progressista, e por extensão, comunista.

Quanto ao discurso da Igreja, podemos observar que o eixo central está no questionamento de sua perda de autonomia. A fala de D. Hélder é bastante esclarecedora quanto a esta posição: “Durante quanto tempo mais sentir-se-ão nossas autoridades militares autorizadas a supervisionar as atividades da Igreja, usurpando as funções dos bispos e do próprio Papa?” Para a instituição religiosa há um conflito de poder entre estas duas fortes instituições. A Igreja não aceita a intervenção militar e acredita que não deva continuar servindo como eixo para a manutenção do “status quo” e o regime espera conviência religiosa, pois a ação de ambos dirige-se ao mesmo interlocutor, denominado no documento de “povo”. Este é o problema colocado, pois os governos militares consideram a ação religiosa emancipadora, e, a Igreja não pretende manter-se omissa em relação aos problemas sociais, intensificados com o regime. Por outro lado, o regime percebe a extrema necessidade de atuação em relação à prática dos teóricos da libertação, pois a religião católica é uma marca intensa e tradicional da mentalidade brasileira, não podendo ser desconsiderada e, para os militares, também esta instituição precisaria incorporar o discurso monocórdio, para garantir a vitória do projeto proposto. Em suma, esta era uma questão espinhosa, daí sua grande exposição na apostila que tinha o intuito de homogeneizar o discurso e a prática interna.

Estratégias estruturantes: arдил discursivo e métodos de ação na subversão dos costumes

Como já dito, independentemente do tema trabalhado nos diferentes itens da apostila, a estratégia discursiva perpassa todo o documento e por isto, passamos a apresentá-la. Observemos a Tabela 7 que indica os títulos presentes nos Assuntos Gerais, orientados pelas duas modalidades em destaque.

Tabela 7

Modalidade	Conteúdo	Título
2. ARDIL DISCURSIVO- Oposição: Teoria X Prática	Comunismo prega uma realidade, porém efetiva outra, maléfica à sociedade.	<ul style="list-style-type: none"> • Mais de ½ século de comunismo – As promessas e a Realidade; • Por que o Comunismo não serve; o que é e o que não é – A farsa do Universo – O Comunismo é a morte da liberdade; • O Comunismo difuso – uma nova e solerte modalidade de divulgação do marxismo; • A Teoria classista de Marx e a sua falsidade; • “A Coexistência pacífica” métodos do comunismo para destruição das sociedades ocidentais; • A verdade por trás do ‘clima de distensão’.
	3. MÉTODOS DE AÇÃO NA SUBVERSÃO DOS COSTUMES através, da manipulação da sociedade. Duas formas: a) da oferta de tóxicos	Subversão dos costumes (moral)
b) propaganda subliminar		<ul style="list-style-type: none"> • A filosofia marcusiana aplicada à subversão; • <u>Subversão dos costumes: 1.</u> Yippie! Partido Internacional da Juventude; • Os Comunistas e os seqüestros; • O ‘Teatro de Guerrilha’, filme ‘Rebeldia’, Revista ‘Conjunto’ ‘Casa das Américas’, Comitê permanente de festivais de teatro Latino-americano’; • O papel negativo da imprensa no combate ao seqüestro; • A canção como veículo da subversão; • A propaganda oriunda de países comunistas – A propaganda impressa e a propaganda de rádio; • A canção de protesto como arma do comunismo contra valores e o regime em voga; • O cinema como arma psicológica dos comunistas – A minagem das resistências morais do ocidente – Festivais de cinema: instrumentos dos PCs – a necessidade de censura e do destemor em aplicá-la; • Racismo e Sexismo, temas da propaganda vermelha; • Psicopolítica, técnica de ‘lavagem cerebral’; • O verdadeiro ‘terrorismo cultural’ na América Latina: a distorção e a manipulação de fatos e notícias pelas agências de propaganda comunista; • Psicopolítica: passos na direção do controle da mente; • ‘Cinema Político’ – o cinema a serviço da ideologia comunista.

Passamos, neste momento, para a análise da “**Modalidade 2**” – **Ardil Discursivo- A distância entre a teoria e a prática**. Esta modalidade destaca, em diferentes textos dos Assuntos Gerais, a enorme distância entre o que o comunismo prega e efetivamente faz. A primeira estratégia, recorrente em todas as modalidades, inclusive nesta, é a construção de uma discussão dicotômica, com o pressuposto de que o mundo está dividido entre o bem e o mal e, logo, entre o nós e o eles. Esta opção impede, a priori, a reflexão, ponderações e gradações, pois o bem carrega a verdade. A visão dicotômica reforça, no cenário brasileiro, o princípio da Ordem, já discutido por nós, princípio este estruturante da ideologia autoritária. Nesta construção ordenadora e dicotômica, o mal (eles) é por princípio degenerado e sua fala omite, distorce e mente⁴⁴.

Lembramos ao leitor que o autoritarismo, em seus diferentes segmentos, é sempre estruturado por lógicas de violência que garantem o ordenamento esperado e, aqui, temos a potencialização da violência pela dicotomia proposta, no entendimento de que mal e inimigo devem ser destruídos. Neste sentido, a proposição de sociedade que pressupõe a existência do inimigo interno, como já discutido longamente, estrutura uma sociabilidade segregadora, de contínuo combate, autorizando e pressupondo a violência como prática social. Nos capítulos anteriores discutimos facetas tanto da violência estrutural (própria do sistema capitalista) quanto da violência institucional praticada através dos dispositivos legais (cerceamentos ao direito ao trabalho e à dignidade da vida; cerceamento ao direito político; cerceamento a direitos civis etc.) e dos dispositivos físicos repressivos (com o uso da tortura e da reclusão). Em ambas, misturam-se tipologias de violência, compondo práticas violentas físicas; psicológicas e simbólicas. Nesta lógica, o outro não é reconhecido, não é aceito e deve ser dizimado.

Esta mesma estrutura compõe o campo discursivo, inviabilizando a diferença e as gradações de ideias, anulando a viabilidade do convívio de pensamentos distintos, díspares ou não instigando, assim, uma visão monolítica do mundo. Isto acontece tanto pela caracterização do mundo como dicotômico, onde o mal (ideias e pessoas) deve ser aniquilado quanto pelo uso das estratégias de guerra no campo linguístico e discursivo, reduzindo o outro de forma depreciativa e usando armas de aniquilamento discursivo. Neste processo, invariavelmente, o corpo de ideias vigentes é reduzido e simplificado, justamente com o intuito de ser mais assertivo, atingindo diferentes grupos e condições. Se toda divergência deve ser anulada, nesta lógica da guerra

44 Rodrigo Motta discutiu longamente o imaginário comunista pautado pela representação do mal, em diferentes condições (pessoas degeneradas, imagens do mal, agentes patológicos, entre outros aspectos). Veremos, aqui, a reincidência destas imagens, em construções discursivas longamente elaboradas, numa permanência das estratégias discursivas utilizadas.

no âmbito das ideias, necessariamente, então, a ideia imposta deve ser clara e convincente.

No caso da apostila, a mecânica contínua é a de que o comunismo mente e a apostila apresenta a verdade. Esta mecânica leva ao segundo ponto que queremos discutir, ou seja, para a apostila proceder desta forma, precisa efetivar interdições e manipulações no discurso, através de diferentes estratégias, criando um discurso oficial carregado de desinformação⁴⁵. Consideramos este aspecto fundamental ao percebermos, como pesquisadores do tempo presente, que o uso da desinformação é uma estratégia de poder, que tem sido retomada em governos atuais. E, esta experiência contemporânea nos mostra o risco do uso da desinformação para a produção de conhecimento; para a restituição da memória, da história; do direito à justiça e, no limite, da própria cidadania. Neste sentido, o uso da estratégia da desinformação como método discursivo pela ditadura⁴⁶ precisa ser aprofundado e aqui, por ora, contribuiremos com o debate presente em nossas fontes.

Caminhando pelas fontes aportamos no texto “Mais de ½ século de Comunismo – As Promessas e a Realidade” (Pasta 20.C.043-018, CI 08/70). Trata-se da tradução de um artigo de Suzana Labin, editado em Seul, Coreia, e está dividido em dois tópicos: o que os comunistas prometeram e não fizeram e o que os comunistas não prometeram e fizeram. Optamos, neste caso, prioritariamente, pelo comentário e não transcrição do texto, por ser particularmente extenso. No título “O que os comunistas prometeram e não fizeram” o texto destaca, em itens, diferentes aspectos como a questão da exploração do homem pelo homem; a exploração da terra, a qualidade de vida e o bem-estar; produção econômica, entre muitos outros aspectos. Vejamos alguns exemplos, lembrando a estratégia geral do texto quanto à autoria e à abordagem da realidade. Trata-se de autoria externa à instituição militar,

45 O conceito de desinformação tem sido discutido atualmente pela academia, em função de acontecimentos políticos contemporâneos desencadeadores, com extensa utilização da desinformação como prática política e, apesar da reflexão teórico-conceitual ser recente, sua prática é longeva. Usamos o termo ‘desinformação’ no lugar de ‘fake news’ pois, como colocado por Claire Wardle e Hossein Derakhshan (2018), o termo fake news não dá conta das nuances colocadas; assim, ao discutirem a propagação de informação falsa indicam que as mesmas podem ter origens e sentidos distintos. Há que se diferenciar as informações falsas intencionais, de informações falsas em que o comunicador não tinha consciência do fato, distintas de um terceiro tipo de informação falsa, que teria seu teor original verdadeiro, modificada intencionalmente no processo de comunicação, podendo prejudicar grupos e/ou pessoas.

46 Pesquisas demonstram que o mesmo método foi utilizado em diferentes âmbitos do poder. No âmbito da saúde pública, no contexto da epidemia de meningite em 1972, a comunicação governamental foi permeada por omissões e censura, configurando uma informação oficial pautada pela desinformação. Situação similar ocorreu ao longo da ditadura no trato da questão indígena em suas diferentes abordagens. Tomemos como exemplo a comunicação oficial em relação ao relatório Figueiredo ou mesmo a postura oficial em relação ao caso Yanomami na Corte Interamericana dos Direitos Humanos. A nosso ver, anuncia-se uma recorrência discursiva e, logo, uma lógica de poder que merece aprofundamento.

criando o entendimento de que a autora tem o distanciamento necessário das questões brasileiras e o conhecimento necessário da realidade da União Soviética e do comunismo em geral, além de reforçar a ideia de que é uma questão mundial, discutida por todos os países não comunistas. Quanto à abordagem do tema, há um perfil de argumentação que indica que o seu ponto de partida para a escrita do texto é o próprio comunismo, através de dados da própria realidade, reforçada pela proximidade do texto/autoria à realidade comunista, naturalizando a argumentação. No caso do conteúdo propriamente dito vemos que o documento, recorrentemente, associa diferentes aspectos e abordagens num mesmo argumento:

- a) Exploração do Homem pelo Homem – promessa de término da exploração e opressão-realidade continua a exploração, pois os trabalhadores são fichados, as greves proibidas e os sindicatos são agências estatais.
- b) Exploração da terra – promessa – a terra será dada a quem produzir – realidade – retrocesso, pois já que não se pode ter a terra, ela é de uso coletivo.
- c) Nivelamento do padrão de vida – promessa – mesmo padrão – realidade:

[...] propriedade coletiva, não dos trabalhadores, mas dos chefes de Estado e do Partido.” (Privilégios para os chefes como): “confortáveis casas, automóveis particulares, escolas particulares, armazéns privativos, centro de férias reservado, etc.

- d) Planejamento da economia – promessa – sem a anarquia capitalista – realidade – produção escassa, desemprego, existência do mercado negro.
- e) Aumento da produtividade e da produção – promessa – a promessa é o próprio aumento da produção – realidade – o mundo capitalista envia pão grátis ao mundo comunista; faltam alimentos mesmo entre os itens produzidos internamente.

Os temas acima estão relacionados à produção, posse da terra, planejamento e padrão de vida. Como o texto carrega uma intencionalidade anterior a própria apresentação dos argumentos, não tem a preocupação em contextualizar e discutir os dados anunciados. Assim, formula sua explicação diferentemente, por exemplo, da discussão proposta no livro *Soviet Union – a country study* (Federal Research Division, 1991), publicação do Congresso norte-americano sobre diferentes países. Nesta publicação há a preocupação

em contextualizar suas informações, considerando diferentes aspectos do território, associados aos aspectos econômicos e produtivos, apontando dados, explicações e contextos. Assim, informa que, apesar de suas dificuldades naturais para a produção agrícola, em função de suas temperaturas, qualidade do solo e terras disponíveis, a União Soviética, teve o aumento da produção agrícola em 50% entre as décadas de 1950-1980, tornando-se a segunda maior produção mundial mas que, apesar dos subsídios alimentares e contínuos investimentos, não conseguiram a autonomia alimentar, precisando manter a importação de muitos produtos. O texto aponta, ainda, intenso investimento industrial e bélico, demonstrando claro planejamento estatal em diferentes âmbitos. Considerando a Apostila do Comunismo Internacional, as afirmações são taxativas e não circunstanciadas, misturando informações efetivas, como a afirmação de que as condições de trabalho agrícola não melhoraram para os trabalhadores rurais, na proporção da expectativa dos mesmos, com o uso da terra coletiva, com afirmações incorretas, como afirmar que não houve investimento planejado na agricultura e aumento da produção neste setor, bem como uma política de subsídios para garantir alimento barato à população. A estratégia utilizada é a da simplificação do contexto, seletividade de dados, com afirmações descontextualizadas e taxativas. O texto continua questionando vários outros itens, indicados abaixo:

f) Aumento do bem-estar:

PROMESSA: O padrão de vida das massas subirá em proporções nunca vistas. Este é o ponto fundamental que a agitação comunista diariamente apregoa, em todos os lugares.

REALIDADE: (1) Padronização na alimentação – Em 38, dos 53 anos de comunismo, a alimentação do povo permaneceu racionada e inferior a existente sobre o czarismo, e por duas vezes (1920 e 1932) desceu a níveis de inanição. [...]

g) Expansão e gratuidade da educação:

PROMESSA: a educação será vastamente expandida e dada gratuitamente no mais alto nível, a todos aqueles que a merecerem, independentemente da fortuna.

REALIDADE: a educação elementar foi largamente estendida, na realidade, e o analfabetismo foi erradicado da Rússia. Mas não, mais rapidamente ou de melhor maneira, que em qualquer outro país que tenha introduzido a educação compulsória (e esta, na Rússia, antecedeu os ‘bolchevistas’).

Ao comentar sobre o bem-estar o texto se apega ao raciocínio alimentar que efetivamente existia, apesar do comprovado aumento dos rendimentos dos trabalhadores agrícolas; este, contudo, não é o único ponto que caracteriza a qualidade de vida, definida também pela capacidade de emprego, direito à educação, saúde, aposentadoria e invalidez, aspectos estendidos à toda a população. O comentário sobre a educação mostra-se ainda mais interessante pois assume as conquistas efetivadas pelo comunismo, numa construção textual que as invalida ao afirmar que no mundo não comunista, as mesmas também se corporificaram e de uma forma mais efetiva, rápida e definitiva, o que não é fato.

O texto expõe, ainda, cinco outros aspectos sobre as promessas não cumpridas, só elencados por nós, pois a nosso ver, não há novidade ou modificação no modo de dispor as ideias e a construção do texto. São eles: cultura e mérito; governo de “portas abertas” e controlado pelo povo; livre determinação dos povos; governo não militarista, não imperialista e não intervencionista e, por fim, expansão natural do comunismo.

Podemos observar que a construção discursiva utiliza ferramentas próprias da estratégia discursiva hoje denominada como desinformação. Lembremos que a desinformação pressupõe diferentes tipos e gradações de informações, além de distintas intencionalidades. Ela pode aparecer na forma de *fake news*, informações efetivamente falsas, formato este muitas vezes mais explícito e claramente intencional ou numa gradação de sua efetividade, caminhando para a falsidade, calcada em diferentes estratégias; uma delas é a apresentação de fatos sem comprovação e possibilidades de verificação, como colocado por Heller “a disinformation surge sempre que o processo de informação é defeituoso e ocorre por falta de objetividade, falta de completude e falta de pluralismo” (FLORIDI *apud* HELLER *et al.*, 2021, p. 193). Podemos identificar o uso da informação sem a apresentação de números e dados verificáveis, apresentados como verdades para o ocidente, como o uso de informações ou definições parciais e não contextualizadas. Esta estratégia pode conter informações verdadeiras que, contudo, são construídas num desencadeamento incongruente; numa associação de informações dispares entre si e/ou sem contextualização e comprovação. Nos dois casos, que somados demonstram a contínua reiteração discursiva, há a recorrência da desinformação, tanto por conteúdo incorreto, quanto pelo recurso da descontextualização e da composição de informações distintas em um único texto, estratégias estas utilizadas com o intuito de provocar o caos.

Na sequência, apresenta “*O que os comunistas não prometeram e fizeram*”, seguindo a mesma construção textual proposta até aqui. O primeiro aspecto discutido é a expansão do terror. Podemos notar pela leitura do documento, que a continuidade do texto procura mostrar as atrocidades cometidas

pelos governos comunistas. No item Terror, há o destaque para o trabalho escravo, pena de morte, campos de concentração, genocídios, torturas, falsos julgamentos, denúncias compulsórias etc.; dados estes potencializados e sem comprovações, no intuito de criar o terror.

Na sequência do texto, seguindo a proposição dos itens analisados, há um Balanço do Terror, avaliando em 45 milhões o número de mortos sob responsabilidade do regime comunista e um grande destaque para a discussão sobre a cortina de ferro; aqui, a autora do texto demonstra sua profunda indignação com a constituição de um regime que impede a liberdade de locomoção de seus membros gerando, segundo ela, uma prisão a céu aberto. Outros seis temas são abordados e desenvolvidos, aqui apenas indicados: os refugiados; perseguição à religião; antissemitismo; política e fome fabricadas; aliança comuno-nazista e assassinato de todos os líderes da própria revolução. A finalização do texto é assim proposta:

Conclusões:

Todos os povos que experimentaram o domínio comunista sonham em se ver livres deles. Simpatia para com os comunistas só existe nas nações não comunistas.

O movimento comunista que tem proclamado, arrogantemente objetivar o progresso humano, tem gerado uma terrível mistura nunca vista anteriormente, de opressão, ineficiência e falsidade. Os exemplos dados à espécie humana, nestes anos de comunismo, não podem permitir que a sociedade permaneça aquietada.

Comunismo é Luto e não é Festa.

Esta mesma dinâmica é utilizada no próximo título desta modalidade. Em *“Por que o Comunismo não serve; o que é e o que não é – A Farsa do Universo – O Comunismo é a morte da liberdade”*. O texto, que é dirigido à população brasileira, é explícito em dizer que:

[...] tem por finalidade este artigo observar e esclarecer a opinião pública deste País, assim como aos inúmeros leitores de nossa Tribuna, mostrando o que o comunismo é na realidade, síntese da pior opressão, manual de reacionarismo e incerteza, complexo da demagogia esfarrapada e despuddorada. Mas não sem antes dedica-lo aos militares nacionalistas, para que não esmoreçam na sua ação de desmascaramento dos comunistas, ao leitor (para que se concentre na ideia de que o comunismo não é inevitável e, finalmente, ao povo brasileiro visceralmente católico, para que se mobilize e, tomada a iniciativa de repudiar, total e definitivamente os comunistas, se engaje num movimento de orientação e esclarecimento aos menos esclarecidos e aos indecisos (Pasta 20.C.043-20A, CI 01/71, Assuntos Gerais).

Como dito, a lógica discursiva é a mesma, pois o comunismo é apresentado como uma realidade que reduz ainda mais as possibilidades de liberdade e bem-estar, gerando ao invés disso “[...] opressão e incerteza” e, assim sendo, mostra-se como uma farsa, pois não realiza o que oferece “demagogia esfarrapada e despudorada”. Outro aspecto é o da referência aos diferentes públicos, chancelando a atuação dos militares que não devem esmorecer no combate ao comunismo e reafirmando a conexão entre anticomunismo e valores religiosos e morais. Esta mesma composição está presente em outro título. Trata-se de um texto jornalístico publicado na Folha de S. Paulo, no dia 02/04/72; não há informações sobre a autoria, seção de publicação ou comentários a respeito:

“O Comunismo difuso, uma nova e solerte modalidade de divulgação do marxismo- compensação para as sucessivas perdas da ação comunista clássica no mundo- livre- palavra de ordem, sutilmente, ir destruindo os valores da civilização ocidental- o apoio inestimável dos inocentes úteis” (Pasta 20.C.043- 033, CI 04/72, Assuntos Gerais.)

Ao utilizar a ideia de que o comunismo está perdendo espaço no mundo-livre caracteriza-o, essencialmente, como não-livre e, o fato de buscar apoio entre inocentes úteis indica o caráter demagógico e mentiroso de suas propostas. A continuidade deste texto indica que a opção por um caráter difuso se deu em função da perda de eleitorado inscrito em seus partidos; como o procedimento clássico mostrou-se inoperante, partiu-se para uma ação nova, com o intuito de “[...] conquista das massas nos países livres [...]”. Notamos que as duas ideias que destacamos – “liberdade-não liberdade e métodos imorais” – são duas constantes nos discursos presentes nestas apostilas. A continuidade deste texto apresenta as formas de difusão imperceptíveis do comunismo:

1. Degradar todas as formas de expressão artística.
2. Eliminar, dos parques e edifícios, toda boa escultura e substituí-la por configurações informes, sem graça e sem significação.
3. Fazer desaparecer todas as leis que freiam a obscenidade [...] nos livros, jornais ilustrados, cinema, rádio e TV.
4. Apoiar todo movimento socialista para o estabelecimento de uma autoridade central sobre uma seção qualquer de educação cultural, dos serviços sociais, dos programas de assistência, etc.
5. Infiltrar as Igrejas e substituir a Religião por uma Religião social.
6. Tratar todos os problemas de conduta pessoal como sendo desordens psiquiátricas, que ninguém, a não ser o psiquiatra, pode entender e tratar.
7. Desacreditar a família como instituição, favorecendo o amor-livre e o divórcio fácil.

Os itens apresentam ações direcionadas à produção cultural e à conduta moral, instruindo a se alastrar a “obscenidade”, o amor-livre, o divórcio fácil, modificando a conduta tradicional familiar e, então, nesta construção discursiva, desacreditando a família. Estes aspectos indicam, segundo o documento, questões do método comunista, aspecto este amplamente tratado em nossa 3ª modalidade, mas reforçam a ideia da manipulação, e então da mentira. Por outro lado, indicam o porquê da preocupação em relação à Igreja Católica, já que são explícitos em orientar uma mudança de ação interna, que pode ser lida por nós como uma crítica clara a Teoria da Libertação, que se propunha social.

Os títulos apresentados na **Modalidade 2** se referiam às propostas do Comunismo, sua filosofia e seus projetos, adentrando também em questões de método, diferentemente do texto seguinte que atua numa crítica direta aos procedimentos do comunismo, em busca de sua vitória. Começamos, então, a apresentar e discutir a **Modalidade 3** que discorre sobre os métodos perniciosos dos países comunistas, no intuito de alastrar sua política. Como já apresentado na tabela 7, encontramos claramente dois percursos propostos: a discussão sobre o poder dos tóxicos para a subversão dos costumes e as estratégias de propaganda subliminar presentes em todos os veículos reconhecidos: teatro, cinema, rádio e todo tipo de mídia impressa.

Trazemos a segunda abordagem através do volume de setembro de 1970. Um dos temas propostos em seu “Assuntos Gerais” traz o seguinte título: “Subversão dos Costumes-Comunismo e Toxicomania”:

Uma das armas mais sutis e sinistras do comunismo consiste em sua persistente atividade de corromper os costumes para debilitar o mundo democrático.

A maior parte da produção de ópio e seus derivados é originária da China, e através de inúmeros canais clandestinos esparrama-se pelo mundo, produzindo lucros fabulosos e causando a desagregação das sociedades não comunistas.

Um mundo dissoluto, entregue a drogas estupefacientes e alucinantes, não possui energia e integridade moral, indispensáveis para enfrentar a ameaça comunista.

É oportuno pois lembrarmos o que ficou estabelecido no item ‘f’ das resoluções secretas da 1ª. Conferência Tricontinental realizada em 1966 em Havana. Dizia o item mencionado:

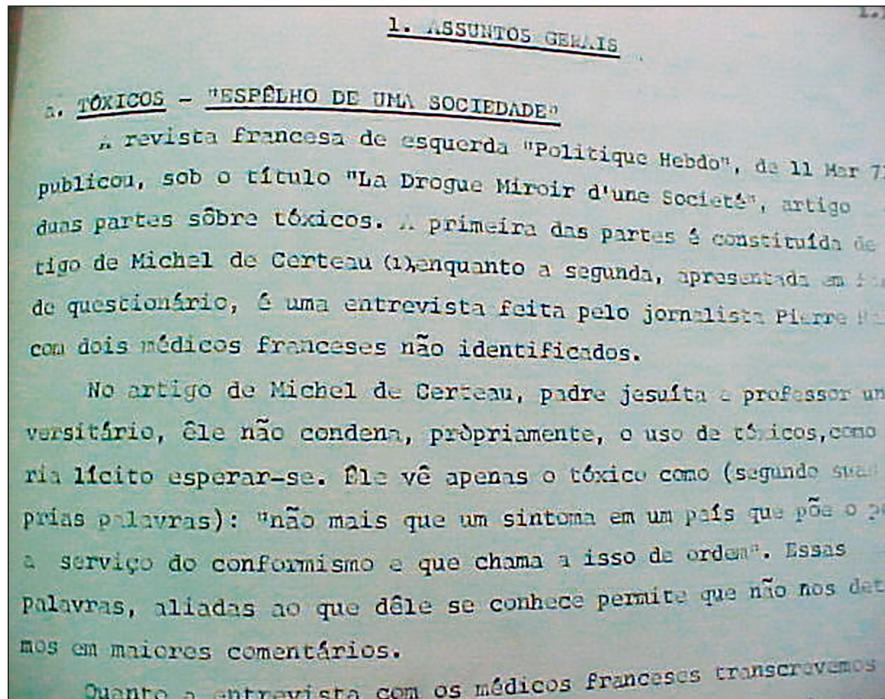
_ Apoiar resolutamente a campanha a favor das drogas, baseando-a no princípio do respeito aos direitos individuais.

_ manter completamente separados os quadros do partido dos canais do tráfico de narcóticos, de maneira que essa fonte de receita não possa ser vinculada a ação revolucionária; entretanto devemos combinar a insuflação

do medo à guerra atômica, com o pacifismo e com a desmoralização da juventude através do estímulo ao uso de alucinógenos.”

El País, Montevidéo, 11/04/66 (IDEM – 021, CI o9/70).

Neste caso, o discurso procura tornar-se qualificado através da expressão de um respeitável órgão de comunicação de outro país. Este percurso vem intensificado pela suposta citação à fala dos próprios comunistas. Assim, mais uma vez, a estrutura discursiva procura se sustentar na fala qualificada e na apresentação dos fatos, numa composição de informações distintas, descontextualizadas e não comprováveis. Quanto ao argumento, constrói-se a ideia da existência de um projeto de degradação moral do ocidente, com o intuito de fragilizar para controlar. Esta construção discursiva aparece em muitos textos deste tipo documental. No caso acima transcrito, alia-se degradação à disseminação proposital das drogas. Mais uma vez a desinformação se instala pela composição de fatos e ideias que não se associam diretamente. Assim, constatar o aumento da circulação de drogas e identificar sua tipologia é muito distinto de afirmar que a disseminação das drogas é um projeto político comunista. No caso a seguir, alia-se o comentário sobre as drogas com a desqualificação do interlocutor:



Podemos observar a reafirmação da condenação da droga “[...] ele não condena, propriamente, o uso dos tóxicos, como seria lícito esperar-se [...]”, aliada, justamente por não condenar, à desqualificação do expositor “Essas palavras, aliadas ao que dele se conhece permite que não nos detenhamos em maiores comentários” (grifo nosso). Do mesmo modo que notamos que o discurso anticomunista vem sendo construído a partir de uma fala qualificada, de alguém exterior à instituição militar e pela apresentação de fatos percebemos, também, o percurso discursivo de se destruir o autor de qualquer fala que carregue críticas ao ocidente. Trata-se de prática violenta no âmbito do discurso, pois a desqualificação é uma forma de alienação. Além disto, aqui ocorre a associação proposital entre pensamento crítico e comunismo.

Esta discussão estava descrita na primeira parte do item A deste CI. O restante deste item apresentou uma longa entrevista com médicos que explicaram os efeitos de várias drogas no organismo humano; tratava-se de um vasto trabalho, com 3 ½ páginas, diferenciando as características, efeitos e consequências de drogas como maconha, haxixe, LSD etc. O item B deste mesmo CI apresentou duas páginas contendo um tabela comparativa das drogas mais utilizadas. A linha horizontal da tabela continha os seguintes itens: Tipo da droga/Absorção/Duração/Efeitos/Consequências. A linha vertical apresentava uma vasta tipologia de drogas: Álcool/Fumo/Café/Éter/Haxixe/Tranquilizantes/Barbitúricos/Anfetaminas/Psylocibina/LSD/Ópio/Morfina/Heroína/Codeína/Analgésico e Cocaína. Este detalhismo das características das drogas indica o intuito de amplo conhecimento sobre o tema e, logo, de profunda responsabilidade por parte de nossas autoridades, bem como a confirmação e/ou convencimento de ser uma das mais potentes armas do comunismo internacional.

Voltando ao conteúdo, vemos a ideia de desagregação social também a partir de outros referenciais. Vejamos os trechos abaixo:

(1) Nada do que os comunistas façam está desvinculado da ideologia. Assim, esportes, cultura, arte, tudo serve de meio para propagar a mensagem comunista. A imprensa, o rádio, a literatura, a pintura, a música, o cinema, o teatro, são poderosas armas ideológicas de nosso partido. (Krushev)

(2) Entre eles, certamente, a ‘Nouvelle Vague’ francesa e o ‘Cinema Novo’ do Brasil e toda a pletora de obras pornográficas e de contestação que invadem a cinematografia mundial, numa surda e continuada tentativa de, através da imagem fartamente difundida, destruir os valores morais do povo (Pasta 20.C.043-26A, doc. 3144, CI 06/71).

A tese geral é a de que toda crítica social é um indicativo do comunismo. Assim, intelectuais, membros da igreja ou obras artísticas que apontem para

críticas ao sistema ou reflexões com preocupação social, pela estratégia da desinformação de associação incongruente de fatos e perspectivas, indica uma postura comunista e deve ser controlada, cerceada e/ou dizimada. Esta tese reforça a necessidade da vigilância contínua e do uso da censura, já que a ação “maquiavélica” dos agentes comunistas se espalha por todas as áreas da comunicação; a imprensa (impressa e falada) e as artes de forma geral (pintura, literatura, música) estão contaminadas ou sofrem o risco de contágio da infiltração comunista. Assim, no exemplo citado, duas estratégias de desinformação são reforçadas: a afirmação de que se trata de informação vinda de autoridades comunistas, com a menção a Krushev, como autor destas ideias e a associação de informações desconectadas como parte de um mesmo texto. O recorte a seguir apresenta o papel da música nesta disseminação:

A música como veículo de subversão

O jornal comunista peruano ‘Unidad’ publicou artigo sobre a ‘canção revolucionária’, afirmando o seguinte: a canção revolucionária deve buscar a comunicação humana direta, nas fábricas, no campo, nas minas, junto aos pescadores, nos colégios, nas universidades e nas ruas. Deverá ser como o vento: ‘onde lhe abrem a porta, deverá entrar’.

A música é um excepcional e poderoso instrumento de mobilização de opinião pública em torno de um sentimento nacional.

Ultimamente tem sido observado, no Brasil, o lançamento de canções, de populares compositores, as quais, incontestavelmente, reproduzem uma inteligente pregação ideológica (Pasta 20.C.043-046, CI 05/71, Assuntos Gerais).

A música, diferente do cinema, pode chegar a qualquer ponto e, diferentemente da mídia impressa, tem um custo muito menor, tornando-se viável para todos os grupos sociais; assim, seu poder de infiltração torna-se inquestionável e o texto procura demonstrar, também, seu poder de sedução. O trecho abaixo dá amplo destaque ao risco imposto ao cinema:

Assuntos Gerais

a) O Cinema como arma psicológica dos comunistas – A minagem das resistências morais do ocidente – Festivais de cinema: instrumentos dos PCs – a necessidade de censura e do destemor em aplicá-la.

O cinema é a mais importante de todas as artes... Desmoraliza-se a mocidade de um país e a revolução comunista estará vitoriosa. (Lenine)

Da revista ‘A Defesa Nacional’, de n. 632, de julho/ agosto de 1970

O cinema é Arte; mas Arte que se tornou poderosa indústria. A esta característica deve ser somada uma outra, muito mais importante: a de arma sutil, mas eficientíssima, usada em nossos dias para subjugação da mente humana. [...]

A continuidade do documento apresenta a repetida estrutura textual, baseada na suposta colocação de uma autoridade no assunto; mais uma vez, a crítica é construída a partir de um comentário de um artigo ou trecho de livro publicado.

Vejam os que nos diz Siegfried Kracauer no seu artigo “O espectador” [...] Os filmes, portanto, tendem a enfraquecer o consciente do espectador. O seu retraimento pode ser aumentado pela escuridão das salas de projeção. A escuridão reduz automaticamente os nossos contatos com a realidade, privando-nos da percepção de muitos elementos de informação sobre o ambiente que nos rodeia, necessários a um julgamento adequado e outras atividades mentais. Amolece a mente.

O freqüentador de cinema está mais ou menos na situação de uma pessoa que foi hipnotizada. [...] ele não pode deixar de sucumbir às sugestões que invadem o vazio de sua mente. O cinema constitui um incomparável instrumento de propaganda. Daí a declaração de Lenine: ‘o cinema é para nós o mais importante instrumento de todas as artes’ [...] Mas, lamentavelmente, o cinema vem sendo empregado conscientemente na dissolução dos costumes tradicionais do mundo democrático livre.

E o que estamos vendo hoje nas democracias do Ocidente?

Presenciamos o afrouxamento das idéias religiosas, dos princípios morais, dos vínculos de família, através de filmes e peças teatrais, oriundos da literatura perniciososa. Tudo isto levando a um objetivo calculado e frio: a deteriorização de todos os valores humanos, enfim a putrefação social de um país. [...]

Como pôde acontecer isso?

A explicação ultrapassa os limites deste trabalho, mas pode ser resumida nisto : os adeptos de Marx vêem armas ou meios de ataque onde outros povos vêem apenas instrumentos de relação pacífica entre os homens. [...] Assim, uma Nação soberana pode ser solapada e até destruída por ações subterrâneas – tipo cavalo de Tróia – e que não podem ser caracterizados diante das leis tradicionais como atos de agressão. Povo e território agredidos por processos invisíveis acabam por render-se à vontade do Estado agressor, sem que este possa ser incriminado com provas positivas.

É missão, pois do Estado velar cuidadosamente pela defesa dos alicerces fundamentais em que repousa a consciência Nacional, combatendo por todos os meios os pontos de infiltração sutil, o trabalho demolidor que, dificilmente, poderiam ser hoje caracterizados como atos de agressão, embora na realidade sejam perigosas armas de destruição subterrâneas dos Estados. [...]

E quando intelectuais vierem a público declarar que o ‘cinema novo’ no Brasil está sofrendo cerceamento de sua liberdade criadora, reforçando o

seu ardiloso argumento que o nosso país vem conquistando ultimamente prêmios internacionais, é preciso tapar-lhes a boca com a verdade, infelizmente muito pouco conhecida:

A maioria dos festivais, (ou quem sabe, a totalidade) que se realizam por esse mundo afora (Europa principalmente), estão sob disfarçado, mas rigoroso controle dos comunistas (*Idem-030*, doc. 3547, CI nº 9/71).

O autor citado inicialmente, associado à Escola de Frankfurt, aponta para os riscos da comunicação de massas, no caso o cinema, sedimentando os problemas e riscos colocados nas mídias massivas. Esta autoria qualificada, representante de uma perspectiva teórica interessante para o teor da discussão, é associado a trechos de falas de representantes comunistas e de análise da própria apostila, na compilação de um único texto, definido em suas intencionalidades. Esta estratégia da desinformação é reforçada por outra também conhecida, o uso de afirmações falsas. Ao mesmo tempo, ocorre o enaltecimento dos valores tradicionais, na defesa da família, de seus valores morais, associados à defesa da nação, sempre em oposição ao comunismo. Dois objetivos distintos são alcançados numa única associação, que são, a culpabilização contínua do comunismo como o grande mal, pautado por estratégias subliminares no intuito de sua disseminação difusa e a justificada atuação do aparato repressor na defesa dos valores nacionais.

A degradação moral é apresentada como um projeto minucioso e extenso, que atua em vários setores da sociedade, em todos os países do mundo. Essencialmente procura atingir as pessoas de forma que diluam a sua capacidade crítica, através das drogas e, de modo imperceptível, através da cultura, chegando ao cidadão comum. Esta lógica pode atingir os diferentes estratos sociais mas, certamente, os estratos estudantis, continuamente observados. É interessante observarmos que, sobre este grupo, para além da associação com o uso de drogas, movimento hippie ou contracultural, na absorção, então, dos perigos que a produção artística carrega, há a associação à degradação sexual e pessoal, em função da influência comunista. De certo modo, na construção incoerente própria da desinformação, a liberdade individual, que seria um valor liberal, é associada ao comunismo, reforçando o anticomunismo, autorizando a vigilância e controle dos jovens e potencializando o conservadorismo, no reforço da família e padrões de conduta. Vejamos o trecho de depoimento utilizado na apostila:

(1) Declaração de José Gercino Saraiva, ex-militante do PCBR “a degenerescência e a corrupção são inimagináveis, tais os meios e os processos escusos de que usam os ‘cabeças’ e os antigos no trabalho de subversão no Brasil. A prostituição e as perversões campeiam. Conheci moças,

tidas como líderes do movimento terrorista, que participaram em ações de assaltos a bancos, que viviam maritalmente até com seis homens do nosso meio e se vangloriavam disso. Dir-se-ia que tinham perdido todo o pudor, depois de passarem nos cursos de subversão ministrados até por elementos vindos do exterior (Pasta 20.C.043-026-A, doc. 3144, CI nº 6 de junho de 1971).

Esta degradação se constitui através de uma disseminação difusa. Estaria presente em toda ação cultural, interferindo nos valores da sociedade, visando sua completa degradação para futuro domínio. A ideia de “disseminação difusa” associa-se à de “coexistência pacífica” aspecto este discutido anteriormente; segundo trecho do C.I “A ausência de pressa é, no caso, um indispensável fator de êxito. Pois o comunismo difuso deve caminhar e espalhar-se como que naturalmente, sem chamar a atenção de ninguém. Para isso, precisa ser lento” (Pasta 20.C.043-033, CI04/72, Assuntos Gerais).

O Comunismo difuso é apresentado como um projeto de disseminação social, interferindo na prática cultural cotidiana. Mostra-se como um projeto de longo prazo e associa-se à ideia da coexistência pacífica, como o lado de uma moeda, ou seja, só se pode pensar em estratégias de boa política internacional, por haver um projeto de inserção cultural. Este é o entendimento veiculado nesta apostila sobre a prática comunista. Abaixo retomamos trecho de documento sobre a “coexistência pacífica”.

A coexistência pacífica é a aplicação da fórmula ‘cerco externo mais desmoralização interna conduzem à rendição progressiva’. [...]

A coexistência pacífica é, essencialmente, um relacionamento governo a governo. Suas principais características são:

Evitar conflito militar

Pregação da não-interferência nos negócios internos da outra parte.

Pactos de desarmamento.

Acordos de comércio.

Intercâmbio cultural.

[...]

Para os comunistas, a ‘Coexistência pacífica’ é, na verdade, uma eficiente técnica de luta de classes, e somente a contra- ofensiva apropriada e um tempo poderá impedir que seja coroada pela vitória comunista (*Idem*- 034, doc. 3725, CI 07/72).

A ideia de degradação moral interna, fruto de uma política externa ardilosa (comunismo difuso), anunciada nos termos da “coexistência pacífica”, viria de encontro à concepção de guerra interna, já consumada na legislação de 1967. Afinal, se o comunismo se alastra por todos os âmbitos da sociedade,

como um fantasma sem rosto, atingindo as pessoas nos momentos de seu lazer, quando podem “baixar a guarda”, precisa ser controlado, pelo acompanhamento constante de todos os passos de todos os setores da sociedade justificando a guerra revolucionária, calcada nos pilares da prática da tortura e da censura. Assim, queremos dizer que as apostilas sobre o Comunismo Internacional vinham cumprir o importante papel de confirmar e reforçar a necessidade da radicalização social, em processo. É a intensificação do discurso que justifica e empodera a prática repressiva.

Retomando nossa proposição inicial sobre o papel do SNI, acreditamos que a documentação ora analisada nos ajuda a moldar um novo sentido com novas estratégias. Assim, o uso da desinformação como estratégia discursiva é a efetivação da estratégia da guerra no âmbito do discurso, comprovando que na guerra, todas as armas são válidas. Estas estratégias que buscaram comprovar que a sociedade está dominada pelo risco comunista, em todas as suas instâncias, visavam criar o terror social, validando a violência institucional como prática cotidiana e, neste sentido, terror e violência institucional tornam-se ordenadores sociais.

No início do capítulo nos perguntamos por que os militares precisaram potencializar o discurso anticomunista nos anos 1970, no modo como foi feito e, ao longo do capítulo, procuramos demonstrar que, além dos aspectos acima destacados ou até em função deles, o objetivo prioritário seria o da efetivação do projeto Estado da linha dura que se anuncia nestes anos de governo Médici, pautado pela violência na vigência da lógica repressiva.

Assim, acreditamos que a função do SNI – agência São Paulo, neste momento, era a de conjugar a alimentação da informação com a ideia de formação de uma mentalidade homogênea e radical a todos os membros do aparato repressivo. Esta mentalidade comum se constituía pela construção de um pensamento anticomunista entre os militares e membros de todo o aparato informativo/repressivo, com o intuito de conseguir a hegemonia interna e o respaldo para a ação repressiva. E, nesta linha de pensamento, os militares responsáveis pela concepção e condução do aparato repressivo buscaram constituir um órgão que propagasse de forma eficiente porque constante; disseminadora, repressiva e ágil porque centralizadora, o pensamento que deveria tornar-se dominante. A conformação de um pensamento comum e legitimado viabilizaria, também, a legitimidade do projeto de um Estado de repressão permanente.

CAPÍTULO 5

DISTENSÃO, TRANSIÇÃO POLÍTICA E PERMANÊNCIAS AUTORITÁRIAS

Entramos, agora, no último agrupamento documental presente na comunicação SNI-DEOPS/SP. Havíamos comentado que a produção dos C.I.(s) ocorreu até o mês de setembro de 1973, exato momento em que a candidatura de Ernesto Geisel é lançada e homologada pela ARENA. Assim, sua candidatura é oficialmente lançada em 18/06 de 1973 e é homologada em 14/09 do mesmo ano. Exatamente no mês de homologação da candidatura há a produção do último CI presente nestas pastas. Completa-se um ciclo de governo e um ciclo documental.

A escolha recaiu sobre o general Ernesto Geisel e, a partir da definição do nome, a tipologia documental arquivada nesta documentação de comunicação mudou. Assim, as pastas de numeração 045 a 047 contêm o arquivamento de vários dos C.I.(s) de datas anteriores e, especificamente, a partir do ano de 1974 começa a repetição de um novo padrão tipológico, presente nas pastas do bloco numérico 20.C.043-042 a 051.

Este novo grupo documental contém, essencialmente, os C.I.(s) anteriormente descritos, arquivados duplicadamente; alguns Planos de Policiamento referindo-se especificamente às visitas do presidente à cidade de São Paulo (neste caso há grande quantidade de mapas e sugestões de percursos e locais de controle) e dois outros tipos documentais: os Pedidos de Busca e os Informes. Já descrevemos esses dois padrões documentais, pois são utilizados desde a constituição do SNI. A novidade neste último bloco numérico é a do sentido construído em função da utilização prioritária desta documentação. É muito significativo o fato de que em um momento tão importante para o regime, momento este de redefinição de suas estratégias para a manutenção do poder, encontremos apenas o arquivamento de C.I.(s) repetidos e de documentação amplamente utilizada durante todo o regime: os A.A.(s) e os PB(s), justamente uma documentação que pouco informa, em seu conteúdo, sobre as intenções do governo. Assim, buscamos os significados de seu silêncio.

As Solicitações de Atestados de Antecedentes e Pedidos de Busca permeiam, como já posto, todas as pastas analisadas, mas podemos observar uma pequena variação. Notamos, então, que a quantidade documental produzida nestes anos é muito pequena proporcionalmente pois, em dez anos de governos, juntando o período governado por Geisel e por seu sucessor, seguindo até 1983, ano de fechamento do DEOPS/SP, temos o arquivamento de 10 pastas,

o que garante a produção de uma pasta por ano. Como elemento comparativo, entre 1969-1973 foram produzidas 44 pastas, o que indica uma produção de, no mínimo, 8 pastas ao ano. Um aspecto, contudo, deve ser destacado. Esta baixa produção é compensada pela existência de dois outros dossiês de produção do DEOPS/SP que juntos totalizam o montante de 390 pastas, recheados por uma vastíssima produção de relatórios de agentes infiltrados. Assim, optamos em estabelecer contato com estes dois outros dossiês, apesar de não os tratar como nossas fontes prioritárias, pois eles são muito significativos no entendimento desta ruptura documental.

A pequena produção de pastas, compostas de documentação pouco reveladora, aliada ao fato de ocorrer uma intensiva produção paralela, de relatórios de agentes infiltrados, nos leva a uma importante constatação: houve o retorno das atividades de produção de informação originadas nos DEOPS(s). Tínhamos demonstrado que no interregno de 1969-1973 houve uma inversão do processo de produção e circulação da Informação. Naquele momento, o SNI, agências nacional e estadual, produzia as informações e as fazia chegar ao Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo, pois tanto os Boletins Informativos quanto as Apostilas sobre o Comunismo vinham de cima para baixo. Ao deixarem de circular nesta comunicação, percebemos a reversão do processo e, novamente, a documentação prioritária volta a ser produzida no estado, tendo o SNI como órgão de difusão.

A nosso ver, isto é um forte indicativo do reordenamento das funções definidas para este órgão e, perguntamo-nos se isto significa um redimensionamento da autonomia do SNI e do aparato repressor como um todo frente às outras instâncias de poder, entre elas, a presidência da República. Esta pergunta nos leva, também, ao questionamento sobre o próprio modelo de Estado em vigência, ou seja, estaríamos vislumbrando o início da desmontagem da lógica repressiva e, então, do Estado repressor? Estas são as perguntas que alimentam este capítulo e que procuraremos responder.

Começamos ponderando sobre as funções e papel do aparato repressivo no novo contexto em questão. Lembremos que a guerra contra os grupos revolucionários armados foi ganha pelo regime. Isto comprovava a eficiência do Aparato Repressivo, seja pela produção eficaz da informação, seja pela agilidade da ação, invadindo a esfera privada e controlando a esfera pública. Os órgãos informativos garantiam a constituição, tanto de um método adequado de busca e compilação da informação, quanto de uma excelente radiografia da sociedade. Além disso, cumpriam a função de disseminação de um pensamento homogeneizador, de sujeição do indivíduo, proposto pela lógica do anticomunismo. Este pensamento era difundido no interior do Aparato Repressivo, através de sua documentação, criando em efeito cascata, o controle de toda a sociedade.

Esta eficiência criava, também, problemas. “Num sinal de que a ação da ‘tigrada’ se dissociara da ameaça, a política de extermínio prosseguiu mesmo depois da primeira manifestação formal (ainda que verbal) de que o inimigo capitulava” (GASPARI, 2002, p. 389). O descontrole ocorria em função da própria lógica de existência deste tipo de ação repressiva, que só poderia ‘manter-se em pé’ com a continuidade indefinida de seus métodos; parar a roda levaria à morte⁴⁷ de seus membros. Esta situação envolvia muitos interesses, de distintos setores, aflorando os conflitos internos à Corporação Militar e os diferentes projetos políticos em disputa.

Devemos considerar, ainda, as especificidades do próprio contexto. Por um lado, como dito, a luta armada capitulou. Por outro lado, o presidente Geisel terá que enfrentar uma grande dificuldade no campo econômico, pois o braço do desenvolvimento econômico que sustentava a eficiência da Doutrina de Segurança Nacional também capitulou:

Do ponto de vista dos planejadores do governo, o período de 1973 a 1974 representou uma clara mudança de direção. Nos anos do milagre econômico, enfatizara-se o papel legitimador dos êxitos do modelo de desenvolvimento. Com as crescentes dificuldades agora enfrentadas no terreno econômico, o Estado de Segurança Nacional passou a preocupar-se com a criação dos novos mecanismos para a obtenção de apoio político e social (ALVES, 2005, p. 185).

O trecho transcrito indica as reordenações ocorridas no campo econômico, apontando para um contexto de crise que se estenderá aos anos de 1980, período conhecido como a década perdida. Esta crise refletia aspectos internacionais e nacionais. Considerando as questões internacionais temos, como estopim, a crise do petróleo, intensificada pelos conflitos existentes entre o Brasil e os EUA em torno de acordos comerciais e políticas relacionadas à energia nuclear. Esta animosidade e crise internacional conviviam com os aspectos internos, relacionados ao aumento exponencial da dívida externa em função dos empréstimos adquiridos e do aumento das taxas de juros. Toda esta situação convivía com a já existente concentração de renda e exploração do trabalhador.

Sem dúvida, a crise desestabilizava as antigas bases de apoio, como apontado pela autora, e abria espaço para os questionamentos internos, que ocorrerão tanto no cenário político-partidário quanto vindo dos nascentes

47 A palavra morte é utilizada em sentido figurado, pois criaria muitos constrangimentos. Estes homens teriam que se reaver com a sua própria história, justificando para si próprios e para a sociedade, suas escolhas e seus métodos. Além disso, perderiam todo o espaço político conquistado, além de diminuir drasticamente seus ganhos, normalmente ilícitos.

movimentos sociais. Teremos um pipocar de movimentos distintos que pautarão direitos, reacendendo o debate sobre a política, as questões econômicas e a democracia. Assim, movimentos sobre o custo de vida, muitos dos movimentos de associações de bairro, direitos à saúde, lutarão por condições básicas, melhorias de infraestrutura e distribuição econômica. Serão acompanhados, também, pelas lutas do novo sindicalismo, nascente nos anos de 1975/76, culminando nas greves de 1978-80 e formação do PT e por movimentos de luta por moradia, como era o caso do MDF (Movimento de Defesa das Favelas). Paralelamente, havia os movimentos negros, feministas e de homossexuais, que se organizavam na luta por reconhecimento, direitos políticos e direitos econômicos. Este pipocar de diferentes movimentos e pautas ocupou a cena durante todo o governo Geisel e muitos se entrelaçaram nos anos de 1978-79 em torno dos embates pela anistia.

Considerando o campo político vemos que a oposição partidária, representada pelo MDB, buscou se apresentar como um ator político atuante, demarcando a defesa pelos direitos humanos como mote discursivo. Em 02/02/1975 houve a posse dos deputados e senadores para a nova legislatura (8ª legislatura) e, no ato da posse, os representantes do partido discursaram pleiteando o retorno da normalidade democrática e a garantia dos direitos individuais. Dias depois, solicitaram uma reunião com o Ministro da Justiça para a discussão sobre os presos políticos. E, ao longo destes dois primeiros meses, ameaçaram o governo com a solicitação de uma CPI sobre os direitos humanos, no intuito de pressionar pela normalidade política, ao mesmo tempo em que propuseram a formação de uma Comissão Permanente de Legisladores para acompanhar a situação dos presos políticos. Concomitantemente, no interesse de manterem relações cordiais com o governo, elogiaram a intenção governamental de efetivar a distensão política, anunciada com a posse de Geisel. A análise das características da distensão proposta nos possibilita compreender o perfil deste governo, as especificidades deste contexto e os limites e condições para a manutenção do projeto de Estado construído ao longo desta ditadura.

Vemos, assim, que o governo Geisel começou pressionado e precisou lidar com os vários embates em movimento. No campo político-partidário, a oposição, representada essencialmente pelo PMDB, aproveitou a instabilidade político-econômica e a fragilidade internacional deste governo, depois comentada, para demarcar seu espaço e firmar sua bandeira do retorno da normalidade política, que significava na prática o fim dos atos institucionais e o equilíbrio dos poderes, aliada ao fim da repressão política.

Geisel, ciente do cenário que se anunciava em seu governo, assumiu o governo em 15 de março de 1974, com um discurso de esperança e otimismo

calçados, contudo, no projeto nacional de desenvolvimento e segurança, na reafirmação dos princípios básicos da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento Econômico que emoldurou a ditadura em processo, bem destacados em seu discurso de posse:

Um projeto nacional de grandeza para a pátria, alicerçado no binômio indissolúvel do desenvolvimento e da segurança, empolga, em todos os quadrantes, a alma popular e estimula a realizações cada vez mais admiráveis, mesmo à custa de sacrifícios maiores. Um sopro de modernização e dinamismo anima arrebatador o povo brasileiro, certo de que este superará por seu esforço próprio incansável, por seu patriotismo muitas vezes comprovado e pelo trabalho dignificante e germinadora, os desafios da hora presente, as insatisfações que ainda o assaltam, as frustrações que ainda restam do passado (Folha de S. Paulo, Nacional, 16/03/1974, p. 3).

Neste mesmo discurso não houve referências à democracia e/ou direitos e as menções aos acordos e políticas internacionais apareceram de modo difuso “E a Nação, fiel sempre a quaisquer compromissos voluntariamente assumidos na esfera internacional, dá-se bem conta de suas responsabilidades, acrescidas no contexto mundial – e nunca as frustrará...” (Folha de S. Paulo, 16/03/1974). Vemos, assim, a reafirmação discursiva da doutrina moduladora do Estado, o que nos faz observar as condições de perpetuação da estrutura repressiva. E, logo notamos que, ao longo de seu governo, houve a manutenção de suas linhas mestras. Assim, houve a manutenção da Operação Limpeza, com as cassações de políticos, bem como, as denúncias de torturas e mortes tendo, como ícones, a morte do jornalista Vladimir Herzog, nas dependências do DOI-CODI, anunciada como suicídio, em outubro de 1975 e a morte do metalúrgico Manoel Fiel Filho, também nas dependências do DOI-CODI, em janeiro de 1976. Formalmente os DOI-CODIs só foram desmantelados em 1985.

O aparato repressivo foi mantido, tanto em sua estrutura repressiva, nas permanências dos DOI-CODIs, quanto em sua estrutura informativa, na vigência do SNI. Nós iniciamos o capítulo nos perguntando sobre sua capacidade de ação e autonomia, pois vislumbramos as alterações ocorridas na dinâmica da produção da informação. Assim, se por um lado, houve um redimensionamento de suas funções na produção da informação interna, por outro lado, houve sua manutenção ou talvez seu refinamento, em seus entrelaçamentos internacionais. Isto porque o SNI foi o responsável pela coordenação da Operação Condor, organizada em 1976, representando o processo de integração das ditaduras do Cone Sul, na prática repressiva, formalizada em 1975 e colocada em prática a partir de 1976. Os pesquisadores que trabalham com o

tema (PADRÓS, 2009; QUADRAT *et al.*, 2002) têm demonstrado os vários tentáculos que compuseram esta operação. Ao considerarmos o aparato informativo, vemos que houve a organização de um banco de dados, facilitando a troca de informações entre os países membros, integração esta fomentada pela difusão de conhecimento teórico e prático, através do compartilhamento de cursos, de materiais impressos, além de palestras e conferências. Ao considerarmos os aspectos operativos, havia a ação conjunta, a troca de prisioneiros sem registros formais, o uso de estrutura técnica partilhada (QUADRAT, 2002), entre outros aspectos. Neste sentido, a Operação Condor aponta para o aprofundamento da lógica repressiva, na oposição ao discurso de abertura.

A manutenção da estrutura repressiva veio, contudo, acompanhada de um discurso de distensão, anunciado desde o início de seu governo e é muito interessante notarmos o enquadramento deste discurso, para observarmos seus limites e extensões. Assim, o governo bem traduziu sua posição, em discurso proferido em cadeia de televisão, em 1º de agosto de 1975, reafirmando os princípios já frisados em seu discurso inaugural. Como colocado pelo jornal Folha de S. Paulo, foi o mais longo discurso proferido pelo presidente, com 35 minutos, transcrito na íntegra na edição de 02/08. Destacamos, abaixo dois trechos significativos para esta discussão:

Mas a distensão não deve ser apenas política, nem predominantemente política. O que **almejamos para nação** – conforme tive oportunidade salientar em mensagem que dirige ao Congresso Nacional – é um desenvolvimento integral e humanístico, capaz, portanto, **de combinar orgânica e homogeneamente todos os setores – político, social e econômico – da comunidade nacional**. Com este desenvolvimento é que alçaremos a distensão, isto é a atenuação, se não eliminação, das tensões, multiformes, sempre renovadas que tolhem o progresso da nação e o bem-estar do povo. [...] **Por isso o governo não abrirá mão dos poderes excepcionais de que dispõe, nem admite sobre quaisquer disfarces, pressões de facções ou grupos de interesses**, visando artificialmente a queimar etapas no processo de desenvolvimento político que se requer ao contrário lento, meditado e progressivo para que seja seguro realmente duradouro, construtivo e socialmente justo (GEISEL, Folha de S. Paulo, 02/08/75, Nacional, p. 3).

Todo o discurso teve como tema norteador a distensão política, o que nos possibilita compreender seus sentidos, através da elaboração discursiva em tela. O primeiro aspecto bastante sintomático foi o da correlação estabelecida entre abertura política e o desenvolvimento econômico. Quando Geisel destacou no trecho transcrito “o desenvolvimento integral e humanístico”, sintetizou a longa explanação sobre o desenvolvimento produtivo. Este foi associado à infraestrutura; controle da inflação; balanço de pagamentos, demonstrando que

estes alicerces possibilitariam uma melhor distribuição social, com a extensão da aposentadoria; ampliação do Sistema Financeiro de Habitação; condições de saúde e extensão do acesso à infraestrutura de água e esgoto. Esta reflexão foi complementada pela afirmação de que a distensão não estava pensada em relação ao afrouxamento da estrutura repressiva, confirmando a manutenção dos poderes excepcionais de que dispunha. Em seu discurso afirmou a necessidade da manutenção dos órgãos de vigilância para o controle de ações subversivas e reafirmou seu entendimento ampliado do conceito de distensão, calcado nas conquistas sociais que seriam possibilitadas pelo governo. Pelo discurso não havia contradição entre o entendimento de distensão anunciado e a manutenção da estrutura repressiva.

Outro aspecto que chama a atenção é o indicativo sobre o entendimento de Estado proposto pelo regime. Retomando os grifos (propostos por nós) vemos a manutenção dos mesmos princípios anunciados desde o primeiro governo militar, ou seja, o entendimento de que o objeto central de preocupação e interesse dos militares é a Nação e não o Estado, no entendimento de Nação concebido desde os anos de 1920, como organizada de modo orgânico e centralizado, acima de questões de classe e interesses políticos, e que são os interesses nacionais que mobilizam a ação política dos governos, no pressuposto de que ações excepcionais e repressivas estão justificadas.

Neste sentido, acreditamos que a abertura oferecida nesta proposta de distensão era uma abertura controlada, muito mais retórica do que prática, no intuito de oferecer um novo horizonte de expectativas no lugar do ‘milagre econômico’ do governo anterior. Assim, saía de cena o milagre econômico e entrava a possibilidade supervisionada de participação partidária, através da chamada distensão. E, como o próprio Geisel sabia que esta proposta continha em si própria um dado de imprevisibilidade, havia a defesa da manutenção da estrutura repressiva. Neste sentido, todo o seu governo foi constituído sobre a dicotomia distensão-repressão.

A nosso ver, este fato explica, por um lado, a necessidade do governo em exercer um controle mais exato sobre a ação repressiva, pois o governo precisava deter o controle concomitante de todas as peças do tabuleiro e, por outro lado, o recente interesse pelo contínuo escrutínio social, gerando a necessidade de acompanhamento dos passos das pessoas e grupos ainda atuantes. Esta necessidade possibilitou novo fôlego ao DEOPS/SP, inclusive fomentando intensiva produção de relatórios e diminuindo, em contraposição, o papel da documentação produzida até então pelo SNI. Esta lógica explica a mudança de direção da informação, invertendo a posição dos órgãos responsáveis pela produção e difusão da documentação.

Observemos alguns destes documentos:

Pasta 20.C.043-041, doc. s/n, de 14/05/74

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

Não Paulo, em 14 / Maio / 74

Assunto: CONGRESSO ESTUDANTIL
Origem: A FORTA
Classificação: A-1
Destino: A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES
Referência:
Data desde a origem:
Assinatura:

CONFIDENCIAL

INFORME Nº 11-B / 74

Segundo consta, está sendo preparado um congresso estudantil de caráter nacional. Essa preparação é diversa da que se utiliza usada pela entidade UNE ou UERJ. Os trabalhos serão divididos em comissões que tratarão de temas específicos pre-estabelecidos. Esse conclave, será realizado por etapas de modo a não reunir grande número de participantes. Também será sub-dividido em áreas afins, ou seja, os alunos de medicina tratarão dos problemas concernentes aos alunos da área de ciências médicas, como por exemplo: veterinária, biologia e a própria medicina.

Esse congresso teria a finalidade de traçar as linhas mestras, em caráter nacional, da orientação a ser dada ao Movimento Universitário.

0-0-0-0-0-0-0

O conteúdo deste documento comprova o retorno da preocupação com o acompanhamento de estratos da sociedade. Neste caso específico, trata-se do acompanhamento do movimento estudantil. Bem colocou Carlos Fico sobre este aspecto “A imprensa e os estudantes foram as principais vítimas dessa operação⁴⁸, desenvolvida durante 1976, fase em que os órgãos de repressão

48 O trecho refere-se a operação conhecida como “Operação Grande Rio” que procurou agir através da pressão psicológica para o controle do que entendiam ainda haver de atividade subversiva.

buscavam novas vítimas que justificassem sua existência, pois a luta armada já estava derrotada” (FICO, 2001, p. 133).

Acreditamos, tal qual o autor, que os órgãos repressivos necessitavam de um novo sentido, pois a roda precisava continuar girando mas, acreditamos também que os governos militares queriam deter o controle do jogo, definindo o momento de seu término e o resultado do mesmo, bem como o governo Geisel queria ter o controle sobre a linha-dura, o que indicaria um passo no sentido da delimitação dos poderes dos setores repressivos. Ao mesmo tempo, o governo tinha ciência das dificuldades econômicas e o quanto estas agravavam as insatisfações sociais; tinha ciência, também, da imprevisibilidade colocada em jogo, com o anúncio da distensão, acompanhado de um abrandamento da censura prévia⁴⁹, como forma de comprovação de sua boa vontade, o que suscitava maior exposição midiática das insatisfações sociais. Desta forma, a necessidade de controle social, exercido pelo aparato informativo, tornava-se ainda mais fundamental. Assim, com uma mão era oferecido o fim da censura prévia e com a outra, otimizava-se ainda mais a vigilância social que poderia ser exercida, se necessário, pela operação limpeza, ainda vigente.

Tornam-se, então, constantes as solicitações sobre ações estudantis, sindicais e de membros da imprensa. E, o aspecto mais interessante é o fato do aprimoramento das redes de constituição de informações sobre estes setores. O documento acima apresenta a constituição de um INFORME a partir de um relatório de um agente infiltrado do DEOPS/SP. Isto é demonstrado pelas informações de seu cabeçalho. Atentemos para este aspecto. O órgão de origem chama-se A Fonte, com a classificação A-1 dirigido para comunidade de informação. A fonte refere-se a um agente infiltrado com 100% de confiabilidade. Vejamos a tabela produzida pela comunidade de informação sobre a classificação de seus agentes:

Serviço Nacional de Informações

Agência de São Paulo

Documento de Informação No. 150602 / ASP / SNI / 73

[...]

1. INFORMAÇÃO

Tem sido notado, freqüentemente, que são adotados critérios e interpretações diferentes para a classificação “ 1” dada aos informes, quanto à sua veracidade. Admite-se que isso ocorra, quando não é seguida a fiel interpretação dos respectivos ‘quadros-resumos’, expressa de diversas formas nos textos explicativos adotados pelos diferentes Órgãos de Informações.

49 A postura de Geisel em relação à censura prévia foi bastante ambígua, atuando caso a caso; assim, houve um efetivo abrandamento em relação aos jornais da grande imprensa mantendo, contudo, a censura prévia aos jornais alternativos até 1978. E, mesmo em relação à grande imprensa, houve o seu fim imediato para os jornais que já praticavam formas de autocensura. Outros, como o Estado de São Paulo, tiveram que esperar até janeiro de 1975 para ser informado sobre o fim da presença de censores.

b. Nos demais itens dos ‘Quadros-resumos’ não foram identificados dúvidas ou interpretações errôneas.

[...]

Em face do exposto, o SNI passará a usar os Quadros-Resumos, apresentados em anexo, e solicita que sejam adotados por esse órgão, afim de facilitar o entendimento dentro da Comunidade de Informações.

Anexo ao Doc __ Classificação do Informes

I _ Confiança na Fonte

A _ Fonte absolutamente idônea

B _ Fonte Idônea

C _ Fonte razoavelmente idônea

D _ Fonte nem sempre idônea

E _ Fonte inidônea ou não idônea

F _ Não pôde ser julgada

II Veracidade do Informe

1 _ Informe provavelmente verdadeiro, proveniente de fontes ou origens diferentes.

2 _ Informe provavelmente verdadeiro.

3 _ Informe possivelmente verdadeiro

4 _ Informe Duvidoso

5 _ Informe improvável ou provavelmente falso

6 _ Não pôde ser julgado ou averiguado (Pasta 20.C.043-038, nº 3896).

A preocupação com o aprimoramento da função do agente infiltrado, bem como com a objetivação da produção da informação e otimização do controle da veracidade de cada documento são sintomáticos e explicitam bem o contexto em que foram produzidos. Podemos notar que o documento acima foi produzido no ano de 1973, ano em que há a preparação para a mudança do presidente em exercício e a indicação dos primeiros sinais de estagnação econômica. As questões relativas à continuidade deste tipo de regime autoritário preocuparam até o governo de Médici. Documentos⁵⁰ indicam a solicitação por parte do governo brasileiro, através do chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu, de um estudo sobre modelos de transferência de um regime autoritário para um regime com maior abertura. Este estudo, elaborado pelo cientista político norte americano Samuel Huntington, denominou-se “Métodos de Descompressão Política”. Segundo Lemos (2018)⁵¹, em agosto de 1974 foi realizado um seminário promovido pelo Conjunto Universitário

50 Estas informações estão em: SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. RJ: Paz e Terra, 1988. 323 p.

51 Sobre o tema, ler *Ditadura, anistia e Transição Política no Brasil*, de Renato Lemos. O autor traz boa contextualização sobre estes debates e sobre o papel cumprido por Huntington e seu conceito de descompressão para o processo de abertura proposto por Geisel. Como colocado por Lemos, Huntington elogia a proposta gradual que será desenvolvida por Geisel, como a única proposta possível para o contexto e assim, tornou-se uma referência para os ideólogos do sistema.

Candido Mendes discutindo o tema, com a presença de Huntington. Este foi um passo que gerou muitos debates e encontros posteriores, inclusive entre seu autor e Golbery do Couto e Silva, no ano de 1974. Assim, os governos militares tinham consciência das dificuldades que se anunciavam e sabiam que o contexto exigia algum nível de mudança; nestas circunstâncias, a Informação é essencial e esta poderia se desdobrar em vasta documentação. Atentemos ao documento abaixo:

Pasta 20.C.043-041, doc. s/n, PB de 21/05/74

SECRETO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

PEDIDO DE BUSCA N.º 156716/74/AS/ENI

DATA : 21 Mai 1974
ASSUNTO : CONGRESSO ESTUDANTIL
REFERÊNCIA : Informe n.º 11-B/74/SI
ORIGEM : DOPS/SP

1. DADOS CONHECIDOS.

a. Os constantes do Informe n.º 11-B/74, do SI, datado de 14 Mai 1974.

2. DADOS SOLICITADOS.

a. Confirmar o presente Informe;

b. Outros dados considerados úteis.

am. oão

Este Pedido de Busca seria um passo além do Informe elaborado; notamos que foi a partir do relatório da Fonte A-1 que se produziu o Informe

que, por sua vez, se tornou a base para a solicitação do Pedido de Busca acima, feito pelo SNI, ou seja, em caráter nacional. Este emaranhado para a produção de informações indica a constituição de uma vasta rede de órgãos de âmbito nacional e regional tendo, em boa parte, como elemento gerador, os agentes infiltrados.

A situação política parecia controlada, mas tornou-se mais complexa ao longo do ano de 1974. O grande problema foi a avaliação equivocada em relação aos possíveis resultados eleitorais para os poderes legislativos, em novembro deste ano. O presidente Geisel se surpreendeu com o fôlego da oposição partidária, vitoriosa no senado, elegendo 16 senadores contra 6 do governo; processo semelhante ocorreu na Câmara: “[...] a Arena diminuiu sua bancada de 223 para 199 deputados e a oposição passou de 87 representantes para 165”⁵².

Os números mostraram que o equilíbrio pensado na relação distensão-repressão estava descompensado. Algumas decisões foram tomadas apontando, mais uma vez, para o papel da informação produzida pelo SNI. Estudos demonstraram as falhas governamentais que geraram as perdas eleitorais de 1974 e este passo levou o governo a impor restrições aos processos eletivos vindouros, com a publicação da Lei Falcão, 07/1976, cerceando a propaganda eleitoral, seguidos do ‘Pacote de Abril’, publicado em 1977 que, entre outras coisas, alterava a composição da Câmara dos Deputados e criava a figura do senador biônico.

Acreditamos que este contexto explica a abertura de um novo dossiê, ocorrido exatamente em março de 1975, mês da posse do Congresso Nacional. Trata-se do dossiê, 21.Z.14, que contém 148 pastas, recheadas de documentos referente ao arquivamento de relatórios de agentes infiltrados do DEOPS/SP, cobrindo o intervalo de 1975-1983. Ao observarmos seu conteúdo, constatamos que eram:

Relatórios de agentes infiltrados e súmulas de Informações feitas pelo Serviço de Informações (SI) do DEOPS/SP sobre atividades políticas e contestatórias da sociedade civil. São investigados partidos políticos, movimentos sociais (negros, mulheres, etc.), sindicatos, universidades, estudantes, setores da administração pública, a imprensa e a Igreja Católica (AQUINO *et al.*, 2001, p. 198).

Esta documentação será intensificada, a partir de 1978, momento em que se formalizou mais um dossiê com a mesma tipologia documental, o 20.C.44, contendo 242 pastas; ambos totalizaram 390 pastas de relatórios de agentes

52 Estas informações foram retiradas do **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro**, em consulta de seus verbetes pela internet. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/2304_4.asp.

infiltrados. A observação preliminar destes relatórios indicou a vasta disseminação de agentes por todos os eventos estudantis, sindicais, jornalísticos e de interesse cultural como, por exemplo, de mostras de filmes. O **ANEXO 10** apresenta um relatório em razão de uma missa celebrada em intenção de presos políticos. Este exemplo mostra os procedimentos de produção e arquivamento destes relatórios, pois no caso, foi a partir de uma comunicação do DOI que o agente seguiu para o evento e anexou, ao relatório, documentos apreendidos no local. Estes eram os procedimentos-padrão; os relatórios sempre informavam as datas e locais de Congressos, Palestras, reuniões de informes de greves, encaminhando-se para estes eventos e acompanhando-os na íntegra. Na sequência elaboravam um relatório, encaminhado a seu setor, que era lido e citado nos Relatórios Diários⁵³ (**ANEXO 11**)⁵⁴.

Os procedimentos utilizados para a confecção destes documentos, aliado a quantidade de pastas produzidas por estes dossiês comprovam uma nova disseminação de teias de controle social e criam a impressão, em nós leitores, de que os agentes poderiam estar em todos os eventos ao mesmo tempo. Estas questões ganham maior destaque quando observamos a especificidade do relatório aqui denominado de TIPO 3⁵⁵. Atentemos para a transcrição integral de um deles:

RELATÓRIO

- 53 Dois aspectos nos chamam a atenção em relação aos Relatórios Diários. O primeiro é o fato que são documentos que recebem numeração de arquivamento, ou seja, há um controle de sua produção e existência; mas os documentos que se anexam a ele não contêm esta numeração. Isto significa dizer que o único controle que temos dos anexos existentes é o registro efetuado no próprio relatório, como exemplificado no anexo 11. Segundo, entre os anexos observados é muito comum encontrarmos relatórios como documentos anexos: “anexo xerox de relatório pela Especializada de Ordem Política deste Departamento sobre acontecimentos havidos na Escola de Engenharia Mauá...”. Assim, excetuando-se os Relatórios Diários e as Súmulas, os outros documentos não contêm registro de arquivamento e só temos como definir sua existência, nestas pastas, a partir da referência efetuada no relatório central.
- 54 O **ANEXO 11** apresenta um exemplo e uma explicação sobre os Relatórios Diários. Estes são os verdadeiros carros-chefe destas pastas, não só porque aparecem em maior quantidade, como também porque concentram os registros sobre todos os anexos presentes nestas pastas.
- 55 Em nossa pesquisa identificamos a presença de um bom número de tipos de relatórios e procuramos analisá-los, destacando-os inclusive em nossos anexos, estabelecendo uma organização clara de suas proximidades e distanciamentos. A observação destes dossiês nos indicou a presença de quatro tipos distintos de relatórios. O 1º, chamado por nós como **Tipo 1**, é um relatório-padrão, produzido em texto corrido, narrando a descrição de um único evento, podendo estar em 1ª ou 3ª pessoa e está disponibilizado em nosso **ANEXO 10**. O chamado **TIPO 2** é denominado, pelos próprios agentes, como ‘Relatório Diário’. Como o próprio nome diz, exerce a função de um relatório indicativo dos principais eventos do dia. Assim, apresenta eventos distintos, sobre temáticas também distintas e está disponibilizado em nosso **ANEXO 11**. O **Tipo 3** está discriminado e apresentado no **corpo do texto – cap. 5**. O último, denominado **Tipo 4** chama-se Súmula. Tem o mesmo conteúdo do Relatório Diário, apresentando como diferença, o fato de ser produzido por outro órgão interno ao DEOPS/SP, no caso, pelo Gabinete do Secretário da Secretaria de Seg. Pública.

Senhor Diretor:

Cumprindo determinações dessa digna Diretoria, tendo em vista notícias de que , amanhã, na ESCOLA DE ENGEHARIA MAUÁ, de São Caetano do Sul, aliás, em assembléia permanente, conforme deliberação em reunião ontem efetivada, alunos estariam propensos a um movimento para impedir que colegas assistam aulas, em sinal de protesto contra o aumento das anuidades e o baixo nível do ensino, levo ao conhecimento de V. As. que contamos localizar a EDUARDO ALBERTIM, presidente do _____ E. ____, a fim de que o referido demova seus liderados daquele _____. Assim, dirigi-me, na companhia do Investigador Sérgio Mendes Vila, hoje, por volta das 21,00 horas, à residência de EDUARDO, sita à rua Olinda Fraga Moreira, no. 14, bairro 'Brasilândia', nesta capital, contudo, ao ter notícia de que ele, desde há alguns dias, vem pernoitando fora, propus-me a conversar com sua progenitora, funcionária da Biblioteca Municipal do bairro.

Em conversa bastante cordial e amistosa, informei à citada senhora sobre o movimento que se esboça na Escola em que seu filho estuda e onde é tido como líder, inclusive, sobre o perigo dessa conjuntura que lhe poderá acarretar transtornos e responsabilidades, de vez que seria possível haver violência por parte daqueles, que pretendem assistir às aulas normalmente. Informei sobre a repercussão negativa do movimento, eis que os aumentos acarretados aos cursos da Escola foram devidamente autorizados pelo Mec, e que , evidentemente, torna a posição do corpo dirigente daquele estabelecimento dentro dos limites legais.

Aliás, para orientação de seu filho, ou mesmo explicações mais pormenorizadas, propus-me com ele conversar tanto que com ela deixei meus dois telefones _ 221-1451 e 2210013.

Após troca de idéias sobre os interesses excusos dos inimigos da Pátria, que usam os jovens em suas maquinações, a mãe de EDUARDO concordou inteiramente comigo , afirmando que tudo fará para demover seu filho, inclusive, para que ele contenha seus colegas e com eles procure, junto a quem de direito, conseguir os seus desejos referentes à qualidade do ensino.

Senhor Diretor, um fato que bastante me impressionou foi a condição de pobreza em que vive a família de EDUARDO, numa casa paupérrima, com sua mãe, humilde funcionária municipal, seus outros dois irmãos, um quarto anista de Engenharia Mecânica na Faap e o outro no segundo ano de Administração de Empresas da Alexandre Machado. Além deles, tem a família, às suas expensas, uma irmã e a mãe da chefe da casa. Enfim, uma situação de muita penúria, contudo, tive notícias, em contrapartida, que, felizmente, os rapazes são ótimos filhos, alunos estudiosos, sendo que EDUARDO é por demais inteligente.

É o que me compete informar

São Paulo, 18 de Agosto de 1975

O Delegado Titular da Delegacia Especializada de Ordem Política.

Sílvio Pereira Machado (Pasta 21.Z.14-006, anexo s/n do Relatório Diário nº 134, de 18/08, doc. 364).

O primeiro aspecto que nos chama a atenção é o da riqueza de detalhes, de naturezas diversas, presentes no relatório. Assim, por um lado, há um minucioso acompanhamento do movimento, demonstrando o conhecimento em relação a todos os passos deste, sabendo a continuidade das reuniões e decisões tomadas, bem como o conhecimento do indivíduo em questão, tendo registro de seu endereço. Por outro lado, há o cuidadoso registro de todos os passos do próprio agente, indicando que foi à casa do referido (registrando o endereço e horário), que conheceu sua mãe (fornecendo nome e função exercida), que obteve informações sobre os outros membros da família, sabendo suas atividades e perfis de personalidade, além de fornecer os dados de seu próprio auxiliar, indicando o nome do investigador que o acompanhava.

Este minucioso percurso garante a veracidade do texto e cumpre o papel de coletor de informações. Ao mesmo tempo, a nosso ver, expressa a postura do aparato repressivo sob o comando do governo Geisel. Isto porque, se por um lado, apresenta uma postura de cordialidade, postura amistosa e respeito ao interlocutor “Em conversa bastante cordial e amistosa, informei à citada senhora” ou “propus-me com ele conversar tanto que com ela deixei meus dois telefones – 221-1451 e 2210013.” E por fim “um fato que bastante me impressionou foi a condição de pobreza em que vive a família de EDUARDO, numa casa paupérrima, com sua mãe, humilde funcionária municipal...”, por outro lado, confirma a lógica repressiva pautada pela Doutrina de Segurança Nacional, na defesa da presença do risco, na figura do inimigo interno “... interesses excusos dos inimigos da Pátria, que usam os jovens em suas maquinacões”. Nesta construção discursiva, o rapaz sofre as influências do comunismo difuso, que manipula as mentes ingênuas em favor de interesses disfarçados e manipuladores, na manutenção do perigo do comunismo. A descrição da casa, paupérrima, cercada de muita penúria, porém, habitada por pessoas honestas, bons filhos e alunos, corrobora a ideia da manipulação sofrida, realizada pelos agentes comunistas, ávidos por mentes ingênuas e cooptáveis. Notamos postura parecida em trecho abaixo transcrito de outro relatório:

Como de ‘pai para filho’, fizemos vê-lo que o procedimento de desafio às autoridades não seria o caminho ideal para atingirem os seus objetivos, pois aquele movimento somente interessaria aos elementos – conturbadores da ordem, que procuram colocar os colegas num falso clima de revolta incontida. [...]

Alertamo-lo que o movimento está sendo dirigido também, ao que parece, por políticos inescrupulosos e profissionais da ‘baderna’ que visam fins escusos, usando os estudantes como instrumentos [...]

O presidente do Centro, devidamente aclarado, demonstrando reconhecer que aquele movimento de fato, era perigoso, empenhou sua palavra no sentido de frustrar a caravana e propor à assembléia o encontro com os representantes da Mantenedora na sede da Faculdade em São Bernardo (Pasta 21.Z.14- 005, anexo s/n referente ao R.D. n. 132, doc. 300 de 14/08 de 1975).

Este outro relatório, que também expressa uma postura cordial e amistosa, como se conversasse de pai para filho explicando, com a paciência de um pai, o caminho correto que deveria ser trilhado apresenta, tal qual o documento anterior, a dicotomia do Bem X o Mal. Assim, o agente infiltrado, em nome do Bem vem dissuadir uma alma ingênua do caminho oferecido pelos inimigos da Pátria (aqui denominada ordem) que, de forma inescrupulosa, ou seja, maquiavélica, procuram usar o estudante como instrumento. Ambos apresentam um discurso doutrinador, onde há uma verdade a ser atingida, ao se desmistificar o método utilizado pelo inimigo. Ambos apontam para o mesmo discurso originário, propagado pelas apostilas sobre o comunismo, demonstrando a força deste discurso fundador que, como uma teia, disseminou-se entre os agentes infiltrados, alinhavando todos aqueles com as quais os representantes do regime vierem a lidar.

Podemos considerar esta postura, presente nos dois relatórios transcritos, minoritária em relação à maior parte dos relatórios arquivados e, de fato, representa uma porcentagem pequena frente aos outros tipos de relatório observados. Contudo, os outros relatórios, da forma como constituíam a informação, não manifestavam posições explícitas, como nestes casos, levando-nos a afirmar que o silêncio não indicava, necessariamente, oposição. Ao mesmo tempo, o fato de existirem relatórios oficiais que explicitavam posturas e encaminhamentos, nos permite considerá-los como fonte disseminadora de condutas dentro dos órgãos de produção de Informação.

Estes relatórios demonstram, também, a reprodução da lógica proposta no binômio distensão-repressão. Ao mesmo tempo em que apresentam os representantes do regime, no caso, os agentes responsáveis pela feitura dos mesmos, como pessoas dispostas ao diálogo, interessadas num consenso pacífico, assumem um caráter discursivo extremamente autoritário. Invadem a vida privada de todos considerados suspeitos, adentrando em suas casas, observando seus familiares, acompanhando sua rotina. Ao mesmo tempo controlam suas ações no espaço público, privando-os da ‘ação’ ‘repercussão negativa do movimento, eis que os aumentos acarretados aos cursos da Escola

foram devidamente autorizados pelo Mec...” ou “demonstrando reconhecer que aquele movimento de fato, era perigoso, empenhou sua palavra no sentido de frustrar a caravana...”. Além disto, como já indicado, o discurso amistoso traz o pressuposto de que o interlocutor o acatará “...o procedimento de desafio às autoridades não seria o caminho ideal para atingirem os seus objetivos”. O regime reproduzia a mesma lógica: permitia uma certa mobilidade político-partidária, conquanto que tudo ocorresse conforme o previsto. Caso qualquer atitude fugisse do *script*, dispunham dos recursos repressivos, continuamente validados.

Várias foram às passagens que confirmam esta lógica. Desde o início do governo Geisel, em abril de 1974, ocasião em que o novo governo se deparou com o término do período de cassação por dez anos dos primeiros representantes políticos cassados, nos deparamos com o que seria o pensamento vigente:

No dia 10 de abril, quando se completaram os dez anos do regime e sua primeira onda punitiva, o ministro da Justiça informou que os cassados podiam viver em paz, ‘sem tentar perturbar o processo revolucionário, ostensiva ou disfarçadamente’. Jango aquietou-se. Recebera o recado (GASPARI, 2003, p. 428).

O trecho é claro, não haveria perseguição, se não houvesse movimento. Situação parecida ocorreu em relação à vitória do MDB, nas eleições de novembro de 1974. Apesar deste partido ter agido dentro dos limites impostos pelo próprio regime, não havendo contestação quanto à estrutura vigente, foi lida pelo regime como um risco gerando, nos anos subsequentes, a imposição da chamada Lei Falcão, controlando o acesso à propaganda eleitoral e o Pacote de Abril, modificando a representação na Câmara entre outros aspectos. Não foi por acaso que o intervalo entre 1975-1977 apresentou um contínuo exercício repressivo expresso, por um lado, na aplicação do AI-5 em situações distintas e, por outro lado, na permanência da prática da tortura, materialização radical da manutenção da prática repressiva. O principal exemplo deste momento foi à morte de Vladimir Herzog, que se apresentou espontaneamente ao DOI-CODI, por saber que o procuravam e, em 24 horas, estava morto, com a versão oficial de suicídio.

A tortura continuou sendo negada, em episódios incontestáveis como a morte de Herzog ou em episódios banais como um desfile militar:

É irônico que o presidente esteja assistindo a um desfile em louvor da ‘vitória contra as forças ditatoriais na Europa’ e ‘sorria’ sem jeito para o menino que durante o desfile queria falar com o presidente sobre a ‘VIOLÊNCIA POLICIAL’. [...] O fim do episódio do desfile: os agentes

de segurança providenciaram a distribuição de papezinhos afirmando que no pano pintado que o menino portava estava escrito: Por Deus, pelo Amor, pela Paz, viva o nosso presidente [...] (Pasta 20.C.02-011, doc. 1465, 16/09/1975).

Este documento não contém autoria, data ou condição de profusão. Trata-se de um panfleto, escrito de próprio punho. Contudo, foi arquivado, o que indica o incômodo causado ao governo, justificando a pertinência em citá-lo. A nosso ver, o aspecto mais interessante do mesmo não é o seu conteúdo denunciador, mas sim, a descrição da atitude do governo, ávida por apagar qualquer ato que fugisse do percurso traçado. Ele precisou gerar o esquecimento em relação ao conteúdo original do cartaz, distribuindo nota, do que seria a temática adequada.

Em certo sentido, podemos afirmar que de fato criou-se um espaço de distensão, pois querendo ou não, este foi o primeiro momento da nossa observação de todas as pastas que encontramos dois documentos, de autoria de brasileiros, dentro do país, apreendidos e arquivados por denunciarem a tortura. O segundo documento vem a seguir. Trata-se de uma carta encaminhada ao Presidente da República, tendo o objetivo de buscar solução para uma situação individual. Nota-se que se trata de uma pessoa sem instrução (pelos erros ortográficos) e com baixa condição econômica (local de moradia e pedido de ajuda econômica). A transcrição é integral e literal, sem correções ao texto:

São Paulo, 19 de Fevereiro de 1975

Ex Sr. Presidente da República Federativa do Brasil.

Venho por meio desta, afim de pedir ajuda de vossa Ex.

Sou uma mulher viúva, tenho um filho com 22 anos, a 4 anos atrás meu filho teve um deslize por mas companhias e foi processado foi recolhido a casa de Detenção . Mas Deus teve pena de mim. Que o Dr. Juiso deu liberdade vigiada pois naquela época ele era quase uma criança.

Agora no dia 13 deste mês, a meia noite nós acordamos com minha casa secada de balas e a porta caída, e quebraião os vidros de balas quebrou telhas de balas, estragou a calha de balas e levarão meu filho preso, e judiarão muito dele com choc, para acusar de coisas que ele não fez. Ex meu filho tinha chegado do serviço jantou e foi dormir quando acertamos com os tiroteio, e a porta caída, pois tenho 6 crianças e não respeitou as crianças , um deles me pediu mil cruzeiros para soltar meu filho, quando eu perguntei o nome, dele ele dice que era Delegado chama-se Roberto, eu dice que não tinha dinheiro ele se embroteceu e dice que ia me metralhar . Eu a companhei meu filho ate a viatura eles me mi assando o no. Da viatura e P5759

Como não avia nada contra meu filho com 7 dias que ele estava preso com HC ele saiu. Esta todo quemado de choc.
Sr. Exia. Peço que me ajude pois estou para perder a casinha que morro pois estou atrasada com as prestação.
E a policia me perceguindo meu filho .
Só o senhor pode me ajudar contra esta perceguição.
Eu moro na Rua 3 no. 10-a Santa Teresinha Brasilândia São Paulo
Meu nome é Iracema dos Santos
Meu falecido marido Manoel dos Santos meu filho Moises dos Santos.
Já procurei socorro ate na 1ª. auxiliar , mas como sou pobre ninguém atende .
Estou apelando para o pai da nação
Obregado e perdou-me
Atenciosamente agradeço Iracema dos Santos (Pasta 20.C.002-011 nº 1464, 19/02/1975).

Esta carta apresenta a crueza da ação repressiva. Há a descrição da abordagem ao suspeito, demonstrando que o mesmo foi tratado, à priori, como criminoso comprovando, em documento, a permanência da ação repressiva. Nesta linha de ação, normalmente a polícia agia à noite para evitar testemunhas e de forma violenta, não só no ato da captura, como também durante o cárcere, praticando a tortura durante o período de detenção. O documento é explícito em demonstrar o procedimento de invasão ao domicílio; a destruição proposital do mesmo; o risco em que os outros membros da família foram colocados, inclusive crianças. A carta traz, também, o depoimento da tentativa de extorsão, elemento este que propiciava o montante necessário para a manutenção deste tipo de ação e para o enriquecimento ilícito dos membros desta força policial. Esta tem a riqueza, ainda, de fornecer todos os elementos necessários à verificação de sua veracidade, pois contém nome completo, endereço e a placa da viatura.

De certa forma podemos identificar, ao mesmo tempo, um enfrentamento, pois na situação de violência e anonimato colocados, a senhora teve a capacidade de perguntar o nome do policial; afirmar não ter o valor solicitado e enfrentar as ameaças acompanhando o filho e registrando a placa da viatura. O que possibilitaria este tipo de reação num momento com tão poucas garantias individuais? Acreditamos que duas questões distintas estão colocadas neste ato. A primeira revela a própria constância do ato repressivo, amortecendo o temor em relação à violência. A segunda, em contraponto, demonstra a existência de um discurso governamental que condenava a prática da tortura, respaldando tal atitude. Esta contradição é reveladora, materializando a dicotomia do próprio regime. Assim, por um lado, o governo tinha a noção de

que a violência “sem fim” acabaria por inviabilizar os resultados esperados, além de criar uma autonomia, inclusive econômica, dos membros do aparato repressivo, perigosa para a centralização do poder. Para combater esta situação, procurou combater o excesso, não o fato, e, criou o discurso da distensão. Então, por outro lado, buscava romper a animosidade social em relação ao governo, o que pode ter tido como resultado positivo o conteúdo desta carta que, apesar de conter denúncias graves, parece dispor da certeza de que estará protegida pelo presidente.

Nesta linha de pensamento, o processo de distensão era uma solução para os problemas apresentados a partir de 1974, problemas estes que inviabilizavam o eixo discursivo proposta no binômio Segurança Nacional e Desenvolvimento Econômico, gerando a necessidade de reformulação do discurso legitimador. Sem dúvida, numa relação dialética, acabava por garantir o afrouxamento de vários procedimentos repressivos, alargando o espaço de ação no cenário político-partidário. Isto não significava, contudo, uma propensão à prática democrática e, então, a desmontagem das estruturas autoritárias. Além disto, como já apontado, esta relação dialética, posta pela dicotomia distensão – repressão estava em contínuo movimento, bem como a relação repressão – resistência. Neste tabuleiro já bastante complexo, observamos que o período 1977-1979 apresentará novos problemas e embates tensionando, ainda mais, as tênues linhas que fundamentam este governo.

Vimos que a distensão foi diretamente associada, pelo governo, ao desenvolvimento econômico; contudo, a crise econômica interna, pautada pela alta inflação, então, preços altos e desemprego, não cedeu no primeiro biênio de governo, contribuindo para o aumento das tensões sociopolíticas presentes durante todo o governo Geisel. O ano de 1977 foi um ano de enfrentamentos sociais; um dos setores mais combativos foi o movimento estudantil que organizou muitas passeatas, ao longo do ano, em diferentes capitais. Traziam como mote central, as liberdades democráticas, propondo a libertação de presos políticos; a anistia e a constituinte. As manifestações tiveram visibilidade midiática, por se tratar de sujeitos autorizados⁵⁶.

O governo Geisel sofreu também, pressões internacionais. Devemos lembrar que, em 1976, a Assembleia Geral da ONU colocou em vigor o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o

56 Uma estratégia discursiva dos jornais da grande imprensa é a de definir os sujeitos de fala, ou seja, os atores sociais autorizados. Este procedimento aponta para as diferentes formas de interdições, ocorrendo situações em que há o tabu do objeto, no total silenciamento de sujeitos e temas, e situações intermediárias, em que se impõe a rarefação do sujeito ou do objeto, aparecendo de modo enviesado (por exemplo, sendo citado, mas não tendo voz ou sendo citado de modo negativo). No caso dos estudantes universitários, apesar dos enfrentamentos, representavam segmentos de uma elite social, com pautas relacionadas à luta pela normalidade política.

Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos; apesar de só serem ratificados no Brasil em 1992 e de não terem força de lei por preverem o respeito à autodeterminação dos povos, significavam um ponto de pressão, neste caso externo, com demandas sobre os direitos humanos, num entendimento alargado do conceito. Neste cenário, dois outros aspectos contribuíam para os tensionamentos internos, em torno da questão dos direitos humanos. O primeiro se refere à atuação da Comissão de Justiça e Paz, em articulação com outras comissões e com setores da Igreja Católica que, juntas, criavam uma extensa teia de questionamentos, resistências e pressões. A segunda, bastante significativa por afetar as relações internacionais, se refere à postura do recém-empossado presidente dos EUA, Jimmy Carter, que trouxe consigo a bandeira dos direitos humanos, como temática norteadora das relações internacionais.

O tema dos Direitos Humanos e suas distintas pressões reverberou na imprensa. Considerando esta disseminação, verificamos que as primeiras matérias, dando visibilidade ao tema dos direitos humanos, começaram em maio de 1977, anunciando a realização do encontro de Bispos para o 3º Plano Bial da Comissão Episcopal Regional Sul-1 da CNBB, com a presidência de Dom Paulo Evaristo Arns. O encontro visava o planejamento da arquidiocese para o próximo biênio. Dom Paulo Evaristo Arns, Arcebispo de São Paulo desde novembro de 1970, foi uma das mais importantes vozes destes setores, pressionando o debate pelos direitos humanos. No artigo da Folha de S. Paulo discutindo o 3º Plano Bial, houve destaque à defesa dos direitos humanos, discutida de modo distinto do proposto até então pelo MDB; isto porque vemos a ampliação do conceito “...a promoção e a defesa dos direitos da pessoa humana, especialmente dos marginalizados, é o exercício da inalienável missão profética da Igreja”, apontando para a associação entre o modelo de desenvolvimento e o aumento da pobreza e, logo, o entendimento de que os direitos da pessoa humana se estendem aos problemas sociais e econômicos, por afetarem diretamente a dignidade humana.

Em setembro de 1977, nova matéria publicada na Folha trouxe o debate sobre os direitos. Com o título “Convocado Ato por direitos humanos”, a matéria destacava a teia de segmentos da sociedade civil⁵⁷ e de outras igrejas no apoio à defesa dos direitos humanos, aspecto que nos mostra as articulações da sociedade em torno da temática. Entre os grupos que compunham o ato, destacamos a Comissão de Justiça e Paz e a presença de Jaime Wright, Reverendo Presbiteriano, representante das Igrejas Evangélicas Coordenadoria

57 Em julho de 1977 foi formado o Movimento Justiça e Libertação, compostos por 19 movimentos sociais, na defesa dos direitos humanos. Entre eles estavam: A Frente Nacional do Trabalho; a Associação de Sociólogos do estado de SP; DCEs livres da PUC e da USP; Secretariado Justiça e Não Violência; Mov. Feminista pela Anistia; Centro de Estudos da Saude; Ação Católica Operária; Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos.

Ecumênica de Serviços. Cabe lembrar que a Comissão de Justiça e Paz teve sua origem, em 1972, ligada ao Arcebispado de São Paulo, mas em 1975, se constituiu como sociedade civil⁵⁸, atuando de forma autônoma, com o apoio do arcebispo. Sua atuação, tanto relacionada à denúncia dos casos de tortura, prisões e desaparecimentos, quanto preocupada com as condições de vida da sociedade, contribuiu com o alargamento do conceito dos direitos humanos, reforçando a atuação do arcebispado.

Também foi organizado o Comitê Clamor (Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul) que, apesar de ter sido iniciado apenas em 1978, tinha como preocupação central colaborar com os refugiados, presos e desaparecidos políticos do Cone Sul, atuando diretamente nas consequências das ações da Operação Condor. Este comitê, formado inicialmente por leigos e pelo Reverendo presbiteriano, Jaime Wright, estava “vinculado à Comissão Arquidiocesana de Direitos Humanos e Marginalizados de São Paulo, estabelecendo-se em uma sala localizada no prédio da Cúria Metropolitana” (CRUZ, 2013, p. 2).

Toda esta atuação interna, com seus diferentes tentáculos, foi reforçada pela postura assumida pelos EUA, com a posse de Jimmy Carter. Este pautou as relações internacionais na América e, então, entre os dois países, pelo tema dos direitos humanos. Não cabe ao escopo desta pesquisa discutir as razões que levaram este presidente democrata a assumir o tema dos direitos humanos como bandeira das relações internacionais. Tampouco cabe discutirmos a efetividade desta bandeira em seu governo. Assim, restringir-nos-emos à discussão sobre os impactos desta postura nos governos brasileiros assumindo que, desde sua posse, Carter inseriu a temática dos direitos humanos em seus discursos, inclusive no discurso de posse:

Nosso compromisso com os direitos humanos deve ser absoluto. O próprio mundo está agora dominado por um novo espírito. Povos mais numerosos e mais politicamente conscientes anseiam, e agora exigente, o seu lugar ao sol. Porque somos livres, nunca podemos ser indiferente ao destino da liberdade em outros lugares (CARTER, 1977 *apud* DALENOGARE NETO, 2015, p. 4).

Assim, ainda em setembro de 1977, Carter indicou o desejo de vir ao Brasil, fato efetivado em março de 1978 e, ao longo deste tempo, a Folha de São Paulo publicou matérias sobre o presidente estadunidense, sempre relacionadas ao tema dos direitos humanos. Em 01/03/1978, o jornal estampou uma matéria de capa informando que Carter havia convidado Dom Paulo Evaristo Arns para uma conversa, na ocasião de sua visita ao Brasil, neste mesmo mês. Em

58 A Comissão de Justiça e Paz era composta, entre outros, por Dalmo Dallari; Mario de Passos Simas; Fábio Konder Comparato; Waldemar Rossi; Helio Bicudo; Procópio Ferreira e José Gregori.

30/03, Carter chegou ao Brasil, cumprindo uma agenda formal em Brasília, para depois seguir para o Rio de Janeiro, com encontros com personalidades não governamentais. Em Brasília, o próprio jornal, destacou a animosidade presente no encontro:

A primeira rodada de negociações entre Geisel e Carter não frustrou as expectativas gerais; eles se limitaram a reafirmar suas já conhecidas posições sobre três problemas básicos do relacionamento bilateral (direitos humanos, energia nuclear e comércio internacional), constatando que as atuais divergências, nestes campos, são incontornáveis. Isso não surpreendeu o Palácio do Planalto e a Casa Branca, acordes na interpretação de que esta é uma ‘visita de boa vizinhança’, destinada apenas a não permitir maiores deteriorações nas relações dos dois países e, por consequência, a aplinar os caminhos de uma eventual reaproximação política entre Brasília e Washington, depois que o general Figueiredo assumir o poder (FOLHA DE S. PAULO, 30/03/1978, p. 6).

Como colocado anteriormente, o governo Geisel enfrentava algumas dificuldades externas que podemos simplificar, delimitando dois grandes campos. O primeiro se referia à crise do petróleo, contribuindo com o aumento da inflação e, logo, dos preços em geral, potencializando os problemas internos brasileiros. O segundo dizia respeito à política externa do presidente que se opunha, em muitos aspectos, aos interesses estadunidenses, criando a animosidade indicada; Geisel buscava uma política de distanciamento e certa autonomia frente aos EUA, tanto em relação à energia nuclear (acordo com a Alemanha em oposição aos interesses estadunidenses), quanto em relação ao comércio internacional, em geral. Se não bastassem estes problemas, houve a pauta dos direitos humanos, aumentando as divergências. E, quanto a este aspecto, vemos o presidente Carter pressionando o mal-estar, ao explicitar sua aproximação a setores de oposição, como os encontros com Dom Paulo Evaristo Arns ou com o presidente da OAB, Raimundo Faoro. Como colocado pelo próprio presidente:

[...] já no governo Médicie no começo do meu governo, o embaixador Crimmins era contra nós. Enviava notícias desfavoráveis para os Estados Unidos, notícias tendenciosas. Em vez de trabalhar para harmonizar interesses, criava divergências e desentendimentos. Mas ainda assim, na época do Médici, os Estados Unidos não fizeram reclamações sobre direitos humanos, não se envolveram nesta questão (D’ARAÚJO *et al.*, 1997, p. 336).

A visita foi considerada positiva, pela imprensa, e não alterou o quadro já anunciado de animosidade com cordialidade entre os dois países. Em relação aos direitos humanos, não houve desdobramentos imediatos, mantendo-se a pressão internacional sobre o tema. E a visibilidade alcançada, pelos encontros ocorridos com Dom Paulo Evaristo Arns, possibilitaram o fortalecimento da causa e, de certo modo, garantias de segurança a estes grupos, internamente. Para os governistas, os EUA estavam utilizando a pauta dos direitos humanos com o intuito de exercer novo controle sobre os países do Cone Sul. Vê-se, pelas matérias dos dias subsequentes, que os dois lados, progressistas e governistas, procuraram reforçar seus projetos e posições.

Este reforço representou para o governo, a necessidade da manutenção da vigilância e do controle, sempre através do SNI, que lhe respondia diretamente. Ao continuarmos a análise da documentação, chegando ao último bloco de pastas existentes na comunicação SNI-DEOPS/SP, encontramos documentos referentes ao momento final do regime militar, perpassando o período de 1978-1983. A tipologia documental permaneceu a mesma presente nas últimas pastas discutidas, prevalecendo uma continuidade de conduta. Notamos, apenas, uma reestruturação do conteúdo destes P.B.(s), modificando os grupos enfocados. Vejamos os exemplos: “Informe nº 0397 / 310 / ASP / 79 – Data: 26 Out 79 – Assunto: Acompanhamento da visita de ‘Leonel Brizola’ a São Paulo, em 25 Out 79” (Pasta 20.C.043-048, nº 4562).

O trecho do documento transcrito indica o acompanhamento de Leonel Brizola, contendo muitos relatórios no acompanhamento de seu percurso diário. Vejamos alguns trechos:

Esta SS Op informa:

1. Audiência no Hotel Jaraguá

__ A partir das 9:00 hs começaram a chegar ao Hotel Jaraguá inúmeros jornalistas, políticos e assessores de LEONEL BRIZOLA.

_ Às 10:15 hs, BRIZOLA se dirigiu ao salão do 9º. andar do Hotel Jaraguá, onde concedeu entrevistas a pequenos grupos, segundo seus municípios de origem. [...]

_ Num intervalo de entrevista, BRIZOLA ligou para o número 35 00 25, conversando com ROSECLAIR. [...]

2. Entrevista coletiva à imprensa

[...]

_ Todas as perguntas e suas respostas foram gravadas nas fitas em anexo.

_ Foi constatada a presença de RODOLFO KONDER que foi efusivamente abraçado por BRIZOLA. [...]

3. Visita à sede do PTB

[...]

4. Os veículos utilizados por BRIZOLA e seus assessores nos seus deslocamentos foram:
[segue uma listagem das placas e características dos carros, totalizando 7 carros.]
5. Outros Dados (...)
6. Anexos: a) 2 cassetes
b) 1 exemplar da revista Cadernos Trabalhistas no. 1
c) 1 cartaz “BRIZOLA” “PTB VEM AÍ” (20.C.43-048, nº 4561/4560).

A transcrição demonstra que a preocupação prioritária passa a ser com os políticos opositores repatriados. Podemos notar o cuidado em verificar seus discursos, comprometimentos políticos, contatos efetuados, observando-se inclusive o registro dos carros utilizados, o que indica a intenção da continuidade do acompanhamento. O detalhamento é claro, pela presença dos cassetes, além do informe e de objetos encontrados como revistas e cartazes. Esta prática aconteceu também com outros políticos como, Miguel Arraes e Franco Montoro. Este é o momento que têm a maior concentração de fotos de todas as pastas, registrando os vários contatos restabelecidos por estes políticos. Além disso, encontramos vários documentos pedindo verificação de chegada destes ao país, com telegramas como resposta, especificando os repatriados e sua ficha. O exemplo a seguir indica o controle dos passos inclusive no exterior, o que demonstra a necessidade de se manter contatos com a polícia estrangeira e, talvez, informantes fora do país:

Retransmito telex recebido nesta ASP:

Considerando-se que o cidadão em questão acha-se relacionado “lista 4 adendo 4 anexo ‘A’ da instrução NR 001/01/ch/SNI/78”, retransmito seguinte telex: “Retorno de banidos e exilados. Caio Venâncio Martins, filho de Jaime Venâncio Martins e de Ginete Zamprega Martins, DLN 26/07/46 _ São Caetano/SP, deverá regressar procedente da Alemanha sendo que sua bagagem já chegou ao Porto de Santos/SP __ Uno_ militante da ALN, setor Armado, participou de vários movimentos estudantis e de assalto à bancos no Estado de São Paulo, durante o ano de 1968 (INFE A_1) . 2_ em 1969, através da cidade de Artigas, ingressou no Uruguai onde solicitou asilo político (INFE A_2). 3. Em 1970, teria viajado para a Itália, com passaporte falso onde representou a ALN na Frente Brasileira de Informações (INFE A_1). 4. Neste mesmo ano, 1970, retornou ao Brasil para posteriormente dirigir-se ao Chile (INFE A_1). 5. Em 1970, viajou para o Chile levando 45 originais de carteira de identidade para serem preenchidas por subversivos brasileiros, naquele país, onde permaneceu até 1973 (INFE B_2). 6. Segundo Informe C_3 datado 03/08/71 dava o epígrafe como militante da VAR_Palmares e ex -membro da ALN, que esteve em Buenos Aires, possivelmente a caminho da Itália, proveniente do

Chile [...] (Pasta 20.C.043-048, nº 4446 arquivado 02/01/79, mas referente à ocorrido em 21/dez/78).

Geisel teve que enfrentar, também, a disputa pela indicação do nome do futuro presidente, já que as eleições indiretas ocorreriam no ano de 1978. Sabemos das contínuas tensões existentes entre os diferentes grupos da Corporação Militar, agravadas pela crise da demissão do General Frota, em 1977, e pelos redimensionamentos processados nas práticas do aparato repressivo, ao longo de seu governo. Geisel garantiu sua vitória na indicação do general João Figueiredo demonstrando seu poder sem, contudo, garantir o apaziguamento das tensões internas à Corporação. Quanto ao processo de distensão, ao fim de seu governo, houve mais um aceno no encaminhamento da abertura com a publicação da Emenda Constitucional nº 11 de 13 de outubro de 1978 que, entre outros aspectos, definia a revogação dos Atos Institucionais e Complementares; a revogação da pena de morte, prisão perpétua ou banimento; além de propor a reorganização partidária, que tinha clara intenção de distrair o meio político em cenário de tantos outros debates.

João Figueiredo assumiu, assim, em amplo ambiente de enfrentamentos político-sociais, canalizados no debate pela anistia⁵⁹, sem o instrumento legal do AI5, mas com a promessa da reforma partidária. O tema da anistia vinha sendo construído desde o início do governo Geisel, em diferentes vertentes “No dia 15 de março de 1975 – exatamente um ano após a posse de Geisel – surgiu em São Paulo, apoiado pela Comissão de Justiça e Paz de São Paulo e pela Seção Paulista da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA)” (LEMOS, 2018, p. 183), ganhando adeptos e versões ao longo dos anos, como a formação do Comitê Brasileiro pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita (CBA) em dezembro de 1977 e a organização do “Manifesto à Nação” do I Congresso Nacional pela Anistia, ocorrido em novembro de 1978, que explicitava o alargamento do conceito ao associá-lo aos direitos do trabalhador; aos direitos políticos e civis, em consonância com os debates em processo.

Assim, o ano de 1979 começa marcado pelo tema da anistia, carregando em seu bojo a centralidade do tema dos direitos humanos, viabilizado pelo apoio de diferentes frentes e movimentos sociais, apontando para a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita. Paralelamente, para o governo e para os militares em geral, o tema da anistia representava o ponto de inflexão para a sobrevivência da corporação, num possível processo de abertura, o que fez com que o governo e os setores políticos buscassem enquadrar o tema nos

59 Para uma cuidadosa e minuciosa abordagem do tema, ler Renato Lemos, já citado.

limites da retomada da normalidade política e na garantia da preservação dos atores militares.

O debate é iniciado no Congresso e reverbera na imprensa. Ao acompanharmos as publicações da grande imprensa, logo percebemos o enquadramento proposto. Isto porque a maior parte das matérias delimitam o tema da anistia à normalidade política e à situação de presos e perseguidos políticos, silenciando sobre as conexões existentes entre direitos humanos e condições socioeconômicas, aspectos estes amplamente discutidos pelos movimentos sociais. Aos poucos, as matérias jornalísticas passam a entrelaçar temas diversos, confundindo ainda mais o debate. Foi o caso do jornal Folha de São Paulo; em matéria de 18/06/1979, o jornal informava que o projeto do governo, escrito pelos ministros Petronio Portela e Golbery do Couto e Silva, seria discutido no Congresso, logo associando o tema à reforma partidária, como se tudo fosse parte do mesmo pacote, minimizando o lugar de discussão do tema da anistia e, logo, dos direitos humanos; tratou-se de interdição por rarefação do objeto. Esta condução associada esteve presente nas outras matérias deste jornal, apontando para a centralidade da reforma partidária. Segundo Lemos (LE MOS, 2018), neste momento, os políticos ficaram entre “a cruz e a espada”, pois precisavam avaliar se investiam na reforma partidária, com desdobramentos no debate democrático ou se aprofundavam o tema da anistia. Claramente optou-se pelo primeiro aspecto.

O texto final foi aprovado no Congresso em 23/08 e sancionado pelo presidente em 28/08 encerrando, com celeridade, o debate institucional sobre o tema. A lei de anistia aprovada não se estendeu àqueles ligados aos crimes de terrorismo, assalto e sequestros restringindo, assim, o escopo dos anistiados. Por outro lado, garantiu a anistia aos militares, através da ideia dos crimes conexos. O governo de Figueiredo garantiu, assim, o enquadramento do tema nos limites de seus interesses, e o debate político-partidário, bem como sua difusão na grande imprensa não tiveram força ou vontade política para ampliar este campo, garantindo os primeiros passos da conciliação política. Ao longo do segundo semestre de 1979 os políticos e a grande imprensa investiram na discussão sobre a reforma partidária, aprovada em dezembro deste ano.

Temos aqui o primeiro importante momento de construção da transição política, com perfil conciliatório e com manutenção da estrutura repressiva do Estado. Aparentemente, com a Emenda Constitucional nº 11, havia o início da desestruturação da lógica repressiva, pois parte de sua estrutura legal era revogada; assim, os atos institucionais deixavam de vigorar, mas a manutenção de seus princípios estava garantida na Constituição Federal. Assim, o conceito de segurança nacional estava mantido, bem como a responsabilização de todo cidadão.

Neste cenário, ao aprovar uma lei (Lei de Anistia) que não responsabilizava o Estado, o governo e os militares de suas ações contra os direitos humanos, garantia a permanência dos mesmos sujeitos políticos e militares na estrutura do Estado, permeados pela ideologia autoritária; garantia, ainda, a manutenção da mesma estrutura de Estado, com suas instituições de repressão. Se retomamos a estrutura repressiva vemos que houve a manutenção dos DOI-CODIs que só serão extintos em 1985; a manutenção da polícia política dos estados, ou seja, os DEOPS, que só serão fechados em 1983 e a manutenção da estrutura informativa, com a permanência do SNI. Por fim, ao não responsabilizar este Estado, inviabiliza a reconstrução de suas práticas e logo, a reconstituição da verdade, da memória dos perseguidos políticos e da história destes e outros sujeitos. Este contexto viabiliza outras permanências, a seguir discutidas, reforçando esta mesma lógica.

Vemos que o governo deu continuidade à vigilância social passando, agora, a observar com maior intensidade instituições e movimentos, como o caso do Encontro da Juventude Islâmica, do Instituto Universal Brasileiro, da Rádio Universitária, bem como sobre agremiações políticas, como o Grupo de Libertação de Itamaracá, Congresso de Unificação do MR-8, etc., e não mais ou apenas indivíduos isolados. Como resultado das intensas mobilizações sociais, o olhar do aparato informativo-repressivo passa a se centrar preferencialmente nas agremiações, grupos e não mais em pessoas:

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES

Agência de São Paulo

Mensagem Direta

Dest: DOPS/SP No. 2291 / 116/ ASP data: 27/08/80

Referente Informação no. 696_B/ DOPS, DE 21 DE Ago 80, solicito um exemplar do no. 363, Ano XXVII _julho/ 80, da publicação “Frente Operária “, bem como dos exemplares anteriores caso esse Órgão disponha. (Pasta 20.C.043-049, nº 4649, datado de 27/08/80).

“Informe nº 1188 / 119/ ASP/ 80

Data: 02 Mai 80

Assunto: Movimentação de Pessoal no Clero

Origem ASP/ SNI

Difusão : II EX _ IV COMAR _ SI/ SR _ DPF _ DOPS _ II DN (Pasta 20.C.043 _049 n. 4616, arquivado em 10/06/80)

“Pedido de Busca no. 3931 / 116/ ASP/ 79

Data 12 Dez 79

Assunto: Movimento de Cultura Popular da Baixada Santista

Origem: ASP/ SNI

Difusão: II EX_ DEOPS/SP. (Pasta 20.C.043-049, nº 4597).

Não há surpresa neste novo enfoque, já que isto se justifica pela retomada, a partir de 1977/78, dos movimentos sociais, resultado das relações dialéticas existentes entre a sociedade e o governo, em sua proposição de distensão; assim, se por um lado houve novo fomento ao movimento estudantil, já anunciado desde o início da década; o fortalecimento dos sindicatos e do movimento operário, por outro lado, houve a manutenção da vigilância a estes mesmos setores. Isto foi possível pois, como já anunciado, o SNI, como estrutura repressivo-informativa foi mantida. O SNI pôde manter sua estrutura comunicativa com os DEOPS, na forma como apresentado até 1983, momento em que os DEOPS foram encerrados; e, apesar disto, pôde usufruir das informações produzidas pelo DCS (Departamento de Comunicação Social)⁶⁰ criado no âmbito do estado de São Paulo, exatamente em 1983 e mantendo-se ativo até 1999. Devemos lembrar, ainda, que a estrutura de vigilância e informação dos Ministérios Militares permaneceu em ação e, apesar destes órgãos não responderem ao presidente da República, certamente alimentavam a comunidade repressiva. Dentre eles, o CIE (Centro de Informação do Exército), criado em 1967, era o principal órgão de repressão das Forças Armadas.

A permanência destes órgãos de vigilância, associados à manutenção das PMs (Polícias Militares) dos estados, no controle da segurança pública, possibilita a preservação e efetivação da Doutrina de Segurança Nacional, na concepção de policiamento ostensivo. Vimos que a Emenda Constitucional de 1969 manteve o princípio da segurança nacional, nos moldes construídos no auge da repressão; se avançássemos neste aspecto veríamos que a concepção de guerra revolucionária, com a ideia do inimigo interno, foi readequada no novo cenário de abertura política, na proposição de novos critérios para a definição do inimigo interno. Assim, apesar do fechamento dos DOI-CODIs em 1985, a lógica de guerra foi continuada pelas PMs, que são formadas e mantidas pelo exército. Esta lógica é reforçada pela permanência da ideia de segurança nacional, associada à permanência da Justiça Militar, responsável pelos inquéritos relacionados à segurança nacional. Este aspecto não foi alterado nem na Constituição de 1988.

O segundo momento conciliatório, com a manutenção da estrutura repressiva ocorreu no momento final da ditadura, na disputa do processo eleitoral. O contexto de disputa por eleições diretas, na luta pela aprovação da lei Dante de

60 A pesquisa documental ao DCS, pertencente ao acervo do DOPs, demonstra a manutenção da vigilância social, com a utilização dos prontuários como forma de registro. Ao observarmos o conteúdo arquivado, notamos o acompanhamento de jornais, inclusive de cidades do interior, de grupos considerados suspeitos, como o caso do prontuário de acompanhamento do 'Grupo Tortura Nunca Mais' com registros ocorridos entre os anos de 1987-1990. E o acompanhamento de eventos ocorridos, como o registro de um curso que seria oferecido na PUC-SP, em 1983, sobre a questão agrária no Brasil ou um debate ocorrido no CEPS-Centro de Estudos e Pesquisas Sociais, em 1984 sobre a questão democrática no Brasil.

Oliveira, mais uma vez, expressou o embate social na busca do alargamento do processo democrático, através de eleições diretas para Presidente da República, tendo como contraponto, seu enquadramento palaciano, garantindo o processo indireto e a manutenção de cinco anos de governo. Esta vitória do governo e, logo, dos militares, viabilizou o controle posterior da Constituinte e bom controle da própria Constituição.

Considerando a Constituinte, podemos destacar a “queda de braço” em torno dos critérios de definição da Assembleia Constituinte. Se a oposição lutava pela aprovação de eleições para uma Assembleia Constituinte, o governo lutava pela aprovação de um Congresso Constituinte. A segunda proposta garantia a manutenção dos senadores biônicos, eleitos no processo anterior, garantindo um número prévio de senadores a seu favor, proposta que foi vitoriosa. Durante os trabalhos da Constituinte, podemos dizer que a Corporação Militar escolheu suas brigas, ficando clara a luta pela manutenção de seu espaço político.

Os interesses dos militares estavam relacionados à Comissão – “Comissão de Organização do Partido Eleitoral e Garantias Institucionais” que trataria, entre outros aspectos, dos direitos dos militares. Alguns autores (MENEZES, 2019; FASSONI, 2023, entre outros) que discutem especificamente o tema da Constituinte demonstram o jogo de forças criado para a garantia da composição da subcomissão “Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança” que discutiria estes temas, com formação prioritária de representantes da corporação.

Houve a garantia da manutenção dos poderes políticos dos Ministérios Militares, evitando a criação de um Ministério da Defesa que reduzisse a representação política militar. Foi, também, rejeitada a extinção do SNI, que só ocorreu em 1990, havendo, então, a manutenção do sistema de inteligência repressivo, sob controle militar. Este sistema foi acompanhado da manutenção, agora na Constituição de 1988, das PMs com seu formato original, ou seja, sob o preparo e controle do Exército. O sistema de vigilância (SNI) e sua execução prática (PMs) continuaram permeados pela noção de segurança nacional construída ao longo do regime. Isto porque, por um lado, o artigo 142 da Constituição, numa redação dúbia e interpretações questionáveis, viabilizou a manutenção da conexão dos militares com o controle da segurança nacional, sendo, por outro lado, reforçado pela manutenção dos tribunais militares. Assim, o artigo diz

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema

do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Por um lado, o artigo é muito claro em submeter as Forças Armadas ao poder Executivo, inviabilizando uma interpretação recorrente de que elas seriam o poder moderador. Por outro lado, reafirma-se sua conexão com a manutenção da lei e da ordem, na defesa da Pátria, tema este controverso e que foi motivo de grande disputa. Esta correlação permite a dubiedade de interpretação corrente de que os militares seriam os responsáveis, em última instância, pela segurança nacional. Esta ideia foi reforçada pela manutenção dos tribunais militares nas funções decisórias relacionadas à segurança nacional e à ação militar. Segundo Menezes

A novidade da Constituição de 1988 era considerar crimes militares somente aqueles sob a jurisdição do Código Penal Militar. Consequentemente, a Constituição mudou a jurisdição militar da LSN para a jurisdição comum. Ainda assim, a ambiguidade permanece. O artigo 109, IV da Constituição de 1988 afirma que “os juízes federais têm autoridade para processar e julgar crimes políticos” (MENEZES, 2019, p. 267).

Nos dois casos citados (artigo 142 e tribunais militares) a dubiedade do texto constitucional, somados à sobreposição de lei interpretativas favorecem a manutenção dos poderes militares.

Este capítulo é finalizado com o término da ditadura civil-militar. Na intenção de destrincharmos as formas e as estruturas dos diferentes elementos constituintes do Estado Autoritário, percebemos que o fim dos governos militares não significa exatamente o fim do autoritarismo e quiçá, do Estado Autoritário dadas suas claras permanências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “Anatomia do Estado Autoritário no Brasil” procurou dissecar a estrutura autoritária construída no Brasil recente, buscando identificar suas formas, disposições e correlações entre as partes. Pelo livro, mergulhamos na ditadura civil-militar brasileira usando, como instrumentos, a documentação de comunicação entre os dois principais órgãos de vigilância e controle presentes ao longo de todo tempo. Por um lado, o DEOPS-SP, a polícia política brasileira criada em 1924, com a finalidade de vigiar e controlar os setores sociais considerados perigosos e, por outro, o SNI, criado na ditadura, em 1964, com a função de deter toda a informação necessária para o planejamento e exercício do controle da sociedade.

A nosso ver, a própria existência destes órgãos explicita características e intenções do período e, por isso, um de nossos objetivos foi o de acompanhar os traços desta comunicação, procurando vislumbrar através de seus percursos de produção e difusão, bem como de suas formas, na observação dos tipos documentais, os seus sentidos. E, como no campo de estudos da anatomia, onde a observação das formas e sua disposição é fundamental, aqui também foi valiosa a observação das formas, no detalhe de cada tipologia, suas permanências e alterações para o entendimento dos percursos, percalços e intenções da própria ditadura. Para tanto, o questionamento de seus silenciamentos, bem como a contínua historicização da documentação foi fundamental para uma elucidação mais ampla e profunda deste percurso.

A existência destes dois órgãos e sua comunicação nos mostrou, em primeira instância, a importância da informação em todas as suas facetas. Primeiro, a informação sobre a sociedade, atividade nevrálgica num regime que precisa exercer o controle. Neste caso, identificamos diferentes modalidades de registros na observação da sociedade, descritos ao longo do livro. Também a informação como forma de alinhar ideias, valores e intenções, homogeneizando discursos e fortalecendo a comunidade. Este objetivo foi muito nítido nas alterações processadas no percurso da informação, em 1969, quando o próprio SNI passou a produzir e difundir a informação para a comunidade da informação; aqui, tanto a forma quanto os conteúdos propostos apontaram para a necessidade de fortalecimento da comunidade repressiva, no reforço de sua atuação através da retroalimentação e na homogeneização do discurso, o que explicitava as contínuas tensões entre os diferentes grupos da corporação militar. Ainda sobre a informação, como norteador de um sistema de valores e crenças, vimos a contínua atuação no cerceamento e controle da informação circulante na mídia, tanto através do acompanhamento diário do que era publicado, como na prática da censura em seus diferentes formatos.

Pudemos observar, ao acompanharmos a imprensa, momentos distintos em relação à homogeneização da informação; assim, quando houve desconexão de intenções no conteúdo da informação midiática em relação aos objetivos dos militares, houve a prática da censura em suas várias gradações. Contudo, também observamos que, em muitos momentos, a grande imprensa enquadrava a informação nos moldes esperados pelo regime, situação em que a censura prévia não era necessária, exercendo maior força sobre a sociedade já que, na aparência da liberdade de imprensa, os interesses do regime se realizavam com mais força. Esta situação foi muito nítida tanto no início da ditadura quanto nos últimos governos, justamente no processo de distensão e abertura, com enquadramento da informação e conciliação política. Aqui estão, inclusive, claros momentos de participação de setores civis na defesa dos valores e interesses da ditadura.

Ainda discutindo a informação, foi muito elucidadora a percepção da presença da desinformação como eixo organizador da informação circulante. Várias gradações da desinformação foram utilizadas ao longo do regime. A primeira e mais óbvia foi a informação propriamente falsa, no seu uso intencional. Isto foi contínuo nos informes sobre mortes e desaparecimentos políticos, com o exemplo indiscutível da morte de Vladimir Herzog, assassinado na prisão, mas informado como suicídio ou, em outros casos conhecidos em que se informava que a pessoa morreu no confronto com a polícia, quando de fato esteve preso e morreu sob tortura. Tem-se aqui o agravante da impossibilidade da verificação da informação, seja pela imprensa, seja por órgãos externos, em função da censura e cerceamentos repressivos, potencializando o impacto da informação falsa. Também foram contínuas as omissões e os silenciamentos sobre fatos que não eram do interesse do governo noticiar; foi o caso óbvio dos silenciamentos sobre a existência da tortura, prisões e mortes, temas estes proibidos tanto na circulação da informação interna, quanto na informação midiática. Ainda sobre silenciamentos, durante a prática da censura prévia, a imprensa não podia noticiar sobre movimentos sociais, reivindicações operárias e organizações sindicais, entre muitos outros temas. Neste caso, contudo, a existência da censura prévia acabava por informar à sociedade, que assuntos e temas eram proibidos.

Além da informação propriamente falsa e do uso dos silenciamentos houve, como fio condutor da informação estruturante sobre o regime, o uso da desinformação, com estratégias mais sofisticadas, entre elas, a descontextualização de uma informação que originalmente poderia ser verdadeira, mas que colocada em novo contexto perdia sua veracidade e, a junção de informações distintas, verdadeiras ou não, compondo um novo discurso que, em sua composição desinforma, pela falta de veracidade do todo e/ou pela concatenação de informações desconectadas entre si. Estas estratégias foram contínuas na

construção da ideia do inimigo interno e do risco que o comunismo oferecia. E foram potencializadas no momento de radicalização do regime levando, como apontado, a estratégia de guerra para o âmbito do discurso.

Procuramos destrinchar esta lógica no capítulo 4 deste livro, que teve como objeto, a análise da produção interna sobre o comunismo. Ali pudemos observar as estratégias discursivas utilizadas na recorrência da desinformação. E, também ficou muito claro para nós, os motivos e consequências do uso destas estratégias. Assim, concluímos que a lógica da guerra, proposta pela Doutrina de Segurança Nacional foi intencionalmente levada ao campo discursivo, no entendimento de que, contra o inimigo, qualquer estratégia é válida. Isto expõe um olhar e compreensão sobre a informação e sobre o discurso que ultrapassa a simples reprodução de ideias e crenças, caminhando para um descomprometimento com o fato e a verdade, no pressuposto de que não é este (o fato) e sim o objetivo a ser alcançado que justifica e valida o teor da informação. E esta lógica foi praticada pela ditadura, validada pelo corpo de ideias que lhe dava suporte, ou seja, pela doutrina de segurança nacional.

Esta constatação, a luz da contemporaneidade, nos esclareceu sobre o contexto de retomada do uso da desinformação no governo de 2019-2022, como estratégia política. Este governo não só utilizou continuamente a desinformação em suas várias gradações, como o fez, respaldado pelo mesmo corpo de ideias que fundamentou a ditadura civil-militar, ou seja, o discurso da existência do inimigo interno e da necessidade de eliminá-lo; é a lógica da guerra no campo discursivo, com o mesmo desmerecimento pelo fato, calcado sim, no objetivo a ser atingido. Devemos lembrar que este presidente foi formado na Corporação Militar, apesar de cedo ter sido expulso dela. E, como esta experiência recente nos mostrou, seu uso foi tão intenso e contínuo que provocou novos desdobramentos. Certamente esta comparação carece de maiores aprofundamentos, justamente pela reflexão de outros componentes do contexto histórico recente; assim, entre outros aspectos, precisaria ser discutida no contexto comunicacional atual, pautado pelas redes sociais e também alicerçado num discurso negacionista e em valores conservadores circulante no mundo contemporâneo. Apesar disto, as conexões estabelecidas neste texto, para o caso brasileiro, se fazem efetivas.

No campo acadêmico, a preocupação com o entendimento e conceituação da ideia de desinformação, termo inexistente no contexto da ditadura, levou à criação de novos eixos de pesquisa, com o debate conceitual e histórico sobre o tema; também no campo comunicacional houve a criação de estratégias de verificação da informação e de constatação das *fake news*. A academia identificou, também, as correlações da desinformação com o negacionismo e com o conservadorismo, na ampliação deste vasto e complexo debate.

Retomando a especificidade de nossa discussão, nas conexões que a desinformação estabelece com o autoritarismo, caminhamos para um outro aspecto muito caro a este livro: os componentes estruturadores do autoritarismo no contexto da ditadura. Em nossa introdução, ao discutirmos sobre o autoritarismo, conceitualmente, indicamos que ele se realiza, em linhas gerais, por três amplos eixos: as ideologias autoritárias; os sistemas políticos autoritários e as personalidades/culturas autoritárias. E, nesta pesquisa, em função do corpus documental e viabilidade de produção, privilegiamos a discussão dos dois primeiros eixos.

Considerando o eixo das ideologias autoritárias, ou seja, o corpo de ideias que fundamenta e justifica as práticas autoritárias, entendemos que três grandes matrizes compõem os ideários das Forças Armadas, num claro diálogo com diferentes estratos da sociedade: a ideia de Ordem, o princípio da Nação e a Doutrina de Segurança Nacional.

A ideia da Ordem traz o pressuposto de uma organização hierárquica e rígida em sua organização, disposição dos corpos e composição de ideias, regras e práticas. Sua lógica, em si autoritária, naturaliza seu corpo de ideias e regras como dados, no impedimento de questionamentos ou intercorrências. Vimos que, em muitos aspectos, a doutrina da Ordem dialoga com estratos sociais também pautados por esta referência, expressa em diferentes facetas, como no próprio regramento social, entendida por muitos também como dada e, logo, naturalizada.

A ideia de Nação, historicamente construída (HOBSBAWN, 1990), muito contribui com este caudal autoritário, no modo como ela foi constituída no Brasil. Lembremos que o nacionalismo não é estático, dependendo sempre da conjuntura colocada e tampouco é homogêneo, sendo lido de diferentes maneiras conforme o grupo em questão. Lembremos ainda que, como o nacionalismo é composto de ideários, sentimentos, costumes alinhavados pelas referências comuns a partir da língua, das simbologias e rituais, se constitui, também, como imaginário social, numa articulação entre imaginário e história muitas vezes complexa.

Daniel Pécaut (1990), Beired (1999), entre outros, nos mostraram que, no caso brasileiro, o nacionalismo se constituiu essencialmente de modo conservador e autoritário, apesar de não homogêneo, aproximando correntes católicas e positivistas em torno deste ideário. Além disto, o nacionalismo norteou o debate político, como demonstrou Ianni (1987), tornando a questão nacional aspecto central nos processos de independência dos países latino-americanos pois, além da independência política e formação do Estado, havia a questão da necessidade de unificação dos diferentes grupos étnico-raciais numa ideia comum de povo; no caso brasileiro, esta situação era potencializada por sua

grande extensão e múltiplos regionalismos, tornando a unidade uma questão ainda mais premente e associando, definitivamente, Estado e Nação como pensamento político. Com esta digressão queremos lembrar que a reflexão sobre o Estado, no cenário brasileiro passa, necessariamente, pela questão nacional, construída pela intelectualidade; defendida por diferentes setores sociais e incorporada pelos militares.

Reforçamos, ainda, o fato de que estas ideologias autoritárias, considerando aqui tanto a ideologia da ordem quanto o nacionalismo autoritário se associaram muitas vezes no Brasil, com o elitismo, personalismo e/ou o paternalismo social, compondo ideologias autoritárias com comportamentos e valores de nossa cultura política, alimentando estas mesmas lógicas autoritárias longevas em nossa sociedade. Bem demonstrou Pécaut, ao refletir sobre o papel dos intelectuais na construção do nacionalismo, que diferentes vertentes intelectuais tinham em comum um forte elitismo “Assim, apesar de suas discordâncias, convergem na reivindicação de um status de elite dirigente, em defesa da ideia de que não há outro caminho para o progresso senão o que consiste em agir ‘de cima’ e ‘dar forma’ à sociedade” (PÉCAUT, 1990, p. 15). Por outra perspectiva Marilena Chauí (1989) abordou o elitismo cultural em sua reflexão sobre a cultura do povo e o autoritarismo das elites. Assim, a ditadura civil-militar não inaugurou o autoritarismo em nenhum de seus âmbitos considerando que as ideologias autoritárias eram circulantes e o Estado Novo já havia praticado um sistema político autoritário.

Por fim, a Doutrina de Segurança Nacional, num primeiro momento, apresenta-se como o corpo de ideias que fundamenta e norteia as práticas das Forças Armadas no contexto propriamente analisado pelo livro. Como doutrina ou corpo de ideias, carrega um projeto de sociedade norteado pela ideia de nação, já que sua questão central está pautada na segurança nacional. Neste sentido, como colocado por Ianni (1987), ao se referir ao contexto da ditadura, “Essa é uma época em que a Nação é levada a fundir-se no poder estatal. A figura do ditador personifica o governo, o regime, o Estado e a Nação” levando-nos, obrigatoriamente, a reflexão sobre a nação e o nacionalismo, corporificado no Brasil como um ideário orgânico, hierárquico e elitista. E que, com a vitória do golpe civil-militar, foi colocada em prática.

Este livro acompanhou o percurso de estruturação desta doutrina, procurando demonstrar seus passos, e nestes, suas estratégias de efetivação, indicando seus embates, percalços e cenários de consolidação. Neste processo, pudemos perceber que o discurso militar e de estratos da sociedade civil, amplamente disseminados pela grande imprensa, foi de que o golpe se legitimava pelo amplo apoio social, na defesa dos interesses nacionais. Vimos que a chamada legalidade revolucionária se assentou na ideia do poder constituinte

forjado pelos interesses nacionais, na luta contra o comunismo. Esta mesma construção discursiva perpassou os diferentes momentos de institucionalização autoritária demonstrando para nós, não só o peso do ideário nacional como justificador do processo, como também o caráter instrumental presente na reflexão sobre o Estado. Com isto, estamos argumentando que, durante toda a ditadura, a busca pela normalidade política não foi um valor, tornando as instâncias do Estado frágeis e instáveis. Esta condição expressa, por um lado, a conformação de um sistema político autoritário que, como indicado por Bobbio, se caracteriza justamente pela centralização do poder no poder executivo, inviabilizando os outros poderes ou lhes garantindo um papel cerimonial ou bastante fragilizado, aspecto amplamente discutido ao longo dos capítulos. Por outro lado, o discurso de estruturação do Estado autoritário se organizou em torno ou em nome da segurança nacional, fundindo Estado e Nação, como colocado por Ianni, e militarizando o Estado-Nação, ao associar a defesa da nação ao entendimento concebido pelos próprios militares.

Propomos, então, que justamente este entendimento de Estado pautado pela prevalência da Nação, conforme o entendimento dado ao interesse nacional pelos militares, justifica tanto o caráter golpista quanto o perfil político da corporação militar, descrito ao longo do livro. Este é um aspecto que gostaríamos de destacar, pois o percurso da pesquisa nos reforçou a constatação da contínua presença dos militares no cenário político. Vimos que, desde os anos de 1930, os militares conspiraram e buscaram a participação no poder. Várias foram as tentativas de golpe, algumas vitoriosas e outras fracassadas. A própria documentação e seus silenciamentos nos mostrou isto e a vitória do golpe de 1964 consolidou a presença dos militares na cena política.

Com esta vitória, vimos o longo percurso de efetivação do projeto de nação que traziam, amparado e consolidado pela doutrina em questão. Este era, então, um projeto autoritário, constituído por uma doutrina autoritária, consolidando um sistema político autoritário. Como projeto, era defendido por todas as alas militares, aparecendo dissidências não quanto ao teor, mas quanto as estratégias e práticas de consolidação.

Este corpo de ideias, colocado em prática, fundamentou um sistema político autoritário, bem expresso na centralização do poder no âmbito do poder executivo, com o esvaziamento dos outros poderes; na publicação contínua de atos institucionais, com valor de poder constituinte; na promulgação da Constituição de 1967, acompanhada da Lei de Segurança Nacional que efetivaram o conceito de guerra revolucionária e de inimigo interno como dinâmica de sociabilidade. Com o norteamento legal pautado no ideário da guerra revolucionária reforçou-se os pilares repressivos, calcados na vigilância, censura e repressão. E, neste momento, ao ideário da Ordem se

sobrepõe a visão dicotômica da sociedade, já praticada pelo anticomunismo, fundamentando a moral de guerra. Esta é uma importante marca da ditadura civil-militar brasileira.

Neste percurso, como discutido ao longo do livro, a violência é a outra face da moeda do autoritarismo, em suas diferentes dimensões. Procuramos destrinchar estas dimensões, refletindo sobre as características da violência estrutural; da violência institucional, com suas distintas facetas, entrelaçadas por linhagens simbólicas, psicossociais e físicas de violências. Tanto a violência estrutural, pautada pela lógica sistêmica capitalista, quanto a violência abordada como sujeição demonstram que ela e o autoritarismos são eixos estruturantes de nossa sociedade muito antes da ditadura civil-militar, como também amplamente discutido por Paulo Sergio Pinheiro (PINHEIRO, 1991) ao cunhar o termo “autoritarismo socialmente implantado”. Podemos dizer que a efetivação da ditadura contribuiu fortemente tanto com o aprofundamento das lógicas já existentes quanto com a estruturação da violência institucional autorizada, reforçada pela criminalização da sociedade.

Neste sentido, a violência exerce uma função prioritária que ultrapassa a garantia da vigilância e do controle. Ela garante a efetivação do Estado repressor, por estruturar uma sociabilidade forjada no medo e no controle, levando ao esgarçamento social, à desestruturação dos laços solidários da sociedade, naturalizando a existência do inimigo. Uma sociedade que acolhe a violência como dinâmica social, reforça a não aceitação do outro, em qualquer modalidade que se apresente. Torna-se uma sociedade que coisifica sujeitos, praticando a violência cotidianamente.

Se retomarmos o processo de distensão e abertura, discutidos no último capítulo, veremos que houve a manutenção da violência como princípio do ordenamento social, concretizada em dois claros percursos: na permanência dos militares como sujeitos políticos e na permanência dos militares na vigilância social, através do controle da segurança pública pelas polícias militares dos estados. Neste livro nós indicamos que este problema⁶¹, que não foi aprofundado em função de nosso recorte temporal, se apresenta como questão central.

Como trabalhamos com o processo de institucionalização autoritária, optamos por um percurso cronológico, acompanhando os diferentes governos em projetos e enfrentamentos. Com isto, buscamos redimensionar as especificidades e diferenças entre os governos militares. Sem dúvida, concordamos com o entendimento de que havia conflitos entre as diferentes

61 No momento da publicação deste livro, esta autora desenvolve nova pesquisa, com apoio de Bolsa Produtividade PQ-2 sobre a transição política brasileira e tendo como eixo central de discussão, a manutenção das PMs nos estados.

alas da corporação militar, discutidas e apresentadas no livro. No eixo desta questão está o fato de que cada governo militar precisou lutar por sua vitória e, depois de conquistada, precisou lutar pela implementação de leis e órgãos que viabilizassem seu governo e, por fim, precisou garantir o controle do processo sucessório.

Por outro lado, discordamos da construção da imagem de “bandidos” e “mocinhos”, como se um presidente tivesse sido mais democrático que outro, por se mostrar mais legalista ou iniciar um projeto de distensão. Para nós, todos estavam imbuídos do mesmo projeto em relação à sociedade, na consolidação de seu corpo doutrinário que na prática significava a efetivação de um Estado repressivo, calcado na vigilância e no controle, baseado na existência do inimigo interno, tendo como linha mestra, a violência.

A efetivação destes princípios, em cada governo, estava delimitada pela capacidade de cada um em responder aos fatores circunstanciais de seus governos e pela definição de estratégias que consideravam mais eficientes para tal. Assim, para nós, Castelo Branco, que é identificado como um legalista, muitas vezes nomeado como organizador de uma *ditabrandia*, foi o presidente que consolidou a doutrina de segurança nacional no corpo da lei viabilizando, para os outros governos, a efetivação da repressão, consolidada na Constituição; na Lei de Segurança Nacional e na reformulação do Conselho de Segurança Nacional. Da mesma forma, vimos que a distensão proposta por Geisel estava inserida num contexto histórico que exigia reformulações, para a própria sobrevivência dos militares enquanto atores políticos, o que não o impediu de continuar utilizando a repressão, com prisões, torturas e mortes, no equilíbrio do exercício de seu poder. Isto não quer dizer que as diferenças entre os grupos não existiam e, além disto, há que se constatar que o percurso da ditadura trouxe agravantes que potencializaram o problema. É notório que a prática da repressão, principalmente em seu auge, criou uma autonomia aos setores responsáveis por ela, desconcertante para alguns governos, indicando para Geisel, por exemplo, a necessidade de enquadrá-los dentro da corporação. Neste caso, a autonomia conquistada pelos setores repressivos caminhava na mesma proporção da percepção destes, sobre os riscos anunciados, caso o regime caminhasse para a abertura e aqui vemos, nitidamente, a defesa do poder conquistado e ponto de discórdia para qualquer enquadramento.

Em comum, todos carregavam o projeto de um Estado repressivo. Tratava-se da efetivação da Doutrina de Segurança Nacional em seus princípios, norteadores organizacionais e fundamentações discursivas. Esta doutrina se institucionaliza aos poucos, tendo como fundamentação discursiva, aliada ao debate internacional existente, a necessidade da defesa da nação contra o perigo, no caso comunista. Vimos, nesta lógica, a necessidade da existência

do inimigo para a coesão social; para a aceitação do ordenamento proposto e para a submissão social.

A documentação de comunicação SNI-DEOPS/SP e os relatórios dos agentes infiltrados do DEOPS/SP analisados explicitam, por um lado, uma contínua e coerente visão de mundo, constituída por estes referenciais claramente autoritários e, por outro lado, a perspectiva golpista e os tensionamentos internos à corporação. Nossa análise demonstrou que a doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento Econômico norteou, não só todos os governos militares como também, os discursos de representantes dos vários grupos componentes da instituição militar, antes mesmo do golpe de 1964. Assim, para todos os grupos, os referenciais de ordem, hierarquia, e pensamento autoritário, contidos nesse binômio eram prioridade para a defesa da Nação.

Pudemos observar que no processo de abertura, os militares escolheram suas brigas, abrindo mão do controle do poder executivo, numa aparente volta aos quartéis. Contudo, vemos não só a permanência deste ator político, como a manutenção de seu *locus* de poder. Sua presença política se faz através dos Ministérios militares, permanência esta disputada no contexto da constituinte, com a manutenção do controle econômico das esferas de responsabilidade de suas forças; pela manutenção dos tribunais militares, bem como do uso político da ideia de um poder moderador, em função da livre interpretação do artigo 142 da Constituição de 1988.

Este é um problema colocado para a contemporaneidade, pois esta presença impositiva inviabiliza, até hoje, o debate sobre a ditadura civil-militar, na responsabilização do Estado; no direito da sociedade à verdade, filtrando a memória histórica e inviabilizando a efetivação de uma democracia ampla.

Além disto, a manutenção das polícias militares dos estados é o braço militar no controle social. Lembremos que foi na ditadura que a PM acendeu ao controle da segurança pública, através do policiamento ostensivo. Esta PM é formada pelo exército e aparece como reserva do exército. E é sua presença que garante a permanência da doutrina de segurança no tecido social. Assim, a ideia do inimigo continua, atualizada. Agora o inimigo é o pobre, negro e homossexual, entre outros, e permanece a legitimidade do uso da violência sobre estes sujeitos, com o discurso do crime. Mantem-se a naturalidade da violência sobre pessoas que de alguma forma atrapalham. Mantém-se a violência como ordenador social.

FONTES

Anais da Câmara Municipal de São Paulo, Centro de Memória CMSP, 1964-1965.

Acervo DEOPS-SP, Série Dossiês, Arquivo Público do Estado de S. Paulo (APESP).

- Pastas – 20.C.02 – 9 pastas
- 20.C.043 – 51 pastas
- 21.Z.14 – 148 pastas
- 20.C.044 – 242 pastas

Centro Celso Furtado. *RELATÓRIO DA COMISSÃO MISTA BRASIL – EUA*, Disponível em: http://www.centrocelsofurtado.org.br/arquivos/image/201109231638540.MD2_0_277_1.pdf.

Documentários IPES – Arquivo Nacional.

Folha de S. Paulo, 1964-1983.

O Estado de S. Paulo, 1964-1967.

REFERÊNCIAS

A BOA empresa. Produção de Carlos Niemeyer. Direção de Moisés Kendler e Oswaldo Corrêa. Documentário Ipes, Arquivo Nacional.

ABREU, Alzira Alves de *et al.* **Dicionário Histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. v. 1-5.

ABREU, Luciano A. de; MOTTA, Rodrigo P. S. (org.). **Autoritarismo e Cultura Política**. Porto Alegre: FGV; Edipucrs, 2013. 348 p.

ADORNO, Sérgio. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. **Jornal de Psicologia-PSI**, p. 7-8, abr./jun. 2002.

ADORNO, Sérgio. Sistema Penitenciário no Brasil. **Revista USP**, n. 9, 1991.

ALVES, M. H. Moreira. **Estado e Oposição no Brasil**. Bauru: Edusc, 2005. 424 p.

AQUINO, Maria A. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)**. Bauru: EDUSC, 1999. 269 p.

AQUINO, Maria A. de *et al.* (org.). **No Coração das Trevas: o DEOPS/SP visto por dentro**. SP: Imprensa Oficial do Estado, 2001, v. 1. 207 p. (Coleção Dossiês DEOPS/SP: Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro).

ARRUDA, Pedro F. A Constituinte e a Constituição de 1988: entre rupturas e continuidades. *In*: PARTE 2: a tutela militar e o lobby das Forças Armadas. São Paulo: EDUC, 2023.

BATTIBUGLI, Thaís. **Democracia e segurança pública em São Paulo (1946-1964)**. 2006. 318 p. Tese – Universidade de São Paulo, 2006.

BEIRED, José Luis B. **Sob o Signo da Nova Ordem – Intelectuais Autoritários no Brasil e na Argentina**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1999, v. I. 674 p.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UNB, 1999, v. II. 656 p.

BORTONE, Elaine de Almeida. **A participação do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) na construção da Reforma Administrativa na Ditadura Civil-Militar (1964-1968)**. 2013. 141 p. Tese – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2013.

BRASIL. 1964. Lei nº 4.330, de 1º de junho de 1964.

BRASIL. 1965. Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965.

BRASIL. 1965. Lei nº 55.762, de 17 de fevereiro de 1965.

BRASIL. 1968. Lei nº 5.451, de 12 de junho de 1968.

BRASIL. 1968. Lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968.

BRASIL. 1974. Lei nº 6.147, de 20 de novembro de 1974.

BRASIL NUNCA MAIS. **Um Relato para a História – Brasil Nunca Mais**. São Paulo: Vozes, 1985. 312 p.

CÂMARA, Heloisa F. Genealogia e usos do Ato Institucional – inclusão da excepcionalidade na ordem constitucional. **HISTÓRIA do Direito**: RHD, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 272-299, jul./dez. 2021.

CANDIDO, Antonio. A Verdade da Repressão. **Revista USP**, n. 9, 1991.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. São Paulo: Vozes, 1994, tomo I. 351 p.

CHAUÍ, Marilena. A não violência do brasileiro – um mito interessantíssimo. **Almanaque**: Cadernos de Literatura e Ensaio, n. 11, p. 16-24, 1980.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1989. 309 p.

CHIRIO, M. **A Política nos Quartéis**: revoltas e protestos oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 119.

CLUBE DOS OFICIAIS da força pública do estado de São Paulo. **A Força Pública na Lei Orgânica – razões históricas, jurídicas, de interesse social e de segurança nacional**. Tipografia do Serviço de Intendência da Força Pública do Estado de São Paulo, 1967. 57 p.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL de 13 de maio de 1967, 1967.

CONY, Carlos H. **O Ato e o Fato**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. 195 p.

CRUZ, Heloisa de Faria. CLAMOR: Documentação e Memória de um Comitê pelos Direitos Humanos no Cone Sul (1978-1990). *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 27., 2013, Natal. **Anais [...]**. Natal: 2013. p. 22-26.

DALENOGARE NETO, Waldemar. A política externa dos direitos humanos de Jimmy Carter. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., Florianópolis, 27-31 de julho. **Anais [...]**. Florianópolis: 27-31 de julho.

D'ARAUJO, M. Celina; CASTRO, Celso. **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997. 494 p.

D'ARAUJO, M. Celina; SOARES, Glaucio A. D.; CASTRO, Celso. **A memória Militar sobre 1964 – Visões do Golpe**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará. 256 p.

D'ARAUJO, M. Celina; Soares, Glaucio A. D.; CASTRO, Celso. **A memória Militar sobre a Repressão**. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994. 326 p.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo, Boitempo, 2016. 413 p.

DIAS, Luiz A. **Vozes de 1964 – Imprensa, Militares e Opinião Pública**. Curitiba: Editora CRV, 2021. 150 p.

DREIFUSS, René Armand. 2006. **1964: A Conquista do Estado**. 6ª. ed. Petrópolis: Vozes. 899 p.

FAUSTO, Boris. 2001. **O Pensamento Nacionalista Autoritário (1920-1940)**. Rio de Janeiro: Zahar. 81 p.

FEDERAL RESEARCH DIVISION. **Soviet Union: a country study**. 2. ed. ZICKEL, Raymond E. (Ed.). Library of Congress, 1991. 1068 p.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4. ed. São Paulo: Global, 2009. 151 p.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 269 p.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e Historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014. 254 p.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 20. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010. 79 p.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 474 p.

GABINETE DA AERONÁUTICA. **Atos da Revolução de 1964 – volume I – de 9 de abril de 1964 a 15 de março de 1967**. Disponível em: <file:///D:/DITADURAS%20E%20TRANSI%C3%87%C3%95ES/DOCUMENTOS/COMPILA%C3%87%C3%83O-20ATOS%20DA%20REVOLU%C3%87%-C3%83O.pdf>.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Derrotada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 428.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 417 p.

GREEN, James *et al.* **História do Movimento LGBT no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2018.

GREEN, James; QUINALHA, Renan. **Ditadura e Homossexualidades**. São Carlos: Edufscar, 2014. 330 p.

HELLER, Bruna *et al.* Por uma compreensão da desinformação sob a perspectiva da ciência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, DF, v. 49, n. 2, p. 189-204, maio/ago. 2020.

HOBSBAWN, Eric J. **Nações e Nacionalismos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. 230 p.

<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/47971?guid=1648900694828>

IANNI, Octavio. **A Ditadura do Grande Capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019. 356 p.

IANNI, Octavio. A questão Nacional na América Latina. **Estudos Avançados**. 1987. Disponível em: <file:///D:/DITADURAS%20E%20TRANSI%C3%87%-C3%95ES/DITADURAS/QUEST%C3%83O%20NACIONAL%20E%20DITADURA-%20IANNI.pdf>.

IORIS, Rafael R.; MOZER, Josiane. Parceiros em quê? A Aliança para o Progresso e a Política Editorial de Modernização da América Latina no Contexto da Guerra Fria. **Esboços**, v. 26, n. 43, p. 529-548, set./dez. 2019.

KLEIN, Naomi. **The Shock Doctrine: the rise of disaster capitalism**. New York: Picador, 2007. 967 p.

KOSELLECK, H. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. 368 p.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de Guarda – Jornalistas e Censores, do AI5 à Constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. 404 p.

LEMOS, Renato. **Ditadura, Anistia e Transição Política no Brasil (1964-1979)**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2018. 544 p.

LONGHI, Carla; FORATTINI, Fernando. Liberdade e Liberalismo – Tensões e Disputas no contexto dos congressos brasileiros de escritores de 1940. **Revista Projeto História**, v. 77, p. 325-356, 2023.

LONGHI, Carla Reis. Neoliberalismo e violência produtiva – uma gramática em construção durante a ditadura civil-militar. **Revista História Unisinos**, v. 25, n. 2, 2021.

MARIGHELA, Carlos. **Chamamento ao Povo Brasileiro**. Editora UBU, 1968. (Coleção Explosante, Organização Vladimir Safatle).

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. La violencia política y la guerra como causas del trauma psicossocial en El Salvador. **Revista de Psicología de El Salvador**, v. 7, n. 28, p. 123-141, 1988.

MARTINS, Karina; LACERDA JR., Fernando. A Contribuição de Martín-Baró para o Estudo da Violência: uma apresentação. **Psicologia política**, v. 14, n. 31, p. 569-589, set./dez. 2014.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O Palácio e a Caserna – Dinâmica Militar das Crises Políticas na Ditadura (1964-1969)**. São Carlos: EDUFSCar, 1996. 204 p.

MEDAGLIA, J. Música, não-música, anti-música. Entrevista com os compositores Damiano Cozzela, Rogério Duprat, Willy Corrêa de Oliveira e Gilberto Mendes. **O Estado de São Paulo**. Suplemento literário. São Paulo, 22 de abr. 1967. 1 p.

MENEZES, Daniel F. N. O legado autoritário presente na Constituição Federal de 1988. **Cadernos do PPG Direito**, UFRGS, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109-137, jan./mar. 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e Possibilidades na apropriação de cultura política na historiografia. In: MOTTA, Rodrigo (org.). **Cultura Política na História: novos estudos**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra O Perigo Vermelho: o anti-comunismo No Brasil (1917-1964)**. 2000. 368 p. Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2000.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O Anticomunismo Militar. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). **O Golpe de 1964 e o Regime Militar: novas perspectivas**. São Carlos: EDUFSCar, 2006. 223 p.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. **Revista Tempo**, v. 20, p. 1-21, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ruptura e Continuidade na Ditadura Brasileira: a influência da cultura política. *In*: ABREU, Luciano A. de; MOTTA, Rodrigo P. S. **Autoritarismo e Cultura Política**. Porto Alegre: FGV; Edipucrs, 2013.

NETO, Lira. **Castello – A Marcha para a Ditadura**. São Paulo: Editora Contexto. 428 p.

OLIVEIRA, E. R. **As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)**. 1976. 211 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1976.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira – cultura brasileira e indústria cultural**. 2. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989. 222 p.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. 148 p.

PADRÓS, Enrique Serra. A Operação Condor e a conexão repressiva no Cone Sul: a luta pela verdade e pela justiça. **Organon**, Porto Alegre, n. 47, p. 115-38, jul./dez. 2009.

PAOLI, Maria Celia P. M. Violência e Espaço Civil. *In*: PAULO *et al.* (org.). **A Violência Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil**. São Paulo: Ática, 1990. 335 p.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Autoritarismo e Transição. **Revista USP**, n. 9, 1991.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ideologia e Desenvolvimento Nacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora ISEB, 1960. 46 p.

PINTO, Álvaro Vieira. **O Conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 1328 p.

QUADRAT, Samantha Viz. Operação Condor: o ‘Mercosul’ do terror. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. XXVIII, n. 1, p. 167-182, jun. 2002.

RANCIÉRE, Jacques. **O Desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996. 144 p.

RELATÓRIO COMISSÃO DA VERDADE. 2014. Tomo 1. Disponível em: <file:///D:/DITADURAS%20E%20TRANSI%C3%87%C3%95ES/DITADURAS/335410004-CNV-I-Tomo-Parte-1-Completa-IPES-Golbery-1964.pdf>.

RIBEIRO, Thiago R. M. **Das Missões à Comissão**: ideologia e projeto desenvolvimentista nos trabalhos da Missão (1948) e da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951-52). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, 2012.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. 608 p.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 512 p.

SPOHR, Martina. A relação empresarial-militar entre Brasil e Estados Unidos no golpe de 1964. **Militares e Política**, n. 9, p. 52-63, jul./dez. 2011.

TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo Sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 235 p.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Thinking about ‘information disorder’: formats of misinformation, disinformation, and mal-information. Journalism, ‘Fake News’ & Disinformation. UNESCO, 2018.

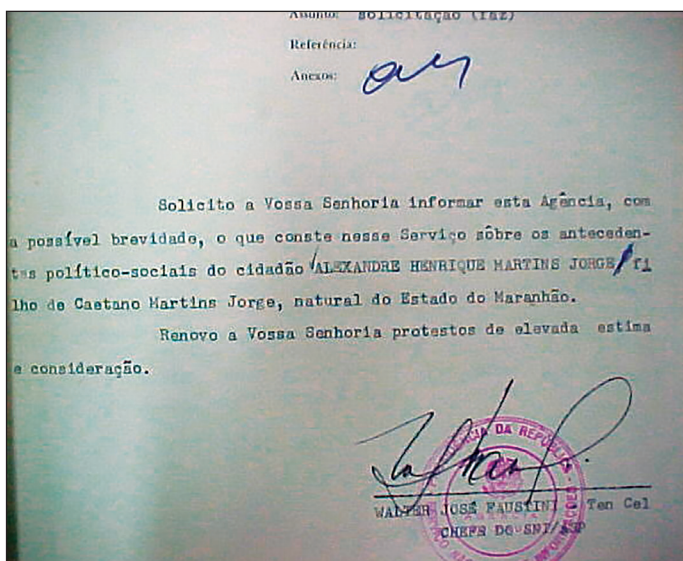
ZALUAR, Alba. Um debate disperso violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em perspectiva**, v. 13, n. 3, 1999.

ANEXOS

Anexo 1 – Tabela 1 – Apresentação da tipologia documental e dos temas prioritários

Data	Nº pastas.	Tipologia documental prevalente	Temáticas principais
1943-64	3	Artigos de jornais. Comunicado/ Informação Reservada / Complementar.	Ações político-administrativas do poder executivo. Apresentação de contexto político-partidário e político eleitoral. Greves e contestações sociais.
64-65	1	Atestados de Antecedentes / Pedidos de Busca.	Busca de informações sobre possíveis suspeitos, de distintos setores: estudantes, sindicalistas, professores, jornalistas e outros.
65-66	1	Atestados de Antecedentes / Pedidos de Busca. Artigos de jornais.	Busca de informações sobre possíveis suspeitos, de distintos setores. Artigos sobre ações palacianas.
66-68	1	Atestados de Antecedentes. Artigos de jornais Doc- Dependência/relatório.	Busca de informações sobre possíveis suspeitos. Relatórios sobre suspeitos, indicações e presença de inquéritos policiais.
68-69	1	Grande n.º de artigos de jornais. Atestados de Antecedentes e Informes.	Ações político-administrativas do presidente. Busca de informações sobre suspeitos.
68-72	1	Grande n.º de artigos de jornais. Atestados de Antecedentes e Informes.	Ações político-administrativas do presidente. Busca de informações sobre suspeitos

Anexo 2 – Solicitação de Atestado de Antecedentes



Anexo 3 – Solicitação de Pedido de Busca

1. “Assunto: Atividades de caráter subversivo ou de corrupção.
2. Classificação: ___
3. Origem: CNS⁶³
4. Órgão Informativo: DOPS/SP.

Pedido de Busca no. 024/ OPESP/ 64

1. *DADOS CONHECIDOS:*

a) *Elementos da Rádio Educadora de Piracicaba*

- *Ernesto Pereira Lopes*
- *Nelson Meirelles*
- *Coriolano Morato Ferraz Meirelles*
- *Jairo Ribeiro Mattos*
- *Flavio Moraes de Toledo Piza*
- *José Carlos Pereira Lopes*
- *Fortunato Lessa Neto*

b) *Elementos da Rádio Cultura de Piracicaba*

- *Oswaldo Modesto de Paula*
- *Francisco Silva Caldeira*
- *Sylvio Giordano*

2. *DADOS SOLICITADOS*

- a) *Informar o que consta sobre esses elementos no que concerne à subversão ou corrupção*
- b) *Outros dados julgados importantes.”⁶⁴*

Anexo 4 – Exemplo de resposta à Pedido de Busca. Pode-se notar que as informações são compostas a partir de setores distintos, inclusive de informações da imprensa

“Linzt Vieira

Filho de Linzt de Sá Vieira e Coralís Aragon Vieira; nasc. Aos 31- 1- 1939, no Rio de Janeiro.

63 A sigla CNS refere-se ao Conselho Nacional de Segurança.

64 Pasta 20.C.02- 003, doc. s/n, 12/11/64.

Consta neste Departamento várias declarações em favor da idoneidade moral e política do marginado. [...]

O Ministério do Exército, em 4-6-1969, nos comunicou que o marginado, elemento de proa da Ação Popular, estaria em São Paulo possivelmente com o nome de Luiz Ernesto.

O Ministério da Guerra, em 13-6-1969 nos informou que o epigrafado estaria em São Paulo [...]” (Pasta 20.C.043 _005 n.368)

Anexo 5 – Tabela 2 – Disposição cronológica da quantidade de pastas produzidas e sua localização no dossiê

DATA	N.º DE PASTAS / ANO.	NUMERAÇÃO DA PASTA E DOSSIÊ
1943-64	3	20.C.02 - (001/ 002/ 003)
64-65	1	- (004)
65-66	1	- (005)
66-68	1	- (006)
68-69	1	- (007)
68-72	1	- (008)
69	7	20.C.043- (001 – 007)
70	9	- (008/ 008 ^A / 009-012/19- 021)
70-71	6	- (15/ 17/18/ 22/ 23/ 23A)
71	10	(16/ 20 ^A /24/ 24A/ 25/ 26/ 26A/ 27/ 27A/ 28)
72	8	- (29-36)
73	5	20.C.02 - (009) 20.C.043- (37-40)
73-74	1	20.C.043- (41)
74	1	20.C.02 - (010)
74-75	1	- (011)
74-78	1	20.C.43 - (042)
76-77	1	20.C.02 - (012)
77-78	1	20.C.043 - (043)
78	4	- (044-047)
78-80	1	- (048)
80-81	1	- (049)
81-82	2	- (050/ 051)
S/d	2	- (013/ 014)

Anexo 6 – Tabela 3

Apresentação da tipologia documental e dos temas prioritários

Data	Nº pastas	Tipologia documental Prevalente	Temáticas principais
1943-64	3	Artigos de jornais. Comunicado/ Informação Reservada / Complementar.	Ações político-administrativas do poder executivo; Apresentação de contexto político-partidário e político eleitoral; Greves e contestações sociais;
64-65	1	Atestados de Antecedentes / Pedidos de Busca.	Busca de informações sobre possíveis suspeitos, de distintos setores: estudantes, sindicalistas, professores, jornalistas e outros;
65-66	1	Atestados de Antecedentes / Pedidos de Busca. Artigos de jornais.	Busca de informações sobre possíveis suspeitos, de distintos setores; Artigos sobre ações palacianas;
66-68	1	Atestados de Antecedentes. Artigos de jornais Doc- Dependência/relatório.	Busca de informações sobre possíveis suspeitos; Relatórios sobre suspeitos, indicações e presença de inquéritos policiais;
68-69	1	Grande n.º de artigos de jornais. Atestados de Antecedentes e Informes.	Ações político-administrativas do presidente; Busca de informações sobre suspeitos;
68-72	1	Grande n.º de artigos de jornais. Atestados de Antecedentes e Informes.	Ações político-administrativas do presidente; Busca de informações sobre suspeitos;
1969	7	B.I.(s) – Boletins Informativos. A.A.-Atestados de Antecedentes. Informes/ Encaminhamentos.	Informações sucintas sobre todos os campos sociais; Busca de informações sobre suspeitos e respostas às solicitações; Encaminhamento de doc. diversos;
70	9	B.I.(s) Atestados de Antecedentes. Informes e Encaminhamentos. Começam os C.I.(s)	Informações sucintas sobre todos os campos sociais; Busca de informações sobre suspeitos e respostas às solicitações e encaminhamento de doc; Discussão sobre o comunismo;
70-71	6	C.I.(s) A.A. (Atestados de antecedentes) Informes e Encaminhamentos	Discussão sobre o comunismo; Busca de informações sobre suspeitos e respostas às solicitações e doc. gerais;
71	10	A.A. Informes e encaminhamentos. C.I.(s)	Busca de informações sobre suspeitos e respostas às solicitações e doc. gerais; Discussão sobre o comunismo;
72	8	A.A. Informes;encaminhamentos e PB. C.I.(s)	Busca de informações sobre suspeitos e respostas às solicitações e doc. gerais; Discussão sobre o comunismo;
73	4	C.I.(s)	Discussão sobre o comunismo;
73-74	1	A.A PB.;Informes C.I.(s)	Busca de informações sobre suspeitos e respostas às solicitações; Discussão sobre o comunismo;
74	1	A.A; PB.; Planos de Policiamento.	Busca de informações sobre suspeitos;
74-75	1	Artigos de jornais. Comunicados. Pedidos de Busca (PB)	Ações político-administrativas do poder executivo; Busca de informações sobre suspeitos;
74-78	1	A.A; PB. e Informes. Artigos de jornais.	Busca de informações sobre suspeitos e respostas às solicitações; Ações político-administrativas do poder executivo;
76-77	1	Comunicados e Informes. Cartas e Planos de Policiamento.	Reflexos da sociedade: xerox de livros, cartas de anônimos ou comuns;

continua...

continuação

Data	Nº pastas	Tipologia documental Prevalente	Temáticas principais
77-78	1	PB. e Informes.	Busca de informações sobre suspeitos e respostas às solicitações;
78	4	C.I.(s)	Discussão sobre o comunismo;
78-80	1	A.A; P.B.; Informe e Ordem de Busca.	Busca de informações sobre suspeitos: políticos e instituições não governamentais. Respostas às solicitações;
80-81	1	PB.; O.B e Informe.	Busca de informações sobre suspeitos: políticos e instituições não governamentais. Respostas às solicitações;
81-82	2	PB.; O.B.; Informes e Relatórios	Busca de informações sobre suspeitos: políticos e instituições não governamentais. Respostas às solicitações.

Anexo 7 – Capa de um CI



Anexo 8 – Tabela 4

Estamos indicando o título principal de cada item, aqui apresentado pelo ícone (♦). Em alguns itens, existem uma enorme gama de subitens, mas como relacionam-se com o tema principal e a intenção deste registro é o de indicar as temáticas propostas, optamos por destacar o tema principal, sem alongamentos.

Pasta	Nº CI	Títulos presentes no 'Assuntos Gerais'
20	06/70	<ul style="list-style-type: none"> ◆Campanha Antiguerra; ◆A Morte por um Ideal; ◆Esquerdismo.
19	07/70	<ul style="list-style-type: none"> ◆Antimilitaristas- comunistas não fugirem ao serviço militar; ◆A filosofia Marcusiana aplicada à subversão.
18	08/70	<ul style="list-style-type: none"> ◆Mais de ½ século de comunismo – As promessas e a Realidade.
21	09/70	<ul style="list-style-type: none"> ◆Subversão dos Costumes: 1. Yippie! Partido Internacional da Juventude 2. Comunismo e Toxicomania 3. Arcebispo quer legalizar narcóticos ◆Os Comunistas e os seqüestros; ◆O 'Teatro de Guerrilha'- filme 'Rebeldia', Revista 'Conjunto'- 'Casa das Américas'- 'Comitê permanente de festivais de teatro Latino- americano'.
19/21	10/70	<ul style="list-style-type: none"> ◆Significado de Nacionalismo segundo os comunistas; ◆A atualidade Internacional, segundo os soviéticos; ◆Novo tipo de ataque: a guerrilha urbana; ◆O papel negativo da imprensa no combate ao seqüestro; ◆Revista da comunização mundial da saúde- saúde do mundo; ◆Democracia, comunismo, ditadura; ◆Movimento Imperialista mundial.
19	11/70	<ul style="list-style-type: none"> ◆A Rússia e a China no domínio do mundo; ◆Controle da natalidade- procedimentos dos economistas; ◆Controle de natalidade no Chile; ◆As Nações Unidas e o estado atual dos problemas e das políticas públicas.
15	12/70	<ul style="list-style-type: none"> ◆O destino do Chile, face a Lenine e a Mão Tsetung; ◆O carro mais caro do mundo- Mão Tsetung, Tito e Paulo VI; ◆Organizações da ONU e a URSS; ◆A canção como veículo da subversão.
20A	01/71	<ul style="list-style-type: none"> ◆Por que o Comunismo não serve; o que é e o que não é- A farsa do Universo – O Comunismo é a morte da liberdade.
15/16	02/71	<ul style="list-style-type: none"> ◆ não tenho cópia◆
22	03/71	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Lenine e o Terrorismo; ◆ O problema da Toxicomania no mundo- O papel do Movimento comunista Internacional.
25/46	04/71	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Tóxicos- Espelho de uma sociedade; ◆ As drogas mais usadas, seus efeitos e suas conseqüências; ◆ Toxicomania, arma comunista.
46	05/71	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Análise comunista da Igreja no mundo atual e da falha de religiosidade das massas; ◆ A propaganda oriunda de países comunistas- A propaganda impressa e a propaganda de rádio; ◆ A história de duas degradações- A 'autocrítica' de Herberto Padilha- O agradecimento de Husak pela invasão da Tchecoslováquia; ◆ Mulheres de Apache- novas considerações sobre a constrangedora autocrítica de H.P.- A 'nova verdade' de Allende – O Estado Soviético Algoz da Cultura.
26A	06/71	<ul style="list-style-type: none"> ◆ "A canção de protesto como arma do comunismo contra valores e o regime em voga."
28	07/71	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Comunismo e ódio- A perversão do Idealismo- Educação condiciona os jovens no ódio aos 'Imperialistas'- coexistência pacífica sem máscaras: meio de facilitar conquista vermelha do universo.

continuação

Pasta	Nº CI	Títulos presentes no 'Assuntos Gerais'
		<ul style="list-style-type: none"> ◆ Os esforços soviéticos para enfrentar a OTAN; ◆ Brasil propôs decuplicação dos recursos anuais para programa de desenvolvimento da ONU- oposições da URSS, que se comporta como autêntica 'capitalista' na matéria;
27A	08/71	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Reações dos aliados ao anúncio da viagem do presidente Nixon à China; ◆ 'Foi estúpida a decisão soviética de invadir a Tchecoslováquia; ◆ Comitê Jurídico interamericano exclui da sua pauta o tema 'guerrilheiro; ◆ Quatro potências chegam a acordo sobre Berlim.
30	09/71 *	<ul style="list-style-type: none"> ◆ O cinema como arma psicológica dos comunistas- A minagem das resistências morais do ocidente- Festivais de cinema: instrumentos dos PCs a necessidade de censura e do destemor em aplicá-la; ◆ Conspiração mundial soviética: realidade presente atrás da capa enganadora da 'coexistência pacífica' – Grã Bretanha expulsa 105 agentes soviéticos disfarçados de diplomatas.
31	10/71 *	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Sociedade de consumo deixa de ser 'alienação para comunistas'; ◆ Previsto próximo equilíbrio entre forças nucleares dos EEUU e da URSS; ◆ Espionagem soviética na Inglaterra.
47	11/71	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Uma eufórica volta das Nações do Leste Europeu ao regime da iniciativa privada; ◆ Soviéticos na dianteira também na sofisticação das armas; ◆ Chefes da força aérea dos EEUU preocupados co o crescente poder aéreo soviético; ◆ a presença naval soviética no mediterrâneo; ◆ Alemanha Oriental condicionada a manter, na ONU, 'Urgentes consultas'.
31	12/71	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Guerra Índia X Paquistão; ◆ Conferência europeia de Segurança e cooperação; ◆ O novo alinhamento mundial- as mudanças na Política Externa – o conflito sino- soviético, o divórcio entre Índia e EEUU, a 'OSTPOLITIK' de Bonn; ◆ A morte do 'neutralismo'- atacando o Paquistão, a Índia sepultou o último vestígio dos princípios da 'Conferência do Terceiro Mundo'; ◆ Faculdade Internacional da Escola Superior do Mov. Sindical (URSS); ◆ Faculdade Internacional da Escola Superior do Movimento sindical◆ ◆ Universidade Amizade dos Povos; ◆ Psiquiatras condenam emprego de Hospital como prisão.
30	01/72	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Reunião do Pacto de Varsóvia em Praga; ◆ A Política europeia da União Soviética emprega a tática de dividir para conquistar; ◆ A viagem de Nixon a Pequim e suas repercussões.
31	02/72	<ul style="list-style-type: none"> ◆ O triângulo mundial do poder: EEUU, URSS e China; ◆ Londres adverte contra o crescente poderio militar soviético, que vai sobrepujando o do ocidente; ◆ Chefe do Estado- Maior conjunto dos EEUU defende aumento do poderio militar do país; ◆ Imprensa dos Estados comunistas defende criação das Nações Unidas da Europa; ◆ Droga, a grande geradora de crimes.
33	03/72	<ul style="list-style-type: none"> ◆ O auxílio econômico dos comunistas aos subdesenvolvidos e a UNCTAD III; ◆ 'Socialismo evoluído', um novo estágio da sociedade; ◆ Perspectiva para a conferência europeia; ◆ Secretário geral da ONU deseja França e China Popular na Conferência de desarmamento; ◆ Eventual não-ratificação pelo 'Bundestag' do Tratado assinado entre a RFA e URSS não provocará grandes conseqüências.
33	04/72	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Secretário-Geral da ONU defende, na UNCTAD III a relação entre desarmamento e progresso econômico e social; ◆ O problema das drogas, a organização mundial de saúde prega necessidade de política internacional comum de prevenção e tratamento; ◆ O Comunismo difuso – uma nova e solerte modalidade de divulgação do marxismo; ◆ Rádios 'Europa Livre' e 'Liberdade', os arautos do ocidente para os países comunistas da Europa; ◆ Herbert Marcuse, o pregador da destruição da sociedade ocidental faz autocrítica.

continua...

Pasta	Nº CI	Títulos presentes no 'Assuntos Gerais'
		<ul style="list-style-type: none"> ◆ Racismo e Sexismo, temas da propaganda vermelha – a Teoria classista de Marx e a sua falsidade ◆ 'A Segunda Guerra do Ópio';
32	05/72	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Organização do Tratado do Atlântico Norte aceita realização da Conferência europeia de segurança e cooperação; ◆ Dois Estados alemães anunciam entendimentos para estabelecimento de relações diplomáticas.
		<ul style="list-style-type: none"> ◆ A propaganda externa comunista; ◆ A coexistência sem ilusões; ◆ Frente Comum Internacional do Terrorismo;
35	06/72	<ul style="list-style-type: none"> ◆ OTAN aceita discutir conferência europeia de Segurança e Cooperação com Moscou e pacto de Varsóvia ◆ Quatro grandes assinam acordo de Berlim; ◆ A omissão e a Capitulação do Ocidente face aos desígnios de Moscou; ◆ Conselho de Segurança da ONU unanimemente condena a pirataria aérea; ◆ XII Congresso Internacional Socialista reúne –se em Viena.
34	07/72	<ul style="list-style-type: none"> ◆ "Coexistência pacífica" métodos do comunismo para destruição das sociedades ocidentais.
		<ul style="list-style-type: none"> ◆ VI Congresso da Liga Mundial anticomunista; ◆ 8 Congresso do 'Office Internacional';
35	08/72	<ul style="list-style-type: none"> ◆ IV 'Conferência dos países não alinhados; ◆ Coronel Hermes Araújo Oliveira, especialista em luta de guerrilha, faz conferência no Brasil; ◆ Presidente Kekkonen, da Finlândia, anuncia reunião.
		<ul style="list-style-type: none"> ◆ Movimento dos não – alinhados enfrenta dificuldade; ◆ "Anistia Internacional" a difamação organizadora...; ◆ ONU aceita guerrilheiros comunistas entre seus membros; ◆ A crônica ineficiência da economia soviética e o apoio capitalista para sua recuperação.
036	09/72	
		<ul style="list-style-type: none"> ◆ Os terroristas sonham em empregar a bomba atômica; ◆ O auxílio econômico dos comunistas às nações em desenvolvimento;
036	10/72	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Pastor David Wilkerson e o 'Movimento Desafio Jovem'; ◆ Dirigentes guerrilheiros africanos em luta com Portugal têm acesso à Tribuna da ONU.
		<ul style="list-style-type: none"> ◆ Os Antecedentes históricos do Terrorismo;
036	11/72	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Assinado o Tratado entre as duas Alemanhas; ◆ Assembléia – Geral da ONU condena ação portuguesa na África; ◆ Reunião preparatória para a Conferência Europeia de Segurança e Cooperação.
		<ul style="list-style-type: none"> ◆ Terceiro Mundo no esquema dos comunismos rivais;
036	12/72	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Fontes da Alemanha Oriental anunciaram para 1973 reconhecimento do país pelos 'três grandes' ocidentais; ◆ Comissão legal da ONU adota resolução branda quanto ao terrorismo internacional.
		<ul style="list-style-type: none"> ◆ Reunião preparatória para a conferência europeia de Segurança e Cooperação;
038	01/73	<ul style="list-style-type: none"> ◆ URSS aceita convocação da confirmação sobre reunião mútua e equilibrada de forças na Europa; ◆ Comissão Internacional de Paz no Vietnam é constituída; ◆ Psicopolítica, técnica de 'lavagem cerebral'.
		<ul style="list-style-type: none"> ◆ Movimentos estudantis: análise das razões determinantes para sua virtual inexistência na URSS e na China comunista; ◆ O verdadeiro 'terrorismo cultural' na América Latina: a distorção e manipulação de fatos e notícias pelas agências de propaganda comunista;
041	02/73	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Brejnev repete Lenine no discurso; ◆ Reunião preparatória da Conferência europeia de Segurança e Cooperação; ◆ Conferência para redução de forças na Europa; ◆ Conferência de desarmamento; ◆ Unesco difunde dados; ◆ Psicopolítica: passos na direção do controle da mente.

continuação

Pasta	Nº CI	Títulos presentes no 'Assuntos Gerais'
038	03/73	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Os países comunistas e as técnicas ocidentais de propaganda; ◆ Ação terrorista do 'setembro negro' deflagra indignação universal; ◆ Secretário-Geral Kurt Waldheim, em visita ao Brasil (faltam itens)
040	04/73	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Ambições Sino- soviéticas na África; ◆ Anistia Internacional; ◆ III Assembléia Geral da Organização dos Estados Americanos; ◆ A verdade por trás do 'clima de distensão'; ◆ Revista ORBIS revela pano de extinção da OTAN; ◆ 'Fundo das Nações Unidas para a Infância- UNICEF'; ◆ O Movimento anarquista mundial.
39	05/73	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Congresso Mundial da IV Internacional deverá realizar-se em 1973- locais prováveis: Bélgica ou Suécia; ◆ 54 Aniversário da Fundação da III Internacional; ◆ Países ocidentais concordam com a exclusão da Hungria, seus territórios e Forças Armadas próprias e aliados nele estacionadas da área de aplicação das resoluções da Conferência Social; ◆ ONU adota medidas contra tráfico de entorpecentes, apesar da oposição do bloco soviético; ◆ O cinema político , Estado –de- Sítio, de Conta-Gravas, com sua mensagem de justificativa do assassinato por 'motivos políticos' é excluído do festival do Instituto Americano do Filme; ◆ Balanço da fase preparatória da Conferência europeia de Segurança e Cooperação; ◆ Grupos terroristas já estariam em condições de empregar armas atômicas; ◆ 'Cinema Político'- o cinema a serviço da ideologia comunista.
041	06/73	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Conferência Européia; ◆ Conferência para redução mútua de forças... ◆ Comunicado da OTAN; ◆ Pedido de admissão, na OIT, do 'Movimento Guerrilheiro de Libertação Nacional'; ◆ Comitê Conselho de Segurança aprova a admissão das duas Alemanhas na ONU; ◆ Terceiro Congresso sobre problemas de poluição; ◆ XV Congresso Mundial de Filosofia.
040	07/73	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Conferência Européia de Segurança e Cooperação; ◆ 'Mundo Estudantil', publicação da União Internacional dos Estudantes; ◆ Conferência de Desarmamento em Genebra; ◆ 'Conferência Anticomunista Latino- Americana – CAL" conclama à comemoração da 'Semana das Nações Cativas'.
039	08/73	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Comissão Especial da ONU sobre Terrorismo encerra seus trabalhos; ◆ Preparativos para a IV Conferência dos países não- alinhados; ◆ Conferência de desarmamento em Genebra; ◆ III Semana de Estudos Jurídicos, em Mato Grosso, Brasil, aborda problema da toxicomania.
038	09/73	<ul style="list-style-type: none"> ◆ IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos países não – alinhados, Argel, de 05 a 08 de set 73; ◆ Iniciada em Genebra, em 18 de set 73, a segunda fase da Conferência Européia de Segurança e Cooperação; ◆ Assembléia – Geral da ONU aprova ingresso das duas Alemanhas; ◆ Conferência dos Exércitos Americanos, Caracas- Tese brasileira, de identificar claramente o comunismo internacional como o grande inimigo das Nações do continente, antepõe-se vitoriosamente ao ponto de vista peruano, apoiado pela Argentina, de modificação do teor, para enfatizar a existência da guerra econômica e de discrepâncias entre os interesses dos EEUU e dos países latino- americanos; ◆ Reiniciam-se , em Genebra, as conversações para limitação das armas estratégicas – SALT- entre os EEUU e URSS.

Anexo 9 – Tabela 7 – Assuntos Gerais

4. A Religião	O papel e a ação da Instituição Católica frente ao comunismo	<ul style="list-style-type: none"> ◆ <u>Subversão dos costumes</u>: 3. Arcebispo quer legalizar narcóticos; ◆ Análise comunista da Igreja no mundo atual e da falha de religiosidade das massas.
5. Economia e Tecnologia	O poder econômico e tecnológico na guerra contra o comunismo	<ul style="list-style-type: none"> ◆ Previsto próximo equilíbrio entre forças nucleares dos EEUU e da URSS; ◆ Soviéticos na dianteira também na sofisticação das armas; ◆ Chefes da força aérea dos EEUU preocupados com o crescente poder aéreo soviético; ◆ A presença naval soviética no mediterrâneo; ◆ Brasil propôs decuplicação dos recursos anuais para programa de desenvolvimento da ONU – oposições da URSS, que se comporta como autêntica 'capitalista' na matéria; ◆ Londres adverte contra o crescente poderio militar soviético, que vai sobrepujando o do ocidente; ◆ Secretário – Geral da ONU defende, na UNCTAD III a relação entre desarmamento e progresso econômico e social; ◆ Grupos terroristas já estariam em condições de empregar armas atômicas.
6. Política Internacional	Indicação de conflitos políticos locais, de ordem política e/ou bélica. armados	<ul style="list-style-type: none"> ◆ A atualidade Internacional, segundo os soviéticos; ◆ Novo tipo de ataque: a guerrilha; ◆ Movimento Imperialista mundial; ◆ A Rússia e a China no domínio do mundo; ◆ Controle de natalidade no Chile; ◆ O destino do Chile, face a Lenine e a Mão Tsetung; ◆ Organizações da Onu e a URSS; ◆ Os esforços soviéticos para enfrentar a OTAN; ◆ Guerra Índia x Paquistão; ◆ Reações dos aliados ao anúncio da viagem do presidente Nixon à China; ◆ Quatro potências chegam a acordo sobre Berlim; ◆ Conspiração mundial soviética: realidade presente atrás da capa enganadora da 'coexistência pacífica'- Grã- Bretanha expulsa 105 agentes soviéticos disfarçados de diplomatas; ◆ Conferência europeia de Segurança e Cooperação; ◆ O novo alinhamento mundial- as mudanças na Política externa – o conflito sino- soviético, o divórcio entre Índia e EEUU, a Ostpolitik de Bonn; ◆ Conferência dos Exércitos Americanos, Caracas – Tese brasileira, de identificar claramente o comunismo internacional como o grande inimigo das Nações do continente, antepõe-se vitoriosamente ao ponto de vista peruano, apoiado pela Argentina, de modificação do teor, para enfatizar a existência da guerra econômica e de discrepâncias entre os interesses dos EEUU e dos países latino- americanos.

Anexo 10 – Exemplo

Exemplo de um relatório⁶⁵, seguido de um anexo⁶⁶:

65 Pasta 21.Z.14_004 , doc s/n., de 09 à 11/08/75.

66 Ibidem, doc. s/n.

"REGISTRO DE IMPRESSÃO"

Segundo telefonema recebido do DOI, por volta das 14:30 horas de hoje, iria ser celebrada u'a missa / na Igreja de Largo São Francisco às 17:00 horas de hoje, em / intenção aos presos políticos de Brasil, e segundo o informan- / te, tal missa seria celebrada por D. Evaristo.

Compareci na referida Igreja, e de fato / houve missa iniciada no dito horário, porém não foi celebrada / pelo D. Evaristo, e sim pelo Franciscano Maurício Vogel da cidade / de Blumenau/SC, e durante todo o transcorrer do Culto Re- / ligioso, nada foi dito com referência a presos políticos como / também não foi mencionado nome de ninguém.

Durante todo o tempo que lá estive, notei / nitidamente que a maioria dos assistentes, eram pessoas que / não eram católicos praticantes, costumados a assistirem missa / periodicamente, pois não participavam de mesma, e em certos / momentos, ficavam sem saber o que fazer, ou ficavam ajoelhados / sentavam-se ou ficavam de pé, e em sua maioria, todos jovens.

Após término da celebração da missa, conti- / nuei ainda no interior da Igreja, bem como a maioria das pes- / soas que lá estavam, ocasião em que uma senhora, TEREZINHA / GODOI FERREIRA, colocou sobre u'a mesinha que se encontrava no / corredor central da Igreja, um punhado de papéis mimeografados / e ficou conversando com várias pessoas que a ela se juntaram, / em sua maioria mulheres, ao aproximarem-se da "redinha", notei / que esta tal de TEREZINHA, estava encabeçando um movimento / da "Mulher Brasileira", pois ela, assessorada por JOANA LOPES / representante de um jornal de Londrina/PR., faziam todas as / mulheres ali presentes, assinarem um manifesto denominado "Ma- / nifesto da Mulher Brasileira em Favor da Anistia"(anexo), que / ao final de tudo, conseguiram grande número de assinaturas.

Durante a celebração da missa, durante o / sermão, o Franciscano foi filmado por dois elementos, que pre- / sumo serem de algum canal de televisão.

Estavam também presentes, duas jovens fa- / zendo anotações, porém não foi possível saber se eram jornalig- / tas ou não, e um rapaz que também fazia anotações em um papel / próprio de jornalista e que trazia nas letras "JB", possivel- / mente "Jornal do Brasil", do Rio de Janeiro, que tudo anotou/

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPENDÊNCIA SERVIÇO DE INFORMAÇÕES = D.O.P.S.

...Continuação de Relatório de Informação fls.-02-

que tudo anotou e que foi dito por THERESINA e JOANA.

Segundo declarações de THERESINA, movimento idêntico, seria realizado em Brasília nos próximos dias, e que lá, o movimento da "Mulher Brasileira", seria encabeçado pela esposa do Dr. Ney Chaves, continuando com sua entrevista. THERESINA declarou que dentro em breve, iria ser montado um setor de gráfica, com a finalidade de imprimir folhetos e bulletins informativos, para serem distribuídos em todo o Brasil pois segundo ela declarou, "os jornais, em sua maioria, estavam FECHADOS para a sua divulgação o referido movimento".

JOANA LOPES, que disse ser de um jornal de Londrina/PR., não especificando qual, declarou que no Estado do Paraná, tal movimento estaria tendo grande repercussão, contando inclusive com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil, seção de Londrina e a maioria da imprensa local e ainda dos profissionais liberais, e Ass. dos Prof. do Est. do Paraná.

Os presentes foram saindo aos poucos, em grupinhos de rapazes e moças e por volta de 19:00 horas, no interior da Igreja não havia mais ninguém, porém ainda permaneciam algumas pessoas na frente da Igreja, em grupos conversando.

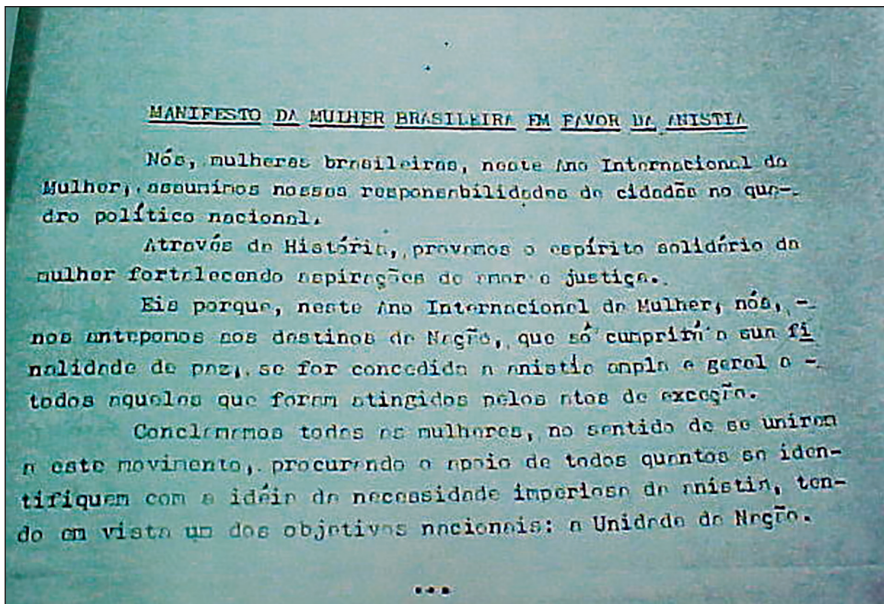
Em determinado momento, o elemento acima citado que portava papéis próprios de jornalista, com os dizeres "JB", indagou de THERESINA sobre XERRISE, onde e quando poderiam conversar mais detalhadamente, tendo ela respondido para que ele telefonasse para sua casa, dando o número de telefone, (62-4072), para que pudessem combinar, tendo ele anotado e em seguida se retirou, tendo também THERESINA se retirado, indo juntar-se com JOANA LOPES, que se encontrava na frente da Igreja conversando com algumas pessoas, permanecendo ambas ali por alguns minutos, e posteriormente retiraram-se do local tomando um taxi.

S. Paulo, 09.08.1975

No exemplo escolhido, o agente é avisado pelo DOI (Destacamento de Operações de Informações) sobre a realização de uma missa em homenagem a presos políticos e é incumbido de acompanhar o evento. A leitura do relatório indica os pormenores do mesmo. Em anexo é colocado o panfleto "MANIFESTO DA MULHER BRASILEIRA EM FAVOR DA ANISTIA",

distribuído no local do evento. Acreditamos que este seja o procedimento padrão: o agente vai a um evento, observa, colhe materiais, e, a partir destes, confecciona seu relatório e agrega as provas.

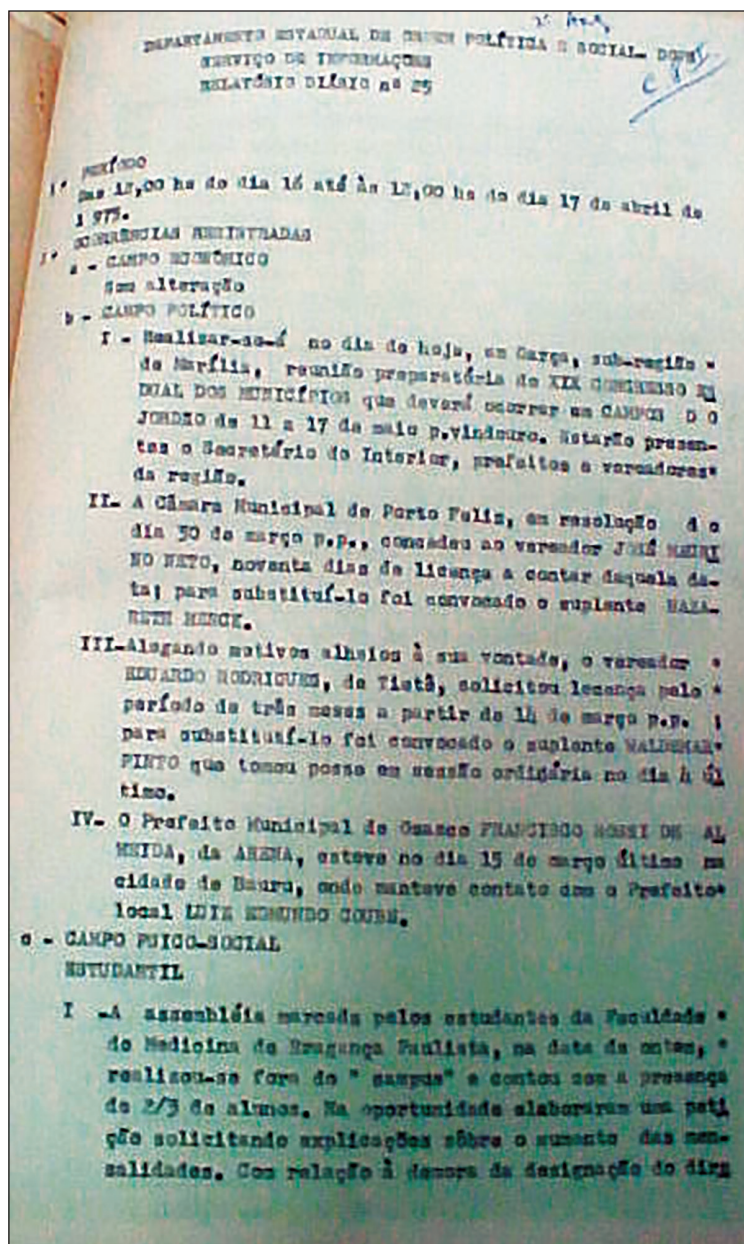
Os anexos encontrados se compõem, primordialmente, de : xerox de jornais; jornais sindicais, universitários e de comunidades eclesiais; panfletos e/ou manifestos e relatórios diversos. Aqui está o anexo do relatório acima.



Anexo 11 – Relatórios Diários

Como o próprio nome indica, são produções diárias de responsabilidade do Departamento Estadual de Ordem Política e Social_ Serviço de Informações. Tem em seu cabeçalho (como apresentado no documento abaixo) uma numeração e a especificação do horário de vigência do mesmo. Ao final, contém, normalmente, um número de arquivamento. Atentemos também a outros aspectos desta documentação⁶⁷:

67 Pasta 21.Z.14_001 doc. s/n, R.D.no. 25 de 17/04/75.



Este documento possui uma organização padrão, definida pelos seguintes subtemas:

- a) Campo econômico.
- b) Campo Político.

- c) Campo Social – estudantil;
Sindical;
Subversão;
Diversos;
- d) Campo militar;
- e) Ligações com outros órgãos de segurança.

Podemos observar que este relatório procura mapear assuntos de diferentes temáticas, definidas por seus subtemas e, pelo tamanho de cada informe, podemos concluir que tinham a função de ser sintéticas. O nosso exemplo indica, ainda, que quando não havia informações sobre um subtema, utilizava-se à frase padrão “sem alteração”.

Por fim, verificamos que este relatório faz o papel de “carro-chefe” de cada pasta, pois é a partir dos conteúdos expressos em seus subitens, que se agregam os anexos. Observemos o exemplo⁶⁸:

<p>sem alteração</p> <p>b - Campo Psico-social</p> <p>Estudantil</p>	<p>S. I. _____ / 19 ____</p> <p>212 14 364</p>
<p>I - Anexo xerox de panfleto elaborado pelo C.A. XI de Agosto, abordando a não realização da programada conferência do deputado / LYSÂNEAS MACIEL, dia 15 p.p., bem como xerox da publicação denominada "ANGÚSTIA", editado por aquela entidade estudantil.</p> <p>II - Anexo xerox de relatório elaborado pela Especializada de Ordem Política deste Departamento, sobre acontecimentos havidos na / "ESCOLA DE ENGENHARIA MAUÁ", em São Caetano do Sul.</p> <p>III - Anexo xerox de relatório elaborado pela Autoridade Policial em Piracicaba/SP, sobre o "XVIII CONGRESSO NACIONAL DE ENGENHARIA AGRONÔMICA - CONEEA", realizado de 09 a 13 de julho p.p., com presença de alunos da "Escola Superior de Agronomia LUIZ DE / QUEIROZ", bem como de comunicado do "F.E.E.A.B."</p> <p>IV - Na tarde do dia 14 último, havia no mural da "EOA - Escola de Comunicações e Artes", um espaço onde foram colocados cartazes relacionados com assuntos de classe e uma nota escrita pelos alunos, com os seguintes dizeres: "GREVE, UMA PALAVRA QUE NÃO</p>	

ÍNDICE REMISSIVO

A

Anticomunismo 14, 45, 53, 54, 55, 61, 62, 70, 117, 120, 121, 123, 140, 146, 150, 187, 198

Aparato informativo 11, 26, 28, 68, 89, 91, 102, 105, 109, 117, 118, 120, 148, 154, 157, 176, 217

Aparato repressivo 17, 24, 27, 31, 33, 67, 89, 92, 101, 105, 109, 110, 112, 117, 118, 119, 120, 148, 150, 153, 163, 167, 174, 217

Autoritarismo 4, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 28, 34, 39, 49, 69, 75, 77, 78, 123, 134, 179, 184, 185, 187, 193, 198, 199

C

Castelo Branco 14, 27, 28, 29, 30, 33, 42, 43, 44, 48, 62, 63, 65, 66, 67, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 83, 85, 90, 93, 96, 113, 188, 217

Circulação da informação 90, 93, 100, 102, 105, 150, 182, 217

Civil-militar 4, 17, 18, 19, 24, 31, 32, 68, 91, 113, 115, 128, 130, 179, 181, 183, 185, 187, 189, 194, 197, 217

Comunismo 14, 28, 45, 50, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 61, 62, 92, 105, 110, 117, 118, 120, 121, 122, 123, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 146, 147, 148, 150, 163, 164, 183, 186, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 217

Conselho de Segurança Nacional 75, 76, 77, 82, 83, 84, 88, 93, 120, 188, 217

Constituição 27, 30, 31, 33, 35, 37, 40, 46, 52, 56, 57, 60, 71, 74, 75, 77, 87, 90, 93, 99, 100, 101, 103, 104, 107, 111, 112, 113, 115, 117, 139, 149, 150, 157, 160, 175, 177, 178, 179, 186, 188, 189, 193, 195, 197, 198, 217

Constituição de 1988 31, 33, 37, 40, 60, 71, 74, 77, 99, 101, 103, 107, 111, 115, 117, 139, 157, 160, 177, 178, 179, 186, 189, 193, 197, 217

Corporação militar 21, 24, 27, 28, 31, 44, 55, 56, 59, 62, 73, 74, 80, 81, 87, 120, 151, 174, 178, 181, 183, 186, 188, 217

D

Direitos humanos 28, 135, 152, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 195, 217

Ditadura 4, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 24, 31, 32, 35, 39, 49, 53, 58, 67, 68, 69, 72, 84, 87, 89, 91, 113, 115, 118, 119, 123, 135, 152, 153, 158, 177, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 194, 196, 197, 198, 206, 217

Ditadura civil-militar 4, 17, 18, 19, 24, 31, 32, 68, 91, 113, 115, 179, 181, 183, 185, 187, 189, 194, 197, 217

Doutrina de Segurança Nacional 14, 21, 32, 33, 60, 61, 68, 73, 77, 78, 91, 94, 108, 113, 114, 115, 116, 119, 151, 153, 163, 177, 183, 184, 185, 188, 189, 218

E

Estado e nação 73, 87, 185, 186, 218

F

Força pública 112, 113, 114, 115, 194, 195, 218

Forças armadas 31, 36, 41, 42, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 63, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 105, 108, 116, 117, 124, 177, 178, 184, 185, 193, 199, 209, 218

G

Getúlio Vargas 35, 37, 38, 40, 42, 43, 46, 47, 48, 52, 55, 58, 72, 218

Golpe 13, 24, 25, 26, 29, 33, 37, 55, 57, 58, 59, 119, 127, 186, 189, 198, 200, 218

Golpe de 1964 25, 26, 29, 33, 57, 58, 59, 127, 186, 189, 198, 200

Governo de Costa e Silva 28, 78, 83, 84, 90, 91, 93, 120, 218

I

Instituição militar 20, 31, 32, 33, 42, 44, 50, 53, 56, 57, 58, 62, 73, 75, 83, 110, 135, 143, 189, 218

L

Lei de Segurança Nacional 74, 76, 77, 78, 93, 101, 117, 186, 188, 218

O

Oficiais da Força Pública 112, 114, 115, 194

Órgãos de Informação 33, 75, 77, 80, 90, 95, 101, 105, 218

P

Poder Executivo 19, 33, 46, 58, 64, 75, 76, 83, 84, 86, 91, 95, 101, 178, 186, 189, 201, 204, 219

Presidente da República 13, 33, 37, 43, 46, 57, 71, 76, 80, 82, 83, 88, 108, 166, 177, 178, 219

R

República 13, 14, 15, 33, 37, 41, 43, 46, 49, 57, 58, 71, 75, 76, 80, 82, 83, 88, 93, 96, 98, 102, 108, 109, 150, 166, 177, 178, 219

S

Segurança Nacional 14, 21, 32, 33, 45, 60, 61, 68, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 83, 84, 87, 88, 91, 93, 94, 100, 101, 107, 108, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 126, 151, 153, 163, 168, 175, 177, 178, 179, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 195, 217, 218, 219

Segurança Pública 28, 46, 100, 105, 106, 107, 112, 113, 114, 115, 116, 177, 187, 189, 193, 219

SNI 4, 11, 13, 14, 17, 24, 25, 26, 27, 29, 33, 34, 35, 38, 39, 58, 63, 64, 66, 67, 70, 79, 80, 83, 85, 86, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 102, 104, 106, 107, 109, 120, 132, 148, 149, 150, 153, 155, 157, 158, 160, 172, 173, 176, 177, 178, 181, 189, 219

Subversão dos costumes 125, 127, 133, 141, 206, 210

T

Tipologia documental 26, 70, 78, 90, 93, 94, 101, 102, 105, 110, 118, 120, 149, 160, 172, 201, 203, 204, 219

V

Violência 4, 11, 14, 22, 23, 24, 27, 28, 32, 50, 66, 67, 68, 69, 74, 77, 78, 88, 91, 111, 116, 128, 134, 148, 162, 165, 167, 169, 187, 188, 189, 193, 194, 197, 199, 200

SOBRE O LIVRO

Tiragem: não comercializada

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 12,3 x 19,3 cm

Tipologia: Times New Roman 10,5 | 11,5 | 13 | 16 | 18

Arial 8 | 8,5

Papel: Pólen 80 g (miolo)

Royal | Supremo 250 g (capa)